



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

MARIA ELIZIANA PEREIRA DE SOUSA

**POLÍTICAS INFOEDUCACIONAIS E SEUS IMPACTOS EM BIBLIOTECAS DOS
INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO BRASILEIROS A PARTIR DAS
REFORMAS EDUCACIONAIS: ESTUDO SOBRE A APROPRIAÇÃO DOS
SABERES INFORMACIONAIS**

**JOÃO PESSOA
2024**

MARIA ELIZIANA PEREIRA DE SOUSA

**POLÍTICAS INFOEDUCACIONAIS E SEUS IMPACTOS EM BIBLIOTECAS DOS
INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO BRASILEIROS A PARTIR DAS
REFORMAS EDUCACIONAIS: ESTUDO SOBRE A APROPRIAÇÃO DOS
SABERES INFORMACIONAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título acadêmico de Doutora em Ciência da Informação.

Orientador: Professor Doutor Gustavo Henrique de Araújo Freire.

Linha de Pesquisa: Ética, Gestão e Políticas de Informação.

Eixo temático: Políticas de Informação.

JOÃO PESSOA
2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S725p Sousa, Maria Eliziana Pereira de.

Políticas infoeducacionais e seus impactos em bibliotecas dos Institutos Federais de Educação brasileiros a partir das reformas educacionais : estudo sobre a apropriação dos saberes informacionais / Maria Eliziana Pereira de Sousa. - João Pessoa, 2024.

233 f. : il.

Orientação: Gustavo Henrique de Araújo Freire.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCSA.

1. Políticas educacionais. 2. Políticas de informação. 3. Infoeducação. 4. Mediação da informação. 5. Mediação cultural. I. Freire, Gustavo Henrique de Araújo. II. Título.

UFPB/BC

CDU 37.014(043)

MARIA ELIZIANA PEREIRA DE SOUSA

**POLÍTICAS INFOEDUCACIONAIS E SEUS IMPACTOS EM BIBLIOTECAS DOS
INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO BRASILEIROS A PARTIR DAS
REFORMAS EDUCACIONAIS: ESTUDO SOBRE A APROPRIAÇÃO DOS
SABERES INFORMACIONAIS**

Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título acadêmico de Doutora em Ciência da Informação.

Aprovada em: 23/ 05 / 2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **GUSTAVO HENRIQUE DE ARAUJO FREIRE**
Data: 12/06/2024 13:15:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Gustavo Henrique de Araújo Freire (Orientador)
Universidade Federal do Rio de Janeiro / Universidade Federal da Paraíba

Documento assinado digitalmente
 **OSWALDO FRANCISCO DE ALMEIDA JUNIOR**
Data: 18/06/2024 14:46:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida
Júnior**
Universidade Estadual Paulista
(Membro Externo)

Documento assinado digitalmente
 **MARCIA GARDENIA LUSTOSA PIRES**
Data: 13/06/2024 13:10:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Márcia Gardênia Lustosa Pires
Instituto Federal da Paraíba
(Membra Externa)

Documento assinado digitalmente
 **EDIVANIO DUARTE DE SOUZA**
Data: 14/06/2024 20:24:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Edivanio Duarte de Souza
Universidade Federal de Alagoas /
Universidade Federal da Paraíba
(Membro Interno)

Documento assinado digitalmente
 **IZABEL FRANCA DE LIMA**
Data: 13/06/2024 19:24:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Izabel França de Lima
Universidade Federal da Paraíba
(Membra Interna)

JOÃO PESSOA
2024

Dedico este trabalho ao meu pai, Exedito Lucas de Sousa (In memoriam), por sempre acreditar na minha força de vontade.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio coletivo de familiares, amigos, colegas de trabalho, colegas de profissão, professores e orientador, os quais, com esforço e dedicação, se empenharam em inspirar, orientar, corrigir, aperfeiçoar e possibilitar as condições para enfrentar esta jornada repleta de desafios.

Expressar minha gratidão é uma oportunidade para tornar público meu reconhecimento a todos que, de alguma forma, tornaram possível a realização desta tese.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pelo dom da vida e pela sabedoria concedida.

Ao meu orientador, Professor Doutor Gustavo Henrique de Araújo Freire, expresso minha sincera gratidão pela paciência, apoio, compromisso, inspiração e leveza com que conduziu todas as orientações ao longo deste percurso.

À minha família, manifesto meu profundo agradecimento pelo apoio incondicional e desprovido de cobranças, em todos os momentos, especialmente nos mais desafiadores.

Aos professores examinadores deste estudo, Marcia Gardênia Lustosa Pires, Izabel França de Lima, Edivanio Duarte de Souza, Oswaldo Francisco de Almeida Júnior, expresso minha gratidão por aceitarem participar da banca e por contribuírem para o aperfeiçoamento do trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), agradeço pela contribuição para minha formação profissional e pessoal.

Aos bibliotecários dos Institutos Federais de Educação do estado do Amazonas, do Ceará, de São Paulo, do Mato Grosso e de Santa Catarina, agradeço por aceitarem contribuir com a pesquisa na condição de depoentes do roteiro de entrevista.

Ao meu companheiro, João Vilian de Moraes Lima Marinus, e ao nosso filho, Lucas de Oliveira Marinus, expresso minha profunda gratidão pelas palavras de incentivo e pelo carinho, especialmente nos momentos finais deste trabalho.

Aos meus amigos, agradeço pelos momentos de descontração em meio à seriedade que a vida adulta exige.

*Só existe saber na invenção, na reinvenção,
na busca inquieta, impaciente, permanente,
que os homens fazem no mundo,
com o mundo e com os outros.
(Paulo Freire- Pedagogia do Oprimido).*

RESUMO

A infoeducação tem se mostrado na literatura científica de Ciência da Informação como um caminho onde possibilita ultrapassar os limites da capacitação instrumental, visando à educação para uso da informação a partir da teoria da dialogicidade. Com base nessa abordagem propositiva, o objetivo geral da pesquisa consistiu em investigar as políticas de informação e as possíveis implicações das reformas educacionais ocorridas no período compreendido entre os anos de 2016 a 2019, analisando os impactos ocorridos, ou não, na construção de saberes informacionais e nas bibliotecas dos Institutos Federais de Educação. Em termos teóricos, de início, contextualiza-se a Ciência da Informação como um campo científico e epistemológico. Em seguida, discute-se a informação e a mediação a partir da perspectiva dialógica em Paulo Freire. O momento seguinte limita-se a analisar as reformas educacionais na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. A opção metodológica inclui a pesquisa bibliográfica e documental na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) técnicos, nas reformas educacionais e entrevistas com bibliotecários. As técnicas utilizadas para coleta e análise de dados incluem a utilização de entrevista semiestruturada, cujos conteúdos foram discutidos e interpretados à luz da análise de conteúdo. Conclui-se que as reformas educacionais investigadas implicam profundamente na educação, nas bibliotecas e nos profissionais de informação e trazem inúmeras consequências para a educação ofertada nos Institutos Federais e ainda contribuem para o aumento da fissura entre biblioteca e educação. Por meio da pesquisa compreendeu-se que as reformas educacionais descaracterizam o tipo de educação ofertada pelos Institutos Federais de Educação, que é pautada na formação humana e integral. A proposta de diretrizes apresentada e defendida na Tese é primordial para a construção junto aos bibliotecários de instrumentos que subsidiem a criação de projetos infoeducativos direcionados as bibliotecas dos Institutos Federais com foco no desenvolvimento dos saberes informacionais. Por fim, é fundamental que o desenvolvimento de políticas de informação e infoeducação no Brasil esteja alinhado ao fortalecimento da educação, das bibliotecas e dos bibliotecários que necessitam de constante qualificação para melhorar sua atuação, e esse processo tem início na construção de políticas públicas voltadas para articulação mais forte entre educação, trabalho, ciência e cultura, além do diálogo contínuo com os profissionais da educação.

Palavras-chave: políticas de informação; infoeducação; políticas educacionais; mediação da informação; mediação cultural.

ABSTRACT

Infoeducation has shown in the scientific literature about Information Science as the way which enables to overcome the limits of instrumental capacitation, aiming education for information use from the theory of dialogicity, which recovers the epistemic dimension of Education and Information focusing on information knowledges. Based on this propositive approach, the main objective of this research consists of investigating the information policies and the possible implications of the educational reforms occurred from 2016 to 2019, analyzing the occurred impacts, or not, in the construction of information knowledges in the libraries of the Federal Education Institutes. Initially, in theoretical terms, it is contextualized Information Science as a scientific and epistemologic field. Next, information and mediation are discussed from the dialogic perspective by Paulo Freire. The following moment is limited to analyze the educational reforms in the Federal Network of Professional and Technological Education. The methodological choice includes document and bibliographic research in the Curricular Common National Basis (BNCC), in the Pedagogic Projects of Technician Courses (PPC), in the educational reforms and in interviews with librarians. The techniques used for data collection and analysis include the use of semi-structured interview whose contents were discussed and interpreted in the light of discourse analysis. It is concluded that the investigated educational reforms deeply imply in education, in libraries and in information professionals, bringing countless consequences to the education offered in the Federal Institutes. The reforms mischaracterizes the kind of education offered by the Federal Education Institutes, which is based on the human and integral formation that articulates general formation and technical, but it becomes unfeasible by means of the adoption of the new reform because it reorganizes all the curricular structure of the new high school in formative itineraries and it divides the general formation from the technical one. That is, it does not consider the successful public secondary education policy offered by the Federal Education Institutes. Finally, it is fundamental to recognize that the development of information and infoeducation policies in Brazil depends on the strengthening of education, libraries and librarians who need constant qualification in order to improve their performances. This process is begun in the construction of public policies directed to a stronger articulation among education, work, science and culture and in the dialogue with professionals who work in education.

Keywords: information policies; infoeducation; educational policies; information mediation; cultural mediation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa conceitual do termo infoeducação.	43
Figura 2 - Trajetória da educação profissional na ordem cronológica.	126
Figura 3 - Mapa de expansão da rede federal de educação.	129
Figura 4 - Percepção dos bibliotecários sobre as diretrizes para construção do instrumento de infoeducação.....	1290

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Programas de pós-graduação que trabalharam com a temática.....	38
Quadro 2 - Local onde o termo aparece.	40
Quadro 3 - Definições conceituais dos modelos de bibliotecas templum, empórium e fórum.	73
Quadro 4 - Categorização dos tipos de sujeitos em Freire (2021), Marx e Engels (1974) e Perrotti (2017).	89
Quadro 5 - Dimensões da mediação da informação elaborada a partir de Gomes - 2019, 2020.	99
Quadro 6 - Evolução histórica dos termos: animador, agente e mediador cultural.....	105
Quadro 7 - Alterações e permanências da Lei n.º 13.415/2017.....	112
Quadro 8 - Explicação simplificada da metodologia da pesquisa- primeira fase.....	121
Quadro 9 - Plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional.....	125
Quadro 10 - Dispositivos de Informação – Institutos Federais de Educação.....	132
Quadro 11 - Cursos na modalidade ensino médio integrado.....	138
Quadro 12 - Cursos na modalidade ensino médio integrado.....	141
Quadro 13 - Cursos na modalidade ensino médio integrado a cursos técnicos do IFMT campus Cuiabá Octayde Jorge da Silva.....	144
Quadro 14 - Cursos na modalidade ensino médio integrado.....	147
Quadro 15 - Cursos na modalidade ensino médio integrado a cursos técnicos do IFSC campus Florianópolis.....	150
Quadro 16 - Caracterização do perfil dos sujeitos da pesquisa.	157
Quadro 17 - Propositura das diretrizes para modelo infoeducacional.....	189

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição de unidades dos Institutos Federais de Educação por região do Brasil.	119
Tabela 2 - Distribuição de campi dos Institutos Federais em todas as regiões e Estados do país.....	135
Tabela 3 - Dados acadêmicos do IFAM.	137
Tabela 4 - Equipe da biblioteca campus Manaus centro.	140
Tabela 5 - Dados acadêmicos do IFCE.	141
Tabela 6 - Dados acadêmicos do IFMT.....	144
Tabela 7 - Dados acadêmicos do IFSP.	146
Tabela 8 - Dados acadêmicos do IFSC.....	149

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abecin	Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AC	Análise de Contéudo
AMN	Associação Mercosul de Normalização
ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação
Andifes	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BEP	Biblioteca Educativa Pública
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBBI	Comissão Brasileira de Bibliotecas
CBBD	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CDC	Curso de especialização em Documentação e Informação
CEFETS	Centros Federais de Educação Tecnológica
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
CI	Ciência da Informação
CNE	Conselho Nacional de Educação
Conif	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
ECA	Escola de Comunicações e Artes
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FAPESQ	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba
FIC	Formação Inicial Continuada
GT	Grupo de Trabalho
IA	Inteligência Artificial
IBBD	Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
IES	Instituição (ões) de Ensino Superior
Ibict	Instituto brasileiro de informação em ciência e tecnologia
IFAM	Instituto Federal do Amazonas

IFCE	Instituto Federal do Ceará
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
IFMT	Instituto Federal do Mato Grosso
IFPA	Instituto Federal do Pará
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
IFPR	Instituto Federal do Paraná
IFs	Institutos Federais de Educação
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
IFSP	Instituto Federal de São Paulo
IFPB- CG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba- <i>campus</i> Campina Grande
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OJS	Octayde Jorge da Silva
OBS	Open Broadcaster Software
PCN	Parâmetros Curriculares da Educação Nacional
PL	Projeto de Lei
PNBE	Programa Nacional Biblioteca na Escola
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
PPGCI-USP	Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de São Paulo
PPC	Projetos Pedagógicos de Curso
RFEPCT	Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica
REBI	Rede de Bibliotecas Escolares Interativas
SBBI	Seminário Brasileiro de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SNBE	Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares
SNBU	Seminário Nacional de Bibliotecas Universitária
TDIC	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Problemática	23
1.2 Justificativa	29
1.3 Objetivos.....	32
1.3.1 Objetivo geral	32
1.3.2 Objetivos específicos	32
1.4 Hipótese	33
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	37
2.1 O estado da arte: apontamentos anteriores sobre a temática	37
2.2 Ciência da Informação: campo científico.....	44
2.3 A informação e a educação: relações na Ciência da Informação.....	50
2.4 As políticas de informação na Ciência da Informação.....	54
3 RELAÇÕES ENTRE BIBLIOTECA E EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO HUMANA	62
3.1 Biblioteca e educação: formação humana integral.....	62
3.2 A infoeducação e a construção dos saberes informacionais	76
4 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO, MEDIAÇÃO CULTURAL E OS NOVOS TEMPOS DA EDUCAÇÃO NO CENÁRIO DAS REFORMAS.....	93
4.1 Mediação da informação: abordagem conceitual a luz da teoria da dialogicidade	93
4.2 A mediação cultural e os dispositivos de informação.....	103
4.3 Dispositivos legais de informação: uma abordagem a partir das reformas educacionais	109
4.3.1 O cenário educativo no contexto das reformas educacionais	110
5 O PERCURSO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO	116
5.1 O avanço do conhecimento científico: contribuições ao debate	116
5.2 Procedimentos técnicos e operacionais da pesquisa	117
5.2.1 Caracterizando o <i>locus</i> da pesquisa: Institutos Federais de Educação	122
5.2.2 A trajetória da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica: breve histórico.....	124
5.2.3 Bibliotecas da Rede Federal de Educação e as políticas de informação	129
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	134
6.1 A pesquisa empírica nos projetos pedagógicos de cursos (PPC) dos cursos técnicos integrados ao ensino médio.....	135
6.2 As políticas de informação e infoeducação na base nacional comum curricular	151
6.3 Entrevistas com os bibliotecários gestores dos Institutos Federais do Brasil	157

6.3.1 As Políticas de informação e políticas de educação nos Institutos Federais de Educação.	160
6.3.2 Sobre a infoeducação.....	171
6.3.3 Sobre a mediação da infoeducação e mediação cultural	179
6.3.4 Sobre as diretrizes para construção do instrumento de infoeducação	184
7 CONCLUSÕES.....	192
REFERÊNCIAS	196
APÊNDICE A	225
ANEXO A.....	225

1 INTRODUÇÃO

A relação entre a sociedade contemporânea e a informação tem sido marcada por profundas transformações decorrentes principalmente das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e da Internet que, por sua vez, se faz presente em todas as esferas da vida individual e social das pessoas.

Para estabelecer relações entre a imensidão de informações presentes em todos os espaços e segmentos da vida cotidiana e a apropriação de saberes informacionais, faz-se necessária uma educação contínua que objetive oferecer autonomia, formação crítica, ética e consciente aos sujeitos.

Tal formação exige a superação da busca feita de forma esvaziada, ou da simples pesquisa realizada de forma mecânica e massiva através dos *sites* de busca na Internet. Exige direcionamento, orientação, relação dos sujeitos com a informação, questionamento, dialogicidade e, sobretudo, a construção de um novo olhar e interesse voltados para os equipamentos informacionais e culturais, como as bibliotecas.

Para Freire, P. (2021) a formação ou o ensino exige pesquisa, ou seja, a indagação é um processo que faz parte do desenvolvimento da capacidade criativa e criadora do ser humano. Assim, o autor supracitado constata que a indagação e a descoberta oportunizam o sujeito a transitar da consciência ingênua para a consciência crítica, ou seja, “a curiosidade epistemológica” (Freire, P., 2021, p. 31), necessária à superação e emancipação dos sujeitos em sociedade.

O desinteresse por equipamentos culturais como as bibliotecas, os arquivos, os centros culturais, os museus, dentre outros da mesma natureza, é uma problemática mais ampla que aponta para o passado histórico de fragmentação desses espaços no âmbito da educação e da cultura brasileira. Os frágeis vínculos culturais e de estranhamento da sociedade com a biblioteca, por exemplo, que é o *locus* onde concentramos esta pesquisa, “[...] se reflete em desconsideração sobre o valor desse organismo para a construção de conhecimentos e saberes específicos” (Passos; Pieruccini, 2016, p.95).

As bibliotecas, em suas diferentes naturezas - públicas, comunitárias, infantis, escolares, de associações, especializadas, nacionais, universitárias, virtuais, digitais e eletrônicas - não se impõem mais como “armazéns de publicações” ou como “guardiães de livros”. Na sociedade contemporânea, tornam-se necessárias as conexões, redes, ambientes de colaboração e compartilhamento de informações. Ou seja, as bibliotecas, com ênfase na biblioteca escolar, precisam ser consideradas à luz de suas inúmeras possibilidades,

principalmente no que se refere a sua atuação como parte do conjunto de um todo que é a educação para a formação cidadã.

A respeito da biblioteca escolar, inserida no âmbito da educação básica, tem amparo em algumas legislações específicas, como é o caso da resolução nº 220, de 13 de maio de 2020 do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), que estabelece parâmetros básicos para estrutura e funcionamento das bibliotecas e considera a biblioteca escolar como uma “Coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados à consulta, pesquisa, estudo ou leitura, sendo considerada um dispositivo informacional obrigatório em todas as instituições escolares públicas e privadas [...]” (CFB, 2020, local. 1).

A biblioteca escolar, no contexto da educação brasileira, vem passando por inúmeros desafios no processo de consolidação como equipamento informacional, principalmente dentro das escolas públicas. Apesar das legislações que amparam a necessidade de sua existência e obrigatoriedade, em face de sua importância para educação de qualidade, destaca-se que ainda existem entraves na aplicação efetiva do seu dispositivo principal, que é a Lei 12.244/2010, que trata especificamente da universalização da biblioteca no contexto escolar.

Essa legislação apresentava como principal determinação que todas as escolas brasileiras, públicas ou particulares dispusessem de uma biblioteca até maio do ano de 2020. O censo escolar da educação básica do ano de 2022 aponta que 91,3% da rede federal dispõem de biblioteca, enquanto na rede estadual esse número cai para 53,2%, a rede municipal, 31,2% e 62,9% na rede privada. Ou seja, são dados bastante preocupantes, principalmente os que se referem a rede estadual e municipal de ensino, que contam com o maior percentual de matrículas na educação básica, sendo 49,0% das matrículas na rede municipal e 31,2 % na rede estadual de acordo com o censo escolar de 2022 (Inep, 2023).

Diante de tais números, faz-se necessário notabilizar algumas das transformações que a educação brasileira vem passando ao longo dos anos e mencionar alguns marcos legislativos referentes ao conjunto de políticas educacionais que, de uma forma ou de outra, vem refletindo, mesmo que de forma tímida, como revelado no último censo, na criação de bibliotecas escolares, na promoção da leitura, da pesquisa escolar, ou no incentivo ao acesso à informação e ao conhecimento.

É o caso da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), que é o principal dispositivo da educação brasileira. Ela regulamenta o sistema educacional público e privado no Brasil, da educação básica ao ensino superior (LDBN, 2018). Ao mencionar sobre pesquisa na escola e em locais apropriados para a pesquisa escolar no art. 1º, deixa evidente que: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na

convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (LDBN, 2018, p.8).

O art. 3º da LDBN se refere aos princípios e fins da educação nacional e estabelece: “Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber” (LDBN, 2018, p.9).

O art. 4º, quando se refere ao direito à educação e o dever de educar, afirma a importância do “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (LDBN, 2018, p.9).

Já os Parâmetros Curriculares da Educação Nacional (PCN) são diretrizes que orientam a educação no Brasil. Quando tratam da organização do trabalho escolar e gestão do tempo, se referem à biblioteca como um espaço que deve ser pensado para proporcionar a convivência dos alunos nos momentos em que não estejam dentro da sala de aula. As bibliotecas e os laboratórios, mencionados como espaços extrassala de aula, são locais que precisam ser planejados para serem aproveitados pelos alunos (PCN, 1998).

O Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), criado em 1997, é uma política governamental com o objetivo de “promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura para estudantes e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência” (MEC, 1997). É uma iniciativa que atende as escolas públicas que oferecem educação básica cadastradas no censo escolar, por meio da distribuição de livros de literatura para promoção e incentivo à leitura.

Além desses dispositivos legais é importante destacar que a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA/ UNESCO, 2016), organismo internacional que representa os interesses dos serviços de bibliotecas e informação, de forma abrangente estabelece diretrizes para a biblioteca escolar, destacando que “A função principal de uma biblioteca escolar é fornecer acesso físico e intelectual a informação e ideias. A riqueza e qualidade de um programa de biblioteca escolar dependem principalmente dos recursos humanos disponíveis dentro e para além dela” (IFLA/ UNESCO, 2016, local. 19).

A elaboração deste conjunto de orientações propostos pela IFLA/UNESCO envolveu conferências, discussões, debates e consultas a pessoas de diversos países no mundo de forma colaborativa. Tais diretrizes têm como objetivo orientar aos profissionais que trabalham em bibliotecas escolares e aos órgãos responsáveis a prestação de serviços eficazes, assegurando a necessidade premente e a importância desse equipamento informacional para a sociedade.

Os equipamentos informacionais são locais que devem favorecer a apropriação da informação, do conhecimento e da cultura, por isso a importância de oferecerem recursos dos

mais variados tipos, que possam despertar o interesse e possibilitar novas experiências na comunidade em que estão inseridos.

As bibliotecas ao longo de todo seu percurso histórico enfrentaram dificuldades em estabelecer e consolidar relacionamentos mais efetivos com a sociedade de um modo geral e de forma mais específica dentro das instituições em que estão inseridas. Tais fragilidades são reveladas principalmente quando se observa o desinteresse das pessoas em frequentar esses espaços e se apropriarem de todos os recursos materiais, tecnológicos, simbólicos ou culturais ali disponibilizados.

Passos e Pieruccini (2006, p. 96) apontam que tal problemática, “[...] engloba tanto aspectos das dificuldades de se lidar com as informações ali disponibilizadas, como também de desconhecimento das lógicas específicas que regem a ordem do dispositivo, bem como dos frágeis vínculos culturais com a biblioteca em nosso país”. Em um país como o Brasil, que sofre com as profundas desigualdades sociais, tal estranhamento aos equipamentos de informação e cultura refletem na precarização da educação ao longo dos anos e têm como uma de suas consequências a dificuldade na apropriação do conhecimento.

Para construir o conhecimento se fazem necessários, além do contato com a informação, aprender a localizar, selecionar, registrar, avaliar e confrontar com outras informações dos mais variados tipos que chegam numa velocidade cada vez maior, demandadas principalmente pelas tecnologias digitais. Informar a alguém alguma coisa e estar informado de algo faz parte de um processo complexo que ultrapassa a simples busca pela informação.

Diante disso, Pieruccini (2004, p. 11) afirma que “A busca de informação tal como é tratada em nossas bibliotecas e escolas, coloca-se como um processo natural e espontâneo, deixado a cargo de um público que não foi ensinado a pesquisar”. Ou seja, o que se tem muitas vezes é uma busca de informações esvaziada de sentidos e/ou a repetição da cópia que se realizava há pouco tempo, com o uso das enciclopédias, disponíveis principalmente nas bibliotecas públicas, para suprir as demandas dos estudantes do ensino médio, que não contavam com bibliotecas em suas escolas.

Com a evolução tecnológica, o fenômeno do “copia e cola” tem se tornado cada vez mais frequente e vem se aprimorando por meio do mecanismo de buscas mais utilizado na Internet, o *Google*, num processo chamado de “*Ctrl C e Ctrl V*”, evidenciando que o acesso por si só a informações dos mais variados tipos, não garante a construção dos saberes informacionais e a apropriação de conhecimentos.

Ora, não se pode deixar de dizer que as tecnologias digitais vêm avançando numa velocidade cada vez maior. A Inteligência Artificial (IA) permite à máquina a capacidade de realizar atividades humanas de maneira autônoma. Uma das mais recentes de suas aplicações, o *chat GPT*, é capaz de organizar dados, redigir conteúdos de forma coerente e coesa como a escrita humana. Porém, ele é incapaz de construir um pensamento criativo, crítico e esbarra de forma recorrente nos limites da ética humana, uso de fontes e da disseminação de conteúdos genéricos ou mesmo da desinformação e do uso irracional da informação, apresentando questões que precisam ser debatidos à luz da ciência e do pensamento crítico, sobre o seu uso responsável e ético no âmbito da educação (Rocha, 2023).

Copiar ou transcrever não é um fenômeno novo na história das bibliotecas. De fato, retomando aos antigos monges copistas da Idade Média, destaca-se que eles tinham a função de produzir de forma artesanal e caligráfica os manuscritos, principalmente os de ordens religiosas. Porém, na época, o objetivo de produzir cópias manuscritas em diferentes volumes era o de preservar e conservar as obras, a memória ou o conhecimento “[...] que provavelmente estariam perdidos se não fosse o labor minucioso dos religiosos” (Milanesi, 1983, p.19).

A busca de informação, como foi mencionado, ou a pesquisa nos equipamentos informacionais, como é o caso das bibliotecas, deve estar alinhado aos objetivos de oferecer subsídios para a construção de conhecimento, dar sentido e dar significado aos signos, favorecer a construção de identidades dos sujeitos e a formação de uma nova consciência humana, ética e crítica. Não pode ser apenas um processo de reprodução, mas de construção de conhecimentos.

Para Freire (1982), os homens são seres inacabados e inconclusos, por isso a necessidade dos sujeitos pensantes serem educados, oportunizados a conhecer a cultura e a indagar no processo de busca pelo conhecimento. A curiosidade é própria da natureza do ser humano, e no diálogo com os demais existe a oportunidade de troca e de humanização. Para Freire e Shor (1986, p.14) “O diálogo sela o ato de aprender, que nunca é individual, embora tenha uma dimensão individual”.

Isso implica o desenvolvimento de saberes atitudinais, ou seja, atitudes diante de um elemento imprescindível na construção do conhecimento, que é a informação (Passos; Pierucinci, 2021). Nesse caso, significa aprender a dar sentido à imensa quantidade de informações disponíveis em diversos suportes, sejam físicos, digitais ou virtuais, presentes na contemporaneidade.

Diante deste cenário “[...] recolocar a problemática da dimensão formativa da informação, tendo em vista processos de mediação e da apropriação de saberes informacionais, é, sem dúvida nenhuma, questão de relevância essencial”, (Perrotti, 2016, p. 6), ou seja, é um processo que vai além de estabelecer uma conexão com a Internet, se concentra em se conectar com os conteúdos que estão ali disponíveis e não se deixar dominar pelo consumo de informação, mas de se apropriar da informação com o intuito de “emancipar suas potencialidades criadoras e criativas” (Perrotti, 2016, p.7).

Uma vez que os métodos de transmissão de conhecimento, repetição de conteúdos de forma mecânica e exaustiva, ao longo dos anos vem mostrando que não conseguem dar conta de transformar sujeitos em seres autônomos e libertos pelo conhecimento, faz-se necessário reiterar que a relação entre informação e apropriação de saberes realiza-se por meio de atitudes construídas, desenvolvimento de competências, posturas éticas, ampliação do pensamento crítico, compromisso social e, sobretudo, da educação para o uso da informação.

Tal propositura se fundamenta na concepção de que a complexidade presente no mundo contemporâneo exige diferentes posturas e compromissos com a informação, a fim de que ela não se torne apenas um fenômeno a ser disseminado, mas que possa contribuir com autonomia individual e formação da consciência crítica.

No contexto das ações governamentais que garantem a educação para as coletividades, as políticas públicas educacionais, que fazem parte das políticas sociais, desempenham um papel fundamental na promoção e no desenvolvimento da sociedade e do indivíduo, e sua efetivação requer recursos financeiros adequados, planejamento, estrutura, gestão, acompanhamento e interesses específicos. É essencial que essas políticas públicas estejam direcionadas para a redução das desigualdades sociais, garantindo o acesso universal e a permanência na escola de todos, conforme estabelecido pela Constituição de 1988 (Brasil, 1988). Dessa forma, os países podem fortalecer-se e avançar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nas concepções de Souza (2006, p. 26), uma política pública pode ser definida como um campo que busca ao mesmo tempo “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças nos rumos ou cursos dessas ações (variável dependente).

Ou seja, as políticas públicas são decisões que impactam diretamente ou indiretamente a vida das pessoas em sociedade, por isso precisam e devem ser pensadas de forma muito

cuidadosa e responsável, sabendo que elas podem trazer benefícios para uma parcela específica da população ou para diversos grupos.

Nesse sentido, as políticas públicas precisam atuar no intuito de garantir os direitos que estão previstos na Carta Magna de 1988 à população de um modo geral. No caso das políticas públicas educacionais que fazem parte das políticas sociais, devem estar direcionadas aos interesses públicos, alinhadas ao objetivo maior que é a redução das desigualdades sociais, que afetam grande parte da população brasileira.

É essencial que as bibliotecas estejam inseridas no conjunto das políticas educacionais e que sejam criados mecanismos que garantam o cumprimento dos dispositivos legais. Frente à produção e disseminação constante de informação na sociedade contemporânea, é premente que as políticas voltadas para a informação recebam também especial atenção, sobretudo no que se refere ao planejamento, à elaboração, ao desenvolvimento e à aplicação, principalmente, no âmbito das instituições de ensino e pesquisa, com o intuito de fortalecer as organizações contribuindo com o desenvolvimento da sociedade.

As políticas relacionadas às questões informacionais começam a ganhar notoriedade nos países, quando os governos percebem a importância da informação para a dimensão administrativa de gestão e para o desenvolvimento científico e tecnológico (Dias; Silva; Cervantes, 2012).

É necessário reforçar que as políticas de informação vão além da importante e imprescindível tarefa que se relaciona à coleta, à organização e à comunicação da informação. Elas desenvolvem ações na capacitação, aprendizagem e educação para o uso da informação. Desta forma, é necessário compreender o que Marciano (2006, p. 44) evidencia sobre as políticas, no sentido de que precisam estarem “Voltadas à caracterização, ao delineamento e à definição de ações voltadas à utilização da informação como elemento transformador da sociedade nas esferas governamentais, organizacionais e privadas”.

Desse modo, Laia (2009) descreve que as políticas de informações são compreendidas como um conjunto de ações práticas que estabilizam, mantêm ou alteram o regime de informação. Assim, uma política de informação pode estar ligada à produção informacional, aos fluxos e à prestação de serviços de informação para os usuários de determinada instituição, com o intuito de aperfeiçoar as atividades e melhorar o desempenho dos membros da organização. Ou seja, uma política de informação deve trabalhar com atores sociais, fluxos, artefatos, dispositivos e ações de informação.

Já o regime de informação é abordado por González de Gómez (2012) sob o aspecto político e gerencial, onde as políticas de informação, na compreensão da autora, podem ser

entendidas como um conjunto de ações e decisões, com o intuito de preservar, reproduzir ou mudar o regime de informação.

Nesse sentido, González de Gómez (2012) trabalha o regime de informação na perspectiva do dispositivo de Michael Foucault (1970), onde o modo informacional dominante em uma formação social é o que define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização.

Como visto, as políticas de informação além de estarem relacionadas aos fluxos de informação, ainda se constituem de um conjunto de leis, regulamentos e dispositivos que regulam as ações de informação. De acordo com Mungambe e Freire (2020, p.48) “[...] contribuem na reconstrução do regime de informação em domínios específicos, parecendo pertinentes e eficientes em contextos locais e organizacionais delimitados”.

O debate que segue neste trabalho, reflete ainda sobre a concepção de infoeducação anunciada por Perrotti (2016) e a insere dentro do âmbito de desdobramentos das políticas de informação mediante a importância desta temática diante das novas demandas das TDIC, indo além dos conceitos técnicos que giram em torno de tais significados.

Com efeito, a perspectiva de Perrotti (2016) vem ao encontro das concepções de educação para emancipação humana e formação da consciência crítica de Paulo Freire (2011), ou seja, não se podem pensar os fluxos informacionais sem a educação voltada para o uso constante e a apropriação dos saberes informacionais ao longo da vida das pessoas. Os saberes são construídos na tessitura das relações entrelaçadas entre informação e educação (Perrotti; Pieruccini, 2007). Nesse sentido, Passos e Pieruccini (2021, p.3) reforçam que “A expressão saberes informacionais derivou de pesquisas realizadas no âmbito da Infoeducação, e definem-se como metaconhecimentos que nos auxiliam a conhecer o conhecimento”.

Nesses termos, é essencial investigar as áreas de informação e de educação, mas especificamente, como elas atuam no protagonismo social e cultural dos sujeitos. É essencial considerar as dimensões teóricas conceituais e operacionais de cada área, sabendo que o investimento em estudos dessa natureza se faz necessário para o desenvolvimento da sociedade que vem cada vez mais transformando seu pensar, agir e sentir em decorrência das constantes mudanças do mundo moderno e da crise estrutural do capital (Meszáros, 2011).

Considerando que o acesso à informação e a produção de conhecimento é proporcionado às camadas brasileiras de forma desigual, é nesse sentido que se evidencia as contradições do capital, onde por um lado é notório a imensa produção de conhecimento e por outro lado o acesso e a apropriação é proporcionado a poucos, impossibilitando a

emancipação social e humana e o desenvolvimento da consciência crítica dos sujeitos contribuindo com o processo de dominação do capital.

Nesse campo contraditório a infoeducação deve atuar dentro de uma perspectiva humanística e de expansão da criatividade, da arte, da cultura, do acesso e da apropriação das riquezas culturais e do conhecimento. Segundo essa perspectiva, a infoeducação nas bibliotecas pode caminhar na contramão da lógica de dominação e do mercado, onde a educação e a informação vêm se tornando cada vez mais mercantilizada a serviço da produção e reprodução social que tem como base a expansão do capital econômico.

Dessa forma, o presente estudo se apresenta como uma proposta de contribuir para o desenvolvimento de ações de informação no âmbito do regime de informação, visando à criação de diretrizes para projetos/ dispositivos infoeducativos que contemplem a formação de jovens protagonistas culturais, capazes de atuar na sociedade contemporânea, sociedade esta que é marcada pelo constante incremento das TDIC e pelas transformações do capital.

1.1 Problemática

O século XXI é caracterizado pela importância da informação em todos os aspectos da vida individual e social. Sendo assim, tanto a informação quanto às bibliotecas, em todas as suas formas, exigem dos usuários e dos bibliotecários novas abordagens e posturas perante as mudanças tecnológicas que caracterizam a sociedade contemporânea.

O profissional da informação é um intelectual que precisa adquirir diversas habilidades, dentre elas a capacidade de mediar a informação em diversos ambientes e suportes. Um ser dinâmico e atento às mudanças que ocorrem a todo instante no mundo contemporâneo “Além de travar relações com informações, é presumido que se relacione com outros indivíduos, devendo possuir habilidades para tanto” (Viana, 2021, p.148).

A nova realidade que está posta, onde a informação é um elemento importante nas relações sociais e individuais, exige diferentes posturas diante da informação, principalmente a capacidade de resistência ao fenômeno da desinformação e das *fake news*, tão presentes na sociedade. Miranda (2022, p. 41) “[...] sugere que é relevante se pensar os processos de formação e aprendizagem mediante perspectiva de emancipação e transformação social”.

Além das habilidades técnicas, operacionais e de competência, importantes dentro do segmento de atuação profissional, emerge a compreensão do ambiente social e cultural em

que a biblioteca está inserida. Considera um aprofundamento das questões sociais e políticas que rodeiam o ambiente local e o global, onde toda comunidade se encontra.

Como se pode observar, a evolução tecnológica trouxe e continua trazendo para as bibliotecas a oportunidade de dinamizar seus acervos, diversificar seus produtos e serviços, além de aprimorar as técnicas de organização e disponibilização da informação de forma eficiente e eficaz. Além disso, essa evolução tem permitido o surgimento de novos modelos de bibliotecas que vão além do conceito tradicional baseado em materiais impressos. Esses novos modelos incluem as bibliotecas híbridas, midiáticas, digitais, virtuais e/ou eletrônicas, que organizam a informação em diferentes formatos e suportes, buscando agilizar a recuperação de informações de forma eficiente e coerente com a velocidade que caracteriza o mundo digital contemporâneo.

Inserida no âmbito das instituições de ensino e com características de bibliotecas escolares e de bibliotecas universitárias, sobretudo, pelo público que atende, contemplar essas duas categorias (escolar e universitário), preponderantemente e em meio à crescente variedade de tipologias de bibliotecas contemporâneas se encontra a Biblioteca Educativa Pública (BEP)¹. É uma proposta para classificação oferecida para as bibliotecas que fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT).

Essa classificação foi atribuída por Brandão, Freire e Perucchi (2021, p. 5), pois são bibliotecas “Que apoiam com ações infoeducativas as práticas de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas por instituições públicas de ensino, cuja função é educativa e sua natureza é pública.” Devido a essas especificidades, tais bibliotecas “[...] possuem uma responsabilidade social inédita na conjuntura brasileira: ofertar produtos e serviços de informação no processo de aprendizagem ao longo da vida, do nível médio até o nível superior e da pós-graduação” (Brandão, 2022).

Segundo Lourenço Filho (1944, p. 3-4), “[...] ensino e biblioteca são instrumentos complementares, uma escola sem biblioteca é um instrumento imperfeito. A biblioteca sem ensino, ou seja, sem a tentativa de estimular, coordenar e organizar a leitura, será, por seu lado, instrumento vago e incerto [...]”.

Diante da indiscutível importância da biblioteca para a educação e formação humana crítica e integral, este estudo tem como objetivo investigar as reformas educacionais

¹ A Biblioteca Educativa Pública é uma proposta para classificação oferecida para as bibliotecas dos Institutos Federais de Educação pelos autores, Brandão, Freire e Perucchi (2021) em trabalho intitulado, **Construção identitária das bibliotecas dos Institutos Federais no Brasil**, apresentado no XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, (2021, grifo meu).

*Para fins desta pesquisa iremos utilizar o termo empregado pelos autores supramencionado, Biblioteca Educativa Pública, para se referir às bibliotecas dos Institutos Federais de Educação nesta pesquisa.

amparadas pela Lei nº 13.415/2017 e a Emenda Constitucional 95², promulgada em dezembro de 2016, e seus reflexos no desenvolvimento de políticas de informação e infoeducação nas bibliotecas dos Institutos Federais de Educação.

Sobre as mais recentes mudanças temos na reforma do ensino médio uma proposta para uma nova organização na estrutura do ensino médio, por meio de itinerários formativos, que segundo análises de autores como Paixão (2023), altera o currículo e reduz a participação da juventude a uma atuação e adaptação de forma mais eficiente ao mercado de trabalho e/ou as atividades produtivas formais ou informais (Paixão, 2023).

Tal reforma faz parte de um conjunto de mudanças propostas pelo estado brasileiro (cenário 2016- 2019) chamadas de reformas neoliberais (Paixão, 2023). Dessa forma, em articulação com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) (Brasil, 2018a), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018b), e com a Lei nº 13.415/2017, novos rumos são traçados para o ensino médio e a educação profissional e tecnológico por meio de tais instrumentos legais (Moura; Benachio, 2021).

No entrelaçamento de parte desta dinâmica, a proposta de Emenda Constitucional nº 95/2016, limita os gastos públicos e suspende investimentos nas áreas de educação, saúde e assistência social por 20 anos, a partir do ano de 2017. Ou seja, o teto de gastos previstos pela emenda estabelece um limite que só poderá aumentar de acordo com a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (Brasil, 2016).

O estudo em pauta se concentra no período entre os anos de 2016 a 2019, em meio a um contexto político turbulento caracterizado por mudanças que configuram um novo momento no campo da educação em nível nacional, especialmente no ensino médio. Tais mudanças se concentram principalmente no que diz respeito à regressão ou retirada de direitos sociais, além da precarização e privatização da educação, tendo como consequência o aumento das desigualdades sociais.

É necessário enfatizar que a falta de investimento na educação, limitada principalmente pela Emenda Constitucional nº 95, em decorrência, afeta as políticas de informação e a infoeducação desenvolvidas nas bibliotecas que fazem parte das instituições de ensino público no país. Nessas condições, evidencia-se que menores investimentos nessas áreas fragilizam as condições materiais e de oferta de uma educação de qualidade, como desdobramento impossibilita a proposta dos Institutos Federais de oferecer uma “[...]”

² Enfatizamos que, a Emenda Constitucional 95, “[...]coloca em risco a manutenção dos direitos sociais em um país marcado por políticas econômicas que promovem muita concentração de riqueza e pouca distribuição de renda e inclusão social” (Modesto; Mazza; Spigolon, 2019, p.169).

formação humana integral com a junção entre ciência, tecnologia, cultura e trabalho como eixos norteadores do currículo” (Moura; Lima Filho, 2017, p.120).

Dessa forma, amparados em reflexões amplamente discutidas no campo da educação profissional, das políticas de informação e inclusão social, e no âmbito da infoeducação, como os debates de Frigotto; Ciavatta; Ramos (2005), Frigotto (2014) Motta; Frigotto (2017); Ciavatta (2004); Ramos (2011); Kuenzer (2003, 2017), Freire, P. (1982, 1987, 1996, 1997, 2011, 2021) e Perrotti (2006, 2016, 2017, 2021), considera-se essencial investir em pesquisas que contribuam para ampliar e aprofundar esse debate no campo da Ciência da Informação.

Ainda reforça a importância de discutir a infoeducação para promover o protagonismo cultural e social dos indivíduos e para apropriação dos saberes informacionais em suas múltiplas possibilidades. Nesta perspectiva, a infoeducação pode ser ainda uma estratégia de enfrentamento diante da disseminação de desinformação, fenômeno tão presente na sociedade contemporânea.

Apropriar-se da informação e da cultura é um ato próprio de protagonistas (Pieruccini, 2004). O sujeito protagonista é aquele que desenvolve condições de participar de forma democrática, crítica e criativa da cultura, da produção e da apropriação dos saberes informacionais (Pieruccini, 2017).

Tais condições são criadas a partir do contato e da imersão dos sujeitos nos ambientes que propiciam a negociação com os signos em um processo dinâmico de conhecimento e reconhecimento. Ou seja, “os protagonistas são ao mesmo tempo, criadores, produtores de informação, conhecimento e cultura.” (Perrotti, 2017, p. 21). Dessa forma, o protagonismo cultural e social faz parte das dimensões e domínios de estudos e práticas da infoeducação porque prepara os sujeitos “[...] para exercer tal papel central nas dinâmicas da informação, do conhecimento e da cultura” (Perrotti, 2016, p. 24).

Sabendo que a educação pública no Brasil desde 2016³ enfrenta um contexto de perdas e retrocesso nos avanços sociais, que haviam sido conquistados durante as duas décadas anteriores⁴, comprometendo o desenvolvimento dos jovens ao longo dos anos e contribuindo para ampliação do abismo e da precarização do acesso a bens culturais e informacionais, como bibliotecas, museus, centros de informação, estações de conhecimento, entre outros,

³ Em 2016, com a mudança de governo pós-impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, iniciou-se um período de desmonte de políticas sociais, cujo marco principal é a aprovação da Emenda Constitucional (EC) 95, conhecida como Teto dos Gastos (Pellanda; Pipinis, 2021, p. 9).

⁴ Nas últimas décadas, a política educacional implementada permitiu a expansão do sistema público de ensino. Todavia, ainda são necessárias, tanto a melhoria da qualidade do ensino, quanto a ampliação da cobertura. Para tanto, é imprescindível investir mais recursos em educação, objetivando a ampliação da capacidade física dos parques escolares, bem como a valorização dos profissionais e a garantia de uma educação de qualidade e universal (Pellanda; Cara, 2020, local. 15).

torna-se necessário reforçar a importância de estudos e do desenvolvimento de políticas públicas de informação. Essas políticas devem identificar os prejuízos causados na formação de estudantes e buscar soluções para diminuir as desigualdades sociais em um país marcado pela precarização do ensino, do desenvolvimento da leitura e do acesso à educação.

Faz-se necessário considerar o quadro sócio-histórico que compõe a trajetória em que a sociedade brasileira se encontra, mais precisamente voltado ao contexto em que a educação está inserida, marcado pelo analfabetismo, precarização do ensino, evasão escolar, dificuldade de acesso e permanência na escola por parte dos jovens, pouco investimento em espaços de cultura, de memória e de conhecimento.

Assim, diante do contexto sociocultural em que o país se encontra imerso, torna-se fundamental compreender as práticas e a cultura informacional predominante. Esse entendimento é um passo necessário para avançar nos estudos sobre as relações entre Ciência da Informação e Educação na contemporaneidade. Nesse sentido, a pesquisa propõe uma reflexão e discussão sobre as reformas educacionais e como elas podem impactar o desenvolvimento de políticas de informação voltadas para a infoeducação nas bibliotecas educativas dos Institutos Federais de Educação.

A proposta dos Institutos Federais é agregar à formação acadêmica a preparação para o mundo do trabalho (Pacheco, 2010). A implantação desse modelo de escolas profissionalizantes se relaciona ao conjunto de políticas para educação profissional e tecnológica. A oferta de ensino nas diferentes modalidades e de forma verticalizada permite a formação de itinerários entre diferentes cursos de educação profissional e tecnológica, além de qualificação, cursos técnicos, graduação e pós-graduação (Pacheco, 2010). Contudo, ressalta-se que a modalidade de atuação na educação básica e/ ou ensino médio se estabelece como uma prioridade de atuação dos Institutos Federais (Paixão, 2023).

A pesquisa é fundamentada em Paulo Freire (2011) e em sua pedagogia de alfabetização, que visa formar os indivíduos diante dos desafios impostos pela sociedade contemporânea no que diz respeito à formação humana para o uso da informação, o desenvolvimento da autonomia e a capacidade crítica. Esses elementos desempenham um papel fundamental na democratização e no acesso à cultura.

Nesse contexto, o estudo apresenta um espaço dialógico para discussão entre a proposta freiriana e o conceito de infoeducação, abrangendo suas múltiplas características no que diz respeito ao ensino voltado não apenas para o uso, mas também para a apropriação da informação como uma tarefa de grande dimensão social e imbuída numa enorme carga política emergente neste primeiro quarto do século XXI.

Destaca-se que, aliado ao processo de avanço das tecnologias digitais, deve estar em conjunto o investimento em educação para uma melhor apropriação e utilização dos inúmeros benefícios oferecidos por ela e para o avanço no campo da formação humana. Sabendo que quanto mais avançadas as tecnologias, mais a sociedade sofre impactos (Osório, 2021).

Ressalta-se que os riscos da apropriação indevida são prejudiciais para a sociedade de um modo geral. Como exemplo, pode-se citar a “falsificação de informações, *fake News*, *deepfakes* (imagens criadas por inteligência artificial que produzem aparência, expressões e até a voz de uma pessoa)” (Siqueira, 2021, local. 1).

Frente à expansão e à criação de novos Institutos Federais e a ampliação do número de vagas dos cursos técnicos profissionalizantes, evidenciadas no período de 2005 a 2018, (MEC,2018), a referida instituição vivencia um contexto desafiador diante das reformas educacionais e políticas supramencionadas. Evidenciamos ainda que os cortes de orçamento para a educação ⁵ de R\$ 158,2 bilhões em 2016, de R\$ 140,84 bilhões em 2017, de R\$ 139,91 bilhões em 2018, de R\$ 149,74 bilhões em 2019, de R\$ 142,11 bilhões em 2020, de R\$ 9,4 bilhões em 2021 e de R\$ 736,3 milhões em 2022, (Andes, 2022), representam uma ameaça à qualidade do ensino oferecido pelos Institutos Federais e, conseqüentemente, contribuem para a precarização dessa modalidade de educação.

Desta forma, as bibliotecas dos Institutos Federais, ou bibliotecas educativas públicas, assim como os bibliotecários que nelas atuam, enfrentam um período de indefinição e diversos desafios. Entre eles, destacam-se os orçamentos reduzidos, a escassez de mão de obra qualificada, a falta de equipamentos de última geração e a ausência de *softwares* atualizados. Essas limitações frequentemente impedem a prestação adequada dos serviços informacionais demandados.

A mudança de cenário promovida pelas reformas educacionais, respaldadas pela Lei nº 13.415/2017 e pela Emenda Constitucional 95/2016, tem contribuído para a redução do financiamento público, principalmente na área da educação e nas políticas de informação. Diante desse contexto desafiador, surge a questão de pesquisa que norteia este estudo.

Assim, o problema de pesquisa resulta da seguinte forma: da relação entre as propostas presentes nas reformas do ensino médio e Emenda Constitucional 95 e suas implicações nas

⁵ O discurso do MEC sobre os cortes é embasado pelo combate ideológico nas universidades, às “balbúrdias” O objetivo real, no entanto, é garantir o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a meta de superávit primário e o teto dos gastos imposto pela EC 95/2016. Os dados orçamentários revelam que se trata de uma escolha orientada pela política macroeconômica do atual governo, alinhada a um aprofundamento da perspectiva neoliberal (Cislighi; et. al, 2019, p.5).

políticas de informação, e pode ser formulado da seguinte maneira: Quais mudanças promovidas pelas reformas educacionais e a Emenda Constitucional 95, operacionalizadas na sociedade, influenciam no investimento e no desenvolvimento das políticas de informação e de inclusão social das bibliotecas educativas públicas dos Institutos Federais de Educação no Brasil?

1.2 Justificativa

Ainda que tópicos anteriores apontem para a relevância da temática - impacto das reformas educacionais no desenvolvimento de políticas de informação e infoeducação - e demonstrem a necessidade de se investigar e debater sobre esse assunto no campo da Ciência da Informação, é importante ressaltar que existem poucas pesquisas específicas sobre o tema, especialmente no contexto das bibliotecas educativas públicas e das reformas educacionais voltadas para o ensino médio e a educação profissional.

Essa constatação é feita com base em estudos de Sousa e Freire, (2022) sobre “Infoeducação nas teses e dissertações dos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil” e, Sousa e Freire, (2022) em trabalho intitulado “A infoeducação na literatura mundial”, onde os autores se dedicam a pesquisar em que contexto a temática infoeducação vem sendo estudada na literatura de Ciência da Informação no Brasil e no âmbito internacional. Dessa forma, reforça-se a importância do tema em questão, que é atual e possui relevância política no campo progressista.

Salienta-se ainda a importância crescente das relações entre biblioteca e educação, impulsionada pelas constantes demandas decorrentes do fluxo informacional na sociedade contemporânea e digital. É necessário destacar no âmbito dessas mudanças que a biblioteca não se resume mais a um lugar apenas para guardar, preservar e conservar livros, nem apenas como um espaço para difundir informações. A sociedade está vivendo um processo de transformações bruscas, ainda em trânsito, onde a informação é disponibilizada em diferentes suportes e formatos, mediados principalmente pelas TDIC e que as bibliotecas precisam compreender como atuar neste contexto.

A biblioteca, dessa forma, vem se tornando um local de formação do indivíduo, de desenvolvimento de saberes informacionais e um dispositivo cultural que promove memória e protagonismo cultural e social na sociedade. Nesse cenário, a educação e a informação são categorias essenciais e estruturantes neste estudo, do ponto de vista social e individual na formação dos sujeitos na sociedade contemporânea.

Ressalta-se ainda a imbricação das políticas públicas de educação e políticas de informação, por meio das instituições educativas, com ênfase para o uso intelectual, social e ético da informação. Para isso, reitera-se e corrobora-se com a compreensão de que a educação se faz imprescindível no processo de formação, não apenas instrumental, mas contemplando todos os aspectos relativos à informação, como atitudes, desenvolvimento cognitivo, desenvolvimento cultural, social, protagonismo do sujeito, progresso democrático e ainda com o fim de minimizar os imensos prejuízos causados pela enorme desigualdade social que tem sido agravada no Brasil ao longo dos anos.

Os Institutos Federais de Educação são instituições sociais criadas em determinados contextos sociais e históricos de forma a serem funcionais as demandas. Tais instituições sofrem implicações e ao mesmo tempo influenciam nas políticas públicas. Portanto, a criação e expansão dos *campi* dessas instituições, de Norte a Sul e Leste a Oeste do Brasil, contribuem para o processo de formação humana integral, dentro de uma perspectiva emancipatória do sujeito e que contribui para o desenvolvimento das potencialidades humanas (Saviani, 1989).

Ancora-se na compreensão do papel maior da educação e da escola proposta por Saviani (1989), a escola como o lócus privilegiado de transmissão do conhecimento, como importante momento/espço de formação humana, compreendendo, na esteira do socialmente produzido, e da produção de novos conhecimentos na coletividade dos indivíduos e historicamente necessária à perpetuação do humano.

É nesse sentido que se faz necessário compreender a escola como um campo contraditório, no qual pode tanto favorecer a emancipação humana como reproduzir a subjugação, e é nesse campo de forças, campo de disputas de forças progressistas e forças conservadoras, que se insere a educação progressista. É nesse contexto que as políticas públicas se instrumentalizam e podem contribuir para a emancipação humana, ou apenas a reprodução do capital.

Dessa forma, as bibliotecas dos Institutos Federais em muito podem contribuir para a para emancipação humana por meio da inclusão informacional e social de sua comunidade, o que traz um valor agregado a esta pesquisa em termos sociais, visto que tanto a comunidade acadêmica institucional, quanto a comunidade externa poderão se beneficiar do acesso às bibliotecas e da chance de participar de suas múltiplas atividades, principalmente as voltadas para inserção dos sujeitos no âmbito da cultura e da informação em seus múltiplos aspectos.

Reforçando que a biblioteca é caracterizada como um equipamento informacional, que promove acesso tanto físico como virtual, por isso o conceito se amplia e passa a ser

ambiência. A informação não está mais apenas no espaço físico, ela pode ser acessada no ciberespaço, a partir das inúmeras redes de conexões existentes na contemporaneidade. Dessa forma, os serviços se ampliam, “[...] abarcam informações localizadas internamente – acesso físico ou virtual – como externamente, servindo neste último caso como intermediária no processo de pesquisa” (Almeida Júnior, 2020, p.32).

Dentro das concepções da infoeducação a biblioteca oferece mais do que o acesso à cultura. Ela “[...] articula, assim, ações informativas e educativas implícitas e explícitas, apresentando-se como palco de apropriação não só de saberes culturais gerais, como também de saberes específicos, os metassaberes informacionais” (Perrotti, 2016, p.21).

Dessa forma, diante do processo de expansão dos novos Institutos Federais no Brasil, as bibliotecas educativas públicas também foram sendo implantadas e consolidadas com o objetivo de atender às necessidades informacionais da comunidade acadêmica e estudantil. Algumas instituições criaram seus próprios Sistemas de Bibliotecas, enquanto outras expandiram seus sistemas com a abertura de novos *campi* em diferentes regiões do país. Isso resultou em benefícios inestimáveis para a população interna e externa à instituição.

Por fim, o trabalho se justifica quanto à motivação pessoal e acadêmica, onde o estudo representa oportunidade ímpar da pesquisadora em aprofundar a temática uma vez que a mesma é servidora efetiva do quadro de bibliotecários da Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica.

A atuação da pesquisadora como bibliotecária no Instituto Federal da Paraíba - *campus* Campina Grande (IFPB-CG) iniciou em 18 de dezembro do ano de 2013. Distante a 126,5 km da capital paraibana, a cidade de Campina Grande se destaca como polo tecnológico do Nordeste (Farias, 2023). Dessa forma, na prática profissional da pesquisadora, atuando principalmente no setor de processamento técnico, coordenação da biblioteca, comitê gestor do sistema de automação de bibliotecas do IFPB e atendimento aos usuários, foi observado um grande número de estudantes que ingressavam no IFPB-CG para cursar especialmente o ensino médio na modalidade integrada aos cursos técnicos, com anseio de receber uma preparação para atuar no nicho do mercado de trabalho voltado para tecnologias e inovação e/ou a oportunidade de poder ingressar em um curso superior.

Assim, essas observações decorrentes do contato com inúmeros estudantes que frequentam a biblioteca diariamente sensibilizou a pesquisadora a refletir de que forma a biblioteca poderia estar mais presente na rotina desses estudantes e quais atividades a biblioteca poderia proporcionar para que eles se sentissem parte deste ambiente e a utilizassem ao seu favor. Nesse sentido, passou-se a oferecer, de forma frequente, atividades

que conectavam a biblioteca às pesquisas e ao desenvolvimento dos trabalhos escolares/acadêmicos dos estudantes.

Dentre as atividades ofertadas, se destacam os minicursos, formação para pesquisa no acervo físico ou virtual, visitas guiadas à biblioteca para contato e apropriação dos elementos culturais presentes nesse espaço, recepção de turmas para conhecer e pesquisar nos trabalhos de conclusão de curso, treinamentos para uso do repositório institucional, eventos com apresentações artísticas e culturais, projetos de extensão voltados à comunidade interna e externa, dentre outras atividades.

A pesquisadora sempre pensou a biblioteca como um espaço de integração e formação e como parte importante de um conjunto maior que é a instituição de ensino que juntos formam um todo primordial no processo de ensino aprendizagem. A biblioteca não pode ser vista apenas como uma unidade de apoio ao ensino, ela precisa participar das dinâmicas socioculturais e educacionais essenciais para a construção do conhecimento e formação humana dentro das instituições em que atuam.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Investigar as políticas de informação e as possíveis implicações das reformas educacionais ocorridas no período compreendido entre os anos de 2016 a 2019 e os impactos ocorridos ou não na construção de saberes informacionais, nas bibliotecas dos Institutos Federais de Educação e na profissão dos bibliotecários.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) Mapear as mudanças em curso no campo legal, promovidas pelas reformas educacionais que refletem nas novas relações entre Ciência da Informação e educação, para a comunidade acadêmica das bibliotecas educativas;
- b) Identificar indícios de políticas de informação nas reformas educativas voltadas para as bibliotecas da rede federal de educação.
- c) Compreender como as políticas de informação influenciam na apropriação da informação e cultura, diante de novos fenômenos informacionais e educacionais da contemporaneidade;

- d) Propor diretrizes para a construção de um modelo infoeducacional que priorize a aprendizagem contínua para o uso da informação e a apropriação de novos saberes informacionais para as bibliotecas dos Institutos Federais de Educação.

1.4 Hipótese

A sociedade contemporânea vivencia um paradoxo. Por um lado, há o favorecimento do acesso à informação mediado pelas tecnologias interativas e digitais, que oferecem inúmeras possibilidades de trocas de informações, fontes de pesquisa, intercâmbios culturais, processos educativos e superação de barreiras geográficas e arquitetônicas. Além disso, as tecnologias promovem a difusão do conhecimento, impulsionam o crescimento do audiovisual e proporcionam oportunidades de inclusão digital e social, entre outras características. É um fato que o aumento das TDIC tem sido responsável por transformar a sociedade e influenciar a maneira como as pessoas percebem e moldam o mundo ao seu redor.

Por outro lado, o aumento exponencial de informações em todos os segmentos da vida humana vem causando inúmeros impactos que afetam de maneira significativa o desenvolvimento humano em sociedade.

Dentro desse novo cenário que está posto, o cotidiano é compartilhado com as máquinas dos mais diversos tipos tornando-se uma realidade presente nos processos organizacionais do mundo globalizado. Como exemplo do que está sendo debatido, pode-se citar o que vem sendo produzido no campo da Inteligência Artificial (IA) e os possíveis recursos que suas aplicações podem oferecer na execução de diversas tarefas, como os *chatbot*⁶, utilizados em larga escala principalmente por empresas.

Segundo Haugeland (1985 *apud* Russell; Norvig, 2013, p.25) “[...] a inteligência artificial é o novo e interessante esforço para fazer os computadores pensarem (...) máquinas com mentes, no sentido total e literal”.

É fato que as constantes transformações ocasionadas pelo incremento das novas TDIC vêm impactando as atividades humanas em todas as esferas. A robótica, a nanotecnologia, a biotecnologia e a IA incorporadas aos ambientes da vida cotidiana vem mostrando como as

⁶ *Chatbots* são programas de computador com habilidades para manter uma conversação com humanos através de Processamento de Linguagem Natural (PLN). O primeiro trabalho a abordar esse conceito ocorreu em 1966, quando Weizenbaum desenvolveu o ELIZA - um software capaz de se comunicar com um indivíduo de forma automática ao simular o perfil de um psicoterapeuta exercendo seu ofício (Silva *et al.* 2022, p.2).

mais recentes aplicações tecnológicas estão reinventando o mundo. O *chat GPT*⁷, “[...] lançado pela *OpenAI* em 2022, é uma aplicação tecnológica que permite aos usuários engajar-se em diálogos e conversas sobre diversos assuntos, fornecendo respostas e informações relevantes” (Meneses, 2023, p. 1). Essa ferramenta é considerada altamente inovadora, porém também desperta preocupações em vários setores da sociedade, especialmente no que se refere aos limites éticos do uso da inteligência artificial.

Muitas dessas mudanças exigem que os indivíduos se ajustem ou se adaptem às novas demandas impostas pelas tecnologias. É incontestável que a sociedade está cada vez mais imersa nesse ambiente híbrido de estímulos e respostas rápidas, de interatividade e velocidade, que paradoxalmente pode gerar tanto benefícios quanto malefícios.

No processo de transição do século XX para o século XXI, presenciamos o surgimento de novas profissões impulsionadas pelas TDIC, que impactaram de forma significativa o mundo do trabalho, que é fundamental para a estruturação da sociedade, conforme argumentado por Marx (1993). Nesse contexto, o movimento pela democratização do acesso à educação e pela permanência dos indivíduos na escola tem ganhado força com o desenvolvimento das tecnologias.

Além disso, houve “O avanço no campo da produção do conhecimento, e da relação com o saber” (Lévy, 1999, p. 156), que pode ser mediado através das redes ou do ciberespaço, conhecido como um ambiente mundial de interconexões habitado pelos saberes e pelos indivíduos que os possuem. “Não apenas a infraestrutura material de comunicação digital, mas também o universo oceânico de informação que ele abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo” (Lévy, 1999, p. 17).

Para Freire (2007), esse novo modelo de sociedade em rede nos desafia ao aprendizado contínuo que foge ao convencional, “Para lidar com as novas exigências da sociedade [em rede]” (Freire, 2007, p. 39). Isso porque a “Organização de uma rede de aprendizagem interativa está focalizada na construção do conhecimento coletivo, num contexto que foge à hierarquia das situações tradicionais de ensino-aprendizagem” (Freire 2007, p. 41), formando um processo maior de construção coletiva e de aprendizagem compartilhado por meio das redes de interações e do ciberespaço.

O ambiente do ciberespaço, para Pierre Lévy (1999), possibilita tecnologias intelectuais capazes de amplificar, exteriorizar e modificar numerosas funções cognitivas do

⁷ O *chat GPT* é um algoritmo baseado em inteligência artificial. Ele foi criado por um laboratório de pesquisas em inteligência artificial dos EUA chamado *OpenAI*, com sede em San Francisco. O nome *Chat GPT* é uma sigla para “*Generative Pre-Trained Transformer*” – algo como “Transformador pré-treinado generativo” (Lamdim, 2023, p.1).

indivíduo: memória, percepção e raciocínios como a inteligência artificial e modelização de fenômenos complexos.

No entrelaçamento dessa dinâmica, é evidente que essas mudanças nem sempre são igualmente distribuídas. A superabundância de informações, muitas vezes, resulta em desinformação ou na apropriação indevida e na manipulação da informação para fins e interesses específicos, o que pode acarretar prejuízos e retrocessos para o âmbito social e humano como já debatido nos tópicos anteriores.

As narrativas falsas e os perigos da desinformação, incluindo a disseminação cada vez maior de notícias falsas (*fake news*), destacam a existência de várias lacunas a serem preenchidas no campo da educação, da informação, da cultura, do diálogo e da formação crítica dos cidadãos e do uso ético e consciente da informação. Essa é a essência do debate conduzido nesta tese, que aborda os desafios impostos pelas mais recentes reformas educativas e que limitam os avanços na formação humana, bem como a necessidade de desenvolver a infoeducação nas bibliotecas dos Institutos Federais para formar jovens como protagonistas culturais e sociais, que se apropriem dos signos e dos saberes informacionais.

Diante dessa problemática, o presente trabalho apresenta como hipótese a ideia de que existe um desmonte na educação pública e na profissão dos bibliotecários que atuam nos Institutos Federais de Educação e que vem acontecendo de forma gradativa, por meio do avanço cada vez maior das tecnologias digitais e da implementação de reformas educativas neoliberais que limitam o desenvolvimento da educação para o uso da informação e refletem severamente nos profissionais que atuam nesses espaços.

Ressalta-se que as políticas educativas alinhadas às políticas de informação desenvolvidas de forma abrangente efetiva contando com investimentos específicos no campo da educação para uso da informação, ou seja, a infoeducação, dentro da perspectiva crítica e de autonomia dos sujeitos, favorece a apropriação da informação, apropriação cultural, o desenvolvimento de atitudes, de valores, de competências e a construção de novos saberes informacionais.

Tal hipótese apresentada pode ser um fio condutor para se estabelecer reflexões sobre as ações e novas posturas para as instituições de ensino e bibliotecas, uma vez que é premente a necessidade de atuação dos bibliotecários e da biblioteca, não apenas como difusora de informações, suporte ou apoio ao ensino, mas dentro da perspectiva de apropriação da informação e atuação pedagógica, além de mediadora da informação e mediadora cultural.

A busca por evidências que comprovem a hipótese ocorreu a partir da análise de documentos legais que regem o novo ensino médio como: Os Projetos Pedagógicos de Curso

(PPC) dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio dos Institutos Federais do Brasil, a BNCC, a Lei 13.415/2017, a Emenda Constitucional 95 de 2016 e as entrevistas coletadas com os bibliotecários que atuam nas bibliotecas dos Institutos Federais.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A presente seção trata de uma apresentação do estado da arte sobre a temática de infoeducação na literatura de Ciência da Informação, sobretudo conta com um mapeamento feito nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação com base nos resultados dos trabalhos publicados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto brasileiro de informação em ciência e tecnologia (Ibict).

Na sequência dos tópicos é feita uma contextualização a respeito da Ciência da Informação e de sua constituição como campo científico e epistemológico. Enfatizando que o debate em torno da institucionalização de uma ciência perpassa a necessidade de estudá-la como um campo científico, com o objetivo de compreendê-la e explicá-la, ou seja, explicar como ela organiza como uma atividade científica e quais as soluções e contribuições que ela oferece para a sociedade. Na sequência do texto que compõe este capítulo, é debatido a informação e a educação: relações na Ciência da Informação e as políticas de informação no contexto da Ciência da Informação.

2.1 O estado da arte: apontamentos anteriores sobre a temática

Para Nobrega-Therrien e Therrien (2004), o levantamento sistemático de produções acerca de uma determinada temática oferece ao pesquisador a possibilidade de compreender melhor seu objeto de estudo.

A produção acadêmica sobre a temática da infoeducação no Brasil se concentra mais especificamente dentro dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação. Um levantamento feito por Sousa e Freire (2022) e publicado em um periódico científico da área de Ciência da Informação apresenta como essa temática vem se desenvolvendo ao longo dos últimos anos no Brasil.

Sousa e Freire (2022) realizaram um mapeamento das publicações dos últimos 20 anos dos Programas de Pós-Graduação de Ciência da Informação disponíveis na BDTD e no portal do Ibict, com o objetivo de verificar como o tema vem sendo usado na literatura nacional e relacionar os autores e programas de pós-graduação com a temática da infoeducação.

De acordo com Sousa e Freire (2022, p. 60),

Ao escolher as teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação como campo empírico da pesquisa, evidenciamos as investigações científicas desses

programas, observamos relações com as linhas de pesquisas que os compõe, os projetos de pesquisas desenvolvidos pelos docentes, bem como as teses e dissertações que orientam. Assim, temos uma visão ampla do conhecimento produzido na temática e de sua rede conceitual.

O conjunto de publicações coletadas por meio da pesquisa de Sousa e Freire (2022) permitiu uma sistematização da temática utilizando quadros que relacionam autores, títulos de trabalhos e anos de defesa. O programa de pós-graduação com mais trabalhos recuperados foi o Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de São Paulo (PPGCI/USP) com 14 dissertações e 1 tese defendidas nos últimos 20 anos. No Quadro 1 são apresentados os programas de pós-graduação que trabalharam com a temática na ordem crescente do recorte temporal (2000-2020) privilegiado por Sousa e Freire (2022), além dos trabalhos coletados por Sousa e Freire (2022) foram coletados trabalhos mais recentes que tratam sobre o tema da infoeducação.

Quadro 1 - Programas de pós-graduação que trabalharam com o tema infoeducação

Autor	Título do trabalho	Instituição	Ano de defesa
Oliveira, Amanda Leal	Cultura na fazenda: um estudo sobre a apropriação da leitura como negociação de sentidos.	USP	2009
Scapechi, Wanderson	Saberes informacionais na educação superior: um estudo exploratório com estudantes universitários	USP	2009
Paschoal, Sonia Barreto de Novaes	Mediação cultural dialógica com crianças e adolescentes: oficinas de leitura e singularização	USP	2009
Alcântara, Cristiano Rogério	Redes de leitura: uma abordagem sociocultural do ato de ler	USP	2009
Batista, Carmem Lúcia	Informação pública: entre o acesso e a apropriação social	USP	2010
Silva, Elisângela Alves	Para todas as estações da vida: uma proposta de formação de redes intergeracionais	USP	2010
Avena, Magdalena José	Aprender a pesquisar: desafios da construção de um saber informacional na educação a distância	USP	2011
Silva, Jonathas Luiz Carvalho	A identidade da ciência da informação brasileira no contexto das perspectivas históricas da pós-graduação: análise dos conteúdos programáticos dos PPGCI s	UFPB	2011
Continua na página seguinte			

Continuação da página anterior			
Santos, Edison Luís dos	Estação memória Cambury: mediação cultural com os parceiros do rio que muda	USP	2013
Passos, Marcos Paulo	O ato lúdico de conhecer: a pesquisa como processo dialógico de apropriação de dispositivos informacionais e culturais.	USP	2013
Pinheiro, Edna Gomes	Do limiar da casa ao olho da rua: crianças e adolescentes em situação de risco e suas histórias de leitura — das práticas singulares à pluralidade do olhar da Ciência da Informação	UFMG	2013
Caires, Fernanda Medeiros	Biblioteca na educação: práticas colaborativas e apropriação cultural	USP	2014
Machado, Pâmela Bastos	Netos de Lobato: modos de ler o Sítio do Picapau Amarelo no século XXI.	UFMG	2014
Silva, Márcio Felipe Albuquerque Prazim da	Socialização da informação: intersecções temáticas entre ciência da informação e educação	UFPB	2014
Lopes, Martins Agnaldo	O uso do sintagma nominal na recuperação de documentos: proposta de um mecanismo automático para classificação temática de textos digitais	UFMG	2014
Mata, Marta Leandro da	A Inserção da Competência Informacional nos currículos dos cursos de Biblioteconomia no Brasil e de Informação e Documentação na Espanha	UNESP	2014
Dias, Luciana Tavares	Bibliotecas como livrarias? Repensando fronteiras entre instituições culturais na contemporaneidade	USP	2015
Gomes, Marcos Aurélio	Da educação de usuários à construção de competência em informação no contexto das bibliotecas das universidades federais: um estudo a partir da Universidade Federal de Alagoas e Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	2016
Alberto, Solange Maria Rodrigues	Formação de mediadores culturais: o lugar da experiência	USP	2017
Nascimento, Leandro dos Santos	Informação e Educação: as origens da Information Literacy - um estudo do relatório "The Information Service Environment Relationships and Priorities", de Paul Zurkowski"	USP	2018
Jesus, Thaisa Alves Dias de	Biblioteca e Educação: um estudo sobre acolhimento em dispositivos culturais para crianças	USP	2018
Continua na página seguinte			

Continuação da página anterior			
Passos, Marcos Paulo de	Informação e Educação: um estudo sobre as relações entre atitudes, saberes e dispositivos culturais.	USP	2018
Rasteli, Alessandro	Mediação cultural em bibliotecas: contribuições conceituais	UNESP	2019
Santos Neto, João Arlindo dos	O estado da arte da mediação da informação: uma análise histórica da constituição e desenvolvimento dos conceitos	UNESP	2019
Carvalho, Matheus Aguiar de	A ordenação de documentos na Biblioteconomia escolar	UFMG	2020
Santos, Verônica Aparecida dos	Saberes informacionais na formação integral: um estudo na Rede de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná sob o prisma da Infoeducação.	UEL	2021

Fonte: Adaptado de Sousa e Freire, (2022, p. 61,62), com dados da pesquisa (2024).

Conforme apresentado, observa-se que nessa temática, apesar de recorrente ao longo dos anos, mesmo que de forma tímida, os programas de pós-graduação que mais se destacaram foram os da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Dentre os 26 trabalhos publicados, ficou constatado que o assunto infoeducação foi recuperado em partes diferentes do texto a partir dos campos de busca estabelecidos na pesquisa como: título, resumo, palavras-chave e assunto do trabalho, relacionando com os autores e o tipo de trabalho encontrado na base. No Quadro 2, os resultados são descritos.

Quadro 2 - Local onde o termo infoeducação aparece nos trabalhos

Autor	Tipo de trabalho	Local onde o termo aparece
Oliveira, Amanda Leal	Dissertação	Resumo Assunto do trabalho
Scapechi, Wanderson	Dissertação	Assunto do trabalho
Paschoal, Sonia Barreto de Novaes	Dissertação	Palavras-chave Assunto do trabalho
Alcântara, Cristiano Rogério	Dissertação	Palavras-chave Assunto do trabalho
Batista, Carmem Lúcia	Dissertação	Palavras-chave Assunto do trabalho
Continua na página seguinte		

Continuação da página anterior		
Silva, Elisangela Alves	Dissertação	Palavras-chave Assunto do trabalho
Avena, Magdalena José	Dissertação	Resumo Palavras-chave Assunto do trabalho
Silva, Jonathas Luiz Carvalho	Dissertação	Assunto do trabalho
Santos, Edison Luís dos	Dissertação	Palavras-chave Assunto do trabalho
Passos, Marcos Paulo	Dissertação	Resumo Palavras-chave Assunto do trabalho
Pinheiro, Edna Gomes	Tese	Assunto do trabalho
Caires, Fernanda Medeiros	Dissertação	Palavras-chave Assunto do trabalho
Machado, Pâmela Bastos	Dissertação	Assunto do trabalho
Silva, Márcio Felipe Albuquerque Prazim da	Dissertação	Assunto do trabalho
Lopes, Martins Agnaldo	Tese	Assunto do trabalho
Mata, Marta Leandro da	Tese	Assunto do trabalho
Dias, Luciana Tavares	Dissertação	Palavras-chave Assunto do trabalho
Gomes, Marcos Aurélio	Tese	Assunto do trabalho
Alberto, Solange Maria Rodrigues	Dissertação	Resumo Palavras-chave Assunto do trabalho
Nascimento, Leandro dos Santos	Dissertação	Resumo Assunto do trabalho
Jesus, Thaisa Alves Dias de	Dissertação	Resumo Palavras-chave Assunto do trabalho
Passos, Marcos Paulo de	Tese	Palavras-chave Assunto do trabalho
Rasteli, Alessandro	Tese	Assunto do trabalho
Santos Neto, João Arlindo dos	Tese	Assunto do trabalho
Continua na página seguinte		

Continuação da página anterior		
Carvalho, Matheus Aguiar de	Dissertação	Resumo Palavras-chave Assunto do trabalho
Santos, Verônica Aparecida dos	Dissertação	Título do trabalho Resumo Palavras-chave Assunto do trabalho

Fonte: Adaptado de Sousa e Freire (2022, p.64), com dados da pesquisa, (2024).

O estado da arte levantado em torno do termo infoeducação revela que algumas categorias centrais vêm acompanhando o desenvolvimento de estudos e pesquisas e compondo um quadro teórico específico da infoeducação. Dentre as categorias estão o protagonismo cultural, os saberes informacionais, a mediação cultural, a apropriação da informação, os dispositivos informacionais, a apropriação cultural e o infoeducador (Perrotti; Pieruccini, 2007).

Dessa forma, na tentativa de melhor ilustrar a presença de tais categorias na literatura de Ciência da Informação no Brasil, por meio dos resultados obtidos nos trabalhos desenvolvidos nos PPGCIs sobre o conceito infoeducação e sua relação com todas as categorias que fazem parte da teia conceitual significativa do termo dentro da CI, Sousa e Freire (2022), elaboraram um mapa conceitual para melhor ilustrar os resultados.

De acordo com Belluzzo (2006, p. 83) os mapas conceituais são ferramentas que apoiam a gestão da informação e da comunicação e por meio deles é possível reunir as,

[...] condições que auxiliam a pensar e a manter conexões entre conceitos e sua estrutura, permite também proceder às inter-relações em diferentes campos do conhecimento, o que facilita extrapolar a informação apreendida a outra situação ou contexto diferente. Essa aprendizagem acontece quando um conceito implica em significados claros, precisos, diferenciados e transferíveis.

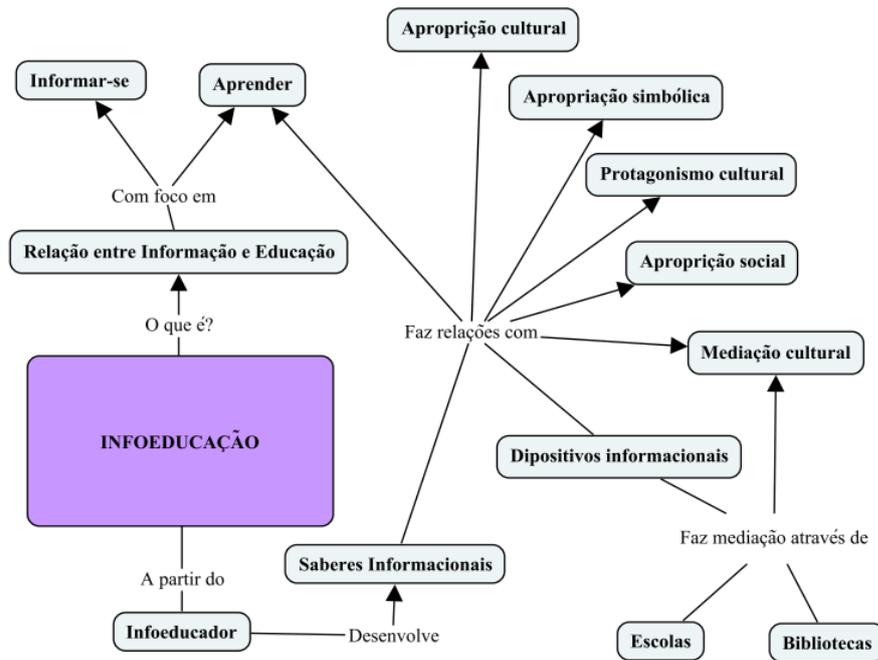
Para Belluzzo (2006, p.85) a técnica de analisar conteúdos por meio do uso de mapas conceituais existe desde a década de 60. A autora reforça que são,

[...] técnicas de mapeamento de informação e comunicação, denominados como mapas conceituais, criados por Novak; Gowin (1999), pesquisadores da Universidade de Cornell, preocupados com o aprendizado de novos modelos de trabalho investigativo, onde o acesso e uso da da informação são imprescindíveis.

A infoeducação destaca-se pela abrangência de suas possibilidades de atuação na Ciência da Informação, abarcando duas áreas específicas, informação e educação,

infoeducação soma-se a uma imensa gama de possibilidades de desenvolvimento de pesquisas e atuação profissional, por isso, ela possui dimensões teóricas e práticas (Perrotti, 2016). Diante disso, na Figura 1 é mostrado o mapa conceitual de infoeducação elaborado por Sousa e Freire (2022), que apresenta diferentes tendências de aplicação encontradas na literatura.

Figura 1 - Mapa conceitual do termo infoeducação



Fonte: Sousa e Freire (2022, p.73).

Para compreender a dinâmica da rede conceitual de infoeducação, os principais autores que estudam sobre o tema e as instituições que o abordam oferecem a oportunidade de pensar em caminhos para o desenvolvimento de estudos mais profundos no campo da Ciência da Informação, numa perspectiva de investigação que intensifique o diálogo entre a Ciência da Informação e a Educação que são áreas fundamentais para o desenvolvimento da sociedade contemporânea.

Esta seção, a qual intitulamos estado da arte, oportunizou tomar conhecimento de pesquisas desenvolvidas no Brasil sobre o tema da infoeducação. Além disso, ficou evidente por meio da observação dos resultados obtidos que o tema em estudo está nas pautas de discussões do mundo acadêmico contemporâneo, o que reforça ainda mais a relevância do objeto de estudo escolhido para o desenvolvimento desta pesquisa de doutorado que investiga as políticas de informação e as possíveis implicações das reformas e seus impactos, ocorridos

ou não, na construção de saberes informacionais nas bibliotecas dos Institutos Federais de Educação.

2.2 Ciência da Informação: campo científico

A informação é um elemento fundamental nos processos de socialização e de comunicação do conhecimento e está presente em todas as atividades da vida humana. Embora seja abordada, em maior ou menor medida, em diversos campos de conhecimento, tais como Administração, Arquivologia, Biblioteconomia, Documentação, Museologia, etc., apresenta-se como objeto principal da Ciência da Informação, o que torna cada vez mais complexo, dinâmico e necessário o entendimento sobre seus aspectos conceituais e pressupostos teóricos.

A Ciência da Informação, área que se dedica a estudos amplos sobre os elementos e as propriedades da informação, surgiu no pós-Segunda Guerra Mundial por volta da década de 1960. Para Saracevic (1996, p. 42), “Como muitos outros campos interdisciplinares (como ciência da computação, pesquisa operacional) a Ciência da Informação teve sua origem no bojo da revolução científica e técnica que se seguiu à Segunda Guerra Mundial”.

Conforme assinala Barreto (2012), a informação estocada e mantida secreta naquele período da guerra seria colocada à disposição do mundo. A princípio, o propósito da Ciência da Informação era o gerenciamento do volume crescente de informações geradas a partir do pós-Segunda Guerra (1945). É fato que, em função da guerra, ocorreram avanços tecnológicos consideráveis que impulsionaram o aumento exponencial de informação. O famoso estudo de Vannevar Bush (1945), engenheiro norte-americano reconhecido tanto por sua presença política na criação e adoção da bomba atômica quanto pelas ideias iniciais em torno do memex (conceito pioneiro e, quiçá, precursor de *world wide web*, *www*), em sua publicação: *As we may think*, aborda questionamentos a este respeito:

Qual a maneira eficiente de armazenar e recuperar o conhecimento humano? Como fazer uso apropriado do crescente volume de informações? Como impedir que uma informação relevante passe despercebida em meio a uma abundante geração de conhecimento? Como mecanizar o registro de idéias e experiências de forma a não estacionar no tempo em função da limitada capacidade da memória? (Vannevar Bush, 1945, p. 114, tradução minha).⁸

⁸ What is the efficient way to store and retrieve human knowledge? How to make appropriate use of the growing volume of information? How can we prevent relevant information from going unnoticed in the midst of an abundant generation of knowledge? How to mechanize the recording of ideas and experiences so as not to stagnate in time due to the limited capacity of memory?

Observa-se que o surgimento da Ciência da Informação está ligado à necessidade de armazenar, conservar e preservar a informação em um formato físico, como mencionado em palavras *ipsi literis* por Vannevar Bush (1945) com o objetivo de permitir sua recuperação por aqueles que precisassem utilizá-la a qualquer momento.

A noção de armazenar e reunir todas as informações em um só lugar para posterior recuperação já havia sido estudada pelo advogado belga, Paul Otlet e o senador Henri La Fontaine (1854-1943). A criação, em 1895, do Instituto Internacional de Bibliografia tinha o propósito de estudar “As questões concernentes ao livro e à organização sistemática da documentação em bases internacionais e universais” (Mattelart, 2002, p. 233). Segundo Freire (2006), Otlet empreendeu esforços nesse sentido porque acreditava que a informação, uma vez recuperada, seria capaz de operar de forma muito benéfica para as pessoas através da comunicação intelectual, da mudança social e da paz mundial. Esperava-se que o acesso à informação viesse a contribuir com a definição de uma opinião pública internacional e democrática, recomendando, para reforçar essa opinião, uma organização mundial de informação, conhecida como o Repertório Bibliográfico Universal.

Dessa forma, observam-se os esforços tanto de Bush, quanto de Otlet e La Fontaine no propósito de tratamento da informação, com uma diferença de que estes últimos estudiosos da informação estavam preocupados em empreender esforços na identificação do conteúdo dessas informações ou dos documentos armazenados, o que para Freire (2006, p. 10) “[...] foi realmente inovador, pois até então nunca havia sido feito”.

É importante frisar que esses estudiosos apresentaram contribuições diferentes para a Ciência da Informação. Bush pensou em um sistema de recuperação para grupos específicos de usuários, o setor produtivo (empresas, pesquisadores, governo), já Otlet e La Fontaine abordavam a informação em uma perspectiva social, onde deveria ser organizada e acessada por todos, para toda a sociedade. Para Silva e Freire (2012, p. 15-16), “É inegável que as contribuições teóricas, epistemológicas e ontológicas de Otlet promoveram os sustentáculos para o advento da Ciência da Informação e as contribuições de Bush promoveram sustentáculos para formalização da área como campo do conhecimento”.

Uma área dedicada aos problemas de informação se desenhava a partir de ações voltadas para a compreensão de seus aspectos e do armazenamento de conteúdos. Quanto à formalização dessa área de estudos dedicada à informação, Barreto (2012) acrescenta que alguns estudos e trabalhos indicando a formalização da Ciência da Informação como campo de estudos aconteceram em uma reunião de pequeno porte, no ano de 1962, no *Georgia*

Institute of Technology em Geórgia nos EUA. Vale salientar que a maioria dos participantes desse evento eram os bibliotecários e os docentes da própria universidade americana.

Quanto ao objeto específico de estudos da Ciência da Informação, percebe-se que ao longo dos anos vem passando por algumas mudanças. Dias (2002) identificou alguns como: orientação para o usuário, uso da informação, satisfação das necessidades individuais de informação. Para o autor, o acesso à informação é o mais recente dos objetos já apresentados pela Ciência da Informação.

Nesse sentido, acrescenta-se que Le Coadic (2004) identifica que o objeto de estudo da Ciência da Informação “[...] não é mais a biblioteca e o livro, o centro de documentação e o documento, o museu e o objeto, mas a informação”. Ora, não restam dúvidas: a informação é imprescindível para a formação cidadã de qualquer ser humano mundo afora, ela está presente em todas as esferas da vida em sociedade. Le Coadic (1996, p. 5) a define como “conhecimento inscrito (gravado) sob forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual. E explica: é um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita num suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc”.

No Brasil, as primeiras iniciativas voltadas para o desenvolvimento da disciplina de Ciência da Informação surgiram a partir do Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (IBBD). O instituto ofereceu um curso de mestrado em Ciência da Informação, que teve origem no curso de Documentação Científica (CDC) em 1955, conforme destacado por Pinheiro (1997).

Sendo assim, no país, a Ciência da Informação segue tradicionalmente as mesmas características apresentadas nos diversos locais de atuação mundo afora descritas por Borko (1968), como uma ciência que possui componentes de ciência pura e componentes de ciência aplicada, “ao desenvolver produtos e serviços” (Borko, 1968, p. 3) e enquanto campo de atuação, “[...] envolve tanto a pesquisa científica quanto a prática profissional” (Saracevic, 1991, p. 5).

Para Capurro e Hjørland (2007, p. 186) a Ciência da Informação,

Se ocupa com a geração, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação, com ênfase particular, na aplicação de tecnologias modernas nestas áreas. Como uma disciplina, procura criar e estruturar um corpo de conhecimentos científico tecnológico e de sistemas, relacionado à transferência de informação.

A Ciência da Informação assemelha-se a qualquer disciplina em evolução, tendo na realização de suas primeiras pesquisas “[...] emprestando métodos de outras disciplinas, adaptaram outros métodos e técnicas e gradualmente foram construídos conjuntos de conceitos e teorias, leis e quase - leis, na tentativa de alicerçar os fundamentos da nova área” (Braga,1995, p. 4).

As relações com outras disciplinas ou áreas do conhecimento também são objetos de estudos da Ciência da Informação, principalmente com a finalidade de compreender as relações interdisciplinares, pluridisciplinares e transdisciplinares. As discussões sobre inter, pluri e transdisciplinaridade na Ciência da Informação ou em qualquer outra área demandam estudos profundos e amplos para a compreensão do entrelaçamento das disciplinas. Dessa forma, em termos amplos, Japiassu (1976, p. 82) define a “Interdisciplinaridade como um movimento realizado no interior das disciplinas por meio da prática pedagógica e, entre elas, visando integração”.

Em face disso, ao afirmar que a Ciência da Informação é uma ciência interdisciplinar, é necessário explicar a relação de produção de conhecimento com as áreas com as quais ela se entrecruza e qual o tipo de interdisciplinaridade ela possui com essas áreas, conforme afirmam Smit e Tálamo (2007), ou se apenas possuem relações dialógicas.

Para Pombo; Guimarães; Levy (1993, p.10), o significado de interdisciplinaridade “É objeto de significativas flutuações: da simples cooperação de disciplinas ao seu intercâmbio mútuo e integração recíproca, a uma integração capaz de romper a estrutura de cada disciplina e alcançar uma axiomática comum”. Ou seja, é necessário observar no interior da Ciência da Informação se existe de fato essa relação de produção do conhecimento recíproco, de práticas, de produção colaborativa com as áreas que estão sendo apontadas como interdisciplinares.

Para tal, faz-se necessário um exercício de compreensão do termo “interdisciplinaridade”, assim como as demais palavras que fazem parte desse conjunto ligadas pelo radical “disciplina”. Dessa maneira, poderemos refletir sobre o lugar da Ciência da Informação nesse contexto.

Conforme Pombo; Guimarães e Levy (1993, p.12) “A interdisciplinaridade, a multidisciplinaridade, a pluridisciplinaridade, a transdisciplinaridade, e todos os outros conceitos congêneres têm em comum o fato de designarem diferentes modos de relação e articulação entre disciplinas”.

Os autores defendem que cada um dos termos citados acima caracteriza uma articulação entre uma ou mais disciplinas e conceitua tais termos como momentos de um processo de evolução de interação disciplinar. Nesse sentido, a “Pluridisciplinaridade seria

qualquer tipo de associação mínima entre duas ou mais disciplinas, [...] não exigindo alterações na forma de organização do ensino, supõe, contudo, algum esforço de coordenação entre os professores dessas disciplinas” (Pombo; Guimarães; Levy, 1993, p.11).

Quanto à interdisciplinaridade, de acordo com a autora supracitada, seria “Qualquer forma de combinação entre duas ou mais disciplinas, com vistas à compreensão de um objeto a partir da confluência de pontos de vistas diferentes e tendo como objetivo final a elaboração de uma síntese relativamente ao objeto comum” (Pombo; Guimarães; Levy, 1993, p.12). Já o termo transdisciplinaridade na visão de Pombo; Guimarães e Levy (1993, p.13) seria, portanto, “O nível máximo de interação disciplinar que seria possível alcançar num sistema de ensino”.

Assim, ao afirmar que a Ciência da Informação é uma área interdisciplinar, Borko (1968, p.2), em seu estudo sobre essa nova área, caracteriza como interdisciplinar quando é derivada de outros campos do conhecimento, ou seja:

É uma ciência interdisciplinar derivada de campos relacionados, tais como a Matemática, Lógica, Lingüística, Psicologia, Ciência da Computação, Engenharia da Produção, Artes Gráficas, Comunicação, Biblioteconomia, Administração, e outros campos científicos semelhantes. Têm ambos componentes, de ciência pura visto que investiga seu objeto sem considerar sua aplicação, e um componente de ciência aplicada, visto que desenvolve serviços e produtos.

São enumerados pelo autor 10 campos de pesquisa nos quais os estudiosos da área de Ciência da Informação estabelecem relações para resolver problemas de informação e produzir conhecimento. No entanto, é necessário dar a devida atenção ao diálogo interdisciplinar, observando a importação e incorporação de termos ou conceitos de outras áreas, bem como verificar se de fato ocorre a incorporação de teorias da Ciência da Informação por essas áreas. Essa preocupação já era levantada por autores como Ingwersen (1992), Smit e Tálamo (2007), Kobashi; Smit e Tálamo (2010), Gomes (2001), Souza (2011) e tantos outros não mencionados aqui, os quais expressam preocupações relacionadas às afirmações sobre interdisciplinaridade e à natureza interdisciplinar da Ciência da Informação.

Dizer-se interdisciplinar não implica necessariamente ser interdisciplinar. A afirmação de Saracevic (1996) de que a Ciência da Informação é, por natureza, interdisciplinar, levanta várias questões, dúvidas e estudos que tanto apoiam quanto contestam essa ideia. No entanto, é crucial realizar estudos aprofundados que efetivamente evidenciem a interdisciplinaridade real ou que "Exerça genuinamente a interdisciplinaridade”, como afirmam Smit e Tálamo (2007, p. 43).

Nessa perspectiva, a epistemologia da Ciência da Informação é uma disciplina dedicada ao estudo da construção do conhecimento no campo da Ciência da Informação, abrangendo seus limites, natureza, problemas e relações com outras áreas do conhecimento. Além disso, busca explorar a formação de possíveis campos interdisciplinares, mas não se limita apenas a essas características. Japiassu (1976, p.25), afirma que a epistemologia é o “estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências. Semelhante estudo tem por objetivo determinar a origem lógica (não psicológica) das ciências, seu valor e seu alcance e objetivos”.

Para Almeida; Bastos e Bittencourt (2007, p. 72), “A Ciência da Informação é um campo social de produção do conhecimento voltado às questões ligadas à informação [...]”, e embora seja uma área considerada recente, assim como outras áreas do conhecimento, que Santos (2007) denomina de Ciências pós-modernas, ela apresenta uma ampla produção acadêmica e científica.

No Brasil, essas produções são realizadas, principalmente, através dos programas de Pós-graduação em Ciência da Informação, dos eventos científicos a exemplo do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) em seus diversos grupos de trabalhos (GT) e dos periódicos científicos, que divulgam os trabalhos de pesquisadores da área e das associações de ensino e pesquisa, a exemplo da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) e a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN).

Para alcançar as relações entre Ciência da Informação e outras áreas do conhecimento se faz necessário compreender a condição epistemológica da Ciência da Informação que está caracterizada dentro da pluralidade temática, do que vem sendo produzido pelos pesquisadores da área e das demais áreas que fazem relação com a Ciência da Informação, as áreas cooperantes. Nesse caso, suas redes conceituais são importantes elementos que podem caracterizar interdisciplinaridade.

A rede conceitual da Ciência da Informação é ampla e diversificada. A informação como elemento chave e objeto de estudo da área precisa ser compreendida sob diferentes aspectos, seja no domínio da gestão, da organização, da memória, das tecnologias de informação, do uso, da ética e das políticas de informação, como destacam Bezerra; *et al* (2016).

Dentre os diversos domínios discursivos que a Ciência da Informação vem sendo debatida na sociedade contemporânea, no âmbito deste trabalho de tese especificamente, foi

escolhida como foco principal a infoeducação e as políticas de informação que são debatidas de forma mais específica nas seções seguintes.

2.3 A informação e a educação: relações na Ciência da Informação

As produções acadêmicas e científicas apresentam estudos sobre as relações da Ciência da Informação com outras áreas do conhecimento, constituindo o que autores como Pombo (2003) classificam como relações de pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, como já observado no tópico anterior.

A constituição de tais relações implica no desenvolvimento de estudos e de pesquisas que promovam a colaboração entre as áreas, reconhecendo que essas relações não podem ocorrer por meio de um processo de subordinação ou mera apropriação de termos e conceitos.

Dessa forma, é necessário situar que este estudo se desenvolve na perspectiva de um entendimento mais profundo das áreas de Ciência da Informação e Educação. Isso demanda reflexões que conduzam a uma melhor compreensão das conexões e/ou relações dialógicas que possam contribuir para pesquisas disciplinares e interdisciplinares entre tais áreas, visando o desenvolvimento desses campos científicos.

A relação entre Ciência da Informação e educação se manifesta em diversas temáticas abordadas no âmbito da educação, contribuindo para o avanço do conhecimento dos indivíduos e dos processos de formação informacional. Além disso, essas relações também podem ocorrer de forma inversa, por meio da aplicação de metodologias próprias da Ciência da Informação na educação. Dessa forma, se estabelece uma proximidade entre essas duas áreas e estimula esforços em estudos que contribuam para que esses campos de conhecimento mantenham relações próximas e dialógicas em suas pesquisas e aplicações práticas.

Na Ciência da Informação, diversos autores têm debatido as relações dialógicas, disciplinares, pluri e interdisciplinares, como já discutido anteriormente. Em que pese as aproximações dadas pelo fato de serem áreas de estudos tão próximas, Ciência da Informação e Educação, é importante destacar algumas pesquisas desenvolvidas nos últimos anos, no campo da Ciência da Informação, com a finalidade de compreender em que ponto estes campos do conhecimento se entrecruzam.

Pinheiro (2018) publicou em um periódico da área de Ciência da Informação ⁹ novas subáreas e fronteiras interdisciplinares entre a Ciência da Informação e outros campos do conhecimento. O trabalho desenvolvido pela autora é uma atualização de pesquisas já

⁹ Para saber mais, consultar: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/43317>

realizadas nos anos de 1997, 2004, 2007 e 2013 sobre as tendências e traços interdisciplinares da Ciência da Informação. Segundo Pinheiro (2018, p. 125), “A partir dos resultados das análises das pesquisas mencionadas, o objetivo foi identificar o estágio atual e futuro da Ciência da Informação, suas novas subáreas e fronteiras interdisciplinares, bem como as transformações de sua terminologia”.

A autora identificou no estudo realizado em 2018, um total de 16 subáreas da Ciência da Informação que fazem relações interdisciplinares com outras áreas. Sendo assim, buscou-se evidenciar neste trabalho em que ponto existe um entrecruzamento da Ciência da Informação e Educação, as fronteiras e os horizontes dessa relação a partir das pesquisas de Pinheiro (2018).

Para a autora, novas temáticas como competência em informação e informação para usuários com necessidades especiais (incluindo tecnologias assistivas) são subáreas interdisciplinares da Ciência da Informação e Educação. É importante destacar que no trabalho de Pinheiro (2006), intitulado “Ciência da Informação: desdobramentos disciplinares, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade”, já havia sido mencionado a subárea de formação e aspectos profissionais como área interdisciplinar.

Uma análise feita por Bicalho (2009) nos seguintes periódicos de Ciência da Informação: Informação e Sociedade: estudos, Perspectivas em Ciência da Informação e Transinformação, com o recorte temporal de 2001 a 2006, identificou um total de 158 trabalhos que demonstravam interações interdisciplinares.

A autora organizou em 10 conjuntos as principais disciplinas com as quais a Ciência da Informação tem maior interação, sendo elas: 1º) biblioteconomia (29%); 2º) administração/engenharia de produção (25%); 3º) epistemologia (7%); 4º) sociologia/antropologia (6,5%); 5º) educação e ciência da computação (4,5%); 6º) estatística e semiótica/semiologia (3%); 7º) artes (2,5%); 8º) economia, filosofia e linguística/terminologia (2%); 9º) arquivologia, ciências cognitivas, comunicação social e sociologia da ciência (1,5%) e na 10ª posição estavam as áreas de ciência política, história, história da ciência, museologia e psicologia (Bicalho, 2009).

Um estudo de citação feito por Fernandes; Cendón e Araújo (2011) nas teses e dissertações do programa de pós-graduação em Ciência da Informação da UFMG e no Portal de Periódicos da Capes, com um recorte temporal para os anos de 2005 a 2007, identificou em dois momentos que as áreas de ciência da computação, administração e educação são as principais áreas relacionadas à Ciência da Informação por coincidirem nos resultados nos dois momentos da pesquisa (Fernandes; Cendón; Araújo, 2011).

Já uma pesquisa realizada por Reis (2016) sobre a produção de artigos científicos de pesquisadores das áreas de Ciência da Informação e Comunicação na base de dados da *scopus*, com o objetivo de compreender as relações interdisciplinares que a Comunicação e a Ciência da Informação faz com outras áreas, constatou uma aproximação entre os termos: educação [*education*], estudantes [*students*], sistema de aprendizagem [*learning systems*], aprendizagem *on-line* [*e-learning*], comportamento social [*social behavior*], educação à distância [*distance education*] com as áreas de comunicação e Ciência da Informação. Ou seja, uma quantidade de termos da área de educação estão também conectados de alguma forma à área de Ciência da Informação e Comunicação.

A grande contribuição desses trabalhos consiste no desenvolvimento de uma perspectiva que observa como muitos autores utilizam diversas metodologias para analisar as relações interdisciplinares entre a Ciência da Informação e outras disciplinas. Todavia, não é o objetivo deste trabalho citar todas essas pesquisas ou quais os métodos utilizam, alguns deles vão desde análise de citação, uso de termos e conceitos, até estudos da formação acadêmica dos autores. O interesse deste trabalho, portanto, reside na reflexão sobre as relações dialógicas entre as áreas de Ciência da Informação e Educação, com o objetivo de investigar se tais relações podem fomentar traços de interdisciplinaridade entre esses campos.

Ressalta que, dentro dos limites e das circunstâncias da pesquisa em pauta, não se pode concluir efetivamente se esses dois campos são de fato interdisciplinares, o que se pode observar é que os campos de Ciência da Informação e Educação possuem relações dialógicas, como evidenciadas nas pesquisas já descritas aqui.

Os estudos sobre letramento informacional, educação para o uso da informação, infoeducação, competência em informação, mediação da informação, inclusão social, políticas de informação, dentre outros temas, revelam a importância de uma parceria dialógica e, muitas vezes, interdisciplinar entre Educação e Ciência da Informação. Belluzzo (2001), ao abordar a questão da educação na sociedade da informação, evidencia que faz parte da competência docente no processo de ensino aprendizagem, dentre outras características, a necessidade de conhecer as tecnologias, saber utilizar e usar a informação para a criação de novos conhecimentos.

Nessa perspectiva, a escola é um *locus* privilegiado para o estudo e desenvolvimento das práticas informacionais e “[...] para uma visão da institucionalização e funcionamento de nosso mundo cultural” (Marteleto, 1995, p.72).

São caminhos que se entrecruzam e que, em parceria, muito podem contribuir para o que Freire, I. (2007, p. 144) chama de “Democratização do acesso às tecnologias de produção

e comunicação da informação. É nessa parceria que reside nossa esperança para inclusão social e cognitiva das classes desfavorecidas economicamente”. A autora refere-se à necessidade de políticas públicas que contemplem o desenvolvimento de competências em informação na educação.

Ainda buscando notabilizar as relações entre a Ciência da Informação e a Educação que os estudos sobre a socialização da informação de Silva (2014) indicam uma importante temática de intersecção entre tais áreas. O autor argumenta, a partir das concepções pedagógicas do patrono da educação, Paulo Freire, que a socialização da informação “[...] considera as experiências dos sujeitos do processo, a historicidade do homem, a participação na construção e modificação da sociedade” (Silva, 2014, p. 80). Esses elementos são necessários aos processos de construção e disseminação da informação e do conhecimento na sociedade contemporânea.

Na proposta de infoeducação, desenvolvida por Perrotti (2016), as relações de conhecimentos teóricos e práticos envolvendo os campos de Ciência da Informação e Educação resultam em caminhos interdisciplinares e transdisciplinares.

Portanto, como já mencionado, existem estudos frequentes que destacam a presença da informação em todas as atividades individuais. No entanto, na prática, é necessário que as relações dialógicas com a informação sejam efetivas, visando proporcionar maiores oportunidades para a plena apropriação de seus processos formativos. Essas relações podem ser desenvolvidas através de uma aprendizagem contínua para o uso da informação e apropriação de suas potencialidades.

Aponta-se a infoeducação como um caminho profícuo, emergente, atual e promissor que pode oferecer soluções para problemas de ordem educativos, culturais e informacionais presentes na sociedade ao longo de toda sua trajetória. Ressalta principalmente o que Perrotti (2016) aponta como a precariedade do acesso a informações relevantes, em contraponto à avalanche informacional, levando os indivíduos a serem excluídos pela falta e oprimidos pelo excesso ou pela desinformação.

No tópico seguinte, essa abordagem é realizada demonstrando, especificamente, como as políticas de informação podem contribuir para o desenvolvimento das instituições dos atores sociais e das ações de informação. Sabendo que a infoeducação está presente no conjunto das ações de informação que podem ser desenvolvidas com o intuito de que os sujeitos possam se apropriar das dimensões formativas da informação.

2.4 As políticas de informação na Ciência da Informação

Cabe iniciar esse tópico questionando o que são políticas. De acordo com o dicionário Priberan (2023), política possui origem etimológica no grego *politiká*, assuntos públicos, ciência política. Significa o “Modo de governar ou dirigir a administração ou o poder, a nível central ou local” (Priberam, 2023, online).

Já a política pública, como mencionado em linhas anteriores deste trabalho, é “um ramo da ciência política capaz de orientar os governos nas suas decisões e entender como e por que os governos optam por determinadas ações” (Souza, 2006, p.3).

A Constituição Federal de 1988 aponta as políticas públicas como instrumentos que tem como objetivo oferecer a garantia dos direitos fundamentais e sociais aos indivíduos e à coletividade. Assim, as políticas sociais no Brasil “são aquelas destinadas a prover o exercício de direitos sociais como educação, seguridade social (saúde, previdência e assistência), habitação, etc.” (Rua; Romanini, 2013, p. 10.). O nascimento das políticas sociais no Brasil está ligado a “[...]instrumentos de legitimação e consolidação hegemônica que, contraditoriamente, são permeadas por conquistas da classe trabalhadora” (Montaño, 2007, p.39).

Dentro desse aspecto, os governos precisam garantir, como um direito social, o mínimo padrão de vida para os cidadãos. Assim, é o “Estado que deve regular a economia de mercado de modo a assegurar o pleno emprego, a criação de serviços sociais de consumo coletivo, como a educação, saúde e assistência social para atender a casos de extrema necessidade e minimizar a pobreza” (Piana, 2009, p.30) e reduzir as desigualdades sociais.

Dentro do universo do crescimento informacional constante, usufruir do acesso à informação é um direito de todo cidadão, o acesso à informação representa um passo para a inclusão social do sujeito. Na constituição de 1998, o artigo 5º estabelece que a informação é um direito fundamental. No parágrafo XIV ressalta: “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.”

Devido à importância da informação no sentido de “acionar as mudanças sociais, econômicas e políticas desejadas por um país, se bem administrada e com soberania” (Lemos, 1983, p. 62), as políticas de informação fazem parte de um conjunto de políticas públicas com a função de:

- a) normalizar e regular programas e ações governamentais ou organizacionais, de modo a concretizar as diretrizes desse governo ou organização;
- b) estabelecer prioridades de ação;

- c) definir recursos públicos de fomento;
- d) envolver grupos da sociedade buscando a concretização das ações fomentadas.

Em face disso, Barreto (2003) destaca que as políticas de informação devem estar relacionadas a três itens básicos, quais sejam:

- a) Haver, no país, uma política para informação científica e tecnológica com a qual o governo efetivamente se comprometa;
- b) Haver uma Agência Nacional de Informação adequada para desenvolver o plano dentro do contexto proposto acima;
- c) Haver capacitação de recursos humanos para lidar com ações nacionais de informação em ciência e tecnologia.

No âmbito da Ciência da Informação, os conceitos de política e regime de informação são constantemente debatidos e andam juntos. Silva (2019, p. 185) acrescenta que “A política de informação é definida e também definidora do regime de Informação, uma vez que se forma um ciclo em constante mutação e movimento”.

As abordagens a respeito do regime de informação são traçadas com base na perspectiva de diversos autores (Freire, 2021). Os principais estudos difundidos na área são as concepções de Frohmann (1995) que, de forma pioneira, relaciona o regime de informação às políticas de informação, “visando afastar as concepções de políticas de informação da visão reducionista que enfocam aspectos governamentais” (Bezerra *et. al.*, 2016, p. 62). Dessa forma,

[...] quando pensamos nos fluxos de informação que circulam ao nosso redor, sejam eles culturais, acadêmicos, financeiros, industriais, comerciais, institucionais ou seus muitos híbridos, percebemos que eles têm formas e estruturas específicas. Vamos chamar qualquer sistema ou rede mais ou menos estável na qual a informação flui através de determinados canais de produtores específicos, através de estruturas organizacionais específicas, para consumidores específicos ou usuários, de regime de informação. Radiodifusão, distribuição de filmes, publicações acadêmicas, bibliotecas, fluxos transfronteiriços e a infobahn emergente: todos eles são nós de redes de informação, ou elementos de um regime de informação específico (Frohmann, 1995, p. 5, tradução minha).¹⁰

¹⁰ Texto no idioma original: And when we think about the information flows swirling around us, whether cultural, academic, financial, industrial, commercial, institutional, or their many hybrids, we realize that they do have specific forms and structures. Let us therefore call any more-or-less stable system or network in which information flows through determinable channels from specific producers, via specific organizational structures, to specific consumers or users a régime of information. Radio and television broadcasting, film distribution, academic publishing, libraries, transborder data flows, the emerging infobahn: these are all nodes of information networks, or elements of specific régimes of information. somehow, somewhere, even without direct government action, sufficient power and control is exercised over the constituents of information systems that discernible, more-or-less well-defined networks nonetheless emerge and stabilize.

Ainda no que se refere às contribuições conceituais do Regime de Informação, a autora Sandra Braman (2004, p.36) apresenta o regime “relacionado às políticas de informação, ao poder do Estado informacional e à penetrabilidade das tecnologias digitais de informação e comunicação”. Desse modo,

A formação do Regime, então, é o processo pelo qual novas formas políticas emergem fora do campo da política. Ela ocorre quando um fator interno ou externo da área de questões [issue areas] requer transformações jurídicas ou regulamentares; no caso da política de informação inovação tecnológica e os processos consequências da globalização têm sido fatores particularmente importantes para estimular a transformação do regime global de política de informação (Braman, 2004, p.20, tradução minha).

No âmbito das contribuições conceituais, encontra-se a compreensão de González de Gómez (2012) sobre o tema. Para Freire (2021), a autora é pioneira nos estudos relacionados ao Regime de Informação no Brasil e expandiu o conceito de regime agregando outros elementos e “acrescenta as abordagens supracitadas a relação com conceitos de gestão e políticas de informação, além de incluir, no ambiente composto pelo regime de informação, todos os elementos que representam a sociedade contemporânea” (Freire, 2021, p. 178). Como se destaca no trecho a seguir,

[...] a sociedade da informação poderia ser entendida como aquela em que o regime de informação caracteriza e condiciona todos os outros regimes sociais, econômicos, culturais, das comunidades e do estado. Nesse sentido, a centralidade da comunicação e da informação produziria a maior dispersão das questões políticas da informação, perpassada e interceptada por todas as outras políticas: as públicas e as informais, as tácitas e as explícitas, as diretas ou indiretas (González de Gómez, 1999a, p. 2).

González de Gómez (2012) conecta o conceito de Regime de Informação à noção de dispositivo, construída por Foucault (2000). Nesse sentido é importante perceber que de certo modo tais abordagens fazem conexão com as propostas debatidas neste estudo sobre a infoeducação quando se refere especificamente ao dispositivo de informação dentro da compreensão de dispositivo fundamentada em Foucault.

O Regime de Informação, assim como as políticas de informação, pode ser implementado em várias instituições, trazendo benefícios para diversos sujeitos e atores sociais, pois abrange uma perspectiva holística de aplicação. Para Freire (2008, p. 199), as políticas de informação caracterizam-se como um “conjunto de leis, regulamentos e políticas

que estimulam ou regulam a geração, o uso, o armazenamento e a comunicação de informação”.

Nesse sentido e de acordo com González de Gómez (2012, p. 50), é o autor “Bernd Frohmann quem propõe primeiro e de maneira explícita, o conceito de regime de informação (1984), como uma genealogia das políticas de informação”. O autor destaca e critica as diversas abordagens de política de informação propostas e praticadas dentro do escopo da Ciência da Informação e da Biblioteconomia de forma reducionista, muitas vezes alinhando as políticas de informação como uma classe das políticas governamentais, relacionadas aos documentos de governo e estado.

Ainda neste contexto de compreensão das políticas de informação e do Regime de Informação, González de Gómez (2012, p.52) aponta alguns argumentos de Braman (2004) em relação a teoria do regime como uma proposta que não substitui, mas realimenta os estudos de políticas de informação sob quatro diferentes aspectos, quais sejam:

a) permite identificar tendências comuns em fenômenos e processos dispersos através de arenas historicamente dissociadas;

b) contribui para pensar instituições, ações e instrumentos políticos novos, sem que isso signifique necessariamente a desativação dos “sistemas” já existentes;

c) unifica um domínio de tomada de decisão, evitando a dispersão gerada pela pluralidade de canais, de meios e de fluxos de informação;

d) oferece novos parâmetros para estimar o impacto das tecnologias de informação sobre as relações internacionais.

Dessa forma, destaca-se que as definições que melhor apoiam esta pesquisa estão centradas nas concepções de Regime de Informação de González de Gómez (2002, 2012b), pois a autora, assim como Frohmann (1995), Braman (2004) e Ekbia e Evans (2009), estuda o constructo e “acrescenta às abordagens supracitadas a relação com conceitos de gestão e políticas de informação, além de incluir, no ambiente composto pelo regime de informação, todos os elementos que representam a sociedade contemporânea” (Freire, 2021, p. 178) e se fundamenta na noção de dispositivo desenvolvida por Michael Foucault para as ciências sociais e aborda o regime “sob os aspectos políticos e gerencial” (Freire, 2013, p.75). Nessa perspectiva, o Regime de Informação pode ser definido como:

Um modo de produção informacional dominante numa formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição (González De Gómez, 2002, p. 34).

Llarena (2022) descreve que, dentro das subáreas em que a Ciência da Informação está subdividida, os estudos sobre o Regime de Informação estão concentrados no eixo Economia, Política da Informação. Esta subárea da Ciência da Informação se ocupa de compreender a “integração das dimensões regulatórias, econômicas, tecnológicas, sociais e culturais ao entendimento dos fenômenos informacionais” (Araújo, 2014, p. 65).

Assim, o Regime de Informação oferece à Ciência da Informação contribuições tanto conceituais como práticas. No âmbito das concepções práticas, González de Gómez (2015, p. 346) identificou os estudos de Isa Freire como um dos precursores na elaboração de um modelo de ações de informação voltado para “regimes de informação em diferentes contextos socioculturais e ambientes organizacionais”.

Assim, na aplicação teórica e prática, os componentes que fazem parte do Regime de Informação são descritos como: “**os atores sociais, as ações de informação, os artefatos de informação e os dispositivos de informação**” (Freire, 2018, p. 129, grifo meu). Nesse contexto,

As ações de informação se iniciam e desenvolvem em um regime de informação a partir de atores sociais, mediante dispositivos semântico-pragmáticos e estruturas organizacionais aceitos pela forma de vida e apoiados em tecnologias de informação e comunicação (Freire, 2018, p. 129).

De acordo com González de Gómez (1999, p. 24), os atores sociais são reconhecidos quando existe:

[...] algum grau de institucionalização e estruturação das ações coletivas dos quadros conceituais e das estratégias prático-discursivas, as quais agenciam diferenciais para configurar ações formativas que singularizem e sustentem expectativas de reconhecimento social desses sujeitos.

Dessa forma, nos estudos recentes sobre regime de informação de Freire (2021, p.179) os atores sociais são divididos em duas categorias: “humanos e não humanos estes representados pelas instituições às quais os atores sociais humanos estão vinculados”. É importante observar que dentro da aplicação do Regime de Informação existe essa flexibilidade de identificação de novas categorias e abordagens que melhor se adequam ao contexto em que o regime está sendo aplicado na prática.

Os atores sociais, por sua vez, são participantes das ações de informação que podem ser divididas de acordo com González de Gómez (2003) em ações **formativa, relacional e de mediação**. Brandão e Freire (2022, p. 58) acrescentam que “as ações relacionais são apoiadas

em dispositivos de informação, enquanto que as ações formativas dão origem ao que chamamos de artefatos de informação”. Com relação às três modalidades de manifestação de uma ação de informação, tem-se que a ação é:

[...]•**formativa**, quando a ação de informação é orientada à informação não como meio, mas como sua finalização; •**de mediação**, quando a ação de informação fica atrelada aos fins e orientação de uma outra ação; •**relacional**, quando uma ação de informação tem como finalidade intervir numa outra ação de informação, de modo que – ainda quando de autonomia relativa – dela obtém a direção e fins (Brandão e Freire, 2022, p. 58, grifos dos autores).

A infoeducação é uma ação de informação que passeia entre a mediação da informação e a mediação cultural. A informação é um processo que envolve trocas e interlocuções dinâmicas na geração de sentidos. Tais trocas necessitam de ações mediadoras e mediatizadoras na produção, no tratamento, na recuperação e na disseminação da informação. “Em sua complexidade peculiar, a informação apresenta-se como categoria formativa. Nesse sentido, vale lembrar que o termo informar é constituído por in + formar e significa dar forma, colocar alguma coisa em forma” (Perrotti, 2016, p.10). As ações de informação auxiliam nesse processo de formação.

Já os dispositivos de informação são responsáveis por abrigar as normas ou legislações que regulamentam um Regime de Informação (Freire, 2021). Os dispositivos para Foucault são instrumentos de análise das relações de poder. Dessa forma, Foucault (1970, p. 244) observa que o dispositivo de informação “abrange um conjunto variado de discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, filosóficos, morais, filantrópicos, produções artísticas”.

Os dispositivos podem ser considerados como mecanismos que na prática operacionalizam por meio de suas regras e normas os serviços e as ações de informação. Como observa González de Gómez (1996, p. 63), o dispositivo é “um conjunto de produtos e serviços de informação e das ações de transferência de informação”.

No processo pragmático do Regime de Informação, os artefatos de informação se apresentam como “os modos tecnológicos e materiais de armazenagem, processamento e de transmissão de dados, mensagem, informação, em plataformas tecno-econômicas” (González De Gómez, 2002, 2003). Assim sendo, Freire (2021) afirma que os artefatos de informação são responsáveis pelos espaços em que as informações estão inseridas, organizadas e

disponibilizadas. A divisão feita em seu estudo prevê duas dimensões: uma tecnológica e outra semântica.

A dimensão tecnológica está relacionada aos suportes que permitem o armazenamento das informações, que denominamos Artefato Informacional Sintático (AISint), onde predominam a possibilidade e necessidade de relações convergentes que permitem a interoperabilidade entre as variadas plataformas tecnológicas para geração, organização e comunicação de informações (Freire, 2021, p. 180).

Pode-se entender os artefatos como os locais em que a informação fica armazenada, podem ser conhecidos como sistemas de informações, como é o caso dos bancos de dados, projetados para armazenamento, gerenciamento, organização, agrupamento e recuperação de informações presente, por exemplo, no âmbito das instituições de ensino.

Para Brandão (2022, p. 132), os “artefatos de informação moldam o fluxo informacional e são moldados pelo contexto social”. Eles fazem parte da dinâmica e dos fluxos informacionais existentes nesse contexto em que a informação tem tomado importantes dimensões nas atividades humanas do cotidiano.

Dentre os elementos que compõem o Regime de Informação, para fins desta pesquisa, com o propósito em atender aos objetivos propostos, o foco deste trabalho são os dispositivos de informação, os atores sociais e as ações de informação (formativas e de mediação).

Compreende-se que a legislação representada pela Lei 13.415/2017, que regulamenta o novo ensino médio, traz consigo importantes transformações na estrutura da educação básica nas instituições federais de ensino. Nesse contexto, é crucial identificar os indícios de políticas de informação direcionadas às bibliotecas que integram os Institutos Federais de Educação. Isso se torna necessário para analisar como essas políticas estão sendo implementadas e quais são os impactos no acesso à informação, no desenvolvimento de habilidades informacionais para os estudantes e no fortalecimento das práticas educativas das instituições de ensino.

Os atores sociais desta pesquisa são formados pela comunidade acadêmica que compõe a rede federal de educação. São os bibliotecários, os professores e os estudantes do curso do ensino médio integrado aos cursos técnicos. Para Collins e Kusch (2010, p. 11), tais atores são formados por “[...] pessoas que integram uma mesma forma de vida compartilham de uma rede comum de conceitos e ações”.

Nas bibliotecas, os atores sociais são conhecidos como os usuários que utilizam esse espaço rico em informação para realizar inúmeras ações ou atividades. No contexto das

bibliotecas educativas, ou seja, nas bibliotecas dos Institutos Federais, tais atores são formados por estudantes, professores, servidores técnicos - administrativos e terceirizados, e fazem parte também as comunidades circunvizinhas às bibliotecas. É o público periférico às bibliotecas que se beneficiam de ações desenvolvidas no âmbito institucional, por exemplo, através das ações de extensão. Almeida e Freire (2019, p. 11, 12) apontam que “tal público abrange os moradores do bairro em que a instituição e sua unidade de informação estão inseridas, discentes e docentes de outras instituições de ensino (públicas e privadas), os próprios prestadores de serviços que não possuem vínculo empregatício”.

As ações de informação nas bibliotecas, dentro do Regime de Informação, iniciam-se a partir dos atores sociais que compõem esses ambientes. As ações formativas podem ser identificadas em diferentes categorias. Segundo Almeida e Freire (2019, p. 11, 12) “As ações formativas se dão por meio da participação em atividades acadêmicas, eventos, comissões, treinamentos, grupos de pesquisa e outros”. A oferta de cursos, treinamentos e *workshops* são exemplos de atividades que se caracterizam como ações formativas.

As ações de mediação podem ser realizadas por meio dos sistemas de bibliotecas, dos repositórios institucionais, das bases de dados acadêmicas e científicas, das mídias sociais, dentre outros locais que são responsáveis por mediar a informação entre a comunidade acadêmica e as bibliotecas. Quando a biblioteca realiza um evento para a comunidade, está mediando ou compartilhando informações com seu público de usuários.

Na seção seguinte, é apresentado um pouco das relações entre a biblioteca e a educação para a formação dos sujeitos.

3 RELAÇÕES ENTRE BIBLIOTECA E EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO HUMANA

Neste tópico são apresentados conceitos e características acerca da relação entre a biblioteca e a educação na formação do sujeito. É proposto uma reflexão a respeito da amplitude e da importância dos processos de fragmentação em que esses dois campos têm se constituído ao longo da história e quais as consequências para a vida dos sujeitos na sociedade contemporânea e busca compreender a atuação das bibliotecas na formação do sujeito crítico, ético, reflexivo e consciente de suas ações no mundo, com o mundo e para o mundo.

3.1 Biblioteca e educação: formação humana integral

Para uma compreensão abrangente das relações entre biblioteca e educação, é essencial entender a trajetória histórica desses dois campos e como se interconectaram ao longo do tempo. Nesse sentido, é importante observar que houve rupturas ao longo desse percurso, que contribuíram para a fragmentação dessas esferas na sociedade. Compreender a evolução dessas relações e as transformações que ocorreram ao longo dos anos permite ter uma visão mais ampla e aprofundada dessas categorias e de como elas se relacionam atualmente.

Por muitos anos, a instituição biblioteca e a educação situaram-se em espaços distintos, cada uma desenvolvendo suas atividades em espaços separados, sem estreitar vínculos significativos. Quando ocorria algum encontro, muitas vezes, a relação entre elas se caracterizava por uma dinâmica de subordinação, em vez de colaboração mútua.

Perrotti (2016, p.10) esclarece que tal problemática resulta do fato de que historicamente “a informação tendeu a ser tratada como insumo, muitas vezes indispensável, mas considerado secundário nos processos educativos”. Tal instrumentalização resulta na forma como as bibliotecas são colocadas no cenário educacional, sendo colocadas como segundo plano ou, quando aparecem, sendo apenas tratadas como um recurso auxiliar, ou ambientes de complementação pedagógica, “[..]isto quando não a julgam dispensáveis.” (Perrotti, 2016, p.10).

Os novos tempos (denominados de contemporâneos) carregam como característica principal a predominância da informação digital e do compartilhamento em rede que, mediados principalmente pelos dispositivos infotelecomunicacionais, trazem consigo novas demandas que requerem, de forma essencial, um estreitamento de laços entre a biblioteca (voltada para a pesquisa) e a educação (dedicada ao ensino). Nesse sentido, torna-se

imprescindível a adoção de práticas concretas e o estabelecimento de novas relações que impulsionem o desenvolvimento da sociedade.

É importante ressaltar que a biblioteca representa um ambiente rico para a socialização da informação e o desenvolvimento de novos conhecimentos. Sua relação com o ensino e a educação vai além do simples suporte às atividades escolares, acadêmicas ou científicas, ou de ser um local frequentado apenas para emprestar ou devolver livros de tempos em tempos. A biblioteca possui um enorme potencial dentro do âmbito educacional, pois ela faz parte dos elementos pedagógicos essenciais para a promoção de uma educação de qualidade que contribui para a formação dos indivíduos na sociedade.

Freire (2021) chama atenção para a compreensão crítica dos espaços de formação educativos e culturais, destacando os significados desses locais para o desenvolvimento do indivíduo. Segundo o autor, a compreensão crítica de como a leitura é desenvolvida e, conseqüentemente, do importante espaço ocupado pela biblioteca na esfera educacional é essencial para a formação dos indivíduos. Compreende-se que o autor não está se referindo apenas ao espaço físico, ou a localização do prédio, mas também ao espaço de notoriedade e destaque que a biblioteca dispõe dentro do ambiente educacional.

Nesse sentido, Freire (2021) se refere à importância de ambientes como a biblioteca para o desenvolvimento da leitura e da escrita. Não apenas da leitura de textos impressos e disponíveis nas inúmeras estantes localizadas nos prédios das bibliotecas mundo afora, mas de como tais ambientes podem proporcionar o desenvolvimento da leitura de mundo que precede a leitura da palavra e da consciência crítica no sujeito (Freire, 2021).

Do ponto de vista crítico, é importante ressaltar a persistente falta de investimentos nos espaços que compõem os ambientes escolares ao longo dos anos, incluindo as bibliotecas. Essa realidade reforça a existência de um projeto autoritário de alienação histórica e social, que busca manter uma formação fragmentada e reducionista do sujeito, impedindo o desenvolvimento de suas potencialidades e a superação das desigualdades de sobrevivência.

É importante destacar a origem das bibliotecas, que remonta à antiguidade, precedendo manuscritos, periódicos e livros, uma vez que a humanidade vivencia desde sempre a necessidade genuína de registrar pensamentos e ideias. Para tanto, a princípio, recorre à argila, ao papiro e ao pergaminho com a finalidade de preservar as informações circulantes para as gerações posteriores. Com o surgimento da prensa e dos tipos móveis, o alemão Johannes Gensfleisch zur Laden zum Gutenberg, ou simplesmente Johannes Gutenberg, o inventor da imprensa, inicia a revolução informacional.

É quando se registra a impressão da Bíblia em dois volumes, os quais, segundo Vieira (2014), datam do período entre 1455 a 1500, passando a ser conhecidos como incunábulos. Em termos gerais, o termo designa o livro impresso nos primórdios da imprensa, isto é, desde meados do século XV até o século XVI ou, ainda, os impressos resultantes dos primórdios de qualquer sistema de gravar, compor e/ou imprimir.

Dentro desse contexto, é necessário reconhecer que a biblioteca, ao longo de sua trajetória, surgiu de maneira desvinculada da sociedade e da educação, limitando-se a ser um espaço de conservação e guarda de conhecimentos, muitas vezes envolvida em disputas de poder. Infelizmente, ao longo do tempo, essas ações perpetuaram a exclusão, beneficiando apenas uma pequena parcela da população.

De acordo com Barbier (2019, p. 258), “As primeiras bibliotecas que vamos levar em consideração corresponderão às grandes bibliotecas europeias, futuras bibliotecas nacionais.” Assim criadas como instrumento político e de legitimação de poder voltadas para uma determinada categoria de usuários, leitores privilegiados pelo nascimento, constituídos por “[..]sábios, artistas, colecionadores, pessoas da alta sociedade, visitantes do interior ou do estrangeiro” (Barbier, 2019, p. 261).

Já no Brasil, mais especificamente, destacam-se dois acontecimentos que foram significativos no processo de introdução do livro e da biblioteca no país. O primeiro está ligado à vinda de D. João VI para o Rio de Janeiro, “em sua frota foi incluído um poderoso carregamento, a biblioteca real formada por milhares de livros. Foi instalada inicialmente, no hospital da Ordem Terceira do Carmo e inaugurada em 1811 e aberta ao público” (Milanesi, 1983, p.29). Nesse caso, a biblioteca real não foi criada no Brasil, apenas foi transferida de sua sede em Portugal.

O segundo acontecimento de grande notoriedade foi à criação da biblioteca pública da Bahia em 1811, expandindo a possibilidade de acesso ao livro às pessoas (Milanesi, 1983). É importante enfatizar que a criação de tais equipamentos informacionais no Brasil não significou de fato seu uso efetivo pela população brasileira, apesar da biblioteca pública ter sido criada por iniciativa dos cidadãos, idealizada por Pedro Gomes de Ferrão e Castello Branco, e não de governantes, acrescenta que a maioria das pessoas eram analfabetas a época. Milanesi (1983, p.31) destaca que “No começo do século XX, o índice de alfabetizados não chegava a 30%. E quem lia no Brasil no começo deste século? Talvez os padres, os bacharéis, alguns profissionais liberais e estudantes.”

Suaiden (1978, p.4) aponta que Castello Branco solicitou ao Governador da capitania da Bahia apenas a aprovação para o projeto da biblioteca pública, “[...] pois a Biblioteca seria

mantida através da cooperação de todos os cidadãos que desejassem dela fazer parte. Castello Branco concebeu a biblioteca como uma instituição para promover a instrução do povo”. Quando da criação da biblioteca pública da Bahia, a ideia era a de que as pessoas pudessem usar aquele espaço e usufruir do acervo ali disponibilizado. Suaiden (2000, p.52) acrescenta que “Esse documento que historicamente é o primeiro projeto na história do Brasil com o objetivo de facilitar o acesso ao livro, mostrava grande preocupação com a área da educação”.

Entende-se diante desse contexto histórico que a biblioteca pública foi criada para atender a todos os públicos de um modo geral, ou seja, a população, independentemente de sua condição social, educacional ou cultural, porém devido às condições objetivas de acesso à educação, a formação, a cultura letrada e, sobretudo o analfabetismo que a população brasileira de forma majoritária vivenciava, tal ambiente informacional servia apenas a uma reduzida parcela da população brasileira. Apesar de esforços isolados de disponibilização de informação para a sociedade, como visto em algumas ações, principalmente das bibliotecas públicas, o efetivo sucesso não aconteceu, principalmente, porque como reforça Suaiden (2000, p. 52) “[...]a educação e a cultura não eram prioridades dos segmentos dominantes do poder”.

Ao observarmos a história das bibliotecas, percebemos que elas algumas vezes foram retratadas como espaços inacessíveis para a maioria da sociedade. Essa falta de pertencimento estava relacionada tanto às condições socioeconômicas e culturais das pessoas, quanto aos privilégios que determinados grupos desfrutavam na sociedade. Da mesma forma, a história da educação também apresenta fissuras significativas em termos culturais e sociais. No contexto específico do Brasil, essas fraturas começaram a se manifestar desde meados do século XVI.

Ao examinarmos a evolução da educação no Brasil ao longo dos anos, pode-se observar uma trajetória histórica em que as instituições escolares foram estabelecidas com o propósito de catequizar e instruir a população. Segundo Saviani (2008), a história das instituições escolares brasileiras teve início com a chegada dos jesuítas à colônia portuguesa em 1549. Essa presença jesuíta marcou o surgimento das primeiras escolas e o início de um processo de educação formal no país.

Milanesi (1983, p.24) ressalta que “os jesuítas, como instrumento apostólico, trouxeram os livros para evangelizar e colonizar”, ou seja, a atuação jesuítica por mais de dois séculos na educação brasileira foi responsável por influenciar o modelo de educação que ainda temos nos tempos atuais, uma educação hierárquica, para o ofício de servir, instrutiva, e com o objetivo de formar as elites dirigentes (Paiva, 2015). Para Milanesi (1983, p.26), os

“jesuítas organizavam bibliotecas em seus conventos para ensinar e aprender, utilizando os livros, sobretudo para a propagação da fé”.

Saviani, (2008) argumenta que, ao longo desse percurso histórico, foram identificados quatro períodos distintos, nos quais as instituições escolares se restringiam a um segmento reduzido da população, excluindo grupos como mulheres, escravos, negros, pardos, filhos ilegítimos e crianças abandonadas.

Uma breve retrospectiva nos meandros dos anos 1500 e 1600 revela que a formação nessa época estava voltada para a instrução e a catequese dos índios, visando qualificar a mão de obra a serviço dos colonizadores e promover a conversão dos índios à fé cristã portuguesa (Saviani, 2010).

De acordo com Penteado (1923, p. 323), “O aluno se instruía, mas não se educava.” Ou seja, a igreja através de seus representantes, os jesuítas, era a responsável pela instrução das pessoas que se resumia ao ensino da civilização e da fé cristã para aos índios.

A igreja, naquele período, era o aparelho ideológico¹¹ dominante e responsável pela “reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalistas”, assim como descreve Althusser (1970, p. 63). No entanto, esse papel ao longo dos anos foi sendo incorporado pelo aparelho ideológico escolar que carrega, desde então, o compromisso com a formação social e a dominação capitalista. Nessa perspectiva, Althusser (1970, p. 64, 65) argumenta que:

Desde a pré-primária, a Escola toma a seu cargo todas as crianças de todas as classes sociais, e a partir da Pré-Primária, inculca-lhes durante anos, os anos em que a criança está mais «vulnerável», entalada entre o aparelho de Estado familiar e o aparelho de Estado Escola, «saberes práticos» (des «savoir faire») envolvidos na ideologia dominante (o francês, o cálculo, a história, as ciências, a literatura), ou simplesmente, a ideologia dominante no estado puro (moral, instrução cívica, filosofia). Algures, por volta dos dezesseis anos, uma enorme massa de crianças cai «na produção»: são os operários ou os pequenos camponeses. A outra parte da juventude escolarizável continua: e seja como for faz um troço do caminho para cair sem chegar ao fim e preencher os postos dos quadros médios e pequenos, empregados, pequenos e médios funcionários, pequeno-burgueses de toda a espécie. Uma última parte consegue aceder aos cumes, quer para cair no semi-desemprego intelectual, quer para fornecer, além dos «intelectuais do trabalhador colectivo», os agentes da exploração, (capitalistas, managers), os agentes da repressão (militares, polícias, políticos, administradores) e os profissionais da ideologia (padres de toda a espécie, a maioria dos quais são «laicos» convencidos).

¹¹ Um Aparelho ideológico de Estado é um sistema de instituições, organizações e práticas correspondentes, definidas. Nas instituições, organizações e práticas desse sistema é realizada toda a Ideologia de Estado ou uma parte dessa ideologia (em geral, uma combinação típica de certos elementos). A ideologia realizada em um AIE garante sua unidade de sistema “ancorada” em funções materiais, próprias de cada AIE, que não são redutíveis a essa ideologia, mas lhe servem de “suporte”(Althusser, 1999, p.104).

Dessa forma, os aparelhos ideológicos do Estado, como a igreja e posteriormente a escola, materializam os mecanismos de dominação e exploração dos indivíduos. As bibliotecas, por estarem inseridas no contexto educacional e cultural e por servirem apenas a uma parcela reduzida da população, excluindo uma grande parcela da população do acesso à informação, também se configuram como aparelhos ideológicos do Estado, perpetuando as desigualdades sociais mencionadas anteriormente.

De fato, ao traçar um paralelo com o contexto atual da educação brasileira, percebe-se que a formação das pessoas já não tem mais o objetivo de catequizar, mas no que diz respeito à instrução, o Brasil ainda carrega as características dos processos formativos herdados do passado histórico. Além disso, o país enfrenta desafios relacionados a um ensino deficitário, com oferta mínima de qualidade e estrutura precária, o que dificulta a inclusão e a permanência dos indivíduos na escola.

Dentre os inúmeros desafios que a educação enfrenta que afetam a aprendizagem, a preparação para o mundo do trabalho e para a sociedade está a “desigualdade educacional, baixa qualidade do ensino, falta de recursos, falta de investimento em tecnologia e inovação, adaptação ao ensino remoto e falta de financiamento” (Tedesco, 2023, local. 1).

Quanto às bibliotecas, essas carregam o legado de dominação e, de acordo com Silva e Silva (2010, p. 210): “Pode-se notificar que a biblioteca brasileira tem atuado ao longo dos anos como um aparelho ideológico do Estado reproduzindo as ideias da ideologia dominante”. Nesse sentido, é imprescindível romper com esses paradigmas dominantes, buscando uma atuação mais efetiva da biblioteca no sentido de maximizar o acesso à informação e a cultura, e não apenas o acesso, mas apropriação dos signos, contribuindo desta forma para dirimir o abismo que existe de exclusão social e digital e as desigualdades socioeconômicas.

A biblioteca, assim como a educação brasileira, tem evidenciado uma limitada capacidade de acolher a diversidade e a pluralidade. Isso impede que ela rompa com a antiga tradição de atender apenas a uma parcela restrita da sociedade, impossibilitando, assim, seu papel de impulsionar o avanço e o fortalecimento da educação e da cultura no país.

Reforçando o pensamento a respeito da atuação da biblioteca na educação e na cultura brasileira, Perrotti (2021) acrescenta que, como em 1500, ter o domínio das letras continua sendo um privilégio de poucas pessoas no Brasil, além de diferenciação e distinção. Assim, nas palavras do autor:

Se, há cinco séculos, o gesto escrito selava posições que distinguiam e hierarquizavam culturas e populações, continuamos divididos e polarizados em torno dele; de um lado grupos minoritários com direito a usufruírem dos diferentes e múltiplos meandros dos territórios letrados; do outro, uma maioria destituída parcial ou completamente de direitos de circulação por tais territórios, ainda que estejamos todos submetidos à força das leis daí provindas (Perrotti, 2021, p.558).

Quanto aos espaços que compõem o ambiente escolar, como a biblioteca, é fundamental que ela assuma um papel de protagonismo no avanço da educação. Além disso, por ser parte dos elementos que compõem as bases materiais para uma aprendizagem adequada, esses espaços educativos e de formação dos sujeitos exigem investimentos em toda a sua estrutura, conforme Frigotto (2014, p. 1): “[...] implicam prédios adequados, bibliotecas, laboratórios, espaços de lazer e cultura, tempo do aluno na escola e professores com excelente formação geral e específica e dignamente remunerados”.

Ou seja, a combinação e o pleno funcionamento de todos os elementos são essenciais para uma educação e uma formação humana integral de qualidade, bem como para a construção de um sujeito emancipado¹², ou seja, aquele que é capaz de se apropriar da informação para o desenvolvimento do pensamento crítico, para as transformações sociais e para ação no mundo no sentido de contribuir para a melhoria da vida das pessoas em sociedade.

Nesse sentido, a formação humana integral leva em consideração categorias indissociáveis dentro do currículo escolar que integra as dimensões, trabalho, ciência e cultura, nesse caso “a tecnologia, o trabalho, a cultura e a ciência, como conhecimentos sistematizados produzidos e legitimados socialmente, a tecnologia, como transformação das ciências em força produtiva, e como extensão das capacidades humanas, e a cultura, como tecido social” (Lima; Silva & Silva, 2017, p.3).

Reitera-se o que mensura Gramsci (2006) em sua proposta de educação que prevê uma perspectiva unitária de formação humana, não para o trabalho, mas o trabalho como um princípio educativo, sob uma perspectiva de escola unitária pautada na emancipação humana estruturada na consciência dos cidadãos, em especial a classe trabalhadora. Nesse caso, a escola unitária para o autor corresponde ao que se denomina hoje de educação básica, mais especificamente se relaciona aos níveis fundamental e médio de ensino (Saviani, 2022).

¹² Esclarecemos que a categoria sujeito emancipado tal qual abordada neste estudo remete a compreensão Freiriana de emancipação por meio de uma mudança na mentalidade dos oprimidos (Freire, 2011).

Ainda dentro do contexto das contradições que envolvem a educação e as bibliotecas no Brasil, é possível afirmar, com embasamento nos autores mencionados neste tópico, que há uma relação marcada por fragmentação e fraturas sociais tanto de natureza estrutural quanto conjuntural. Essa realidade resulta na reprodução contínua das desigualdades sociais ao longo da trajetória dessas instituições.

No que se refere à ordem estrutural, pode-se observar a falta de espaços físicos adequados, como prédios escolares que disponibilizem bibliotecas, laboratórios, áreas de lazer e cultura, e espaços para a convivência dos alunos. Além disso, a carência de profissionais bibliotecários qualificados, professores preparados, e condições adequadas para que os indivíduos tenham acesso e permaneçam na escola ao longo de todo o seu percurso educacional, são exemplos concretos desse problema. Essas deficiências resultam na disseminação do analfabetismo ao longo dos anos, comprometendo o futuro dos jovens e reforçando a ideia de que no Brasil, a educação, a cultura, a leitura e a informação têm sido e continuam sendo privilégios de poucos. Como afirma (Perrotti, 2021, p. 566),

Se os modos de ser letrado gestados pela modernidade dão sinais de esgarçamento e escoamento nos ralos das lutas contemporâneas, até o momento, ao menos no Brasil, a cultura letrada continua sendo privilégio do estado e de restritas elites que dela se beneficiam e a controlam, sob diferentes processos e mecanismos, explícitos ou insidiosos. Da negação a escolarização plena aos filtros de entrada e sistemas de distinção e reconhecimento das universidades; do mercado de publicações e distribuições de bens culturais cujas dinâmicas passam ao largo da maioria da sociedade.

Em sua conjuntura, a educação e as bibliotecas inseridas nesse contexto educacional têm sido alvo de diversos ataques. Cortes nos orçamentos destinados a essas áreas, redução de verbas e reformas que resultam na perda de direitos sociais conquistados e a diminuição dos investimentos, ao longo dos anos, têm impactado de forma drástica o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura. Essas medidas têm dificultado significativamente a entrada e a permanência de milhares de jovens, principalmente aqueles provenientes da classe trabalhadora, que são o público principal das escolas públicas.

No contexto social e educacional brasileiro, ainda predomina a cultura da conservação e da difusão de informações nas bibliotecas. Essa realidade é influenciada por uma conjuntura política, econômica e social marcada pela falta de investimentos ao longo dos anos na educação. Ressalvadas as contribuições que o modelo difusionista tem oferecido ao proporcionar o acesso à cultura e a bens culturais, porém, a perspectiva de autonomia dos sujeitos oferecida por meio da infoeducação vai além de oferecer acesso à informação, entra na esfera da apropriação dos saberes informacionais.

O legado histórico marcado por problemas educacionais, bibliotecas com recursos insuficientes, falta de recursos humanos, acervos que não refletem o desejo da população local, falta de investimentos financeiros e bibliotecas com o caráter predominante de preservação e conservação do livro tem apresentado como consequência o estranhamento da sociedade com relação ao equipamento informacional biblioteca, seja ela pública, escolar, dentre outras.

Esses elementos fornecem uma chave analítica para compreender os rumos que a sociedade tem seguido, adaptando-se ao discurso político-econômico neoliberal, que prioriza as demandas relacionadas à globalização do capital em detrimento das necessidades sociais. Essa adaptação segue os interesses econômicos e de poder vigentes.

A biblioteca pública, reconhecida por estudiosos como Milanesi (2002) como a biblioteca escolarizante, devido à ausência de bibliotecas escolares nas escolas públicas e a utilização das bibliotecas públicas preponderantemente pela comunidade estudantil, enfrenta enorme dificuldade para ofertar serviços básicos, como o de leitura que é uma ação efetiva e específica da biblioteca pública (Bernardino; Suaiden, 2011).

O acesso à informação é um direito de todos, de acordo com o manifesto da UNESCO (1994), porém a materialização e consolidação dessa palavra de ordem que atribui à biblioteca pública “a porta de entrada para o conhecimento, proporciona condições básicas para a aprendizagem permanente, autonomia de decisão e desenvolvimento cultural dos indivíduos e grupos sociais” (IFLA/UNESCO, 1994) a todos os cidadãos, tem sido um desafio imenso para essas instituições, que tem exercido ao longo dos anos, como visto na literatura, um papel de suporte às atividades escolares.

As bibliotecas escolares, por sua vez, são indispensáveis às instituições de ensino e devem ser locais de fácil acesso e um lugar de aprendizagem permanente conforme Campello, (2008). Porém, o modelo de bibliotecas escolares instaladas em instituições de ensino públicos tem se destacado por apresentarem um amontoado de livros de qualquer natureza e um profissional readaptado prestando os serviços de atendimento ao público escolar, salvo raras exceções.

Faz-se necessário, no entanto, mencionar algumas políticas públicas de educação que refletem no desenvolvimento de bibliotecas escolares e que merecem destaque, como é o caso da LDBN (1996) e dos PCN (1997) que contemplam o discurso da biblioteca escolar como espaço de aprendizado e estímulo à leitura e ao aprendizado e [...] “criação do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) pelo Governo Fernando Henrique Cardoso em 1997” (Silva, 2011, p.498). Esse último programa tem sido alvo de diversas críticas de autores como

Garcez (2007), Iguma e Fernandes (2010), sobretudo no que diz respeito à dinâmica de distribuição dos livros e falta de dinamização das leituras.

Importante destacar que a existência de tais políticas, por si só, não tem se mostrado suficientes para que a biblioteca escolar de fato seja um equipamento informacional dinâmico, com um caráter social, democrático, político e que proporcione aos seus usuários experiências completas e variadas formas de acesso, uso e apropriação dos saberes informacionais.

Para Silva (2011, p. 500)

A intencionalidade política e social está representada na disponibilização de serviços de aprendizagem e nos livros e recursos que permitam aos membros da comunidade escolar tornarem-se pensadores críticos e utilizadores efetivos da informação em diferentes suportes e meios de comunicação.

Retomando a Lei 12.244/ 2010 das bibliotecas escolares, promulgada em 2010 que estabelece que escolas da rede pública e privada criem suas bibliotecas e contem com um mínimo de um título para aluno matriculado e um profissional bibliotecário exercendo as atividades nestas bibliotecas, com mais de dez anos após sua publicação ainda encontra muitas dificuldades em sua implantação e efetivação.

No ano de 2019 a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados aprovou o projeto de Lei 9.484/18 que criava o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Tal projeto “[...] busca prorrogar para 2024 o prazo para que todas as escolas do país tenham biblioteca com acervo mínimo de um livro para cada aluno matriculado e um bibliotecário por escola e substitui a palavra acervo, por equipamento cultural” (Paula, 2020, p.1).

Dessa forma, destaca-se que, em abril de 2024, foi criada a Lei 14.837 que altera a Lei 12.244/2010 e apresenta as seguintes alterações:

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar o equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo, cujos objetivos são: I - disponibilizar e democratizar a informação ao conhecimento e às novas tecnologias, em seus diversos suportes; II - promover as habilidades, as competências e as atitudes que contribuam para a garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos e alunas, em especial no campo da leitura e da escrita; III - constituir-se como espaço de recursos educativos indissociavelmente integrado ao processo de ensino-aprendizagem; IV - apresentar-se como espaço de estudo, de encontro e de lazer, destinado a servir de suporte para a comunidade em suas necessidades e anseios (Brasil, 2024).

Assim sendo, mesmo com algumas alterações do texto como apresentado na citação anterior, o dispositivo legal manteve o destaque para que o processo de universalização de bibliotecas observe a profissão de bibliotecários no exercício das atividades desses locais.

Entende-se que uma biblioteca dentro da escola é necessária e fundamental para um melhor desempenho dos estudantes. Oferece inúmeros benefícios para o aprendizado e desenvolvimento social e intelectual dos jovens. Muitos alunos, principalmente de escolas públicas, podem encontrar no ambiente da biblioteca escolar um espaço para formação cidadã e ferramentas necessárias para o desenvolvimento cultural e construção de novos saberes.

Destaca-se que espaços como as bibliotecas, inseridos no contexto educacional, têm o potencial de atuar de forma mais efetiva dentro de um posicionamento político progressista. Ao fazê-lo, contribuem para diminuir a alienação dos indivíduos na sociedade e, assim, superar o paradigma de dominação que tem sido reproduzido ao longo dos anos.

No âmbito da comunidade acadêmica, a biblioteca se torna um instrumento de grande importância na luta de classes e na promoção da redução das desigualdades sociais. Sua função vai além da mera disponibilização de informações, pois desafia estruturas de poder e busca ampliar o acesso ao conhecimento, garantindo a participação de todos os segmentos sociais. Nesse sentido, as bibliotecas desempenham um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em outras palavras, além de selecionar, organizar e disponibilizar informações em qualquer formato e suporte, as bibliotecas são locais privilegiados, porque dispõem de ambientes propícios a mediação da informação e da cultura e socialização do conhecimento e podem atuar no desenvolvimento de educação voltada para o uso da informação e na apropriação dos saberes informacionais. O sujeito que aprende a usar a informação de forma ética, segura e crítica, ao se apropriar de suas múltiplas possibilidades, torna-se um sujeito consciente de suas ações na sociedade em que vive, como afirma (Freire, 2011).

Segundo Milanesi (1983, p.49),

A biblioteca é um conjunto de discursos, é como se ela fosse milhares de aulas impressas, das quais os alunos se aproximam sem imposições e bloqueios. E, ainda, a biblioteca é mais do que livros, é informação, seja de que tipo for. A não existência desse serviço faz com o professor seja a única fonte. Ou, se o professor insistir em representar a única opção de conhecimento, a biblioteca perde o seu sentido, tornando-se absolutamente dispensável.

É importante destacar que a cisão entre a biblioteca e a educação, que tem como consequência a fragmentação desses dois campos ao longo dos anos, vem sendo amplamente estudada e debatida nos trabalhos de Perrotti (2006, 2016, 2017, 2021). Esses estudos resultaram na apresentação de uma teoria a respeito da existência de três modelos de bibliotecas que têm se consolidado ao longo dos anos, a saber: a biblioteca **templum**, a biblioteca **empórium** e a biblioteca **fórum**:

Deparamo-nos, nesse estudo, com duas direções que marcam a história das bibliotecas da Antiguidade à Modernidade. De um lado, identificamos o que chamaremos aqui de biblioteca *templum*, invenção remota no tempo, origem mesmo das bibliotecas. A Biblioteca de Alexandria (séc. III) é o grande ícone da espécie; de outro, a biblioteca *emporium*, invenção dos tempos modernos, incentivada pelos ideais iluministas, pelos reformadores sociais, militantes da universalização da educação pública. Tal modelo ganha expressão social significativa com a invenção da biblioteca pública, desdobramento de modalidades anteriormente existentes, como, por exemplo, as bibliotecas paroquiais, as mantidas por instituições religiosas, por filantropos, por movimentos associativos (Perrotti, 2017, p. 18).

As definições conceituais de cada um dos modelos de bibliotecas identificados por Perrotti (2017), centradas dentro do paradigma da conservação, difusão da informação e da apropriação e mediação cultural são sintetizadas no Quadro 3, a seguir:

Quadro 3 - Definições conceituais dos modelos de bibliotecas *templum*, *emporium* e fórum

Modelos de bibliotecas – paradigmas	
Biblioteca <i>Templum</i>	A biblioteca <i>templum</i> tem por missão a conservação e o controle da memória social, ou, mais precisamente, daquilo que é considerado por um sistema complexo de filtragens como memória social.
Biblioteca <i>Emporium</i>	A biblioteca <i>emporium</i> tem por tarefa a difusão da memória. Centra, portanto, seus processos na circulação na oferta de objetos culturais pela instituição para públicos em geral. O modelo tem em vista promover o acesso social ao conhecimento registrado e em poder da instituição.
Biblioteca Fórum	Instância onde cidadãos negociam os signos, em processos dinâmicos de conhecimento e de reconhecimento mútuos. Por isso, no fórum, não há “usuários”. Muito menos, “clientes” ou “consumidores”. Atuam aí protagonistas, cidadãos que habitam, cuidam, negociam, lutam, agem, compartilham valores, definem e se definem na polis, com a polis e pelas polis.

Fonte: Perrotti, (2017).

Perrotti (2016, p. 18) acrescenta que esses paradigmas que constituem as bibliotecas “algumas vezes e em função de uma série de razões, eles possam na prática se misturar”. Assim, temos a biblioteca *templum* como o tipo de instituição que carrega a missão de preservar e conservar a memória. A preservação e a conservação, no sentido de que a memória social esteja guardada e protegida, têm como principal característica o oferecimento de acesso limitado a estes espaços à população, justamente por serem locais considerados como templos do saber.

As bibliotecas *emporium* carregam a função de disseminadoras de informação e a promoção do acesso para públicos em geral. Elas nasceram da necessidade de difundir a cultura para todos, porque o modelo tradicional de biblioteca guardadora de livros não contemplava mais o desenvolvimento e o crescimento da sociedade. Ou seja, a biblioteca precisava difundir informações para as pessoas. Perrotti (2017, p. 19) acrescenta que esse modelo de biblioteca se origina com o renascimento europeu e “[...]desse modo, à nova categoria social, triunfante com a derrocada no feudalismo, já não bastava, como nos tempos aristocráticos, simplesmente conservar e cultivar a memória social; era preciso difundi-la”. Como bem ressalta Perrotti (2017), essas bibliotecas não levam em conta a questão da apropriação da informação e da assimilação pelo público que é atendido por elas.

Dessa forma, o autor inscreve esses dois modelos dentro de dois paradigmas: o paradigma da conservação cultural e o paradigma da difusão cultural, com objetivo e caráter patrimonialista e distributivo (Perrotti, 2016).

Ao longo dos anos, as bibliotecas inseridas no paradigma da conservação e da difusão cultural foram convenientes aos contextos históricos e sociais em que estavam imersos. Porém, como debatido pelos autores, as mudanças advindas especialmente das novas demandas impostas pela sociedade contemporânea são prementes por novas posturas e atuação mais ampla e efetiva das bibliotecas, sobretudo no que diz respeito à educação para o uso da informação em diversos âmbitos e contextos. Nesse sentido, faz-se necessário avançar e superar os limites impostos pelos paradigmas da conservação e da difusão cultural. Assim, (Perrotti, 2017, p.19) observa que,

Por não incluírem apenas perspectivas externas, mas lógicas internas, próprias e distintas, envolvendo os fenômenos da memória, da informação e da cultura, os paradigmas da conservação e da difusão, mesmo sendo complementares, sempre se digladiaram, já que um tem na permanência sua forma de ser e justificativa, ao tempo que o outro tem tais aspectos no contrário da permanência, ou seja, no fluxo. Verso e reverso da mesma moeda, ainda assim, estático e dinâmico são dois lados distintos em permanente tensão e que, sem mediações apropriadas, correm o risco de jamais se equilibrarem ou, pior, se cristalizarem no imobilismo ou no informacionismo auto-referente.

A conservação e a difusão da informação para a promoção do acesso a bens culturais, por si só, não dão conta da participação ativa e cultural que as bibliotecas precisam consolidar no processo de democratização da educação e da cultura na sociedade. Os limites da conservação e do difusionismo cultural abrem espaços para novos paradigmas que venham ao encontro da concepção de sujeitos “[...]produtores de conhecimento cultural, ou seja, como protagonistas culturais” (Perrotti, 2017, p.20).

A passagem do paradigma de conservação e difusão para o da apropriação cultural direciona a um novo modelo de bibliotecas, a biblioteca fórum. O modelo de biblioteca em que é pautado esse paradigma “tem em vista a negociação dos signos e não sua simples difusão/ assimilação” (Perrotti, 2017, p. 21). É essa negociação com os signos que oportuniza a apropriação da informação pelos sujeitos nos contextos de mediação cultural e de trocas de saberes. Oliveira, (2018) acrescenta que dentro desse processo de mediação cultural e negociação de sentidos esse paradigma

[...] exerce entre todos os sujeitos a profunda transformação dos espaços de conservação e de difusão para espaços de vivências, portanto, preparados para construção de experiências de sentidos, numa relação com o diverso (singularidade versus pluralidade). Logo o processo de mediação é a vivência compartilhada entre os sujeitos (Oliveira, 2018, p.50).

A emergência pela mudança de paradigmas da biblioteca *templum* e empório para a biblioteca fórum se sustenta na premissa de que permitir e possibilitar o acesso a informações, por si só, não oferece condição suficiente para a apropriação da informação e o desenvolvimento do protagonismo cultural, social e dos saberes informacionais. Em outras palavras, o acesso à informação, por si só, não garante o uso pleno e consciente para a apropriação de novos saberes.

O uso constante e veloz de informação na sociedade, marcada pela informatização tecnológica de todos os processos econômicos, dá conta de que é preciso investir em espaços de formação dos sujeitos para que estes possam receber educação ao longo da vida para o domínio e a apropriação da informação. Os modelos de bibliotecas descritos como *templum* de saberes e difusores de informação não são suficientes para romper com as inúmeras barreiras advindas da produção e do consumo massivo de informação mediada, principalmente, por meio das TDIC.

O desafio vai além de simplesmente buscar, acessar e aplicar informações de forma eficiente; é necessário também se apropriar dos saberes informacionais e se tornar protagonista social e cultural em uma sociedade caracterizada pelo excesso de informação e pela falta de democratização adequada da informação e do conhecimento.

3.2 A infoeducação e a construção dos saberes informacionais

Cabe iniciar esta parte do texto questionando: O que é infoeducação?

Na literatura brasileira de Ciência da Informação, pode-se encontrar a proposta de infoeducação, que emerge dentro do contexto de fragmentação das relações entre biblioteca e educação. Essa proposta surge a partir de interesses específicos em abordar o hiato que tem se constituído ao longo dos anos entre a biblioteca e a educação no Brasil. Tal propositura foi lançada por Perrotti no ano 2000, no Colóquio Internacional Brasil-França de Infoeducação realizado na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA / USP) ¹³.

[...] lançamos a proposta da Infoeducação, neologismo com o qual sintetizávamos preocupações nascidas de realizações efetuadas por equipe que coordenávamos, com o objetivo de produzir, à época, conhecimentos teóricos e práticos envolvendo as relações Biblioteca e Educação (Perrotti, 2016, p. 5).

A infoeducação trata-se de um “domínio de estudos transdisciplinares e de práticas sociais que se ocupa das dimensões educativas da informação, em seus múltiplos aspectos históricos e culturais” (Perrotti, 2017, p. 11).

Para Perrotti (2016a) a opção por trabalhar dentro de uma perspectiva transdisciplinar, articulando disciplinas científicas distintas, informação e educação, mas que possuem afinidades, foi necessário para abordar a temática da infoeducação dentro de uma “concepção metodológica colaborativa” (Perrotti; Pieruccini, 2007). Assim, por meio das práticas sociais, as pesquisas centradas na abordagem da infoeducação recolocam “questões essenciais, como as relações entre teoria e prática, ciência e sociedade, ciência e conhecimento, ciência e senso comum” (Perrotti; Pieruccini, 2007, p.65).

Desse modo, Perrotti e Pieruccini (2007, p.87) esclarecem que “aprender a informar-se é, em decorrência, ação e reflexão sobre os aspectos imateriais e materiais da informação, é ação sobre os significados e os significantes, os saberes e seus dispositivos”. Os dispositivos elencados pelos autores são as bibliotecas, as estações de conhecimento, os centros de informação e formação.

Cumprе situar que, desde a década de 80, o professor Edmir Perrotti, juntamente com outros pesquisadores da ECA/USP, vem desenvolvendo estudos e pesquisas dentro de um direcionamento voltado para a compreensão das relações interdisciplinares e transdisciplinares da informação e educação.

¹³ O I Colóquio Brasil-França de Infoeducação foi realizado em São Paulo, na ECA/USP, em outubro de 2000 (PERROTTI, 2016, p.5).

Sob a coordenação do professor Perrotti e vice-coordenação da professora Ivete Piereccini no ano de 2008, criou-se o Colabori – laboratório de infoeducação na USP – grupo de pesquisa ligado ao Departamento de Informação e Cultura da ECA/ USP.

O regimento do grupo Colabori acrescenta que:

O Colabori é a nova designação do Centro de Pesquisa em Infoeducação (2007) que, por sua vez, deu continuidade ao Núcleo de Pesquisa em Infoeducação (2000-2006) e ao PROESI- Programa Serviços de Informação em Educação (1993- 2000). As mudanças de nome correspondem tanto a desenvolvimentos observados nas pesquisas conduzidas pelo grupo a ele filiado, como a necessidades de ajustar seu funcionamento às diretrizes da ECA, onde está sediado, e da USP.

Ou seja, ao longo dos anos, o grupo vem se transformando, abrindo espaço para saberes plurais e para o desenvolvimento de estudos, pesquisas e práticas que envolvam a biblioteca e a educação, considerando sua atuação na sociedade no decorrer dos anos e na contemporaneidade.

Dentro da perspectiva de que o sujeito necessita de autonomia no universo informacional, as instituições de educação e ensino são locais que potencialmente possuem capacidades para o desenvolvimento de diversos mecanismos, no que diz respeito à construção de autonomia, para se trabalhar na perspectiva da apropriação da informação e no desenvolvimento dos saberes informacionais.

As bibliotecas inseridas dentro do contexto educacional, por sua vez, são equipamentos de informação e locais de formação por excelência dentro de suas potencialidades. Porém, o que se tem identificado nas pesquisas em Ciência da Informação é uma trajetória de atuação da biblioteca em territórios diferentes da educação, com dificuldade de construir um diálogo sólido e efetivo ou uma relação mais próxima entre ensino e biblioteca que, por sua vez, atende estritamente como apoio pedagógico, descartando todas as possibilidades e potencialidades que possui, conservando-se reduzida apenas à função utilitarista.

Parte disso está relacionado a um conjunto de fatores ligados à estrutura física desses locais, falta de equipamentos informacionais, ausência de profissionais qualificados, dentre outras questões. Furtado (2008) quando se refere a biblioteca escolar, esclarece que ela é,

A biblioteca escolar é fundamental dentro do sistema educacional de um país, pois, como parte integrante do sistema de informação, pode colaborar consideravelmente para a adoção desses novos paradigmas. Porém, a realidade das bibliotecas escolares brasileiras é caracterizada, de maneira geral, por ínfimas coleções de livros, geralmente didáticos, em locais inadequados, com um mínimo de infraestrutura e recursos humanos sem qualificação específica (Furtado, 2008, local. 2).

Tais condições inviabilizam um desempenho efetivo das bibliotecas e impossibilita que ela realize ações para e com a sociedade.

Já a biblioteca com função utilitarista é aquela que está centrada em desenvolver serviços de informação utilitária para a comunidade. Esse tipo de informação, presente principalmente nas bibliotecas públicas, “auxiliam na solução de problemas que normalmente aparecem no cotidiano das pessoas, desde os mais simples até os mais complexos, abrangendo, por exemplo, assuntos ligados à educação, emprego, direitos humanos, saúde, segurança pública e outros” (Campello, 1998, p.35).

A sociedade contemporânea, marcada principalmente pelo uso massivo das ferramentas tecnológicas, demanda bibliotecas com participação ativa nos processos de ensino-aprendizagem focando no desenvolvimento dos saberes e nas aprendizagens informacionais de forma abrangente e atual as novas demandas do século XXI.

Para Scapechi (2009), as bibliotecas, muitas vezes, proporcionam a disponibilização e acesso à informação, mas não propiciam a apropriação dos saberes informacionais. Para avançar no sentido de favorecer a apropriação por meio dos signos, faz-se necessário que as bibliotecas também invistam na mediação cultural e na mediação da informação.

Scapechi (2009) aponta que, na apropriação dos saberes informacionais, se faz necessário elementos que envolvem a competência, as habilidades, os valores e atitudes frente à informação e, a partir daí, é possível a apropriação simbólica da informação e a construção do conhecimento, “[...]uma vez que o saber é relacional e se dá por meio de uma educação intelectual” (Scapechi, 2018, p.7).

Desta forma o autor reforça que,

Os saberes informacionais implicam conhecimentos que vão além dos conhecimentos técnicos e procedimentais para o uso da informação. Assim, não se trata apenas de saber operar a informação, mas sim de desenvolver a capacidade de reflexão sobre o domínio do modo de proceder, as suas razões de ser para o enfrentamento dela na contemporaneidade, uma vez que se encontra volátil e líquida, necessitando que haja ferramentas e condutas visíveis por parte dos sujeitos para dar sentido e significado à informação (Scapechi, 2018, p. 6).

Os estudiosos da infoeducação defendem a relação entre a biblioteca e educação sem a necessidade de haver uma hierarquia desses setores, mas dentro de uma proposta de trabalho conjunto que promova a superação do passado histórico de fragmentação entre essas duas áreas na sociedade ao longo de anos na educação e que se reflete conseqüentemente nas bibliotecas.

Considerando as particularidades de cada área de estudos (Educação e Ciência da Informação), Perrotti (2016, p. 5) afirma que, quando da criação do neologismo infoeducação, “o objetivo a época era produzir conhecimentos teóricos e práticos envolvendo as relações biblioteca e educação”. Nesse caso, a infoeducação se propõe a compreender tanto as dimensões teóricas, quanto as operacionais dessas duas áreas. Tal compreensão se apresenta como um caminho para a superação do longo histórico de fragmentação que tem se constituído ao longo de todos esses anos. Assim, a proposta de infoeducação é definida por Perrotti e Pieruccini (2007, p. 91) como:

[...] área de estudo, situada nos desvãos das Ciências da Informação e da Educação, voltada à compreensão das conexões existentes entre apropriação simbólica e dispositivos culturais, como condição à sistematização de referências teóricas e metodológicas necessárias ao desenvolvimento dinâmico e articulado de aprendizagens e de dispositivos informacionais, compatíveis com demandas crescentes de protagonismo cultural, bem como de produção científica, constituída sob novas óticas, nas chamadas Sociedades do Conhecimento.

Para Bortolin e Santos Neto (2020, p.510), dentro do aspecto da transdisciplinaridade, o termo “Infoeducação equivale a ‘Educação para a Informação’, mas reúne em um único vocábulo informação e educação justamente como uma maneira de frisar sua abordagem transdisciplinar entre as áreas da Educação e da Informação”. Assim, informar está ligado de forma intrínseca ao processo educativo, assim como não é possível educação se utilizar da informação, são relações imbricadas e necessárias dentro dos processos de construção do sujeito crítico e reflexivo.

A infoeducação recebe, especialmente, contribuições de Paulo Freire, dentro da teoria da dialogicidade, que resgata a dimensão epistêmica da Educação e da Informação, ocupando-se dos saberes informacionais que diz que o sujeito participa do processo educativo por meio da negociação de sentidos e da mediação da informação. Dessa forma, se faz necessário e emergente a necessidade de que as bibliotecas possam contribuir nas relações do sujeito entre a cultura e o conhecimento.

Bortolin e Santos Neto (2020) reforçam que é na pesquisa que o sujeito tem contato com diferentes mediadores, além do professor, que ocupa o papel de mediador pedagógico em sala de aula, nos espaços como as bibliotecas estão presentes os mediadores da informação, constituído por bibliotecários e outros profissionais que atuam na ambiência da informação.

A relação do discente com os mediadores se faz necessária para o desenvolvimento dos saberes informacionais, que proporcionam autonomia para pesquisa ao longo da vida tornando apto na busca, seleção, avaliação e compreensão crítica da informação obtida.

As bibliotecas inseridas no âmbito da educação, especialmente, precisam estar atentas a essas demandas e necessidades de desenvolver os saberes informacionais. As instituições que formam discentes para o mundo do trabalho devem possuir o compromisso social de formar cidadãos para a sociedade, ou seja, protagonistas sociais, com capacidade [...] “de se apropriarem dos bens socialmente criados e serem atores para a transformação da sociedade de classes em uma realidade de maior justiça social” (Silva, 2014, p.11).

Dessa forma, Perrotti e Pieruccini (2007) reforçam que na infoeducação, o sujeito passa por uma experiência que vai além da assimilação da informação. Ou seja, a apropriação da informação fornece elementos que o tornam capaz de construir sentidos e significados por meio da reflexão crítica e do diálogo.

Há de se observar que as bibliotecas são excelentes espaços no processo de mediação cultural. Isso não exclui também sua função de mediadora da informação, pois ambas coexistem. Na mediação cultural, para Rasteli e Cavalcante (2014, p. 44), “[...] estabelece-se fundamentalmente uma convergência entre dois horizontes: a produção e recepção de bens simbólicos e os dispositivos culturais (bibliotecas) como espaços de apropriação do conhecimento.”

Os autores Perrotti e Pieruccini (2007) trabalham com a categoria de bibliotecas como dispositivo de informação e cultura com base em princípios dialógicos que remete também a Freire (2011). O dispositivo, por sua vez, pode ser constituído dessa forma como ambiente onde circula informação, sendo que, para Pieruccini (2004) os dispositivos têm um papel muito importante na atuação “na natureza e nos processos de mediação”.

Dentro do quadro de práticas da infoeducação, alguns projetos educacionais e culturais foram implantados contribuindo com diferentes comunidades e proporcionando o desenvolvimento de saberes informacionais e apropriação do conhecimento.

São exemplos dessas iniciativas, a Estação Memória, a Estação do Conhecimento Einstein/Paraisópolis, a Biblioteca Escolar Interativa da Escola Municipal de Educação Fundamental "Prof. Roberto Mange" na periferia de São Paulo, a Rede de Bibliotecas Escolares Interativas (REBI) da Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo/SP, o laboratório na Creche Oeste da USP (Santos, 2013).

É importante destacar que, nas Ciências Sociais, a expressão dispositivo tem origem em Foucault, (1970). Em termos de definição, em tradução realizada por Agamben (2005, p. 9-10), encontra-se um resumo da noção de dispositivo em Foucault a partir de três pontos, descritos a seguir:

- a) É um conjunto heterogêneo, que inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico e não linguístico no mesmo título, discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas, etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos.
- b) O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre em uma relação de poder.
- c) É algo geral (em *reseau*, uma rede) porque inclui em si episteme, que para Foucault é aquilo que em certa sociedade permite distinguir o que é aceito como um enunciado científico daquilo que não é científico.

Agamben (2005) acrescenta que o termo dispositivo, no sentido em que é empregado por Foucault, é um termo geral e amplo que abarca muitas categorias de poder e pode ser estudado e explorado a partir de diferentes lugares e pontos de vista. No caso em questão, analisa-se as bibliotecas como dispositivos de informação e cultura porque são ambientes onde “A informação toma existência nos e por meio de dispositivos, dos mais simples e naturais aos mais complexos e elaborados culturalmente, como os contemporâneos, envolvendo alta tecnologia” (Perrotti, 2016, p.18).

Ao se colocar no papel de dispositivo cultural e/ou centro de informação e formação, isso porque nem todas as bibliotecas desempenham esses papéis, essas instituições passam a realizar ações de educação para informação e formação, passam a atuar junto aos indivíduos em uma posição para além de receptores de informação com objetivo de contribuir com a formação dos sujeitos para que se tornem cidadãos emancipados. Esses novos cidadãos são os produtores de conhecimento, que desenvolvem a partir da apropriação da informação novos modos de viver, de pensar, de sentir e de se colocar dentro da sociedade onde vivem (Pieruccini, 2007).

A biblioteca também é pensada como um equipamento informacional na literatura de Ciência da Informação. Desse modo, Almeida Júnior (2009) complementa que este termo tem uma abrangência maior e mais completa do que o termo comumente utilizado na literatura; unidade de informação. Os equipamentos informacionais são ambientes onde a informação atua de diversas formas e possui caráter prioritário dentre as atividades que envolvem o fazer nesse ambiente.

As bibliotecas, independentes da nomenclatura adotada, se ambiente de informação, ou se equipamento informacional, são ambientes ricos de informação e cultura, de ação, de movimentos, de vida, de fazeres, de saberes, de *práxis* e de articulação com novos saberes. Um dos problemas centrais da contemporaneidade é tratar esses espaços apenas como

ambientes que disponibilizam informações e dão acesso a bens culturais deixando de considerar seu imenso potencial de atuação afirmativa e efetiva na vida individual dos sujeitos, no sentido de possibilitar a apropriação e a recriação de sentidos por meio das múltiplas possibilidades oferecidas pela infoeducação.

Na literatura científica internacional, sociólogos, historiadores, bibliotecários, dentre outros cientistas, sugerem que as bibliotecas podem ser o terceiro lugar na dinâmica da vida de qualquer pessoa na sociedade. Um terceiro lugar é um espaço de convivência que vem depois do seu lar, do seu local de trabalho, ou seja, é um espaço informal que pode oferecer atividades, lazer, bem-estar, oportunidades de trocas culturais e de encontros. Nesses ambientes, os indivíduos podem usufruir democraticamente do ambiente e podem compartilhar momentos agradáveis.

O historiador britânico, Alistair Black (2008, p.27, tradução minha e grifo do autor) reforça que,

Ao lado de outras instituições da vida cotidiana, onde se pode sair e relaxar, como cafés, livrarias, tabernas, clubes de almoço e centros comunitários, Elas [bibliotecas] testemunharam historicamente as qualidades essenciais do "terceiro lugar": representam lugares informais, apagando clivagens sociais, bastante despreziosas, comunitárias; constituem territórios familiares, confortáveis, acessíveis, que promovem a interação, a conversa (dentro de certos limites) e uma atmosfera lúdica; são frequentadas por "regulares" e atuam como uma segunda casa, aliviando os indivíduos da rotina diária, proporcionando conforto e distração.¹⁴

Arévalo e Quinde (2023, p.107, tradução minha) reforçam que,

Em geral, as pessoas mencionam lugares como cafés, restaurantes, academias, parques, igrejas ou bibliotecas como terceiros lugares. Estes lugares são definidos como espaços híbridos abertos ao conhecimento e ao intercâmbio cultural, onde o utilizador (visitante, leitor, aluno, espectador...) encontra o seu lugar no centro dos processos de aprendizagem, produção e difusão de culturas e saberes.¹⁵

Os autores destacam ainda diferentes características dos terceiros lugares no universo como,

¹⁴ Texto no idioma original: Aux côtés d'autres établissements de la vie de tous les jours, où l'on peut traîner et se détendre, à l'instar des cafés, librairies, tavernes, lunch clubs et centres communautaires, elles [les bibliothèques] ont historiquement témoigné des qualités essentielles propres au "troisième lieu" : elles représentent des endroits neutres, gommant les clivages sociaux, plutôt sans prétention, communautaires ; elles constituent des territoires familiers, confortables, accessibles, qui favorisent l'interaction, la conversation (dans certaines limites) et une ambiance enjouée ; elles sont fréquentées par des "habitués" et font fonction de second chez-soi, soulageant les individus du train-train quotidien, procurant réconfort et distraction.

¹⁵ En general, la gente menciona como terceros lugares sitios como cafeterías, restaurantes, gimnasios, parques, iglesias o bibliotecas. Estos lugares se definen como espacios híbridos y abiertos al conocimiento y al intercambio cultural, donde el usuario (visitante, lector, estudiante, espectador...), encuentra su lugar en el corazón de los procesos de aprendizaje, producción y difusión de las culturas y del conocimiento.

Em terceiros lugares, criam-se vínculos, relacionamentos e também uma forma de aprendizagem informal, saindo de uma visão elitista da cultura para se interessar por atores informais e espaços sociais cotidianos. Eles buscam interconectar culturas escritas, digitais e técnicas de conhecimento e outras formas, sejam elas acadêmicas, artesanais, práticas, especializadas ou leigas. A sua missão essencial é promover a cultura da experimentação. Fundamentalmente, os terceiros lugares e os espaços públicos de inovação perseguem objetivos sociais claros sobre as questões importantes que a sociedade enfrenta.¹⁶ (Arévalo; Quinde, 2023, p.107, tradução minha).

Diante das novas demandas impostas pela passagem da sociedade moderna para a sociedade pós-moderna, como descrevem alguns autores a exemplo de Lyotard (2009), faz-se necessário destacar a emergência da cultura da informação centrada na aprendizagem para o uso contínuo e eficaz da informação em qualquer suporte. Em decorrência, principalmente, da crescente demanda informacional, sobretudo a partir do desenvolvimento das TDIC, surgem diversas correntes que tratam desta temática dentro da Ciência da Informação.

Neste estudo é privilegiada a abordagem da infoeducação que encontra base teórica nas teorias propostas por Freire de uma educação transformadora e libertadora. A abordagem da infoeducação se diferencia e se destaca em relação às propostas de letramento informacional, alfabetização informacional bem como outras propostas similares.

Destaca-se que na infoeducação a informação não se reduz a um conjunto sistemático de procedimentos e técnicas metodológicas, em um formato instrumental em que os indivíduos são treinados por outras pessoas que dominam os recursos informacionais, resultando em sujeitos competentes em informação apenas de forma instrumental.

A expressão anglo-saxônica “alfabetização da informação” (Maury, 2010, p. 128, tradução minha) nasceu exatamente da necessidade do treinamento de pessoas para o uso competente ou o domínio da informação a partir das exigências impostas pelo capital para a aprendizagem de habilidades para o uso da informação em diversos suportes.

Le Deuff (2009, p. 12) descreve que: “Alfabetização informacional é um conceito que se encontra na encruzilhada das ciências da informação e da comunicação, ciências da educação e ciência da computação”. No que se refere à educação para o uso da informação, Liqueite; Delamotte e Chapron, (2012, p. 3, tradução minha) descrevem que:

¹⁶ Texto no idioma original: En los terceros lugares se crean nexos, relaciones y también una forma de aprendizaje informal, alejándose de una visión elitista de la cultura para interesarse por los actores informales y los espacios sociales cotidianos. Buscan interconectar las culturas escritas, digitales y técnicas del conocimiento y otras formas, ya sean académicas, artesanales, prácticas, expertas o profanas. Su misión esencial es promover la cultura de experimentación. Fundamentalmente los terceros lugares y los espacios de innovación pública persiguen objetivos sociales claros sobre aquellos temas importantes a los que se enfrenta la sociedad.

No mundo francófono, em particular na França, Bélgica e Québec, e em certa medida noutros países da Europa continental, a perspectiva ancora-se sobretudo na aquisição de conhecimentos das Ciências da Informação e das Comunicações. A informação é vista como um conjunto de dados relacionados a documentos e mídias. A comunicação é, por sua vez, uma atividade cívica de participação no espaço público político e científico, herança do Iluminismo e dos ideais progressistas.¹⁷

Apesar do surgimento de novas publicações que versam sobre a temática *information literacy*, traduzida na língua portuguesa para a expressão “competência em informação”, (Hatschbach; Olinto, 2008, p.21), o conceito clássico que define o seu significado dentro da Ciência da Informação e que é amplamente difundido por diversos autores é o da *American Librarian Association* (2016, p. 3, tradução minha) que designa e atribui a *information literacy* a um:

Conjunto de habilidades integradas que abrangem a descoberta reflexiva da informação, a compreensão de como a informação é produzida e valorizada, e o uso da informação na criação de novos conhecimentos para atuação de forma ética em comunidades de aprendizagem.

Diversos termos buscam traduzir o termo original *information literacy*. Na Europa, por exemplo, a Espanha utiliza a expressão “alfabetização informacional” (ALFIN) e em Portugal o termo recebe o nome de “literacia da informação”. No contexto da literatura Francófona em Ciência da Informação, Le Deuff (2009) trabalha com o termo “Cultura da Informação” para abordar as diversas perspectivas e os debates em torno da alfabetização informacional. Embora o autor defenda que o termo *Culture de l’Information* e *Culture Informationnelle* não são equivalentes, nem se trata de traduções para a expressão *Information Literacy*, o autor esclarece que a cultura informacional está associada a cultura individual, enquanto a cultura da informação envolve saberes, representação e ação em relação ao coletivo, Le Dueff (2009).

Para Le Deuff (2009), existe uma tendência a uma convergência nas literacias. O autor defende que os termos *alfabetização informacional*, *alfabetização midiática* e *alfabetização digital* são equivalentes. Nesse sentido, defende que a transliteracia é um caminho que abarca a abrangência de todas essas literacias. “O desenvolvimento recente da

¹⁷ Texto no idioma original: Dans le monde francophone, notamment la France, la Belgique et le Québec, et à un certain degré d’autres pays de l’Europe continentale, la perspective s’ancre prioritairement autour de l’acquisition de savoirs issus des Sciences de l’Information et de la Communication. L’information est vue en tant qu’un ensemble de données liées aux documents et aux médias. La communication est, quant à elle, une activité citoyenne de participation à l’espace public politique et scientifique, héritage des Lumières et des idéaux progressistes.

transliteração corresponde plenamente a essa constatação de convergência e à necessidade de unir forças na tentativa de estabelecer uma formação que não mais se dê à margem”¹⁸.

Na América Latina, o Brasil tem publicado uma gama de trabalhos e pesquisas desde o ano 2000 utilizando a expressão *information literacy*, letramento informacional, alfabetização informacional, habilidade informacional, para caracterizar as mesmas ideias ou grupo de ideias relacionadas (Gasque, 2010).

Vale enfatizar o fato de que o termo alfabetização da informação no Brasil influenciou as concepções sobre a competência em informação. Os primeiros trabalhos desenvolvidos com a temática em Ciência da Informação são de autoria de “Campello (2002) Miranda (2004) Belluzzo (2005), Silva *et al* (2005) Lins & Leite (2008) Vitorino (2008), Liston e Santos (2009), Vitorino e Piantola (2009), dentre outros” (Gasque, 2010, p. 83).

A expressão ganhou força nas últimas décadas devido ao acelerado crescimento das TDIC que carregam dentro das suas características principais a necessidade de aprendizagem contínua para o uso, o manuseio e a disseminação de informação. Nesse caso, fica claro que a proposta se refere ao treinamento oferecido aos sujeitos para o uso competente em informação.

Para Dudziak (2003, p. 24), a expressão competência em informação dentro deste contexto das TDIC “[...]parece ser a mais adequada em função de sua definição voltar-se a um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos, habilidades, que agreguem valor”.

A profunda e constante incorporação das TDIC ao mundo do trabalho e das relações sociais demanda aprendizagem. Conforme Dudziak (2003), a competência em informação está ligada à aquisição de habilidades e conhecimentos instrumentais assim como a aptidão para manipular a informação em suportes digitais de forma eficiente. “Ao final da década de 90, começou-se a enfatizar a aprendizagem, considerando a dimensão social e ecológica do indivíduo” (Gasque, 2010, p. 84).

A cultura da informação, por vezes, é confundida em alguns estudos com o termo alfabetização informacional. Usa-se o termo cultura informacional fazendo um paralelo ou equivalência aos objetivos do letramento ou da alfabetização informacional. As traduções dos termos, por vezes, são responsáveis por causar essas confusões nos significados de um termo que é usado em uma língua para um determinado termo ou conceito usado em outra língua. Le

¹⁸ Texto no idioma original: Le récent développement de la translittératie correspond pleinement à ce constat de convergence et à la nécessité de réunir les forces pour tenter de mettre en place une formation qui ne s’effectue plus à la marge.

Deuff (2009) defende que o termo cultura da informação tem muito mais aderência à sociedade do conhecimento do que a sociedade da informação.

O uso de diferentes termos que caracterizam a expressão "alfabetização informacional" frequentemente leva à confusão em relação aos seus significados conceituais. Portanto, a fim de superar essas ambiguidades, é essencial destacar a importância da compreensão dos conceitos subjacentes, para que possamos utilizar o termo mais apropriado em nossas pesquisas. Nesse sentido, Martines; Woida e Almeida (2021, p. 119) esclarecem que:

Quando se pensa a dimensão do conceito, é importante compreender que este transcende sua relação com o termo. Se, por um lado, o termo é fundamental para uma indexação coerente e uma recuperação precisa das informações, assim como é responsável pela materialização dos elementos tácitos que transitam na concepção da entidade evocada na constituição do conceito; por outro, é este que produz as reflexões e valida as relações dialógicas entre contextos, ambientes e domínios. O debate sobre a convenção do termo é interessante, mas a compreensão sobre a abrangência e a capacidade de revitalização do conceito é essencial.

Sabe-se que os termos alfabetização e letramento também são comumente utilizados dentro dos estudos pedagógicos e, nesse âmbito, assim como no campo da Ciência da Informação, recebem conceitos distintos. Embora exista uma confusão do significado de ambos, Barros (2019) defende que é essencial a compreensão dos conceitos para que aumente a possibilidade de assimilação dos seus significados. Assim, no que se refere aos estudos pedagógicos o autor afirma que:

Alfabetização é um processo que possibilita ao cidadão apenas a identificar o sistema de escrita e saber usá-lo. Ou seja, têm-se capacidades reduzidas do mundo, pois esse somente aprende a aquisição do sistema da escrita, não sendo letrado com uma visão ampla do mundo (Barros, 2019, p. 4).

Enquanto a alfabetização se concentra em proporcionar ao sujeito o domínio básico da leitura e da escrita, o letramento vai além desses aspectos, permitindo que o indivíduo desenvolva autonomia no mundo em que vive, com uma ênfase especial nos aspectos sociais, históricos e culturais. Dessa forma,

O letramento se responsabiliza em dar ao cidadão a capacidade social de ler e escrever, ou seja, é a possibilidade que o indivíduo possui, depois de haver se familiarizado com a escrita e a leitura, de exercer e desenvolver o uso nos diversos contextos, sendo que o indivíduo letrado se relaciona de forma coesa com o processo histórico e social da leitura em contextos formais e informais (Barros, 2019, p.5).

Freire (2021) aponta a necessidade de que a alfabetização e o letramento caminhem juntos com o objetivo de que os sujeitos desenvolvam a consciência. Em Freire (2021, p. 36), “A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquela. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente”.

A alfabetização crítica e libertadora é aquela que é capaz de formar nos sujeitos alfabetizados uma consciência que garanta a autonomia. Ou seja, está para além de levar aos educandos os conteúdos e ensiná-los o uso de regras, códigos e normas de leitura e de escrita. Os sujeitos não chegam à escola vazios, por isso é importante que a aprendizagem, qualquer que seja, esteja vinculada ao uso prático na vida cotidiana dos sujeitos.

Quanto à aprendizagem informacional, considerando o que já foi discutido aqui, especialmente em relação ao letramento, à alfabetização, à competência, à habilidade, entre outros termos amplamente estudados e difundidos na literatura de Ciência da Informação, ao analisá-los, percebem-se diferenças significativas em relação ao que é proposto pela infoeducação.

A infoeducação prioriza o desenvolvimento dos aspectos cognitivos, importantes no processo de apropriação da informação. Ao enveredar por dimensões epistêmicas, que ultrapassam o mero nível procedimental dos fazeres, a infoeducação resgata a dimensão epistêmica da Educação e da Informação, ocupando-se dos saberes informacionais e não somente das competências, limitadas às dimensões do fazer, voltadas ao desenvolvimento de habilidades para atender as demandas do mercado de trabalho, assim,

Nesses termos, existem diferenças de fundo e forma entre a Infoeducação e muitas das formulações que sustentam a Educação de Usuários, a Educação para a Informação e, especialmente, a Information Literacy. Em primeiro lugar, a Infoeducação não secciona Informação e Educação. Para ela, os fenômenos informacionais e educacionais não se separam, apesar de apresentarem autonomia e identidades próprias (Perroti; Pieruccini, 2008, p. 25).

Dessa forma, os processos de ensino-aprendizagem informacional centram-se na problemática da eficácia, ou seja, não se preocupam senão exteriormente com o sentido social e individual da informação, da significação. É nesse sentido que a educação freireana, como prática de liberdade, e de autonomia, a infoeducação e o paradigma da mediação cultural entram em convergência: não é só uma metodologia, mas episteme que concentra diferentes aspectos constitutivos de nossa condição humana como ser no mundo, capaz de desenvolver consciência crítica e oportuna para encontrar o caminho da libertação, proposto pela patrono da educação, Paulo Freire.

A infoeducação está centrada na apropriação da informação, em que o sujeito passa de usuário da informação, categoria limitante, para protagonista cultural. O protagonista cultural se distingue de usuários ou consumidores de informação e cultura. Perrotti e Pieruccini (2007, p.77) compreendem esse sujeito como “ação afirmativa nos processos simbólicos, exercida por sujeitos de diferentes meios e condições, consideradas as dimensões plurais e conflitantes da vida social e pública, no mundo contemporâneo”. É um sujeito criador, produtor de sua realidade que dá sentido às suas ações no mundo, seja de forma individual ou coletiva. Ou seja, é um sujeito que participou do processo de infoeducação e conseguiu se apropriar do conhecimento. Diante disso, Infoeducação é

Uma abordagem da Ciência da Informação que trata de informar para educar e educar para informar, por meio do desenvolvimento de técnicas e habilidades (tanto por parte do mediador quanto por parte do público), que articularão com o compartilhamento e apropriação de conhecimentos e culturas (Passos, 2018, p. 19-20).

A educação para o uso da informação no contexto da infoeducação busca compreender os aspectos sociais e culturais da informação, se difere do que propõe a competência em informação que está ligada às dimensões técnicas, instrumentais e aos procedimentos tecnológicos na busca e no uso da informação “[...] e potencializa o papel da educação como instrutora de competências e habilidades que possam servir ao mercado” (Miranda, 2022, p. 40).

Sem desconsiderar a importância dos estudos e pesquisas sobre a temática, competência em informação, que vem sendo desenvolvida por pesquisadores ao longo dos anos no campo da Ciência da Informação, se faz necessário mencionar que já existem estudos no âmbito da Ciência da Informação que apresentam como proposta a competência crítica em informação na perspectiva de superar alguns aspectos tradicionais da competência em informação, voltados majoritariamente à atuação no mercado de trabalho, como é o caso dos trabalhos desenvolvidos por Bezerra, *et al.* (2019).

Acrescenta-se que a competência crítica em informação debatida amplamente por estudiosos brasileiros a exemplo dos pesquisadores do Instituto brasileiro de ciência de tecnologia (Ibict), apresenta abordagens relacionadas as teorias freirianas de uma construção de consciência crítica para o uso da informação e principalmente para o combate crescente da desinformação e das *fake news*.

Neste sentido Brisola (2022, p. 21) situa que

A competência crítica em informação (CCI) é uma das possibilidades que se apresentam para enfrentar as angústias informacionais de nosso tempo, que se materializam em uma Sociedade da Informação/Desinformação, bem como para buscar soluções que possam contribuir com uma relação saudável e consciente entre as pessoas e informações. Defendemos que a CCI é a face crítica que perpassa as relações humanas e a informação, promovendo uma interação que contribui para a construção de uma consciência crítica que atravessa as literacias e promove uma mudança de comportamento do usuário, que passa a ser sujeito desta relação e das transformações sociais.

Já na perspectiva da infoeducação o sujeito torna-se protagonista. Em Freire (2011), pode-se afirmar que o sujeito protagonista é um sujeito autônomo, crítico, reflexivo e que participa da transformação do seu cotidiano porque foi capaz, a partir da educação transformadora, de criar uma consciência de si e para si. Ou seja, o sujeito protagonista é capaz de escrever a sua própria história. Nas relações de opressão segundo Freire (2011) não é constituído um diálogo entre os sujeitos que recebem prontamente conteúdo e o reproduzem. Não há diálogos, não há questionamento nem tão pouco criticidade, ou seja, sem diálogo, logo, os homens são alienados.

Categoriza-se, dessa forma, o sujeito/protagonista social, cultural e da informação a partir de algumas reflexões encontradas em Freire (2021), Marx (1984) e Perrotti (2017), posicionando-o nas suas relações com o mundo que é constitutivo dos sujeitos enquanto ser social: O sujeito pode ao mesmo tempo ser crítico, reflexivo, social e protagonista de acordo com o Quadro 4, a seguir.

Quadro 4 - Categorização dos tipos de sujeitos em Freire (2021), Marx e Engels (1974) e Perrotti (2017)

Tipo de sujeito	Conceito
Sujeito crítico	Em Freire (2021) um sujeito crítico é aquele que consegue o entendimento das relações entre o texto e o contexto. Dessa forma, o autor assegura que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (Freire, 2021, p.36), ou seja, o sujeito deve ser capaz antes mesmo de se debruçar sobre um texto e compreendê-lo de fazer relações com a realidade para a construção do conhecimento.
Sujeito reflexivo	Um sujeito reflexivo é aquele que consegue desvelar a realidade vivida. Na educação problematizadora o sujeito consegue fazer esse exercício de desvelamento através da inserção crítica na realidade. “É neste sentido que a práxis constitui a razão nova da consciência oprimida e que a revolução, que inaugura o momento histórico desta razão, não pode encontrar viabilidade fora dos níveis da consciência oprimida”. (Freire, 2011, p.73)
Continua na página seguinte	

Continuação da página anterior	
Sujeito social	Em Marx e Engels (1984) todos os homens são seres sociais porque são capazes de produzirem a sua própria condição de existência. “O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo da natureza dos meios de vida já encontrados e que têm de reproduzir” (MarX; Engels, 1984, p.27).
Sujeito protagonista	Em Perrotti, (2017, p.21) o protagonista social é constituído pelos “cidadãos que habitam, cuidam, negociam, lutam, agem, compartilham valores, definem e se definem na polis, com a polis, pela polis”. A interlocução entre os sujeitos, destes com os repertórios é atitude favorecida na modalidade fórum. Dispositivos pautados por essa orientação têm em vista a negociação dos signos e não sua simples difusão/ assimilação.

Fonte: Elaboração da autora, (2023)

Nesse sentido, coloca-se mais uma vez a importância da educação pautada no diálogo crítico e libertador como elemento fundamental na transformação do sujeito, para oferecer condições de torná-los participantes na sociedade em que vivem. As bibliotecas em muito podem contribuir para o alcance de tais desafios, através da infoeducação que impera como ação de formação dos sujeitos, e apropriação da informação, conforme descreve Perrotti (2016) a infoeducação

[..] pretende ser reflexiva e compromissada com a formação de seres autônomos, críticos e criativos, munidos de condições teóricas e práticas que lhes permite escolher posições e relações a serem estabelecidas com a “era da informação (Perrotti, 2016, p.13).

Os sujeitos que alcançam todas as dimensões da consciência, ou seja, a crítica, a reflexiva, a cognoscente e a social, são protagonistas sociais e culturais, porque aprenderam a desenvolver todas as instâncias da aprendizagem e atuação na sociedade.

Para Perrotti (2017), no protagonismo cultural os sujeitos agem sobre os signos com autonomia e emancipação de pensamento. Enquanto a ação do protagonista social está relacionada à intervenção na esfera social, ou seja, no mundo concreto que é onde o sujeito tem a oportunidade de interagir de forma dinâmica na sociedade em que vive.

Daí que protagonizar é reunião, é amarração, aglutinação de soma e sema, de ação e nomeação, de atuação e significação. O protagonista, ao nomear, participa afirmativamente da criação e da recriação permanente do mundo e dos signos comuns (Perrotti, 2017, p. 23, 24).

Desse modo, os conceitos de protagonista social e cultural, de apropriação da informação, de mediação da informação, de mediação cultural e de saberes informacionais se

conectam através de um termo maior guarda-chuva que se chama infoeducação. As bibliotecas, portanto, são os locais em que todos esses conceitos podem ser aplicados de forma prática na vida das pessoas por meio do trabalho dos infoeducadores. Tal proposta é uma alternativa emergente e atual, oferecida aos profissionais da informação, onde é possível o alcance de diversas possibilidades na construção de saberes informacionais que resultam na apropriação da informação e dos bens culturais e simbólicos.

Um exemplo disso é o programa aprendendo a pesquisar e a estação de conhecimento Einstein¹⁹ desenvolvido por pesquisadores do grupo Colabori dentro da perspectiva da infoeducação. O programa atua na perspectiva de implantar uma nova modalidade educativa que visa orientar cada participante para que construa “o seu próprio projeto de conhecimento” (Passos; Pieruccini, 2016, p. 98). As dinâmicas são acompanhadas pelos infoeducadores e educadores das turmas, onde

[...]cada participante trabalha durante três meses sobre um tema, período em que se debruça sobre os recursos internos e externos (internet e comunidade) existentes, lendo, conhecendo suas respectivas naturezas, indagando-se sobre o que tem em mãos, mas também sobre as ausências, o que não têm” (Passos; Pieruccini, 2016, p. 98).

Esse caso prático envolvendo as bibliotecas do Instituto de Ensino e Pesquisa (IEP) do Hospital Albert Einstein pode ser replicado em diferentes bibliotecas no âmbito da educação, por exemplo. Retomando o papel da educação e da escola, reconhecidos como *locus* privilegiados por excelência de acesso ao saber onde favorece sobretudo, a produção de novos conhecimentos (Saviani, 2008), é fundamental enfatizar sua função como espaço de transformação social. Nesse sentido, a escola deve estar focada em oferecer uma formação emancipadora, que abranja não apenas as dimensões práticas das atividades, mas também sua conexão com os saberes, ou seja, a articulação dinâmica entre ação e reflexão.

Pires (2011) corroborando com o pensamento de Saviani (2005) destaca o que vem sendo imposto, como uma escolarização mínima para as grandes massas, onde prevalece os interesses hegemônicos no qual situa a escola dentro de um espaço de contradições onde [...]ao tempo em que se constitui como um *locus* privilegiado de repasse do saber socialmente construído, espaço favorável ao desenvolvimento intelectual dos indivíduos, opera também na conformação da ordem existente (Pires, 2011, p. 52).

¹⁹ Implantado por meio de parceria entre a Sociedade Benficiente Israelita Albert Einstein e o Colaboratório de Infoeducação, instância de pesquisa do Departamento de Biblioteconomia e Documentação, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, sob a coordenação acadêmica da Profa. Dra. Ivete Pieruccini e direção científica do Prof. Dr. Edmir Perrotti (Passos; Pieruccini, 2016, p. 97).

A educação para o uso da informação, ou seja, a infoeducação, não é, portanto, exterior ou estranha aos contextos em que está sendo proposta. Ela não nasce de fora para dentro, mas articula o que é externo e interno nas relações constitutivas com as propostas de educação e do ensino em que está imersa. Ante à fragmentação educacional em que se estabelecem na contemporaneidade, as bibliotecas, por sua vez, não são contrárias ao processo formativo, porque se encontram dentro do contexto educativo e, portanto, devem estar atentas aos objetivos das instituições além de atuar na materialização das propostas de formação que possibilite a autonomia do sujeito.

4 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO, MEDIAÇÃO CULTURAL E OS NOVOS TEMPOS DA EDUCAÇÃO NO CENÁRIO DAS REFORMAS

A informação, em suas múltiplas facetas e em sua natureza social, é constituída a partir das relações entre os sujeitos. Conforme abordado anteriormente no desenvolvimento deste trabalho, a infoeducação se baseia nas contribuições de Paulo Freire, especialmente nas teorias da dialogicidade, que resgatam a dimensão epistêmica da Educação e da Informação. Nessa perspectiva, a infoeducação engloba os saberes informacionais, permitindo que o sujeito participe ativamente do processo educativo por meio da negociação de sentidos, da mediação da informação, da cultura e dos dispositivos de mediatização. Nesta seção, é abordada a importância da mediação nos processos infoeducativos e como ela contribui para a educação por meio da informação, seguindo a práxis transformadora-libertadora de Paulo Freire.

4.1 Mediação da informação: abordagem conceitual a luz da teoria da dialogicidade

Os estudos dedicados à mediação da informação, em particular, evidenciam que por meio do processo de ação mediadora, são incluídas diversas dimensões que contribuem para a apropriação da informação e para a formação integral dos indivíduos. Tais dimensões contribuem para torná-los sujeitos críticos.

A aquisição do conhecimento permite que o ser humano se torne um indivíduo capaz de compartilhar suas experiências e realizações com os outros membros de sua comunidade, promovendo assim as transformações no mundo ao seu redor. Para Arendt (2013), as ações de se relacionar e de transformar são algo que transcende a duração de uma vida, ela perpassa gerações.

Só a existência de um domínio público e a subsequente transformação do mundo em uma comunidade de coisas que reúne os homens e estabelece uma relação entre eles dependem inteiramente da permanência. Se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas por uma geração e planejado somente para os que estão vivos, mas tem que transcender a duração da vida de homens mortais. (Arendt, 2013, p. 67).

A partilha do que somos e do que pensamos é essencial para a existência e sobrevivência do ser humano, e essa partilha ocorre principalmente por meio do diálogo e das relações interpessoais. No entanto, essas relações estão constantemente mediadas, seja por

pessoas, por objetos ou dispositivos. Nesse sentido, a mediação implica em interferir na realidade do outro, proporcionando condições para que, no contexto específico da mediação da informação, a informação recebida possibilite o compartilhamento do conhecimento, assim como afirma Gomes (2020, p. 9) quando diz que “a informação é compreendida como conhecimento em estado de compartilhamento”.

Foi observado que a infoeducação aborda as relações inseparáveis entre informação e educação, com o objetivo de promover uma *práxis* transformadora, em que a aprendizagem para o uso da informação ao longo da vida seja um processo contínuo. Esses estudos são fundamentais para o desenvolvimento do sujeito, contribuindo para sua atuação na sociedade com consciência crítica, preparando-os para se tornarem indivíduos autônomos diante da enorme quantidade de informações disponíveis em todos os lugares, especialmente no mundo digital.

A apropriação do conhecimento e do saber, por meio da infoeducação, requer ação de mediação, seja na forma de mediação da informação ou mediação cultural. O sujeito não existe isoladamente no mundo, mas está cercado por diversos elementos que o conectam a outras pessoas. Esses elementos podem ser os objetos, sentidos e sentimentos e estabelecem conexões por meio de diferentes formas de mediação.

Como ponto de partida, destaca-se o diálogo como elemento fundamental no processo de comunicação da informação. Ser dialógico, de acordo com o dicionário online (2022), significa despertar a capacidade e o interesse do sujeito em relação a um determinado assunto ou questão, levando-o a tomar uma posição por meio de uma atitude que pode ser uma resposta ou uma ação.

A teoria da dialogicidade em Freire (2011) está voltada para a educação problematizadora/transformadora em detrimento da educação bancária. Na educação bancária, o sujeito apenas recebe prontamente os conteúdos pré-estabelecidos e elaborados pelo educador, sem que possa refletir sobre o conteúdo recebido ou percebê-lo como contribuição para a sua realidade no mundo.

Segundo Freire (2011), a dimensão da problematização está centrada na criticidade. Nesse sentido, entende-se que o indivíduo que recebe uma informação, seja ela mediada por um objeto físico ou pelas TDIC, precisa ser capaz de dialogar com ela e refletir sobre suas potencialidades, em vez de simplesmente reproduzi-la de forma inconsciente e desumanizada

Agir de maneira antidialógica acarreta consequências tanto para a vida individual e social dos sujeitos, quanto para as pessoas com as quais se relacionam, e, por consequência, para o mundo em que vivem. Sendo assim, Freire (2011) tece argumentos a respeito das

consequências do antidiálogo entre os seres humanos e seu potencial de dominação dos sujeitos e subordinação ao poder dominador e objetificador das classes sociais:

O eu antidialógico, dominador, transforma o tu dominado, conquistado num mero “isto”. O eu dialógico, pelo contrário, sabe que é exatamente o tu que o constitui. Sabe também que, constituído por um tu – um não-eu –, esse tu que o constitui se constitui, por sua vez, como eu, ao ter no seu eu um tu. Desta forma, o eu e o tu passam a ser, na dialética destas relações constitutivas, dois tu que se fazem dois eu. (Freire, 2011, p. 227).

Há, portanto, a necessidade de compreender as potencialidades dos processos formativos inerentes à informação, sua gênese, a evolução, os modos de organização da matéria e a inserção dos sujeitos como parte dos processos informativos, como também a necessidade do exercício dialético. Na Ciência da Informação, alguns estudos buscam compreender a informação em suas diversas nuances. Não obstante, teóricos, pesquisadores e estudiosos de outras áreas do conhecimento têm oferecido relevantes contribuições para compreender a informação a partir de uma perspectiva dialética, como é o caso do filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto (2007) além do já citado Paulo Freire (2011).

Pinto (2007) desenvolve uma abordagem distinta do que se encontra nos teóricos tradicionais que estudam a informação como coisa, a exemplo dos trabalhos de Buckland (1991). Para o autor supracitado, a informação precisa ser compreendida a partir da dialética e das relações. Dessa forma, para ele não existe informação fora dos processos de relações dos seres humanos com a matéria em um movimento dialógico.

Unicamente na perspectiva da informação consciente o pensador adquire amplitude de visão suficiente para incluir na compreensão dialética da totalidade da realidade a ação recíproca elementar, física, com o significado de protótipo ou prenúncio de verdadeira informação (Pinto, 2007, p.185).

Na literatura da área de Ciência da Informação, os trabalhos de Dantas (2012, 2015, 2016) também contribuem para o estudo dialético da informação. Para esse estudioso, a informação é “[...]a ‘ação de formar’, daí o verbo informare: ‘dar forma, esboçar’. Desde as suas origens, o significante denota um processo ou movimento de dar forma a algo ainda em esboço ou em planejamento” (Dantas, 2012. p. 20).

Ou seja, quem informa tem uma imensa responsabilidade, visto que forma algo em alguém. Compreender essa ação, dentro da concepção da *práxis* transformadora, é creditar aos processos informativos aspectos que vão além de reprodução de informações, mas que se coloca como um processo consciente da importância que a informação possui para que o

sujeito compreenda sua realidade, problematize-a, possa intervir e modificá-la.

O sujeito consciente de si e de sua própria história é capaz de estabelecer uma relação autônoma, dialógica, crítica e reflexiva com a informação, utilizando-a como base para suas ações. Essa autonomia se manifesta por meio do protagonismo social, à medida que o indivíduo se apropria dos processos formativos que a informação oferece. Assim, ele vai além de uma concepção utilitária da informação, como amplamente discutido pelos defensores da disseminação de informações e de conhecimentos ao longo dos anos.

É nesse sentido que Silva e Gomes (2013) analisam a mediação da informação, a partir de uma perspectiva da autonomia dos sujeitos da informação. Os autores identificam que, por meio das ações desenvolvidas no contexto da mediação, o sujeito pode se apropriar da informação e se tornar um sujeito autônomo e consciente de suas ações no mundo. Para tanto, pontuam que:

[...] a autonomia não é uma condição de poder ou de arbitrariedade, mas de equidade, de distribuição, de justiça e de preocupação com o outro. A autonomia da informação pelo usuário implica em repensar a mediação institucional em centros de informação, de sorte que não deve ser instigada de forma unilateral ou arbitrária (Silva; Gomes, 2013, p.41).

As bibliotecas, de qualquer natureza, desempenham um papel crucial na potencialização da informação na vida dos sujeitos por meio de seus mediadores, os bibliotecários. Nesse sentido, a infoeducação se apresenta como um caminho promissor para estabelecer relações entre os dispositivos informacionais presentes nos espaços de armazenamento e de mediação dos conteúdos informacionais, e as pessoas que buscam apropriação de saberes e de conhecimentos por meio desses dispositivos informacionais. É nesse contexto de trocas e apropriações que a infoeducação ganha relevância e possibilita o alcance pleno das potencialidades da informação na vida dos indivíduos.

O papel do profissional da informação é, também, o de mediar a informação. Por essa razão, esse profissional possui importante contribuição e participação na intervenção deste processo. O bibliotecário é um intelectual orgânico, mediador da informação e mediador da cultura, ou seja, é um infoeducador. Nas palavras de Gramsci (1982, p. 7) “todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” .

O conceito de intelectual está intrinsecamente ligado ao indivíduo capaz de intervir na sociedade por meio de seu trabalho, compreendendo o mundo de forma crítica. Nesse

contexto, os profissionais da informação desempenham uma tarefa nobre, sendo responsáveis por selecionar, tratar, disponibilizar e mediar a informação para aqueles que dela necessitam diariamente, em todas as atividades, desde as mais simples até as mais complexas. A atuação desses profissionais é fundamental para garantir o acesso adequado e qualificado à informação, permitindo que as pessoas possam exercer sua capacidade intelectual e se posicionar de forma crítica diante do mundo em que as cercam.

O debate epistemológico sobre a mediação da informação na Ciência da Informação requer uma revisão dos estudiosos que, ao longo dos anos, têm realizado análises teóricas, bibliográficas e práticas para compreender essa temática.

Compreende-se a relevância que a mediação da informação tem para a área de Ciência da Informação no Brasil, sobretudo pela sua produção acadêmica e científica no ENANCIB, considerado o maior evento nacional que reúne pesquisadores de pós-graduação, *lato e stricto sensu* de todo país. Dentre os grupos de trabalhos, organizados pela ANCIB, o grupo de trabalho três (GT03) “Mediação, circulação e apropriação da informação” é dedicado especificamente para tratar de questões relacionadas à mediação da informação, constatando a importância que a temática, mediação, tem na sociedade contemporânea.

Na edição do evento do ano de em 2022, última edição com trabalhos disponíveis na Internet no período de realização deste trabalho, 25 comunicações foram apresentadas no GT03. Entre resumos expandidos e trabalhos completos, afirmando a importância e contribuição desse GT para o debate contemporâneo na Ciência da Informação, bem como a ementa do GT sinaliza:

Estudo dos processos e das relações entre mediação, circulação e apropriação de informações, em diferentes contextos e tempos históricos, considerados em sua complexidade, dinamismo e abrangência, bem como relacionados à construção e ao avanço do campo científico da Ciência da Informação, compreendido em dimensões inter e transdisciplinares, envolvendo múltiplos saberes e temáticas, bem com contribuições teórico-metodológicas diversificadas em sua constituição (Ancib, 2022).

Diante disso, é incontestável a contribuição que a mediação da informação tem para a Ciência da Informação. No entanto, apesar da expressiva produção sobre a temática, Gomes (2020) ressalta que a mediação da informação no campo da Ciência da Informação, ainda vem sendo tratada de forma bastante genérica, ocasionando lacunas conceituais e teóricas que demandam maior aprofundamento e compreensão desta área dentro do contexto informacional. A autora reforça que:

Em muitas situações a mediação é tratada sem a formulação de proposições teóricas específicas do campo; em outras a literatura apresenta apenas a adoção do termo, sem adentrar em reflexões mais focalizadas no campo informacional, ou ainda opta por uma discussão de cunho sociológico e antropológico sem, contudo, formular proposições articuladoras desses enfoques àqueles voltados diretamente ao campo da Ciência da Informação, de modo que pesquisadores e profissionais da área tenham a oportunidade de discutir e compreender a mediação no contexto informacional (Gomes, 2020, p.10).

A mediação da informação, por se tratar de um fenômeno social a ser analisado na perspectiva dos sujeitos sociais, evidencia a importância dos sujeitos que usam a informação. Perrotti e Pieruccini (2014, p. 4) afirmam “que não há informação ou comunicação sem mediação”. Já Almeida Júnior (2009) reforça essa proposição, ao constatar que na mediação o usuário é um ator central no processo, ou seja, a ideia de mero receptor de informação que foi constituída ao longo dos anos a partir da teoria matemática da informação e comunicação de Shannon (1948) e Weaver (1949) é abandonada por esse autor, para enfatizar o papel do usuário enquanto ator/protagonista social.

Desta forma, “[...] de receptor, passa o usuário a ser um construtor, um co-produtor da informação. A autoria deixa de ser única e passa a ser repartida, distribuída entre todos os que farão uso da informação em potência” (Almeida Júnior, 2009, p. 97).

A mediação da informação também pode ser compreendida na perspectiva dos atores sociais ou sujeitos em Gomes (2014, 2016, 2017, 2019, 2020). Ou seja, remete a um conjunto de práticas realizadas por pessoas, ou atores, ou sujeitos, como cada autor prefere denominar. De um modo geral, a palavra mediação já remete a um conjunto de práticas sociais. Por isso, Caune (1999, p. 2) reforça que

A mediação pode ser examinada como um conjunto de práticas sociais que se desenvolvem em diferentes domínios institucionais e que visam construir um espaço determinado e legitimado pelas relações que ali se manifestam. Assim, instituições como escolas, meios de comunicação ou empreendimentos culturais podem ser analisadas de acordo com as relações interpessoais que permitem.²⁰

Gomes (2019, 2020) vem desenvolvendo como parte do arcabouço teórico relacionado à mediação da informação a proposta de cinco dimensões conceituais para essa área de estudo, a saber: a dimensão **dialógica, estética, formativa, ética e política**. No Quadro 5 é

²⁰ La médiation peut être examinée comme un ensemble de pratiques sociales qui se développent dans des domaines institutionnels différents et qui visent à construire un espace déterminé et légitimé par les relations qui s’y manifestent. Ainsi, des institutions comme l’école, les médias ou encore les entreprises culturelles peuvent être analysées en fonction des relations interpersonnelles qu’elles autorisent.

synthesized conceptually each one of the proposals offered by the author for the dimensions of information mediation.

Quadro 5 - Dimensões da mediação da informação elaborada a partir de Gomes - 2019, 2020

Dimensão Dialógica	Instância sustentadora da própria ação mediadora. Sem a dialogia não é possível realizar a mediação da informação. Desse modo, um mediador consciente do significado da ação mediadora, passa a considerar e desenvolver o processo dialógico, buscando observar e compreender as singularidades dos sujeitos envolvidos na ação de interferência, assegurado a todos o espaço de voz, de modo que estejam envolvidos e protagonizando a ação.
Dimensão Estética	Instância em que o sujeito pode ter acionada a sua [...]Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), experimentando certa desestabilização do seu arcabouço de conhecimentos. Se por um lado, nessa instância o sujeito se desestabiliza, por outro ele tem a possibilidade de, a partir da dialogia e do processo de problematização, reconstruir esse arcabouço, alargando sua compreensão, o que é gerador do prazer estético da criação e da sua própria recriação enquanto sujeito.
Dimensão Formativa	No alcance intenso da dimensão estética, a mediação da informação adentra a sua dimensão formativa . Pode-se afirmar que na experiência do encontro com uma informação nova, com um conhecimento novo colocado em compartilhamento, o sujeito vive um momento de conflito cognitivo que, na mediação, deve ser trabalhado para o adensamento do debate. Se por um lado esse tensionamento gera desconforto, por outro ele pode representar a oportunidade de redimensionamento do arcabouço de conhecimentos e saberes dos sujeitos, situação em que ocorre a apropriação da nova informação.
Dimensão Ética	A mediação da informação se constitui em uma ação interacionista e dialética, na qual a diversidade deve encontrar espaço de voz, espaço de ação, exigindo a construção de um processo problematizador que respeite as diferenças e, ao mesmo tempo, assegure o espaço de expressão e interpelação de todos os participantes, sublinhando a necessária regência da dimensão ética em todo desenrolar da ação de interferência, em especial em função da intencionalidade maior da mediação que é a de contribuir com o protagonismo social.
Dimensão Política	Ao alcançar a sua dimensão política , a mediação da informação proporciona condições à tomada de consciência por parte de todos que fazem acontecer essa ação, uma consciência da condição de sujeitos políticos que, ao abandonarem a máscara da neutralidade, acabam assumindo a condição de protagonistas sociais e o compromisso com a construção do processo humanizador do mundo.

Fonte: Elaboração da autora a partir de Gomes, (2019, 2020, 2022).

Tais dimensões estudadas por Gomes (2019, 2020) contribuem para a compreensão da mediação da informação, na perspectiva da apropriação da informação pelos sujeitos, tendo como base os contextos dialógicos em que são produzidas e compartilhadas as informações. Ou seja, a apropriação da informação para a Gomes (2019) só é possível se o sujeito conseguir atingir todas essas dimensões propostas e conseqüentemente o desenvolvimento do protagonismo social.

A mediação, portanto, é uma categoria de ação, Almeida Júnior (2009 e 2015) indica que ela é ação de interferência. O mediador interfere porque ele não é neutro nem imparcial no processo de mediação. Nesse caso, Almeida Júnior (2015) aponta que os profissionais da informação são seres sociais e, como tal, carregam valores, crenças, interesses, cultura que são expressas quando do processo de mediação, fazendo com que dessa forma a mediação esteja carregada de inúmeras interferências relacionadas ao profissional que atua no processo de mediação.

Na mediação da informação, foi visto que a lacuna informacional a ser preenchida possivelmente momentânea, ou seja, o sujeito satisfaz aquela necessidade de informação num dado momento e possivelmente a partir disso são geradas outras necessidades a serem preenchidas por outras informações. Tal afirmação deve-se ao fato de que a informação não resolve todas as incertezas, mas provoca uma satisfação parcial, bem como aponta Almeida Júnior (2015) quando trata do conceito de mediação da informação.

Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (Almeida Júnior, 2015, p.25).

Como visto, o ciclo informacional não se encerra, demandando sempre outras necessidades que vão se apresentar a partir da informação recebida. Ribeiro e Almeida Júnior (2021, p.14) destacam “que esse processo é inacabado, uma vez que a necessidade informacional do usuário se modifica, se altera, entra em confronto, demandando outras necessidades”.

Nesse contexto, é fundamental ressaltar a relevância do profissional da informação em estar constantemente atento às necessidades informacionais da comunidade que atende. Isso requer um engajamento ativo na atividade de referência, que se configura como um dos espaços-chave nos centros de informação, onde ocorrem diálogos e negociações na busca pela

informação desejada. Compreender que a atuação do bibliotecário deve se pautar pela busca de um atendimento de excelência aos usuários é uma responsabilidade primordial e essencial, tanto na mediação implícita quanto na mediação explícita.

De fato, a mediação permeia todas as atividades desempenhadas pelo profissional da informação, como já abordado anteriormente, podendo manifestar-se de maneira implícita ou explícita. A mediação implícita ocorre nos espaços onde a informação está sendo tratada e ainda não foi disponibilizada aos usuários dos centros de informação ou equipamentos informacionais. Por outro lado, a mediação explícita acontece nos espaços em que há a presença do usuário, mesmo que essa presença não seja necessariamente física e imediata. Nesses espaços, a interação direta entre o profissional da informação e o usuário desempenha um papel essencial na mediação do acesso e uso da informação (Santos Neto; Almeida Júnior, 2017).

O agente mediador ou bibliotecário, como enfatiza Gomes (2019), também é um protagonista social que atua no processo de desenvolvimento de novos protagonistas sociais a partir do ato de mediar. Esse espaço de trabalho informacional, que envolve a troca de compartilhamento de informação na biblioteca, é um espaço propício ao desenvolvimento do protagonismo nos sujeitos que estão ali envolvidos.

O protagonista é aquele que assume o controle do próprio destino. Perrotti (2007) trabalha com o conceito de protagonismo cultural constituído através de ações desenvolvidas pelas práticas de infoeducação dentro do viés de educação dos sujeitos para o uso da informação. Para Perrotti (2017), no protagonismo cultural e no protagonismo social os sujeitos se relacionam de forma dinâmica com o mundo e atuam de forma efetiva na sociedade em que vivem.

Daí que protagonizar é reunião, é amarração, aglutinação de soma e sema, de ação e nomeação, de atuação e significação. O protagonista, ao nomear, participa afirmativamente da criação e da recriação permanente do mundo e dos signos comuns (Perrotti, 2017, p. 23, 24).

Em Gomes (2017), o protagonista social também é constituído como um sujeito de ação, pode ser um bibliotecário, porque atua em processos dinâmicos relacionados com a informação e, portanto, este protagonista social “representa o caminho humanizador do mundo e, portanto, promissor da construção ética de relações sociais capazes de assegurar o espaço crítico, de dialogia, criatividade e alteridade” (Gomes, 2017 p. 28).

Dessa forma, a ação de mediação desempenha um importante papel na vida dos sujeitos, pela sua grandeza e pelo seu potencial de transformação através da ação.

Compreender com profundidade essas características da mediação é uma oportunidade para ver as potencialidades que a informação possui de transformação na vida dos sujeitos na sociedade contemporânea.

A mediação da informação, por si só, constitui uma atividade de excelência dentro dos espaços formados pelas bibliotecas e centros de informação. Mediar como foi compreendido a partir dos autores estudados é ação, é interferência e carrega muitos significados em sua prática. Os profissionais da informação são intelectuais que atuam diretamente no processo de mediação da informação e por isso necessitam assumir posturas éticas e comprometidas com o seu fazer que impliquem na formação de protagonistas sociais.

A partir das teorias propostas por Freire, amplia-se a compreensão de que elas se conectam com os pressupostos teóricos propostos na infoeducação e que, junto à mediação da informação, contribuem para a autonomia dos sujeitos e apropriação da informação, apresentando como resultados sujeitos críticos, criativos, reflexivos e conscientes.

As bibliotecas são espaços de destaque, nos quais é possível desenvolver diversas atividades e promover a infoeducação. Elas vão além de serem meros depósitos de conhecimento, lugares de preservação ou disseminação. Na atualidade, as bibliotecas têm o papel fundamental de se engajar ativamente na vida das pessoas, aliando-se à educação para contribuir na formação de indivíduos conscientes de si e de seu papel na sociedade em que estão inseridos.

Parte-se do princípio de que, além de ter acesso à informação, as pessoas precisam adquirir atitudes e habilidades para utilizá-la e apropriar-se dos saberes informacionais, tornando-se protagonistas nesse processo. No contexto contemporâneo, várias questões fundamentais emergem, como a sobrecarga informacional, a fragmentação dos conteúdos, a rapidez e a instantaneidade, bem como a transição para formatos digitais. Essas transformações ressaltam a importância de estudos específicos para compreender e lidar com essas dinâmicas informacionais.

Nos estudos de Perrotti (2017), a apropriação cultural é categoria de análise. Esse processo ocorre quando “cidadãos negociam os signos, em processos dinâmicos de conhecimento e de reconhecimento mútuos.” (Perrotti, 2017, p. 20-21). É nesse contexto que o autor situa a ação do protagonista como um sujeito ativo, participativo, na construção e na intervenção de sua realidade.

Para Perrotti (2017), no protagonismo cultural os sujeitos agem sobre os signos com autonomia e emancipação de pensamento. Enquanto a ação do protagonista social está

relacionada à intervenção na esfera social, ou seja, no mundo concreto que é onde o sujeito tem a oportunidade de interagir de forma dinâmica na sociedade em que vive.

4.2 A mediação cultural e os dispositivos de informação

A mediação da informação e a mediação cultural são complementares e coexistem em diferentes momentos e contextos. Dentro dos estudos da informação, é importante ressaltar a abordagem da mediação cultural, que se concentra na apropriação simbólica por meio da criação e recriação da informação, dos signos e dos significados que ela carrega. É fundamental destacar que a simples disponibilização de bens culturais em um ambiente de informação não garante a apropriação da informação ou apropriação cultural. Dessa forma, Perrotti (2016) mensura que,

Do ponto de vista epistemológico, portanto, a noção de mediação cultural emerge num momento em que a difusão cultural dá mostras claras de esgotamento. Ancorada na ideia de transmissão como um valor em si, a difusão cultural acabou fechando-se num difusionismo ou transmissivismo inoperante, ao deixar de considerar – ou considerando só residualmente- demandas específicas e complexas dos processos de recepção e apropriação de signos. Segundo suas premissas, basta disponibilizar informação e cultura para que todos possam aceder e ter domínio dos mais diferentes repertórios culturais (Perrotti, 2016, p.11).

O papel de transmissão e de difusão que as bibliotecas têm desempenhado ao longo dos anos vem deixando muitas lacunas, exigindo que uma transformação na educação e nas bibliotecas seja a palavra de ordem do século XXI. A possibilidade de que crianças e jovens se tornem protagonistas culturais e sociais precisa ser pensada por meio de um trabalho em conjunto que envolva, como já mencionado, a escola (ensino) e a biblioteca (pesquisa).

A mediação cultural nasce dessa proposta de reunir estratégias práticas de aplicação e acolhimento da diversidade e da pluralidade dentro do contexto da educação, resultando na apropriação cultural pelos sujeitos. Para Davallon (2007, tradução minha) a ação da mediação cultural conecta o público aos objetos culturais, assim, o autor define a mediação cultural como um processo a nível funcional onde:

Visa fazer aceder um público a obras (ou saberes) e a sua acção consiste em construir uma interface entre esses dois universos estranhos um ao outro (o do público e o, digamos, do objecto cultural) com o fim precisamente de permitir uma apropriação do segundo pelo primeiro. Mas, na prática, ela não deixa de cobrir coisas tão diversas como a prática profissional dos mediadores (de museu ou de património, por exemplo); uma forma de acção cultural por oposição à animação cultural; a construção de uma relação com a arte; produtos destinados a apresentar ou a explicar a arte ao público; etc. (Davallon, 2007, p. 5).

Uma definição para mediação cultural tem sido debatida por diversos estudiosos. Encontra-se esta definição de Davallon, mas, de acordo com Dufrière e Gellereau (2004) não existe ainda um consenso quanto a noção de mediação e seus derivados como a mediação cultural e da informação, a depender do contexto em que o termo se enquadra é que se pode compreender melhor sua abrangência e aplicação.

Compreende-se esta dificuldade no que se refere a um conceito consolidado porque a mediação está presente em diversos contextos. No âmbito da Educação e da Ciência da Informação pode-se apontar que ela pode ser caracterizada como: mediação da informação, mediação cultural, mediação da leitura e mediação pedagógica.

A mediação cultural em bibliotecas por muitos anos tem se restringido apenas à mediação da leitura, através dos clubes de leitores ou dos projetos de formação e desenvolvimento de novos leitores dentro das bibliotecas e/ou salas de aulas, tornando o fazer limitado a imensa abrangência que existe na mediação cultural. Para Caune (1999, p. 1, tradução minha), a mediação cultural é bastante abrangente e

[...] envolve, em primeiro lugar, a relação do sujeito com os outros através de uma "palavra" que o envolve, porque se torna sensível em um mundo de referências compartilhadas. O sentido não é mais concebido como um enunciado programático, elaborado fora da experiência comum, mas como resultado da relação intersubjetiva, ou seja, de uma relação que se manifesta no confronto e na troca entre subjetividades. O significado, ao qual se diz que o nosso tempo está particularmente atento, não é a definição de um objetivo, uma causa ou uma ideia. Sua busca não pode ser identificada com a busca de um princípio predeterminado: é da ordem de uma construção modesta e exigente das condições de convivência.²¹

Pelo visto, constata-se que não existe mediação sem relações. No âmbito da Ciência da Informação, a mediação cultural surge a partir de lacunas deixadas ao longo da trajetória das bibliotecas, principalmente causadas pelo difusionismo e transmissivismo de informações, comuns às bibliotecas que trabalham dentro dos paradigmas que estabelecem e constituem os modelos de bibliotecas *templum* e *empórium*.

²¹ Texto no idioma original: La médiation culturelle passe d'abord par la relation du sujet à autrui par le biais d'une « parole » qui l'engage, parce qu'elle se rend sensible dans un monde de références partagées. Le sens n'est plus alors conçu comme un énoncé programmatique, élaboré en dehors de l'expérience commune, mais comme le résultat de la relation intersubjective, c'est-à-dire d'une relation qui se manifeste dans la confrontation et l'échange entre des subjectivités. Le sens, auquel notre époque serait, dit-on, particulièrement attentive, n'est pas définition d'un but, d'une cause ou d'une idée. Sa quête ne saurait s'identifier à la recherche d'un principe prédéterminé: elle est de l'ordre d'une construction modeste et exigeante des conditions d'un vivre ensemble (Caune, 1999, p. 1).

Rasteli (2019) desenvolveu um quadro a partir de Coelho (2012), Sperry (1987) e Almeida (1987) que identifica o processo de evolução da mediação cultural na literatura de Ciência da Informação e sua ocorrência histórica ao longo dos anos, demonstrando que essa área vem passando por uma constante transformação e ampliação de suas reais potencialidades dentro dos contextos e produção do conhecimento. No Quadro 6 são sintetizadas as ocorrências dos termos ou expressões mediação cultural e mediador cultural, em contraposição aos termos ação cultura.

Quadro 6 - Evolução histórica dos termos: animador, agente e mediador cultural

Termo	Local	Período/ surgimento
Animação cultural/ animador cultural	França	Século XIX
Animação cultural e bibliotecas	França	Século XX
Ação cultural/ agente cultural	França	Século XX (1980)
Animação cultural e bibliotecas/ animador cultural e animador de leitura	Brasil	Século XX (1980)
Ação cultural e bibliotecas/ agente cultural	Brasil	Século XX (1980)
Mediação cultural/ mediador cultural	França	Século XX
Mediação cultural e bibliotecas	França	Século XX (1990)
Mediação cultural	Brasil	Século XX (1990)
Mediação cultural e bibliotecas	Brasil	Século XXI

Fonte: Elaboração a partir de Coelho (2012), Sperry (1987) e Almeida (1987).

Como destacado no Quadro 6, é evidente a presença predominante do constructo da mediação cultural na França. A literatura científica identifica que o estudo desse tema emergiu e se desenvolveu em solo francês, abrangendo uma variedade de campos de atividades culturais, como direito, família, medicina, educação, mídia e Ciência da Informação, conforme mencionado por Rasteli (2021).

A expressão “mediação cultural” é composta pela união de um substantivo com um adjetivo qualificador. Para compreender adequadamente o significado da expressão, é necessário entender primeiramente o termo “mediação”. Dessa forma, para Viana (2021), não há um consenso sobre o que significa o termo mediação. Porém, o que existe dentro da literatura são compreensões do que seria a mediação em diferentes contextos de aplicação. A autora destaca que,

Embora alguns autores possam chegar a uma compreensão bastante próxima do conceito, poderão divergir quanto aos contextos em que se enquadram. Logo, a extensão do conceito pode ser diversa e gerar derivações como mediação da

informação, mediação cultural, mediação pedagógica, mediação da leitura etc. (Viana, 2021, p. 58).

A análise da mediação, considerando seus diversos modos de atuação e sua evolução histórica, é crucial para compreender sua capacidade de atuar em contextos variados. Segundo Davallon (2007, p. 7), a mediação é descrita como o ato de “servir de intermediário ou ser o intermediário”, abrangendo ações mediadoras realizadas em diferentes âmbitos, como o jornalismo nas mídias sociais, bem como a mediatização por meio da mediação pedagógica e cultural. Essa abordagem operacional do termo permite compreender as múltiplas facetas da mediação, suas interações e impactos em diferentes esferas da sociedade contemporânea.

Apesar de reconhecer os dispositivos de informação, como bibliotecas e centros de informação, como ambientes propícios para o desenvolvimento de ações culturais que promovam a construção de conhecimentos, apropriação da informação e o protagonismo cultural, é essencial enfatizar que a cultura nesses espaços deve estar intrinsecamente ligada à ação libertadora do indivíduo, no sentido de transformar sua realidade. É fundamental compreender que a cultura, quando presente nessas instâncias, deve atuar como um catalisador de mudanças e empoderamento, buscando promover a emancipação e a transformação social (Freire, 2011).

Ainda é importante ressaltar o papel da escola e da biblioteca dentro no âmbito da mediação cultural, pois, como afirma Rasteli (2019, p. 2), “as bibliotecas podem ser participantes no processo de transformação de suas comunidades, onde a leitura, a escrita e demais atividades culturais despontariam as consciências críticas perante as estruturas de dominação”.

Essa preocupação se intensifica diante das exigências do século XXI, no qual observa-se uma crescente interligação entre cultura e interesses do capital. A mediação cultural, frequentemente, encontra-se direcionada a satisfazer as demandas de produção e consumo do mercado de bens materiais, o que acaba por moldar todas as práticas sociais. É necessário refletir sobre essa realidade, buscando preservar a autonomia e a diversidade cultural, promovendo uma mediação que vai além dos interesses mercadológicos e possibilite o acesso plural a diferentes manifestações culturais.

A mídia tem importante papel na mediação cultural voltada para o consumo e apropriação de bens, assim como as tecnologias de informação e comunicação digital tem sido veículos ativos neste processo que Hall (1997) denomina de globalização, homogeneização e ocidentalização da cultura, mundialmente distribuídas e de forma muito

irregular. Os reflexos desses processos ocasionam profundas transformações nas culturas e na vida cotidiana das pessoas em sociedade. Hall (1997) aponta que essas mudanças não ocorrem de forma homogênea e que se constituem de uma revolução cultural. Assim,

O declínio do trabalho na indústria e o crescimento dos serviços e outros tipos de ocupação, com seus diversos estilos de vida, motivações, ciclos vitais, ritmos, riscos e recompensas; o aumento dos períodos de folga e o relativo vazio do chamado “lazer”; o declínio das perspectivas de “carreira” e dos empregos vitalícios dando lugar ao que tem sido chamado de “flexibilização no emprego”, mas que frequentemente, constitui uma questão de desemprego não planejado; as mudanças no tamanho das famílias, nos padrões de diferenças de geração, de responsabilidade e autoridade dos pais; o declínio do casamento numa época de incremento do divórcio, o aumento de famílias uniparentais e a diversificação de arranjos familiares; o envelhecimento da população, com seus dilemas acerca de uma terceira idade mais longa sem a ajuda do cônjuge, sustentadas por generosos programas nacionais de seguros, sistemas públicos de saúde e outros sistemas de benefícios estatais; a redução das tradicionais idas à igreja e da autoridade dos padrões morais e sociais e tradicionais das sanções sobre as condutas dos jovens; os conflitos das gerações em consequência da divergência entre jovens e adultos, entre o declínio da ética puritana, de um lado, e o crescimento de uma ética consumista hedonista de outro (Hall, 1997, p.4).

As bibliotecas estão inseridas nas constantes transformações pelas quais a sociedade passa, evidenciando a urgência de superar os modelos tradicionais em que eram vistas apenas como guardiãs e disseminadoras da informação. Nesse contexto, é importante considerar a dimensão midiática destacada por Davallon (2007) e a necessidade de se adaptar às novas demandas, especialmente no que se refere à mediação da informação cultural.

A mediação da informação, a partir da dimensão instrumental, também não é capaz de romper as barreiras de fragmentação e fraturas que tem se constituído ao longo dos anos na educação e nas bibliotecas. A mediação cultural nas bibliotecas deve estar centrada numa perspectiva de desenvolvimento humano e operar a favor da emancipação dos sujeitos.

Os profissionais da informação são partes importantes no processo de mediação, seja da informação ou da mediação cultural. De acordo com Perrotti (2016), eles são sujeitos criativos inseridos dentro da dinâmica cultural das bibliotecas e centros de informação e formação e participam de forma direta das atividades desenvolvidas no local, seja no contexto da mediação implícita ou explícita.

E as bibliotecas possuem imenso potencial para a promoção de atividades culturais e de construção de sentidos dentro das instituições em que estão vinculadas, como aponta Gomes (2014). Por ser um dispositivo de informação e de cultura, as bibliotecas devem ultrapassar o que Perrotti e Pieruccini (2014) chamam de “nível de consumismo”, centrado na

lógica da mercantilização e da distribuição cultural, para avançar no sentido de contemplar a democratização da cultura.

Diante de tão importante tarefa, compreende-se que as bibliotecas possuem, na sociedade contemporânea, um papel transformador de realidades. Dentro do contexto de heterogeneidade em que a mediação se inscreve na literatura científica, Rasteli (2021, p. 7) sugeriu as premissas da mediação descritas a seguir:

a) todas as bibliotecas são mediadoras culturais, independentemente de suas tipologias;

b) a informação é um produto da cultura; já a mediação cultural é um processo mais amplo, que engloba a mediação da informação e da leitura;

c) a mediação cultural abrange todas as atividades das bibliotecas, espalhando-se em mediações implícitas e explícitas;

d) no que tange às mediações explícitas e à função cultural e de lazer das bibliotecas, a mediação cultural é desenvolvida através dos modos de ação cultural, animação cultural e fabricação cultural;

e) uma pedagogia apropriada ao trabalho do bibliotecário com a comunidade (mediações explícitas) necessita de maiores investigações, apesar de os pesquisadores participantes da pesquisa apontarem propostas promissoras, destacando a perspectiva dialógica, a do oprimido e a da negociação cultural;

f) a mediação cultural é um processo que envolve estratégias de comunicação, interferências e dispositivos;

g) a mediação cultural é um processo complexo, de práticas heterogêneas, envolvendo dispositivos, suportes, linguagens e técnicas;

h) a mediação cultural na biblioteca encerra as noções de interação, compartilhamento, diálogo, apropriação, protagonismo e cidadania cultural;

i) a mediação cultural refere-se a processos complexos, englobando os diversos dispositivos na construção de sentidos;

j) nos processos de mediação cultural, a atuação do bibliotecário abre-se em possibilidades para o acesso, a produção, a circulação, a apropriação e o protagonismo cultural, considerando-se a construção de significados e o desenvolvimento sociocultural da comunidade;

k) os processos de mediação cultural em bibliotecas vinculam-se à construção de sentidos a partir do contato com os elementos formadores da cultura;

l) a gestão pública e as políticas culturais também são reconhecidas como instâncias de mediação cultural;

m) o bibliotecário precisa de conhecimentos transdisciplinares para atuar como mediador cultural e para assim contribuir para a apropriação cultural.

A apropriação da informação e a apropriação cultural são categorias exploradas nos estudos a respeito da mediação cultural no seu contexto prático. As dinâmicas que envolvem os dispositivos de informação em seus diversos fluxos informacionais de rotina propiciam [...] “a noção participativa dos sujeitos na cultura, no processo de apropriação das informações, e revela nas ações dos bibliotecários o estabelecimento de interações simbólicas entre os sujeitos e o mundo cultural” (Rasteli, 2021 p.7).

A mediação da informação e a mediação cultural é parte do trabalho que os profissionais da informação precisam desenvolver nos dispositivos para alcançar o protagonismo cultural. Para Peiruccini (2017, p. 73), a afirmação do protagonismo cultural,

No quadro contemporâneo, implica, assim, dispositivos dialógicos de mediação cultural especialmente construído para tal fim, nos quais os elementos, conforme descritos e discutidos, se articulam a partir de concepções pautadas por objetivos da apropriação cultural.

O objetivo é que o sujeito envolvido em todos esses processos se reconheça como protagonista. “Autor de sua experiência e nas relações entre os sujeitos, em luta pelos significados” (Piericini, 2017, p. 74). O protagonista cultural não é um ser isolado, mas sim alguém que, ao se relacionar com os outros e com o mundo, desenvolve a capacidade de se reconhecer e de aprender a conviver com as diferenças.

4.3 Dispositivos legais de informação: uma abordagem a partir das reformas educacionais

Este capítulo trata especificamente das reformas educacionais materializadas nos dispositivos legais, Lei 13.415/2017 e o Projeto de Emenda Constitucional 95/2016, antiga PEC 55, ou PEC do teto de gastos. Apresenta como tais reformas vem transformando os rumos da educação pública no país por meio da última etapa da educação básica que se constitui do ensino médio nas escolas regulares e o ensino médio profissionalizante ofertado nos Institutos Federais de Educação.

4.3.1 O cenário educativo no contexto das reformas educacionais

O ensino médio no Brasil, por ser a etapa que completa o ciclo da educação básica e prepara o jovem para ingresso no ensino superior e, conseqüentemente, para o mercado de trabalho, apresenta-se como desafio constante para as instituições de ensino brasileiras. A LDBN organiza a educação básica da seguinte forma: pré-escola, ensino fundamental e ensino médio (Brasil, 1996).

Assim, a educação básica é compromisso do estado, devendo ser ofertada nas escolas públicas. O estado tem como responsabilidade além ofertar o acesso público gratuito aos ensinos fundamental e médio, proporcionar acesso à pesquisa, padrões mínimos de qualidade nas escolas, vagas na escola pública, dentre outros aspectos pontuados pela LDBN (Brasil, 1996).

No contexto das escolas públicas brasileiras, durante o período de 2000 a 2018, o ensino médio passou por diversas modificações, especialmente em relação ao currículo, à ampliação gradual da jornada escolar e à implementação de escolas de ensino médio em tempo integral. Essas mudanças foram decorrentes de reformas e projetos de emendas constitucionais promovidos pelos diferentes governos que estiveram no poder durante esse período mencionado (Ferreti; Silva, 2017).

Quanto ao ensino profissionalizante, científico e tecnológico, que é uma modalidade específica do ensino médio, esse se apresenta como uma proposta de qualificação para o trabalho. Conforme Ferreira (2017, p. 299), “a Lei nº 11.741/2008 destaca que a preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional”.

O objetivo do ensino profissionalizante, nos Institutos Federais de Educação, é o de oferecer educação profissional e tecnológica nas diversas modalidades de ensino, tendo como parâmetro o alinhamento de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as práticas pedagógicas (Brasil, 2008). Desta forma para Pacheco (2010),

Na proposta dos Institutos Federais, agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (compreendendo-o em seu sentido histórico, mas sem deixar de firmar o seu sentido ontológico) e discutir os princípios das tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica. O que se propõe é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos (Pacheco, 2010 p. 13,14).

O ensino profissionalizante desempenha um papel crucial ao preparar os indivíduos para ingressar em um mercado de trabalho competitivo e em constante mudança. Essa demanda é uma consequência da sociedade contemporânea, que é amplamente influenciada pelo uso de tecnologias digitais. Nesse contexto, é essencial que as pessoas estejam qualificadas para implementar, utilizar e manipular esses novos dispositivos, o que acaba impactando e transformando as organizações, tornando-as mais competitivas no mercado capitalista. Vale ressaltar que essas transformações impulsionadas pelas tecnologias não são recentes, pois vêm ocorrendo de maneira recorrente desde meados do século XX.

Os Institutos Federais de Educação são objetos de políticas públicas que recebem financiamento público para sua gestão e, portanto, devem ser pensados para atender as necessidades sociais da comunidade, além de formar o cidadão para uma compreensão crítica do trabalho e da sociedade como assevera (Ferreti; Silva, 2017).

E ainda de acordo com Pacheco (2010, p. 16),

Os Institutos Federais ressaltam a valorização da educação e das instituições públicas, aspectos das atuais políticas assumidos como fundamentais para a construção de uma nação soberana e democrática, o que, por sua vez, pressupõe o combate às desigualdades estruturais e de toda ordem.

A escola tem um papel fundamental em formar cidadãos participativos na sociedade, capazes de decidir, compreender, raciocinar e usufruir dos benefícios proporcionados pelo desenvolvimento cultural, social, científico e tecnológico. Assim, corrobora-se com Kuenzer (2017, p. 333) quando afirma que a necessidade da “construção de um projeto de educação que atenda aos interesses da classe trabalhadora, e que defendem a organização de um currículo que integre de forma orgânica e consistente as dimensões da ciência, da tecnologia, da cultura e do trabalho”.

Nesse sentido, avançar tecnologicamente e qualificar a força de trabalho exigem muito da atuação do Estado. Nesse caso, utilizamos Estado, aqui, enquanto constituição formada pela sociedade política e pela sociedade civil, descrições utilizadas por Gramsci (1982).

Diante da conjuntura econômica e social na qual o sujeito está inserido, busca-se compreender os papéis desempenhados pelas escolas de ensino profissionalizante que formam discentes para atuação no mercado de trabalho a partir das contradições propostas

principalmente pela nova reforma do ensino médio, a partir da Lei 13.415/2017 (Brasil, 2017) e da Emenda Constitucional 95/2016.

A reforma do ensino médio foi proposta pelo Ministério da Educação (MEC) como um instrumento fundamental para a melhoria da educação no país (Brasil, 2017). Em contradição a esse discurso, Ferreti e Silva (2017, p. 392) pontuam esse momento como um período que “remete ao neoliberalismo mais regressivo, cuja referência principal, é a modernização tecnológica, no plano da produção, aliado ao capitalismo financeiro”.

De acordo com Ferreira e Silva (2017, p. 286), “a experiência histórica nos dá a devida certeza de que essa contrarreforma não alcançará uma melhoria da qualidade da educação básica. [...] pelo contrário, ela tende a aumentar a desigualdade escolar e a piorar o desempenho dos alunos”.

Nessa perspectiva, pontua-se aqui alguns aspectos propostos pela reforma do ensino médio que impactam na qualidade da educação, a saber: altera o currículo, altera a carga horária, retira incentivos a qualificações profissionais, políticas de capacitação e qualificação dos profissionais da educação, infraestrutura física das escolas, oferta ensino com base no notório saber dos professores, o que exclui a contratação de profissionais da área de conhecimento para ministrar as disciplinas, mostrando que os ataques estão para além do desmonte administrativo e financeiro já presente na Emenda Constitucional que congela investimentos na educação por um período de 20 anos.

Paixão (2023) organizou um quadro (Quadro 7) que explicita de forma clara as mudanças ocorridas no novo ensino médio em relação ao ensino ofertado antes do dispositivo legal 13.415/2017, que regulamenta a nova reforma do ensino médio.

Quadro 7 - Alterações e permanências da Lei n.º 13.415/2017

Alterações dadas pela Lei n.º 13.415/2017	Como era antes da Lei n.º 13.415/2017
1.000 horas anuais até 2022	800 horas anuais
Obrigatoriedade das disciplinas de Português e Matemática em todas as séries do Ensino Médio.	Obrigatoriedade das disciplinas de filosofia e sociologia em todas as séries do ensino médio.
Obrigatoriedade da oferta de língua inglesa.	Obrigatoriedade da oferta de língua espanhola (Lei n.º 11.161/2005).
BNCC definindo direitos e objetivos de aprendizagem nas seguintes áreas do conhecimento: linguagens e suas tecnologias, matemáticas e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas.	Manutenção do artigo 26: “Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos”.
Continua na página seguinte.	

Continuação da página anterior.	
Divisão do currículo entre BNCC e itinerários formativos (linguagens e suas tecnologias, matemáticas e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas, técnico e profissional).	Não havia previsão de separação do currículo em duas partes distintas. A base nacional comum deveria ser complementada por uma parte diversificada.
BNCC não pode exceder 1.800 horas.	Não havia limite para o cumprimento do estabelecido no Art. 26, sendo o mínimo de 2.400 horas.
Possibilidade de convênio com instituições de educação a distância, principalmente para o itinerário da formação técnica e profissional.	Fica mantida toda a Seção IV-A, que trata da educação profissional de nível médio, e que prevê, em seu Art. 36-A, parágrafo único, a possibilidade de cooperação com instituições de ensino especializadas em educação profissional (Lei nº 11.741/2008).
Possibilidade de organização do Ensino Médio em módulos, adotando o sistema de créditos com terminalidade específica. Possibilidade de reconhecimento de competências dos estudantes para cumprimento das exigências curriculares.	Mantém-se o Art. 36D, que prevê a obtenção de certificados intermediários de qualificação profissional na educação técnica de nível médio, quando o curso for organizado com terminalidades específicas. Também é mantido o Art. 23. “A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.”
Possibilidade de o aluno concluinte do Ensino Médio cursar mais um dos itinerários formativos.	Manutenção da redação do Art. 35, que define o Ensino Médio como etapa final da Educação Básica.
Profissionais com notório saber reconhecido pelos sistemas de ensino podem atuar como docentes no itinerário técnico e profissional.	O Art. 61 definia que são considerados profissionais da educação os que nela estiverem em efetivo exercício, e que são: “I - professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; II - trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; III - trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.”

Fonte: Paixão (2023, p.54).

Como visto, diante do exposto no Quadro 7, a reforma flexibiliza e precariza o ensino médio em diversos aspectos, destaca-se a oferta do ensino a distância, que acarreta inúmeras desvantagens para os estudantes. Ao optarem por essa modalidade, os discentes perdem a oportunidade de desfrutar dos benefícios proporcionados pelos espaços do ensino presencial, como as bibliotecas, que são ambientes enriquecedores em termos de conhecimento e desenvolvimento intelectual.

A Lei 13.415/2017 estabelece que a oferta dos itinerários formativos deve ser realizada pelas escolas que possuem recursos materiais, tecnológicos e um sistema de

ensino mais avançado. Isso significa que muitos municípios pequenos e com condições precárias acabarão ficando de fora, o que também coloca em risco o fechamento de várias bibliotecas que possuem recursos limitados.

A nova reforma do Ensino Médio está intimamente relacionada à Emenda Constitucional 95, promulgada em dezembro de 2016, que estabeleceu um novo regime fiscal na Constituição Brasileira. Essa emenda determinou que os gastos federais, excluindo os juros da dívida pública, fossem congelados por um período de vinte anos, com base nos gastos efetivos do ano anterior. Essa limitação de recursos dificulta a implementação de novas políticas que poderiam contribuir para a redução da enorme desigualdade social enfrentada pela sociedade brasileira.

É importante destacar que a reforma do ensino médio e a PEC do teto de gastos públicos fazem parte de um conjunto de reformas que se materializaram após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff no ano de 2015, levando ao poder o vice-presidente Michel Temer, dando celeridade a um conjunto de reformas neoliberais como,

A Reforma Trabalhista de 2017 – Lei nº 13.467/2017 – que alterou 201 pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) [...] a chamada Lei da Terceirização – Lei nº 13.429/2017 – que liberou a terceirização e estabeleceu regras mais flexíveis para o trabalho temporário a Lei nº 13.874/2019, que dispõe sobre a liberdade econômica das empresas, causando impactos na legislação trabalhista e na forma de contratação de trabalhadores[...]a Reforma da Previdência de 2020 – Emenda Constitucional nº 103/2020 – que alterou as regras para aposentadoria, aumentando o tempo de contribuição e a idade para se aposentar, dificultando o acesso ao benefício; além da alteração do marco regulatório da exploração do pré-sal brasileiro pela Lei nº 13.365/2016, que permitiu maior protagonismo à iniciativa privada (Paixão, 2023, p.28).

Seus efeitos, no entanto, são desastrosos para a educação, saúde e assistência social e, portanto, constitui um marco (retrógrado) na história da educação brasileira onde Motta e Frigotto (2017, p. 356) chamam esse processo de “regressão da regressão”.

Para Ferreira (2017, p. 297), uma reforma do Ensino médio carece de “enfraquecer a relação determinante entre a origem social dos jovens e seu percurso escolar. Exige o compartilhamento de estudos científicos capazes de construir um diagnóstico mais fiel da realidade, além de esforços políticos colaborativos [...]”.

Sendo assim, este estudo se situa no campo complexo do movimento social, no qual a escola desempenha um papel de mediação entre os conflitos históricos existentes entre os interesses contraditórios da lógica dominante e as aspirações de emancipação humana. Nesse contexto, busca-se compreender os desafios impostos por projetos e reformas que resultam em um orçamento reduzido para as instituições de ensino, e que impacta diretamente nas

condições de trabalho e os recursos informativos oferecidos pelas bibliotecas que fazem parte da longa rede de educação profissional e tecnológica.

Nesse recente contexto de ameaças, na qual instituições educacionais, espaços de leitura e centros de informação enfrentam cortes orçamentários e redução de incentivos, torna-se crucial compreender como essas reformas podem afetar o futuro dos jovens pertencentes à classe trabalhadora, que são o público-alvo e beneficiários das escolas públicas. É necessário analisar atentamente os impactos dessas reformas educacionais, que parecem se afastar do ideal de uma formação humana emancipadora proposta pelo patrono da educação Paulo Freire, capaz de reduzir as diversas formas de desigualdade social que existem em nosso país.

Portanto, como cita Chesnais (1996, p.43), “O balanço não é muito positivo, mas é necessário descrever a situação tal como ela é. Não é o caso de fazê-la mais bonita para melhor declará-la irreversível e empurrar a sociedade à conclusão de que a adaptação é a melhor resposta”.

5 O PERCURSO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO

Nesta seção, são abordados os procedimentos técnicos e operacionais adotados no percurso metodológico desta pesquisa, fornecendo esclarecimentos sobre a abordagem do fenômeno estudado, a natureza da pesquisa e o tipo de pesquisa utilizada no campo específico de investigação deste trabalho.

Desta feita, nos tópicos que seguem são apresentadas as contribuições conceituais que ancoram o debate científico contemporâneo e amparam as opções metodológicas deste trabalho.

5.1 O avanço do conhecimento científico: contribuições ao debate

O progresso científico é impulsionado por uma série de fatos e eventos que ocorrem ao longo do tempo, podendo levar a revoluções científicas. Esses avanços são fundamentais para o desenvolvimento e o amadurecimento do campo científico, bem como para a resolução de problemas (Kuhn, 2017).

É fundamental apresentar o caminho percorrido durante a pesquisa, pois, de acordo com Kuhn (2017), as teorias estão sujeitas a revisões e reformulações, podendo assim oferecer diferentes contribuições à ciência e às descobertas feitas ao longo do processo de investigação científica.

Na construção dos saberes científicos, é essencial promover a reflexão e a crítica. Esse processo envolve a aceitação de que nem tudo que parece óbvio representa a realidade dos fatos, tornando necessária a constante verificação. Para Morin (2011, p.106) “a ciência se baseia ao mesmo tempo no consenso e no conflito. Anda ao mesmo tempo sobre quatro patas independentes e interdependentes: a racionalidade, o empirismo, a imaginação e a verificação”.

Na tentativa de contribuir com o avanço do conhecimento humano, o indivíduo inicia o processo de pesquisa pela observação, recorrendo aos seus sentidos para, num primeiro momento, adquirir e interpretar informações advindas do mundo exterior.

Desta feita, situa-se que, nesta pesquisa, o campo e a observação fazem parte do cotidiano de trabalho da pesquisadora. Nesse sentido, este estudo pode ser considerado uma pesquisa participante, como também classificada como uma pesquisa social. Nessa última, o pesquisador/investigador participa do objeto de estudo numa relação de imbricação. Ou como

afirma Levy-Strauss (1975, p. 215), “o observador é da mesma natureza que o objeto, e o observador é, ele próprio, uma parte de sua observação”.

Assim, o caminho trilhado para se chegar aos resultados de uma determinada inquietação do pesquisador ou investigação científica se dá por meio da pesquisa, a partir de um processo de construção, busca de teorias, sistematização de ideias, observação da realidade. Além disso, um fator muito importante que é considerado por Bufren e Alves (2020, p. 15), é o de que o papel do sujeito do conhecimento está relacionado “as condições objetivas que permitem a realização da ação investigativa, assim como sua intencionalidade, motivações, ou fatores psicológicos, mobilizando escolhas, e instigando ao conhecimento”.

Considera-se que a metodologia desempenha um papel fundamental ao fornecer um caminho estruturado para alcançar os objetivos propostos. Com base nisso, são apresentadas as opções e escolhas dos métodos e das técnicas utilizadas para conduzir este estudo de forma consistente e abrangente.

Assim, as escolhas metodológicas a seguir são fundamentais no sentido de garantir a validade e a confiabilidade dos resultados obtidos neste estudo. Dessa forma, a pesquisa em questão caracteriza-se como um estudo qualitativo, uma vez que busca compreender e interpretar os significados, os contextos e as experiências dos indivíduos envolvidos no tema de pesquisa. Essa abordagem qualitativa permite uma análise mais aprofundada e detalhada dos aspectos subjetivos e sociais relacionados ao fenômeno em estudo.

Nas Ciências Sociais, a abordagem qualitativa se ocupa de uma realidade que não pode ou não deveria ser quantificada, mais profundamente, “ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (Minayo, 2007, p.21). A seguir são tratados os procedimentos técnicos e operacionais da pesquisa.

5.2 Procedimentos técnicos e operacionais da pesquisa

Quanto aos procedimentos técnicos e operacionais, o estudo adota a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e de campo.

No que concerne à etapa da pesquisa bibliográfica, dedica-se ao aporte teórico para guiar as análises, buscando relacionar o campo informacional com a área de educação. Assim, utiliza-se como atrator o conceito de infoeducação, com amparo nos estudos de Perrotti (2006, 2016, 2017, 2021) e nas teorias de Paulo Freire (1982, 1987, 1996, 1997, 2011). O embasamento epistemológico e filosófico se ancora nas obras de Pedagogia do

Oprimido (1982), Pedagogia da Autonomia (1987) e A importância do ato de ler (1997) do referido autor.

A partir dos fundamentos de Perrotti (2017), são abordados os conceitos de protagonismo cultural, mediação cultural, dispositivos informacionais, apropriação da informação, saberes informacionais e infoeducador, conceitos - chave que fazem parte do quadro teórico que compõe a temática da infoeducação na literatura de Ciência da Informação.

Ainda nesse primeiro momento, que perpassa a apropriação da base teórica, foi primordial relacionar as implicações das teses freirianas e seus efeitos para a formação de sujeitos, críticos, éticos e politicamente comprometidos com a transformação social e que desenvolvam autonomia, no campo da informação e da educação, especialmente para fazer uma leitura crítica do mundo nos tempos de desinformação, irracionalismo e barbárie.

Em um segundo momento foi realizada a pesquisa documental (período de 2016 a 2019), que contempla um levantamento realizado nos portais dos Institutos Federais, para identificar a existência de políticas institucionais que versem sobre projetos que podem ser considerados como infoeducativos desenvolvidos nas bibliotecas. Tais projetos precisam estar alinhados com a formação de saberes informacionais e a apropriação da informação pela comunidade acadêmica pertencente às instituições pesquisadas.

Foi efetuado um levantamento nos PPC²² dos cursos técnicos integrados ao ensino médio para identificar se houveram reformulações a partir de 2019²³ que constituem prerrogativas para a escolha do campo da investigação. Tal levantamento objetivou identificar a existência de indícios de políticas de informação para as bibliotecas dos Institutos Federais nos documentos legais, que regem o Novo Ensino Médio, materializado nos PPC.

Importante destacar que a Resolução MEC/CNE/ n° 6 de 2016 destaca em seu art. 20, os elementos básicos que devem compor os projetos ou planos de cursos. Apesar de ter sido revogada por meio da Resolução CNE/CP de 2021, a orientação com relação aos planos de cursos continua sendo a contida na resolução MEC/CNE/CEB n°6/2012 que versa sobre os seguintes elementos, minimamente obrigatórios aos planos de cursos: I - identificação do

²² Os Projetos Pedagógicos de Curso são documentos que estruturam, organizam e orientam as concepções e as práticas de um curso em consonância com as diretrizes e a legislação nacional (Paixão, 2023, p. 145).

²³ Os PPC reformulados a partir de 2019 nos IF já estão potencialmente sob a égide da Lei n° 13.415/2017 e da BNCC do Ensino Médio, e que, portanto, já apresentam efeitos da reforma em sua organização. (Paixão, 2023, p.147). O artigo 12 da Lei n° 13.415/2017 estabelece, “[...] um cronograma para iniciar a implementação das alterações curriculares a partir do segundo ano da homologação da BNCC. Em julho de 2021, o Ministério da Educação publicou a Portaria n° 521/2021, que instituiu o cronograma de implementação do Novo Ensino Médio” (Paixão, 147, p. 2023).

curso; II - justificativa e objetivos; III - requisitos e formas de acesso; IV - perfil profissional de conclusão; V - organização curricular; VI - critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores; VII - critérios e procedimentos de avaliação; VIII - **biblioteca, instalações e equipamentos**; IX - perfil do pessoal docente e técnico; X - certificados e diplomas a serem emitido (MEC, 2012, grifo meu).

A escolha de fazer um levantamento por meio da pesquisa documental no período de 2016 a 2019 se deu em função da possibilidade de evidenciar as transformações ocorridas na educação durante esse intervalo de tempo, especialmente relacionadas às mudanças nos documentos legais que regulamentam o ensino médio profissionalizante.

Na terceira fase da investigação, foi efetuada a operacionalização da pesquisa por meio do seguinte método escolhido: pesquisa de campo e a aplicação do instrumento de coleta de dados no *locus* de investigação.

De acordo com Bufrem e Alves (2020, p.61) o estudo de campo é um tipo de pesquisa que “consiste na observação dos fatos e fenômenos tal como ocorrem, sem interferência, portanto, do pesquisador. Pode-se afirmar que seja um tipo de estudo meio, ou uma seleção de estratégias para observar, explorar, descrever e/ou comparar uma ou mais realidade”.

No tocante à pesquisa de campo esclarece-se que o *locus* investigado são os Institutos Federais de Educação, tendo sido escolhido um de cada região do Brasil, selecionadas pelo critério da amostragem não probabilística (Appolinário, 2012). A distribuição de unidades dos Institutos Federais por região está apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição de unidades dos Institutos Federais de Educação por região do Brasil

REGIÃO	ESTADOS	INSTITUTOS FEDERAIS (UNIDADES)
NORTE	07	74
NORDESTE	09	218
CENTRO-OESTE	04	67
SUDESTE	04	127
SUL	03	81

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, (2022).

A amostragem, de acordo com Santos e Parra Filho (2012, p. 171), depende do tamanho da população. Assim, dada a opção pela amostragem por julgamento, que consiste em uma amostra onde “o pesquisador escolhe os sujeitos de forma intencional, acreditando que são representativos de uma dada população”, esses sujeitos “[...] são escolhidos porque o pesquisador julga que são os sujeitos mais significativos de um determinado campo”

(Appolinário, 2012, p.135). Dessa forma, apresenta-se os critérios elaborados para escolha dos locais de investigação, que representam a amostra do estudo:

- a) Selecionar um estado de cada região do Brasil que possua maior quantidade de campi do Instituto Federal de Educação da região;
- b) Escolher uma unidade (IF) situada geograficamente na capital;
- c) Priorizar nas escolhas, as instituições nas quais os PPC dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, tenham sido reformulados, ou criados a partir de 2019, com base no Novo Ensino Médio e que estejam disponíveis nas páginas oficiais da instituição para consulta na Internet;
- d) Escolher a biblioteca que dispõe de um bibliotecário gestor ou responsável atuando como coordenador do setor.

Dessa feita, se faz oportuno situar que este estudo não utiliza critérios de gênero, nem de recortes geracionais ou critérios quantitativos.

No caso em questão, as realidades a serem observadas sofreram os efeitos de um conjunto de políticas públicas, políticas de informação e infoeducação presentes ou não nas bibliotecas que fazem parte dos Institutos Federais de Educação no Brasil, sobretudo as bibliotecas situadas nas capitais de cada estado escolhido de acordo com critérios estabelecidos na pesquisa.

Quanto ao instrumento de coleta de dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada (ANEXO A) para a pesquisa empírica com os bibliotecários que estão ocupando cargo de gestão nas bibliotecas. Esse instrumento de pesquisa “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (Minayo, 2007, p.64).

Os sujeitos escolhidos para a pesquisa são os bibliotecários efetivos e que ocupam cargos de gestão na instituição escolhida. Não havendo um bibliotecário gestor no sistema de bibliotecas, o critério de escolha contemplará o bibliotecário responsável pela biblioteca da unidade escolhida. Essa escolha é importante, pois sabe-se que o bibliotecário coordenador ou gestor é o principal responsável pelo planejamento e implantação de políticas de informação e infoeducação nas bibliotecas. Ressalta-se a importância da condição de aceitação por parte dos bibliotecários para participar da entrevista e a submissão e aprovação da pesquisa no comitê de ética em pesquisa por meio da plataforma Brasil, (Anexo A).

O contato com as instituições foi feito através de *e-mail* e telefone institucional com pedido antecipado para assinatura do termo de anuência ²⁴ para pesquisa nas instituições escolhidas.

O contato inicial com os bibliotecários ocorreu por meio do envio de *e-mail* institucional, convidando-os a participar da pesquisa. Reforça-se que a condição de aceite constituiu critério de seleção.

Na realização das entrevistas, foi utilizado o recurso tecnológico *Google Meet*²⁵. Ressalta-se que a entrevista foi conduzida pelas categorias norteadoras deste estudo, a saber: políticas de informação, políticas educacionais, infoeducação, mediação da informação, mediação cultural, protagonismo cultural, apropriação da informação e saberes informacionais, sujeito/protagonista social, cultural e da informação.

A entrevista com os bibliotecários foi imprescindível para a coleta de informações e análise dos dados que subsidiarão a elaboração de diretrizes para a construção de um instrumento de infoeducação. No Quadro 8 está contida uma sistematização das ações práticas da pesquisa, e foi elaborado com a finalidade de melhor ilustrar as fases da pesquisa.

Quadro 8 - Explicação simplificada da metodologia da pesquisa- primeira fase

Fases 1 e 2	Ações da pesquisa
Pesquisa bibliográfica	Levantamento bibliográfico em: livros, artigos, <i>sites</i> , bases de dados, bibliotecas virtuais e eletrônicas. Perrotti (2007, 2015, 2016, 2017,2021) e nas teorias de Paulo Freire (1982, 1987, 1996, 1997).
Pesquisa Documental	Levantamento documental em: <i>site</i> das bibliotecas e documentos legais das reformas educacionais: Lei nº 13.415/2017- reforma do ensino médio, Emenda Constitucional 95 de dezembro de 2016, a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ano de 2018, atualizações do ano de 2018 e PPC dos cursos técnicos integrados ao ensino médio dos Institutos Federais do Brasil.
Universo pesquisado	Bibliotecários que fazem parte das bibliotecas dos IFes do Brasil.
Amostra	1 Bibliotecário gestor de cada região do Brasil , situado geograficamente na capital.
Técnica de coleta	Entrevista semiestruturada com os bibliotecários gestores.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

²⁴ O termo de anuência assinado pelas instituições participantes da pesquisa foi uma exigência do Comitê de ética em pesquisa (Resolução nº 466/12 e a Resolução n. 510/16).

²⁵ O *Google Meet* é um aplicativo desenvolvido pelo *Google* com foco na realização das videoconferências. Logo, ele permite a realização de reuniões a distância, superando as barreiras geográficas e com uma série de benefícios a todos os usuários. Com o crescimento do *home office*, essa é uma questão importante (Valinor, 2022, p.1).

Para analisar os dados coletados durante todo percurso da pesquisa, foi utilizada a análise de conteúdo. De acordo com Bardin (2009, p.42) a análise de conteúdo se constitui de um

Conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (quantificáveis ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção destas mensagens (Bardin, 2009, p.42).

A análise de conteúdo permite verificar o que está por trás do conteúdo manifesto na entrevista, haja vista que trabalha com o processo de significado, possibilitando inferências a partir da análise das mensagens. A escolha do método se justifica em função da relevância da análise das falas contida na entrevista, e ainda por ser um método menos ambíguo.

As categorias utilizadas na análise de conteúdo para o tratamento dos dados foram as seguintes: políticas de informação, políticas de educação, protagonismo social, protagonismo cultural, infoeducação, infoeducador, apropriação da informação, saberes informacionais, mediação da informação e mediação cultural.

A utilização da análise de conteúdo se dá pelo fato da análise poder ser aplicada tanto para pesquisas quantitativas quanto para investigações qualitativas ou quali-quantitativas. Para Flick (2009), a análise de conteúdo é muito ampla, e se constitui de “um dos procedimentos clássicos para analisar o material textual, não importando qual a origem desse material” (Flick, 2009, p.291).

Dessa forma, quando da análise de conteúdo é escolhida como procedimento de análise, os dados se constituem apenas brutos até a utilização da técnica apropriada que dará sentido às informações obtidas ao longo da coleta de dados. Sob esta perspectiva, a análise de conteúdo contribui para reduzir incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados, reiterando Chizzotti (2006, p. 98), para quem “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”.

5.2.1 Caracterizando o *locus* da pesquisa: Institutos Federais de Educação

O campo da investigação escolhido são Institutos Federais de Educação (IFs), que fazem parte da rede federal de ensino profissionalizante e o objeto de estudo são as bibliotecas que integram estas instituições no Brasil.

O universo populacional de uma pesquisa significa a quantidade total de elementos que constituem o fenômeno e são passíveis de observação (Andrade, 2002). É importante ressaltar que os Institutos Federais são compostos por diversos *campi*, distribuídos em diferentes regiões do país. Atualmente, essas instituições contam com um expressivo contingente de servidores efetivos, incluindo docentes e técnicos administrativos em educação, totalizando aproximadamente 75 mil profissionais (Conif, 2022).

Além disso, de acordo com dados do Conif (2022), mais de um milhão de alunos estão matriculados nos Institutos Federais, evidenciando a relevância e o alcance dessas instituições no contexto educacional brasileiro. Esses números destacam a abrangência e a capacidade dos Institutos Federais de atender um grande contingente de estudantes brasileiros por meio da educação pública.

É válido ressaltar a preocupação em contemplar todas as regiões do Brasil, totalizando um número de cinco regiões e cinco bibliotecários, considerando que as bibliotecas localizadas em diferentes regiões apresentam peculiaridades e complexidades específicas em sua atuação, nos diferentes estados e *campi* dos Institutos Federais, haja vista as características regionais, as distinções em termo de infraestrutura disponível, os recursos materiais e humanos, entre outros aspectos.

Assim, é essencial que o escopo da pesquisa esteja alinhado aos objetivos apresentados no estudo, visto que o objetivo da pesquisa não é quantificar dados, mas sim compreender as particularidades e os desafios enfrentados pelas bibliotecas nas diferentes regiões do Brasil, em relação à sua atuação e relevância no contexto educacional e de políticas de informação. De fato, “na estatística nossa matéria prima são as medidas de grandeza do mundo real. Mas nem tudo se pesa na balança ou se mede na fita métrica; nem sempre as propriedades dos números se aplicam ao que queremos estudar” (Castro, 2006, p. 123).

Nas seções anteriores deste trabalho, especialmente nos capítulos 3 e 4, é abordada a importância de conceber a educação como um processo para emancipação e transformação social, visando conscientizar os indivíduos para se tornarem cidadãos plenos. A educação pública, ao longo de sua história, tem passado por diversas transformações, bem como avanços e retrocessos. No contexto atual, a rede federal de educação está imersa nesse processo de mudanças, reestruturação e inúmeras modificações, que são reflexos das políticas públicas em nível local e global.

Dessa forma, é fundamental compreender essas dinâmicas para analisar os impactos dessas transformações no sistema educacional e nas práticas pedagógicas, buscando sempre aprimorar e fortalecer a qualidade da educação oferecida.

Assim se faz necessário situar, mesmo que de forma breve, a trajetória da Rede Federal de Educação Profissional, que é o *locus* da pesquisa, para uma compreensão maior das contribuições que ela vem oferecendo a sociedade brasileira em sua trajetória centenária.

5.2.2 A trajetória da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica: breve histórico

A trajetória da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica se inicia no século XX, no ano de 1909, quando o presidente Nilo Peçanha assina o decreto 7.566 criando 19 “Escolas de Aprendizes Artífices” (Brasil, 2008), destinadas ao ensino profissional primário e gratuito.

Regatiere e Castro (2009) destacam que as políticas públicas voltadas para o ensino profissional tiveram seu início no século XX, com a implementação das escolas de aprendizes artífices, que tinham como objetivo atender aos indivíduos de baixa renda e condições humildes. Essas escolas, voltadas para o ensino industrial, foram precursoras da atual rede de instituições federais de educação, profissional científica e tecnológica, desempenhando um papel fundamental na formação de estudantes e no desenvolvimento do ensino técnico no país.

A princípio, as escolas eram subordinadas ao Ministério dos negócios e da agricultura, indústria e comércio. Com o passar dos anos, por volta de 1930, elas passaram a ser de responsabilidade do Ministério da Educação e Saúde Pública. Após o período de sete anos, transformam-se em Liceus industriais, destinados ao ensino profissional em todas as áreas e graus.

Essa transformação das escolas em Liceus ocorreu devido a uma reestruturação feita pelo governo à época, por meio da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, resultando na criação da divisão do ensino industrial e o departamento nacional de educação de acordo com o Conif (2022).

O Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, é responsável pela transformação das Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas. Com isso, passaram a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao ensino secundário. A partir da criação das leis orgânicas e reformas, o sistema educacional passou a equiparar o ensino profissional e técnico ao ensino médio, desta forma os estudantes que concluíram o ensino profissional, poderiam ingressar no ensino superior em área equivalente à de sua formação técnica.

Vale enfatizar o fato de que em 1940, a Reforma Capanema instituiu as Leis Orgânicas da Educação Nacional, do Ensino secundário e do Ensino Industrial. Nesse fazer, surgem instituições especializadas, tais como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial- SENAI e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial- SENAC, oriundos da Lei orgânica do Ensino Comercial (Souza; Marques, 2016, p. 34).

No ano de 1959, as escolas federais receberam autonomia didática, técnica, financeira e administrativa, transformando-se em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais. Naquele ano, as escolas passaram a criar cursos técnicos e autorizar o início da formação técnica de nível superior.

Um ponto no marco histórico a ser considerado é que, no ano de 1971, a LDBN torna de maneira compulsória, técnico-profissional todo currículo de segundo grau. Dessa forma, “um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime de urgência. Nesse tempo, as Escolas Técnicas Federais aumentaram expressivamente o número de matrículas e implantaram novos cursos técnicos” (Brasil, 2010, p.5).

A partir de 1978, com a Lei 6.545, as escolas técnicas do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS) passando a formar engenheiros de operação e tecnólogos. Essa mudança com o passar dos anos se estendeu às outras instituições da rede federal no Brasil.

No final do ano de 2005, o governo federal dá nova redação ao parágrafo 5º do Art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994 e assim estabelece, “A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais” (Brasil, 2005, local. 1) A partir disso, foi criado o plano de expansão da rede federal dividido em três fases apresentadas de forma sintética no Quadro 9, a seguir:

Quadro 9 - Plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional

Plano de Expansão	Localização das escolas	Quantidade de Unidades
Fase I - 2005	Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, periferias de grandes centros urbanos e municípios do interior.	5 (cinco) escolas técnicas federais e de 4 (quatro) escolas agrotécnicas. 33 novas unidades de ensino descentralizadas.
Fase II - 2007	Todo o país	150 novas instituições federais
Fase III - 2011	Todo o país	400 novas unidades

Fonte: Adaptada do MEC, 2018.

Outro aspecto relevante a ser observado é o processo de expansão da rede federal, que trouxe à tona a necessidade de discutir a organização dessas instituições no país. Esse debate se faz fundamental para evidenciar o papel crucial que as instituições federais desempenham no desenvolvimento social do país por meio da educação (Juracy, *et. al.*, 2009).

Em decorrência desses debates, a Lei nº 11.892 cria a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no ano de 2008 a partir da reestruturação dos Centros Federais de Educação Tecnológica, das Unidades Descentralizadas de Ensino, das Escolas Agrotécnicas, Escolas Técnicas Federais e Escolas Vinculadas a Universidades. Um total de 31 centros federais de educação tecnológica, 75 unidades descentralizadas de ensino, 39 escolas agrotécnicas, sete escolas técnicas federais e oito escolas vinculadas às universidades que passaram ao *status* de Instituto Federal (Conif, 2022).

Abaixo a trajetória da educação profissional elaborada pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense, representa de forma sucinta as mudanças que ocorreram ao longo de todos esses anos na educação federal, científica e tecnológica na ordem cronológica.

Figura 2 - Trajetória da educação profissional na ordem cronológica



Fonte: IF Sul-rio-grandense, 2016.

No ano 2019, no auge de seus 110 anos de existência, a rede atingiu o marco de 38 Institutos Federais (IFs), 02 CEFETs, 22 escolas vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II, formando uma rede com 661 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país (Brasil, 2019). Acrescenta-se ainda que em março do ano de 2024 foi anunciado pelo governo federal a criação de mais 100 novos campi dos Institutos Federais de Educação, somando aos já existentes (Brasil, 2024).

Para Pacheco (2010, p. 13), os Institutos Federais apresentam um novo modelo de educação profissional e tecnológica “sem similar em nenhum outro país”. Ou seja, a oferta de ensino em diversas modalidades, como o ensino médio integrado à educação profissional, o ensino na modalidade subsequente ao ensino médio, cursos de graduações tecnológicas, licenciaturas, bacharelados, programas de pós-graduação, *latu sensu e stricto sensu*, além de outros programas de qualificação profissional, asseguram a importância dessa instituição para a formação de jovens da classe trabalhadora no Brasil.

A estrutura multicampi e a clara definição do território de abrangência das ações dos Institutos Federais afirmam, na missão destas instituições, o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social. Na busca de sintonia com as potencialidades de desenvolvimento regional, os cursos nas novas unidades deverão ser definidos através de audiências públicas e de escuta às representações da sociedade (Pacheco, 2010, p. 13).

A estrutura das escolas que compõem a rede federal de educação, o quadro de pessoal e os recursos de gestão são elementos que proporcionam a verticalização do ensino e que resultam na oferta de diferentes modalidades de educação profissional e tecnológica nos Institutos Federais (Brasil, 2010).

No âmbito da literatura científica, existe uma pluralidade de concepções e interpretações sobre o que significa a verticalização do ensino no âmbito dos Institutos Federais. Foram escolhidos os argumentos de Pacheco (2015, p. 22) onde assegura que:

[...] a verticalização exige uma postura que supere o modelo hegemônico disciplinar; significa pensar um profissional da educação capaz de desenvolver um trabalho reflexivo e criativo e promover transposições didáticas contextualizadas que permitam a construção da autonomia dos educandos. Para efeito de compreender o avanço no sentido da verticalização, é importante destacar a proposta curricular que integra o ensino médio à formação técnica (entendendo-se essa integração em novos moldes).

Verticalizar, como apontado pelo autor, implica na adoção de novas posturas por parte dos profissionais das instituições federais, pautadas principalmente pela crítica e reflexão, a fim de promover o desenvolvimento humano dos estudantes. Nessa perspectiva, busca-se uma

formação integral, na qual o indivíduo seja capaz de atuar na sociedade usufruindo todas as suas potencialidades.

Os Institutos Federais nascem dentro de uma proposta de formação humana integral, uma formação que permite ao sujeito compreender os fundamentos de determinada habilidade em que se escolhe atuar. Ou seja, caminha na contramão do ensino que visa unicamente a profissionalização e qualificação da mão de obra para o mercado, por meio do que “é entendida como um adestramento em uma determinada habilidade” (Saviani, 2022, p. 4). O autor, no entanto, defende uma formação integral, não apenas de técnicos, mas de politécnicos.

Para (Saviani, 2022, p. 4), a politecnicia

[...] significa, aqui, especialização como domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna. Nessa perspectiva a educação de nível médio tratará de se concentrar nas modalidades fundamentais que dão base à multiplicidade de processos e técnicas de produção existentes.

A educação oferecida deve assegurar a todos uma transformação, bem como o enriquecimento de conhecimentos, especialmente diante do crescente impacto das tecnologias da informação e do conhecimento digital no âmbito local e global. Pacheco e Rezende (2009, p.10) entendem a proposta de educação ofertada nos Institutos Federais “como um instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir mais sentido e alcance ao conjunto de experiência humana”.

A promoção para o pleno desenvolvimento do sujeito e preparação para o exercício da cidadania está associada a uma educação de qualidade. Dessa forma, as escolas devem oferecer uma estrutura que seja capaz de proporcionar ao estudante a garantia de um convívio social, de novas experiências de aprendizagem e desenvolvimento intelectual. Tal estrutura envolve pensar elementos que integrem o ensino como as bibliotecas.

A expansão da rede federal de educação vem contribuindo efetivamente para o desenvolvimento local e global e colaborando com o processo de democratização da educação em todo território brasileiro. Na Figura 3 está apresentado o mapa de expansão da rede federal e mostra de forma sintética os pontos onde estão localizadas as escolas federais de educação profissional, bem como a quantidade de unidades localizadas em cada estado da federação nacional. O mapa foi elaborado pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) quando a rede completou 113 anos de existência no ano de 2022.

Figura 3 - Mapa de expansão da rede federal de educação



Fonte: Conif, 2022.

A partir desse processo de reestruturação da rede federal de educação no ano 2008, aborda-se com especial atenção às bibliotecas, objeto de estudo deste trabalho, uma vez que, no processo de reestruturação da rede federal em 2008, Becker e Faqueti (2015) acrescentam que ficou garantida a continuidade das bibliotecas e de bibliotecários nas unidades das instituições já existentes, além da criação de novas bibliotecas e a contratação de novos bibliotecários e auxiliares de bibliotecas.

5.2.3 Bibliotecas da Rede Federal de Educação e as políticas de informação

Sobre as bibliotecas das escolas técnicas industriais, os primeiros registros que se encontram na literatura acadêmica e científica são de Souza (1965) que publicou um livro intitulado “Instalação de bibliotecas em escolas técnicas industriais”.

De acordo com Carvalho (1970), existiam um total 23 bibliotecas instaladas nas escolas técnicas federais, como locais que deveriam ser propícios para o desenvolvimento da leitura. Com acervo adequado, ambiente facilitador do hábito para utilizar livros e para pesquisar, com o objetivo de tornar seus usuários preparados para progredirem em suas profissões.

A descentralização da rede federal, ao longo dos anos, contribuiu para que as bibliotecas fossem pouco investigadas na literatura acadêmica e científica da Ciência da Informação, conforme apontam Becker e Faqueti (2015). Com a criação dos Institutos Federais em 2008, algo inovador para a rede também veio à tona, ou seja, o diálogo em

conjunto entre as bibliotecas dos *campi* e da rede de uma forma geral. Prova disso é que em 2011 foi criada a primeira Comissão Brasileira de Bibliotecas (CBBI) da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT), com representações de todas as regiões do Brasil.

A interação entre as bibliotecas da rede federal desempenha um papel crucial, pois permite o compartilhamento das atividades realizadas em cada unidade. Essa troca de informações ocorre por meio de publicações científicas e apresentações em eventos profissionais, contribuindo para fortalecer essas instituições e fomentar o desenvolvimento de políticas de informação adequadas às necessidades específicas da rede federal de educação.

As bibliotecas da rede federal de educação também dialogam por meio de uma comissão criada em 2011 por bibliotecários da rede, que é a Comissão Brasileira de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CBBI). Esta comissão tem como finalidade

- Representar as Bibliotecas das RFEPCT junto aos diversos segmentos organizados da sociedade, tais como: órgãos governamentais, entidades ligadas à educação, pesquisa e extensão, sociedade civil, dentre outros;
- Atuar como veículo de articulação, discussão, deliberação, encaminhamento, acompanhamento e execução das políticas e ações necessárias ao desenvolvimento das Bibliotecas ligadas a RFEPCT;
- Desenvolver atividades de capacitação, estudos, pesquisas e propostas vinculadas às atividades das Bibliotecas da Rede (CBBI, 2011, p.1).

No ano de 2011, a gestão da CBBI também criou uma lista de discussão via *e-mail* com o objetivo de viabilizar a interação entre os bibliotecários da rede e o compartilhamento de informações e conhecimentos pertinentes à rotina e ao fazer profissional de cada membro das bibliotecas (Becker; Faqueti, 2015).

Outra importante iniciativa foi a criação dos grupos de trabalhos (GTs) formando um total de oito GTs intitulados de: GT 01- Portal de periódicos, GT 02- Arquitetura de bibliotecas e acessibilidade, GT 03- Gestão de bibliotecas e de pessoas, GT 04- Cadastro de bibliotecas e profissionais da rede, GT 05- Seminário Brasileiro de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (SBBI) e programa de capacitação, GT 06- Ação cultural, GT 07- Avaliação institucional, GT 08- Repositórios digitais. Conforme Becker e Faqueti (2015, p.44) os GTs foram “[...]criados a partir da necessidade demandada pelos bibliotecários da rede. Temas emergentes são estudados e analisados pelos membros que compõe esses grupos”.

A interação entre as bibliotecas da rede federal desempenha um papel crucial, pois permite o compartilhamento das atividades realizadas em cada unidade. Essa troca de informações ocorre por meio de publicações científicas e apresentações em eventos profissionais, contribuindo para fortalecer essas instituições e fomentar o desenvolvimento de políticas de informação adequadas às necessidades específicas da rede federal de educação (Conif, 2022).

Conhecer a realidade da rede federal de educação é necessário para que se identifiquem suas necessidades e peculiaridades em relação a outros modelos de instituições de ensino, principalmente as que mais se assemelham, no caso as universidades federais, dadas as características e o contexto de atuação de cada uma.

No contexto das políticas de informação, é essencial a elaboração e análise do regime de informação da rede federal de educação, visando uma melhor aplicação das políticas de informação. Nesse sentido, de acordo com a análise realizada por Brandão, Freire e Perucchi (2023), foram identificadas importantes e significativas diferenças no regime dos Institutos Federais em comparação com as universidades federais.

O público-alvo, ou seja, os atores sociais que fazem parte da rede federal de educação profissional e que utilizam as bibliotecas rotineiramente, possui características diversificadas devido à multiplicidade de formações que a rede federal possui, como já citado.

Tal formação inicia na educação básica com o ensino médio integrado aos cursos técnicos, formação subsequente ao ensino médio, cursos de curta duração, graduações, pós-graduação, mestrados e doutorados. Nesse contexto, Brandão, Freire e Perucchi (2023, p. 9) afirmam que essas “diferentes modalidades e especificidades próprias de cursos de formação que não são ofertados em escolas e universidades, mas que são uma realidade há anos nos institutos federais” diferenciam a rede federal de outras instituições de ensino.

A construção do regime de informação para bibliotecas dos Institutos Federais, feita por Brandão (2022), possibilitou visualizar o papel de cada elemento do regime de forma prática. O autor elabora um quadro com alguns dispositivos de informação que regulamentam tanto os institutos quanto as universidades federais com a finalidade de apresentar as diferenças significativas entre essas instituições.

Com foco nos dispositivos de informação das bibliotecas dos Institutos Federais, o Quadro 10 foi adaptado do quadro elaborado por Brandão (2022). No Quadro 10 são apresentados apenas os dispositivos que regulamentam as atividades no âmbito dos Institutos Federais que, por conseguinte, implicam também na estrutura, no funcionamento e no desenvolvimento das atividades nas bibliotecas que fazem parte da rede federal. Na adaptação

do Quadro 10, foi feita a inserção de dispositivos que não foram elencados pelo autor porque não se configurava objetivo da pesquisa do autor à época.

Quadro 10 - Dispositivos de Informação – Institutos Federais de Educação

Dispositivo	Descrição do dispositivo	Ano
Lei 9.394/1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	1996
Lei 11.091/2005	Estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação.	2005
Lei 11.892/2008	Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.	2008
Lei 11.741/2008	Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.	2008
Decreto 6.986/2009	Regulamenta os arts. 11, 12 e 13 da Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais, para disciplinar o processo de escolha de dirigentes no âmbito destes Institutos.	2009
Decreto 7.234/2010	Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.	2010
Lei 12.244/2010	Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País	
Lei 12.772/2012	Estruturação das carreiras e cargos de Magistério Federal: Magistério Superior e Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.	2012
LEI Nº 13.005/2014	Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.	2014
Emenda Constitucional nº 95/ 2016	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.	2016
Lei 13.415/2017	Altera as Leis n ° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.	2017
Decreto 11.336/2023	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cultura e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.	2023

Fonte: Adaptado de Brandão, 2022 com acréscimos de alguns dispositivos, 2023.

Brandão (2022) menciona a vasta diversidade de dispositivos de informação tanto no âmbito das bibliotecas dos Institutos Federais, quanto nas bibliotecas das universidades. O autor afirma que eles são responsáveis por influenciar a dinâmica social dos regimes de

informação e podem ser conhecidos como: resoluções, regimentos, políticas, normas, manuais, como também o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de cada instituição.

Os dispositivos elencados anteriormente influenciam de uma forma ou de outra as atividades da rotina dos Institutos Federais. Eles são responsáveis por tornar os processos mais isonômicos, legais e democráticos. As bibliotecas, em conformidade com as legislações que estabelecem as dinâmicas institucionais legais, também desenvolvem seus próprios dispositivos informacionais, que englobam os regimentos gerais das bibliotecas, os regulamentos internos, os manuais de serviços, os planos de desenvolvimento de acervos, os manuais de trabalho para bibliotecários, as políticas de repositórios institucionais, dentre outros.

Retomando os objetivos específicos da pesquisa de tese, busca-se empreender uma investigação acerca dos indícios de políticas de informação para as bibliotecas dos Institutos Federais de Educação nos dispositivos de legislação que amparam a reforma do ensino médio e as implicações que a Emenda Constitucional 95 oferece para o investimento em políticas informacionais.

Portanto, examinar as bibliotecas dessas instituições é de extrema importância, pois permite uma compreensão aprofundada de como a infoeducação pode ser uma estratégia de enfrentamento diante da disseminação de desinformação, bem como um contraponto à intensificação do uso indiscriminado das TDIC nos processos de produção da informação e consumo, especialmente no contexto educativo. Essa análise contribuirá para a construção de um panorama que evidencia os impactos e desafios das políticas de informação nesse contexto específico, possibilitando reflexões e proposições no campo educacional.

Com o desenvolvimento desta pesquisa, pretende-se colaborar com as políticas de informação e promover ações para aprimorar a qualidade das informações nos espaços de aprendizagem, especialmente nas escolas públicas. Além disso, busca-se a formação de sujeitos autônomos, críticos e éticos, focando nos jovens da classe trabalhadora, que são o público que realmente necessita da educação pública. Com isso, busca-se avançar na redução das desigualdades sociais e garantir um futuro mais digno e com melhor qualidade de vida para a população brasileira.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção apresentamos a pesquisa documental e os achados empíricos obtidos por meio das entrevistas com os bibliotecários dos Institutos Federais do Brasil.

As análises e discussões do estudo requerem um breve retomar dos objetivos desta investigação e do lócus de investigação a fim de rememorar questões importantes que merecem ser destacadas para uma melhor compreensão do fenômeno em sua amplitude.

Como objetivos específicos definimos:

- a) Mapear as mudanças em curso no campo legal, promovidas pelas reformas educacionais que refletem nas novas relações entre Ciência da Informação e educação, para a comunidade acadêmica das bibliotecas educativas da rede federal de educação;
- b) Identificar indícios de políticas de informação nas reformas educativas voltadas para as bibliotecas da rede federal de educação;
- c) Compreender como as políticas de informação influenciam na apropriação da informação e cultura, diante de novos fenômenos informacionais e educacionais da contemporaneidade;
- d) Propor diretrizes para a construção de um modelo infoeducacional que priorize a aprendizagem contínua para o uso da informação e a apropriação de novos saberes informacionais para as bibliotecas dos institutos federais de educação.

Na primeira parte da análise dos resultados, os itens 6.1 e 6.2 tratam dos resultados obtidos por meio da pesquisa documental nos PPC dos cursos selecionados pelo critério de pesquisa e na BNCC, necessária para avançar na escolha dos locais contemplados para a aplicação da entrevista com os bibliotecários e elaboração das diretrizes para construção do instrumento infoeducacional para as bibliotecas dos Institutos Federais.

Nesse sentido, ante ao problema de pesquisa realizou-se pesquisa empírica²⁶ com o objetivo de trazer contribuições ao debate sobre políticas de informação e infoeducação. Desta forma, o item 6.3 versa sobre a análise dos resultados obtidos por meio das entrevistas com os bibliotecários de todas as regiões do Brasil seguindo os critérios elegidos pela pesquisa.

6.1 A pesquisa empírica nos projetos pedagógicos de cursos (PPC) dos cursos técnicos integrados ao ensino médio

As análises presentes nesta seção colaboram no esclarecimento das demais informações apresentadas nas seções anteriores, sobretudo relacionadas a escolha dos locais de aplicação das entrevistas aos bibliotecários gestores. Inicia-se esta seção apresentando uma tabela com os dados obtidos por meio da pesquisa documental sobre a distribuição do quantitativo de Institutos Federais por região e por estado do Brasil, destacando que tais dados foram consultados na Plataforma Nilo Peçanha (PNP)²⁷ e nos *sites* oficiais dos Institutos Federais. Na Tabela 2 é apresentada a distribuição de *campi* dos Institutos Federais, fornecendo um panorama mais amplo do quantitativo por região e por estado.

Tabela 2 - Distribuição de campi dos Institutos Federais em todas as regiões e Estados do país

Região	Estado	Campi
Norte	Amazonas	17
Norte	Pará	19
Norte	Acre	06
Norte	Roraima	05
Norte	Rondônia	10
Norte	Amapá	06
Norte	Tocantins	11
Nordeste	Alagoas	17
Nordeste	Bahia	33
Nordeste	Ceará	35
Nordeste	Maranhão	29
Nordeste	Paraíba	21
Nordeste	Pernambuco	24
Nordeste	Piauí	21
Nordeste	Rio Grande do Norte	22
Nordeste	Sergipe	11

Continua na página seguinte

²⁶ A pesquisa empírica é uma abordagem científica que visa coletar dados observáveis e mensuráveis através de métodos e técnicas de pesquisa; É uma abordagem que busca explicar ou entender fenômenos do mundo real através da coleta de dados concretos (Pessoa, 2023, local. 10).

²⁷ (PNP) é um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal). Tem como objetivo reunir dados relativos ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades da Rede Federal, para fins de cálculo dos indicadores de gestão monitorados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) (Brasil, 2023, local 1).

Continuação da página anterior

Centro-Oeste	Goiás	14
Centro-Oeste	Mato Grosso	19
Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	10
Centro-Oeste	Distrito Federal	10
Sudeste	Espírito Santo	23
Sudeste	Minas Gerais	48
Sudeste	São Paulo	41
Sudeste	Rio de Janeiro	15
Sul	Rio Grande do Sul	17
Sul	Paraná	26
Sul	Santa Catarina	23

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2022). Sites oficiais dos Institutos Federais (2023)

*Destaque para o estado escolhido para aplicação da pesquisa.

Retomando ao primeiro critério privilegiado pela pesquisa, que visa selecionar um estado de cada região do Brasil que possua maior quantidade de *campi* do Instituto Federal de Educação, na região Norte do Brasil o estado que se enquadra nesse critério é o Pará.

De acordo com a Lei 12.677/2012, a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Nesses termos, a autonomia institucional lhe confere poder relativo e assim, “os institutos federais deverão seguir os princípios e finalidades atribuídas pela lei de criação, fazendo uso dos relativos graus de autonomia a fim de alcançar a plenitude da sua natureza institucional articulada no macro contexto das políticas públicas” (Heeren; Silva, 2019, p.5).

Isso posto, quando se refere às mudanças apresentadas na nova reforma do ensino médio e a política pública de educação profissional científica e tecnológica no contexto da rede federal de educação, são observadas contradições o que assegura considerar relativa autonomia da rede federal para decidir, quanto ao atendimento de forma parcial e/ou integral da reforma do ensino médio (Heeren; Silva, 2019).

Nesse aspecto, para Paixão (2023, p. 149), a reforma do ensino médio nos Institutos Federais acontece em um ritmo desigual o que diferencia das escolas estaduais onde, “[...]enquanto várias redes estaduais regulamentaram ou estão em processo de regulamentação da reforma, esse processo não ocorreu nos IF. Não existe uma regulamentação geral ou institucional que oriente (ou não) a implementação da reforma nos institutos federais”, ou seja, fica a cargo de cada instituição decidir se adere ou não à reforma.

Dessa forma, o segundo estado da região Norte que atendia ao critério de escolha da pesquisa foi o Estado do Amazonas, no Instituto Federal do Amazonas (IFAM). O IFAM foi criado em 29 de dezembro de 2008, pelo Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva,

por meio do Decreto Lei, Nº 11.892, que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências (Brasil, 2008).

O IFAM possui 17 unidades, localizadas em 23 municípios, sendo três em Manaus (Manaus Centro, Manaus Distrito Industrial e Manaus Zona Leste), Coari, Lábrea, Maués, Manacapuru, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Humaitá, Eirunepé, Itacoatiara, Tefé, *campus* avançado do Acre e *campus* avançado Iranduba. Oferece cursos da Educação Básica até o Ensino Superior de Graduação e Pós-Graduação *Lato* e *Stricto Sensu*, servindo a sociedade amazonense e brasileira (Mello, 2009). Na Tabela 3 é apresentada uma síntese de dados acadêmicos sobre o IFAM colhidos por meio da Plataforma Nilo Peçanha (2022).

Tabela 3 - Dados acadêmicos do IFAM

Dados acadêmicos institucionais	Campi
Unidades	17
Matrículas	23.675
Vagas	7.950
Cursos	282
Inscritos	77.633
Ingressantes	7.917
Concluintes	3.748
Servidores	2.354

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha e portal da transparência do Governo Federal (2022)

O *campus* escolhido para a pesquisa foi o *campus* Manaus centro. A escolha por esta unidade se deve ao fato de que ela possui uma maior quantidade de cursos na modalidade ensino médio integrado a cursos técnicos se comparado aos demais *campi* do IFAM instalados na capital do estado, uma vez que a capital possui mais de um *campus* instalado. O *campus* Manaus Zona Leste possui apenas três cursos na modalidade ensino médio, integrado a cursos técnicos e o *campus* Manaus Distrito Industrial, possui apenas cursos de graduação. O *campus* Manaus centro, possui um total de cinco cursos na modalidade integrado ao ensino médio, como apresentado no Quadro 11.

Quadro 11 - Cursos na modalidade ensino médio integrado

Cursos <i>campus</i> Manaus centro	Ano do PPC
Química	Indisponível para consulta
Eletrotécnica	2014
Informática	2021*
Mecânica	Indisponível para consulta
Edificações	2020*

Fonte: Site institucional do IFAM (2023)

*Destaque para cursos que sofreram reformulação nos PPC.

A consulta aos PPC dos cursos ofertados pelo IFAM *campus* Manaus centro foi realizada no *site* institucional do instituto²⁸ na Internet. Observou-se por meio da consulta que até o momento da coleta de dados (outubro de 2023) apenas dois cursos aderiram ao novo ensino médio e tiveram os PPC atualizados no ano de 2021, conforme apresentado anteriormente no Quadro 11.

Neste sentido foi importante para investigar se tais mudanças e adesão ao novo ensino médio por meio da modificação dos projetos políticos pedagógicos apresentaram elementos que caracterizam políticas de informação e infoeducação para as bibliotecas do IFAM, uma vez que este é um dos objetivos da pesquisa em tela.

Na consulta ao PPC de informática, observou-se que o item nove trata especificamente sobre Biblioteca, e o subitem 9.1, instalações e equipamentos e Biblioteca. Nesse item aparece um breve histórico sobre a biblioteca do *campus* e sua estrutura física, modificada ao longo de mais de 80 anos de existência do IFAM. De acordo com o PPC de informática, a biblioteca possui um acervo bem diversificado contando com livros, mídias eletrônicas, produções acadêmicas, revistas em Braille e CDs, disponibilizando aproximadamente 36.140 itens para comunidade acadêmica.

Sobre os elementos de políticas de informação, observou-se que no PPC de informática foi mencionado o repositório institucional como um ambiente de submissões para teses e dissertações dos mestrados oferecidos pela instituição e produtos educacionais. Com relação à aquisição de novos acervos, de acordo com o documento consultado, é feito com base no PPC dos cursos ofertados e de acordo com a necessidade da comunidade acadêmica. Foi observado que as novas aquisições são divulgadas em formato digital na página da biblioteca.

²⁸ Para saber mais, consultar: <http://www2.ifam.edu.br/campus/cmcc>

Ainda no PPC de informática encontram-se informações sobre o espaço físico que a biblioteca dispõe e sobre elementos de acessibilidade a comunidade com necessidades específicas, com atendentes especializados na Língua Brasileira de Sinais – Libras, com banheiros adaptados, e entrada/saída com dimensionamento adequado para cadeirantes, conta com elevador e rampa de acesso com corrimão.

As estantes do acervo e o nome da Biblioteca são identificados em Braille. Tais elementos descritos no PPC se relacionam de alguma forma ao desenvolvimento de infoeducação, uma vez que dentro da perspectiva de educar para o uso de informação, se faz necessário dispor de ambiente bem estruturado e organizado e de forma acessível a todos e, com o intuito de melhor atender a comunidade em que estão inseridos.

Outro item encontrado no PPC de informática se refere à promoção de eventos e serviços para a comunidade acadêmica organizados pela biblioteca, como a exibição de filmes, o acesso a fontes de informação diversificadas e ao lazer. Foi mencionado sobre a disponibilidade de acesso a *Wi-fi* na biblioteca, a orientação para utilização de bases de dados e portais acadêmicos, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), por meio de treinamentos periódicos e agendados previamente, além de espaço físico para exposição e a organização de eventos culturais. Destaca-se que a biblioteca também é mencionada no item 9.2.2 do PPC, quando trata da descrição dos ambientes físicos do *campus*.

Já o PPC do curso de edificações foi atualizado em 2020 de acordo com o novo ensino médio, trata da biblioteca no item 10.1, apresentando informações mais resumidas, sobretudo relacionadas ao quantitativo do acervo, a equipe que compõe a biblioteca e a estrutura física do local.

Nesse caso, observa-se que na elaboração do PPC de edificações não houve uma preocupação de apresentar a biblioteca de forma mais ampla, como sua estrutura, seu acervo, as atividades, os produtos, os serviços que oferecem ao público como um elemento significativo para o desenvolvimento do discente e dos saberes informacionais, que se constituem premissas básicas da infoeducação.

Ainda sobre a biblioteca do IFAM, observou-se que no *site* institucional foi encontrado um *link*²⁹ que remete ao *site* oficial da biblioteca do *campus*. No *site* da biblioteca encontram-se algumas informações importantes para comunicação acadêmica como endereço, telefones de contatos, *e-mails*, redes sociais, horários de atendimentos, além de notícias e

²⁹ Para saber mais, consultar: <http://www2.ifam.edu.br/campus/cmc/sistemas/biblioteca>

informativos sobre atividades que a biblioteca desenvolve. Foram identificados *links* para alguns dos serviços, como o acesso a bases de dados de bibliotecas digitais e virtuais, o repositório digital e a consulta ao acervo.

Ainda no *site* da biblioteca do *campus* Manaus centro, encontra-se informações sobre a sua organização, a infraestrutura física, os usuários e os serviços oferecidos, o regimento e a estrutura organizacional da biblioteca, além do *staff* da biblioteca que é composto por 13 colaboradores divididos de acordo com a Tabela 4.

Tabela 4 - Equipe da biblioteca *campus* Manaus centro

Equipe	Quantidade
Bibliotecários	05
Auxiliares de biblioteca	02
Apoio	06

Fonte: Elaboração própria (2023).

Desse modo, por meio das informações coletadas tanto nos PPC dos cursos modificados pelo novo ensino médio como no site das bibliotecas do IFAM, foi possível observar que os elementos de políticas de informações e infoeducação não se apresentam de forma tão explícitas e desenvolvidas nesses documentos legais. A entrevista complementar a esta análise é importante para revelar se as bibliotecas/bibliotecários foram contatados no momento da construção desse importante instrumento, responsável por provocar inúmeras modificações na organização curricular e no financiamento da Educação Básica e pública (Paixão, 2023).

Passando para a análise na região Nordeste do Brasil, o estado com maior quantitativo de Institutos Federais é o estado do Ceará, nesse caso o Instituto Federal escolhido foi o Instituto Federal do Ceará (IFCE). O IFCE foi criado em 2008, mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará com as Escolas Agrotécnicas Federais do Crato e do Iguatu, vinculado ao Ministério da Educação (Brasil, 2008). Possui atualmente 33 *campi* e oferta um total de 692³⁰ cursos de acordo com a plataforma Nilo Peçanha (2022), conforme a Tabela 5, apresentada a seguir.

³⁰ Esse dado leva em consideração os cursos na modalidade ensino médio integrado aos cursos técnicos, cursos de Licenciatura, cursos de Bacharelado, cursos de Mestrado e Doutorado e os cursos de qualificação profissional FIC.

Tabela 5 - Dados acadêmicos do IFCE

Dados acadêmicos e institucionais	Quantidade
Unidades	33
Matrículas	69.781
Vagas	31.198
Cursos	692
Inscritos	92.589
Ingressantes	22.802
Concluintes	11.035
Servidores	3878

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2022) e Portal da transparência do Governo Federal (2023)

O *campus* escolhido para a pesquisa foi o *campus* Fortaleza, situado na capital do estado do Ceará. Os cursos de ensino médio integrado ofertados atualmente no *campus* são: Edificações, Eletrotécnica, Informática, Mecânica, Química e Telecomunicações; os cursos superiores tecnológicos oferecidos são: Estradas, Gestão Ambiental, Gestão Desportiva e de Lazer, Hotelaria, Mecatrônica Industrial, Processos Químicos, Saneamento Ambiental, Telemática; os cursos de bacharelados são: Engenharia Civil, Engenharia de Computação, Engenharia de Mecatrônica, Engenharia de Telecomunicações, Turismo; os de licenciaturas são: Artes Visuais, Física, Matemática, Teatro; e especialização em: Ensino de Línguas Estrangeiras, Turismo Sustentável; mestrados: Artes, Ciência da Computação, Educação Profissional e Tecnológica, Engenharia de Telecomunicações, Ensino de Ciências e Matemática, Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação, Tecnologia e Gestão Ambiental; e doutorado em Ensino.

Como o foco da pesquisa são os PPC dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, no Quadro 12 são apresentados os cursos técnicos do IFCE *campus* Fortaleza, com a informação dos PPC alterados pela nova reforma do ensino médio.

Quadro 12 - Cursos na modalidade ensino médio integrado

Cursos <i>campus</i> Fortaleza	Ano de alteração do PPC
Edificações	2020*
Eletrotécnica	2020*
Informática	2022*
Mecânica	2020*
Química	2020*
Telecomunicações	2020*

Fonte: Site institucional do IFCE (2023)

* Destaque para cursos que sofreram reformulação nos PPC e aderiram ao novo Ensino Médio.

Como observado no Quadro 12, o IFCE *campus* Fortaleza modificou todos os PPC dos cursos técnicos no ano de 2020 e 2022. Sabendo que, de acordo com Paixão (2023, p. 145), “Os Projetos Pedagógicos de Curso são documentos que estruturam, organizam e orientam as

concepções e as práticas de um curso em consonância com as diretrizes e a legislação nacional”, ou seja, as modificações desses documentos seguem a política educacional vigente e realiza alterações e ações educativas para cumprir sua finalidade.

Uma primeira percepção que esse quadro apresenta se comparado ao Quadro 11, dos cursos técnicos do IFAM, é a de que a reforma de fato não vem sendo implantada de forma homogênea nos Institutos Federais, como já mencionado anteriormente sobre a autonomia de cada instituição. Tal percepção se materializa quando observamos locais com maior ou menor número de PPC reformulados.

No PPC do curso de informática do IFCE *campus* Fortaleza, a biblioteca encontra-se elencada no item 21, infraestrutura, subitem 21.1, biblioteca. A biblioteca nesse PPC é descrita de forma breve em apenas um parágrafo, que trata dos espaços de estudos individual e em grupo, o sistema informatizado, o acervo, a quantidade de livros a serem emprestados para professores e discentes e o horário de funcionamento.

Observa-se que a descrição dessas informações sobre a biblioteca foi feita sem um maior aprofundamento do que esse ambiente pode oferecer a sua comunidade, como também denota a ausência de elementos mais específicos que poderiam ter sido mais bem desenvolvidos, principalmente relacionados às políticas da informação, caso a construção do PPC houvesse sido construído em conjunto com os bibliotecários.

Outra observação realizada se relaciona a consulta sobre itens de políticas de informação e infoeducação, onde é possível afirmar que não foram identificados elementos que versem sobre esses instrumentos no PPC de informática.

O PPC dos cursos de Eletrotécnica, Mecânica, Química e Telecomunicações, apresentam informações semelhantes. No item 20 desses PPCs, na parte que trata da infraestrutura, se encontram as informações sobre a biblioteca. Nessa parte do texto é apresentada a estrutura física do local, tamanho do acervo, profissionais que compõem o *staff*, sistema de automação, principais serviços e horários de funcionamento do setor. O PPC do curso de Telecomunicações apresenta informações sobre a política de desenvolvimento e capacitação de servidores no mesmo item.

Na consulta sobre a biblioteca no *site*³¹ foram identificadas mais informações específicas, relacionadas ao horário de funcionamento do setor, contatos do coordenador responsável, *e-mail*, telefone, e alguns *links* de acesso a produtos, serviços, bem como outros materiais informacionais que podem auxiliar a comunidade acadêmica que faz parte do

³¹ Para saber mais, consultar: <https://ifce.edu.br/fortaleza/menu/biblioteca-waldir-diogo-de-siqueira>

campus. Quanto à equipe que compõe o quadro de servidores da biblioteca, não foi identificado informações sobre os quantitativos de servidores que fazem parte desse setor no site institucional.

Ainda no *site* institucional do IFCE³², foi identificado que a biblioteca possui um banco de dados integrado com outras bibliotecas do IFCE, o sistema de automação utilizado é o *Sophia*³³. De acordo com Côrte *et al*, (1999) os sistemas de automação de bibliotecas oportunizam uma maior agilidade nos serviços prestados, uma economia de tempo para os servidores que trabalham nos ambientes das bibliotecas e um maior conforto para comunidade acadêmica durante sua rotina de consultas ao acervo, renovação de livros, etc.

A partir do exposto anteriormente, pode-se creditar por meio de consulta aos PPC do IFCE, uma incipiente presença de informações que versam sobre políticas de informação e o desenvolvimento de infoeducação nesses documentos que regem o ensino médio profissionalizante dentro das instituições do IFCE, o que dificulta a garantia de que tais propostas possam ser desenvolvidas na prática, comprometendo a formação crítica e libertadora, como propõe Paulo Freire (2011).

Sabe-se que, para atender a formação integral do estudante, faz-se necessário um conjunto completo de elementos que possam proporcionar seu desenvolvimento intelectual e preparação para o mundo do trabalho (Saviani, 2022). Por isso, a importância de uma estrutura completa que possa atender adequadamente às necessidades educativas dos estudantes.

Na região Centro-oeste, o estado escolhido foi o Mato Grosso e o instituto contemplado foi o Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT) *campus* Cuiabá, Octayde Jorge da Silva. O IFMT foi criado por meio da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino (Brasil, 2023).

O IFMT possui 19 unidades situadas na capital Cuiabá e no interior do estado do Mato Grosso. São os *campi* de Alta Floresta, Barra do Garças, Cáceres, Campo Novo do Parecis, Confresa, Cuiabá – Octayde Jorge da Silva, Cuiabá – Bela Vista, Juína, Pontes e Lacerda, Primavera do Leste, Rondonópolis, São Vicente, Sorriso e Várzea Grande. Possui ainda cinco

³² Para saber mais, consultar: <https://ifce.edu.br/proen/bibliotecas>

³³ Sistema desenvolvido para bibliotecas escolares, universitárias, culturais, entre outras.

campi avançados, nos municípios de Diamantino, Lucas do Rio Verde, Tangará da Serra, Sinop e Guarantã do Norte.

Na Tabela 6 são apresentados os dados institucionais e acadêmicos do IFMT colhidos através do *site* da Plataforma Nilo Peçanha.

Tabela 6 - Dados acadêmicos do IFMT

Dados acadêmicos e institucionais	Quantidade
Unidades	19
Matrículas	21.101
Vagas	8.352
Cursos	238
Inscritos	21.153
Ingressantes	6.559
Concluintes	3.641
Servidores	2.207

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2023).

O IFMT possui dois *campi* na capital do estado, o *campus* Cuiabá Octayde Jorge da Silva (OJS) e o *campus* Cuiabá Bela Vista. Para pesquisa foi escolhido o *campus* Cuiabá OJS por disponibilizar um maior número de cursos técnicos integrados ao ensino médio e por ter reformulado grande parte dos PPCs dos cursos de acordo com o novo ensino médio, como apresentado no Quadro 13.

Quadro 13 - Cursos na modalidade ensino médio integrado a cursos técnicos do IFMT *campus* Cuiabá Octayde Jorge da Silva

Cursos <i>Campus</i> Cuiabá Octayde Jorge da Silva	Ano do PPC
Agrimensura	2015
Edificações	2016
Eletrônica	2020*
Eletrotécnica	2019*
Eventos	2021*
Informática	2012
Secretariado	2013

Fonte: Site institucional do IFMT (2023)

*Destaque para cursos que sofreram reformulação nos PPC.

O *campus* Cuiabá OJS reformulou três cursos de acordo com a nova reforma do ensino médio. Ao consultar os PPC dos cursos de eletrônica, eletrotécnica e eventos reformulados a partir do ano de 2019, no *site* institucional do IFMT, observou-se que os PPC citam a biblioteca de forma breve em apenas um parágrafo.

Os PPC dos cursos de eletrotécnica e de eletrônica utilizam o mesmo texto para mencionar a biblioteca, os títulos de livros que ela disponibiliza e as quantidades que

possuem. No PPC do curso de eventos, observou-se informações referente ao acervo, as quantidades de obras, os serviços oferecidos e a área física disponível para utilização pela comunidade acadêmica.

Por meio dos *sites* institucionais do IFMT não foi possível identificar se a biblioteca possui algum sistema de automação dos serviços, integrado ou não, entre os *campi* e se disponibiliza alguma rede social para oferecer e divulgar atividades de infoeducação, além de repositório institucional, elemento de política de informação que promove o acesso aberto à comunidade.

Ao observar o *site* da biblioteca do IFMT *campus* Cuiabá Octayde Jorge da Silva, foram identificadas informações sobre o acervo, alguns dos serviços oferecidos pela biblioteca, os horários de funcionamento, os prazos para utilização do material informacional e o *link* para acesso a outros portais de busca acadêmica e científica. Não foi identificado no *site* informações sobre a equipe que compõe a biblioteca.

De acordo com Paixão (2023), compreende-se que a construção dos PPC nas instituições de modo geral possui um caráter de construção coletiva, primeiramente dentro dos *campi* e posteriormente são submetidos à aprovação pelo conselho superior, órgão máximo, localizado nas reitorias dos *campi*.

A incipiência de informações sobre políticas de informação e atividades de infoeducação que poderiam ser desenvolvidas pelas bibliotecas nos direciona a um entendimento de que os PPC dos cursos investigados foram construídos sem a preocupação de apresentar tais indícios e sem um diálogo mais profundo sobre as contribuições que as bibliotecas podem oferecer nesse sentido.

Pontua-se que dentre as mudanças propostas pela nova reforma do ensino médio, está a mudança no currículo e nos itinerários formativos, assim observou-se que os PPC orientam suas ações sem uma preocupação mais aprofundada com uma formação humana integral dos jovens que seguirão, após a última etapa de formação básica, para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania.

Complementando, Moura e Benachio (2021, p. 164) acrescentam que “A necessidade da qualidade dessa etapa formativa é, portanto, uma questão central no campo educacional, visto que o ensino médio conclui a formação básica e obrigatória do estudante, compreendem de um conjunto de finalidades articuladas com as da educação básica”.

Assim, por meio das informações coletados nos instrumentos legais dos cursos de ensino médio e no *site* institucional do IFMT, foi possível perceber que a construção de tais instrumentos dentro dos *campi* vêm sendo realizada sem contar com a participação de todos

os segmentos da comunidade acadêmica, isso inclui os profissionais da informação, ou seja, os bibliotecários que atuam nas bibliotecas e são os mais indicados para apontar as características e demais elementos que possui esse ambiente.

Na região sudeste, o estado com maior número de campi do Instituto Federal é o estado de Minas Gerais, porém devido ao desmembramento dos Institutos Federais e criação de novas escolas neste estado fez com que os institutos se espalhassem pelo estado com diferentes nomenclaturas sendo no sudeste de Minas, (IF Sudeste MG), no norte de Minas (IFNMG), no sul de Minas (IF Sul de Minas), ficando apenas 18 unidades para o IFMG de acordo com a plataforma Nilo Peçanha, não atendendo ao critério da pesquisa de possuir maior quantitativo de campus e uma unidade situada na capital.

Assim a escolha da região sudeste foi pelo Instituto Federal de São Paulo, (IFSP) *campus* São Paulo. No ano de 2008, em decorrência da Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o Instituto Federal de São Paulo foi criado a partir da transformação do CEFET-SP, conforme disposto no art. 5º, inc. XXXVI.

O IFSP possui 41 unidades e oferece cursos técnicos, cursos de licenciatura, cursos de Formação Inicial Continuada (FIC)[extensão], cursos superiores de graduação em bacharelado e de tecnologias, além dos cursos de pós-graduação, *lato sensu* [especialização] e *stricto sensu* [mestrado] (Brasil, 2023, grifos do autor). Os dados acadêmicos encontram-se melhor especificados na Tabela 7.

Tabela 7 - Dados acadêmicos do IFSP

Dados acadêmicos e institucionais	Quantidade
Unidades	41
Matrículas	81.744
Vagas	64.670
Cursos	763
Inscritos	104.851
Ingressantes	39.976
Concluintes	15.064
Servidores	6.049

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2022)

O *campus* São Paulo foi escolhido para pesquisa devido ao critério de se encontrar situado na capital do estado. Com a transformação de Cefet-SP em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), no final de 2008, a antiga Unidade Sede inicia uma nova fase de sua história, passando a ser um *campus* da instituição. Como o maior *campus* do IFSP, oferta várias modalidades e níveis de formação, de cursos técnicos de nível médio a licenciaturas, graduações na área tecnológica e pós-graduações (Brasil, 2016).

Quanto aos cursos de ensino médio na modalidade integrado aos cursos técnicos, o IFSP *campus* São Paulo oferta oito cursos, conforme o Quadro 14, a seguir.

Quadro 14 - Cursos na modalidade ensino médio integrado

Cursos <i>campus</i> São Paulo	Ano do PPC
Qualidade	2008
Eletrônica	2015
Eletrotécnica	2015
Informática	2015
Mecânica	2022*
Desenvolvimento de sistemas	2023*
Sistema de energias	Indisponível
Telecomunicações	Indisponível

Fonte: Site institucional do IFSP (2023)

*Destaque para cursos que sofreram reformulação nos PPC.

Dos cursos ofertados no IFSP *campus* São Paulo, dentre os disponíveis para consulta, apenas dois tiveram seus PPC reformulados, conforme apresentado no Quadro 14. No caso, o curso integrado de Desenvolvimento de Sistemas e o curso integrado de Mecânica.

Na consulta aos PPC dos cursos técnicos integrados ao ensino médio de Desenvolvimento de Sistemas e de Mecânica, foi possível perceber que a biblioteca se encontra descrita no item 14- Biblioteca. Trata-se da caracterização do local e dos serviços prestados à comunidade acadêmica, como empréstimos, devoluções, consultas ao acervo, renovação, elaboração de fichas catalográficas, orientações aos usuários e disponibilização de normas acadêmicas para realização de trabalhos.

Quando trata do acervo da biblioteca é informado que este se encontra automatizado e disponível por meio de endereço eletrônico (<http://pergamum.biblioteca.ifsp.edu.br/>). O acervo segue a política de desenvolvimento de coleções que norteia as atividades das bibliotecas do IFSP em relação às suas coleções e os objetivos institucionais.

Observou-se nos PPC pesquisados que foi informado sobre o acesso a acervos digitais, eletrônicos e virtuais para a comunidade, sobretudo os que estão disponíveis no Portal de Periódicos da Capes e suas inúmeras possibilidades de acesso à informação científica. Além de acesso às normas da ABNT e da Associação Mercosul de Normalização (AMN) por meio da plataforma Target³⁴, importante instrumento para o desenvolvimento de ações institucionais e pesquisas no IFSP.

³⁴A plataforma *Target GEDWeb*, um sistema de gestão de normas e documentos regulatórios, reúne normas da ABNT e do Mercosul, bem como de órgãos reguladores nacionais (PUC-SP,2024).

A biblioteca disponibiliza um acervo de livros digitais que abordam mais de 40 áreas do conhecimento, tais como: administração, marketing, economia, direito, educação, filosofia, engenharia, computação, medicina, psicologia, dentre outras, com acesso a diversas editoras, o que contribui para ampliação do acesso ao conhecimento.

Nos PPC dos cursos pesquisados são fornecidas informações sobre a equipe que compõe a biblioteca, que conta com bibliotecários e servidores assistentes em administração e sobre o regulamento que orienta as ações realizadas neste setor, aprovado por meio da Portaria n. 1612 de 07 de maio de 2019.

Observa-se desta forma indícios de políticas de informação na construção destes PPC quando encontramos informações sobre políticas públicas de Ciência e Tecnologia, sobretudo por meio do incentivo ao acesso a esses portais, como no caso do portal de periódicos da Capes que oferece a disponibilização do acesso através do site da biblioteca.

Complementando as informações encontradas nos PPC, em consulta ao *site* institucional da biblioteca do IFSP *campus* São Paulo, foi identificado informações sobre o horário de atendimento, o contato, a equipe que faz parte do setor, o catálogo *online*, o acesso ao sistema de automação, os *links* de acesso a conteúdos informacionais, a apresentação da biblioteca, ao acervo, ao regulamento, a serviços que a bibliotecas oferece, os tutoriais e manuais de utilização de serviços.

Como já mencionado em trechos anteriores deste trabalho, o acesso por si só não garante a apropriação da informação e do conhecimento. É nesse momento que a infoeducação se faz necessária como uma ação de educação constante e contínua para o uso crítico, criativo e ético da informação.

Pode-se perceber que a identificação de indícios de algumas políticas de informação dentro dos PPC já se mostra como um diferencial dentro desse instrumento de política pública. É óbvio que se faz necessário ações no sentido de materializar tais políticas. Aun (1999, p. 3) destaca que “A construção de uma política de informação implica o que é verdadeiramente prioritário: a articulação de medidas para que a sociedade se desenvolva de forma justa e democrática”.

Na região Sul do país, o estado com maior número de *campi* do Instituto Federal é o estado do Paraná, porém ao realizar a pesquisa nos PPC dos cursos integrados ao ensino médio do Instituto Federal do Paraná (IFPR) *campus* de Curitiba, seguindo o critério de escolha da capital, observou-se que os PPC ainda não haviam sido reformulados de acordo com o novo ensino médio até o momento de nossa pesquisa (outubro de 2023), dessa forma seguindo o critério de reformulações nos PPC, foi escolhido, o segundo estado com maior

número de institutos, o estado de Santa Catarina, e a instituição escolhida foi o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), situado na capital Florianópolis.

O IFSC foi criado por meio da Lei 11.892/2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, formada por 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Assim, o CEFET-SC transformou-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) (Brasil, 2008).

De acordo com dados do portal institucional do IFSC, esta instituição oferta cursos em mais de 30 polos de apoio presencial em Santa Catarina e nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. Assim, o IFSC possui um total de 22 *campi* implantados, sendo espalhados nas regiões sul, região metropolitana, oeste, central e norte, e os *campi* são: Araranguá, Criciúma e Tubarão, Florianópolis, Florianópolis-Continente, Garopaba, Palhoça Bilíngue e São José, Chapecó, São Carlos, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste e Xanxerê, Caçador, Canoinhas, Lages e Urupema, Gaspar, Itajaí, Jaraguá do Sul - Centro e Rau e Joinville. No Tabela 8 é possível visualizar os dados acadêmicos do IFSC.

Tabela 8 - Dados acadêmicos do IFSC

Dados acadêmicos e institucionais	Quantidade
Unidades	22
Matrículas	47.430
Vagas	21.984
Cursos	512
Inscritos	66.065
Ingressantes	18.144
Concluintes	8.345
Servidores	2.528

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2022) Portal da Transparência do Governo Federal (2023).

O *campus* Florianópolis é o mais antigo da instituição e foi o que deu origem a toda a Rede IFSC. Inaugurado em 1910 como escola de Aprendizes Artífices, desde o começo teve seus cursos voltados a suprir a necessidade de mão de obra específica para a Grande Florianópolis. Além da formação profissional, o *campus* Florianópolis oferece formação integral de seus alunos como cidadãos, como aulas de teatro, coral e orquestra, além de editais específicos para pesquisa e extensão. Os estudantes são incentivados a terem autonomia, com trabalhos semestrais, chamados de Projetos Integrados, nos quais o aluno precisa aplicar o conhecimento adquirido em todas as disciplinas, um diferencial do ensino do IFSC (Brasil, 2023).

O IFSC *campus* Florianópolis oferta seis cursos na modalidade integrado ao ensino médio. Em consulta aos PPC disponíveis por meio do portal institucional, observou-se que apenas um curso passou por reformulações seguindo a nova reforma do ensino médio, o curso de Eletrotécnica, como apresentado no Quadro 15 a seguir.

Quadro 15 - Cursos na modalidade ensino médio integrado a cursos técnicos do IFSC *campus* Florianópolis

Cursos <i>campus</i> Florianópolis	Ano do PPC
Edificações	2014
Eletrônica	2014
Eletrotécnica	2020*
Mecatrônica	Indisponível
Química	2014
Saneamento	2014

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

*Destaque para cursos que sofreram reformulação nos PPC.

A biblioteca encontra-se no item 5 do PPC – instalações e equipamentos. Essa seção se dedica especificamente sobre instalações físicas dos laboratórios do *campus* e sobre a biblioteca. Quando trata da biblioteca, o PPC apresenta informações sobre localização do setor, objetivos, área útil do setor, acervo, horários de atendimento, principais serviços, bases de dados digitais, sistema integrado de bibliotecas que pode ser acessado por meio do *site* (<https://biblioteca.ifsc.edu.br/index.html>).

As informações sobre a biblioteca descritas de forma breve no PPC impossibilitaram de identificar se existem de fato implementação e realização efetiva de alguma política de informação e infoeducação na biblioteca do *campus* Florianópolis.

Em consulta ao *site* da biblioteca (<https://www.ifsc.edu.br/web/campus-florianopolis/bibliotecas>) foi possível verificar informações básicas deste ambiente como horário de funcionamento da biblioteca, informações sobre produtos e serviços presenciais oferecidos pela biblioteca, *links* de acesso a acervos virtuais, ao portal de periódicos, treinamentos oferecidos pela biblioteca e algumas informações sobre os serviços prestados pela biblioteca a sua comunidade.

Dessa forma, a consulta ao PPC do curso mostrou insuficiente para constatar se de fato a biblioteca vem desenvolvendo ações e políticas de informação de forma efetiva. A pesquisa no *site* da biblioteca foi importante para observar algumas iniciativas no sentido de implementar políticas de informação mesmo que de forma tímida e com divulgação limitada.

Para Neves; Aguiar (2017, p.73), “As políticas públicas de informação podem ser consideradas instrumentos de democratização do acesso à informação e ao conhecimento”.

Instrumentalizadas e acessíveis por meio de bibliotecas e centros de informação e formação, oferecem oportunidade de construir novos rumos para a contemporânea sociedade marcada pelo uso e aplicação da informação.

Tais perspectivas evidenciam cada vez mais a necessidade de educação constante para o uso da informação. No contexto desafiador em que a sociedade se encontra, onde o avanço da tecnologia digital tem apresentado mudanças constantes, é premente um novo indivíduo que seja capaz de estar envolvido nesta dinâmica e que não se deixe dominar de forma inconsciente, inconsequente e opressora pela falta de educação crítica e libertadora. É o que Freire (2011) chama de superação por meio da dialogicidade, reflexão e de práxis libertadora.

6.2 As políticas de informação e infoeducação na base nacional comum curricular

Livros e bibliotecas sempre fizeram parte do processo de ensino aprendizagem (Silva; Cunha, 2016). Embora esta afirmação seja um tanto óbvia, infelizmente a luta para que o equipamento informacional biblioteca esteja presente nos documentos legais que regem a educação, a exemplos dos PPC dos cursos, da BNCC e da LDBN ainda se apresenta como um desafio para a educação e a Ciência da Informação.

Dentre os documentos legais e normativos que regem a educação básica e os currículos escolares para a educação infantil, ensino fundamental e o ensino médio, conta-se com a BNCC, que “é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (Brasil, 2017).

A BNCC é uma norma vinculada à implementação da reforma no ensino médio (Silva, 2018). Dessa forma, a Lei 13.415/17 determina que “o currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos”, determinação que passa a compor o Art. 36 da LDBN e ainda:

Art. 35A.: A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento:

I linguagens e suas tecnologias;

II matemática e suas tecnologias;

III ciências da natureza e suas tecnologias;

IV ciências humanas e sociais aplicadas (Brasil, 2017).

Seguindo a investigação deste trabalho sobre as políticas de informação e infoeducação nos documentos legais que regem o novo ensino médio, foi necessário investigar se a BNCC aborda em seu texto a necessidade do equipamento informacional biblioteca, informações sobre o desenvolvimento da leitura, a pesquisa e os profissionais que trabalham no ambiente da biblioteca, a saber, os bibliotecários e demais membros da equipe.

Ao consultar sobre a presença da biblioteca na BNCC foram encontrados apenas dois resultados que remetem a presença deste equipamento informacional nas escolas. A primeira menção está no tópico: **A área de ciências humanas**.

Esse tópico defende que sejam valorizadas as experiências e os ambientes que podem proporcionar vivências aos estudantes, em diferentes espaços educativos extra sala de aula (Duarte, 2021).

Assim de acordo com a BNCC,

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, é importante valorizar e problematizar as vivências e experiências individuais e familiares trazidas pelos alunos, por meio do lúdico, de trocas, da escuta e de falas sensíveis, nos diversos ambientes educativos (bibliotecas, pátio, praças, parques, museus, arquivos, entre outros) (Brasil, 2017, p.355).

O segundo trecho da BNCC faz referência à biblioteca no Processo de alfabetização – e se relaciona as habilidades do estudante em “Selecionar livros da biblioteca e/ou do cantinho de leitura da sala de aula e/ou disponíveis em meios digitais para leitura individual, justificando a escolha e compartilhando com os colegas sua opinião, após a leitura” (Brasil, 2017).

Apesar da referência a BNCC estar direcionada ao ensino fundamental, entende-se que a biblioteca escolar é um equipamento imprescindível e indispensável dentro das instituições escolares para fortalecer todo o processo de educação básica, seja no ensino fundamental ou no ensino médio. Para consolidar tal proposição compreende-se que se faz necessário políticas e ações governamentais no sentido de mobilizar recursos financeiros para investimento e valorização deste equipamento.

Convém ressaltar o que Gasque (2012) chama de colaboração entre bibliotecários e professores, ou seja, de infoeducadores, para que na prática o desenvolvimento de ações em conjunto possa ser mais bem direcionado ao ensino e a aprendizagem em forma de parceria, não de subordinação, mas de colaboração mútua como afirmam Perrotti; Pieruccini (2007).

A garantia explícita por meio das políticas de educação da oferta de espaços dentro da escola, como bibliotecas, possibilita aos discentes uma formação mais completa, menos

reducionista, mais diversificada e humanizadora. Oferece a possibilidade de desenvolver melhor capacidade crítica perante a imensidade de informações disponíveis em diversos formatos, além da apropriação de saberes e de novos conhecimentos.

Sobre a questão da leitura, compreende-se que promover e incentivar a leitura são algumas das funções da biblioteca, apesar do conceito de leitura mencionado no documento legal da BNCC não estar ligado às funções da biblioteca nesses aspectos, o que deveria ser um tanto óbvio, devido a esta peculiaridade secular do equipamento biblioteca como um agente rico na promoção dessa experiência.

Duarte (2021, p. 41) afirma que “a palavra leitura na BNCC é citada 461 vezes. Pela importância dada ao conceito, intrinsecamente a figura do bibliotecário deve fazer parte na construção desta habilidade que permeia a vida do indivíduo durante toda a sua trajetória, incluindo a escolar”.

A leitura no contexto da BNCC se refere a um sentido mais amplo do termo, dizendo respeito não somente ao texto escrito, mas a outras características que este apresenta como as imagens estáticas (foto, pintura, desenho, esquema, gráfico, diagrama) ou em movimento (filmes, vídeos etc.) e ao som (música), que acompanha e cossignifica em muitos gêneros digitais (Brasil, 2017).

É importante destacar que a leitura no âmbito da sociedade contemporânea se apresenta sob diversos formatos e podem ser disponibilizados por meio das tecnologias digitais de informação. Acrescenta-se a isso a importância do papel mediador do bibliotecário, como um agente que pode desenvolver diversas atividades a exemplo do letramento informacional, que possui dentro os vários objetivos formar indivíduos conscientes e cidadãos críticos com leitura de mundo.

A participação dos estudantes em atividades de leitura com demandas crescentes possibilita uma ampliação de repertório de experiências, práticas, gêneros e conhecimentos que podem ser acessados diante de novos textos, configurando-se como conhecimentos prévios em novas situações de leitura. O contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros (Brasil, 2017, p. 42).

Observa-se que o papel educativo da biblioteca com sua potencial prestação de serviços de educação para o uso da informação mais uma vez não está referenciado nesse trecho da BNCC supracitado, que trata especificamente de leitura. A omissão da biblioteca na BNCC em trechos que falam exclusivamente da leitura torna as discussões em torno da

importância desse equipamento informacional para a educação cada vez mais enfraquecida. Ainda neste contexto soma-se a isso a lentidão na implantação da Lei 12.244 de 24 de maio de 2010 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País (vide capítulo introdutória desta Tese), inviabilizando a legitimação e o reconhecimento do equipamento biblioteca para um melhor desempenho da educação.

Já sobre o item pesquisa na BNCC, aparece inicialmente em trechos que falam sobre o eixo leitura e práticas de linguagem.

O Eixo Leitura compreende as práticas de linguagem que decorrem da interação ativa do leitor/ouvinte/espectador com os textos escritos, orais e multissemióticos e de sua interpretação, sendo exemplos as leituras para: fruição estética de textos e obras literárias; pesquisa e embasamento de trabalhos escolares e acadêmicos; realização de procedimentos; conhecimento, discussão e debate sobre temas sociais relevantes; sustentar a reivindicação de algo no contexto de atuação da vida pública; ter mais conhecimento que permita o desenvolvimento de projetos pessoais, dentre outras possibilidades (Brasil, 2017, p. 71).

Em outro trecho da BNCC, ao se referir a pesquisa, esclarece esse tema focando no tratamento da informação a ser recuperada/pesquisada e no uso das tecnologias, elemento tão presente na cultura dos estudantes na contemporaneidade. Dessa forma,

A pesquisa, além de ser mais diretamente focada em um campo, perpassa todos os outros em ações de busca, seleção, validação, tratamento e organização de informação envolvidas na curadoria de informação, podendo/devendo também estar presente no tratamento metodológico dos conteúdos. A cultura digital perpassa todos os campos, fazendo surgir ou modificando gêneros e práticas (Brasil, 2017, p. 85).

Mais uma vez percebe-se que a figura do profissional bibliotecário não foi mencionada, mesmo quando se refere ao tratamento e organização da informação, itens tão presentes na profissão e relacionados ao fazer do bibliotecário. Parece que existe um desconhecimento da atuação dos bibliotecários nesse âmbito da seleção, tratamento, organização e recuperação da informação, fases intrinsecamente ligadas à pesquisa.

Para o domínio da informação, se faz necessário desenvolver habilidades (Le Coadic, 2008). A biblioteca, seja ela escolar, universitária, pública ou particular, é local de prática educativa, de pesquisa escolar, acadêmica ou científica, em conjunto com a escola e configura o que Perrotti e Pieruccini (2011) chamam de instituições educativas, indispensáveis a trama sociocultural complexa e dinâmica que envolve a apropriação da informação.

Nesse caso fica claro que não se pode pensar em pesquisa sem envolver bibliotecas ou bibliotecários. A presença dessas temáticas de forma desconectadas ou inexistentes nos documentos legais que são bases para educação no Brasil, apenas reforça o desinteresse ou

desconhecimento de como este equipamento informacional pode impactar positivamente na qualidade e no desenvolvimento do ensino.

Nesse sentido, a ausência de políticas educacionais que incentivem a pesquisa atrelada à biblioteca e ao bibliotecário conseqüentemente demonstra a necessidade do desenvolvimento de políticas de informação. A biblioteca que participa do processo de ensino-aprendizagem do estudante colabora com desenvolvimento de habilidades para a pesquisa. Passos (2013, p. 27) corrobora sobre a importância do desenvolvimento da pesquisa nas bibliotecas.

A pesquisa apresenta-se como uma das chaves para conexão dos sujeitos com os universos signícos e informacionais, com dispositivos informacionais, com dispositivos educacionais e culturais, suas semiologias, relações e práticas nos processos de conhecimento e, portanto, constitui-se aspecto central incluso em programas de ‘educação para informação’ (grifo do autor).

É necessário enfatizar que muitas vezes as escolas não dispõem do equipamento informacional biblioteca e quando disponibilizam é um ambiente denominado de sala de leitura gerido por um profissional readaptado, normalmente um professor que está afastado de suas funções em sala de aula por motivo de saúde. Embora a BNCC contemple a pesquisa escolar em seu texto em diversos momentos, ela equivoca-se ao deixar de lado elementos indispensáveis ao desenvolvimento da mesma, que são as bibliotecas e os bibliotecários, quando são devidamente habilitados para tal objetivo, com a finalidade de desenvolver nos sujeitos o protagonismo social e autonomia perante o uso da informação em diversos suportes e formatos.

Em tempos de desinformação e suas conseqüências como é o caso das *Fake News*, se enfatiza cada vez mais a necessidade de aprender a pesquisar, considerando o uso de fontes seguras e confiáveis de informações, de observância de autoria dos conteúdos, habilidade com o uso de ferramentas de checagem e mais ainda, capacidade crítica de avaliar as informações antes de compartilhar.

A infoeducação considera a possibilidade de desenvolver nos sujeitos o protagonismo social, ou seja, a capacidade de ser autônomo perante as demandas informacionais. Segundo esta compreensão, Perrotti (2017, p.15) acrescenta que ser protagonista “Significa resistência, combate, enfrentamento de antagonismos produzidos pelo mundo físico e/ou social e que afetam a todos”.

Nesse sentido fica claro que não se educa protagonistas sem um conjunto de elementos, ambientes, recursos, pessoas, saberes e fazeres. Nessa dinâmica foi necessário

identificar se existiam dentro do documento da BNCC informações sobre a presença (ausência) do profissional bibliotecário.

Na busca por informações sobre os bibliotecários no documento da BNCC, não foi identificado nenhuma menção no texto, nem quando se refere a bibliotecas, mostrando que esse profissional sofre de invisibilidade em um documento de tão grande importância para a educação no país.

Para Duarte (2021, p. 40), [...] “ao se analisar a Base Nacional Comum Curricular, percebe-se que a cultura da invisibilidade do bibliotecário mais uma vez se fortalece de maneira institucionalizada e governamental. Como já adiantado, não há menção sobre o bibliotecário no documento em questão”.

Diante deste quadro de invisibilidade do profissional bibliotecário que conta com a regulação do exercício de sua profissão desde 1962, por meio da Lei 4.084/62, e dispõe de um número expressivo de entidades representativas, como é o caso do CFB e dos Conselhos regionais de Biblioteconomia, entidades sindicais, federação e associações, destaca-se a falta de reconhecimento desses profissionais em documentos norteadores da educação como um fator que enfraquece de forma significativa o desenvolvimento de políticas de informação nas instituições de ensino e conseqüentemente prejudica a formação integral do estudante que precisa ser atendido por um coletivo de profissionais, que auxiliam na sua formação plena.

A formação humana integral, como já visto no capítulo terceiro desta tese é aquela que é capaz de desenvolver todas as potencialidades no indivíduo (Saviani, 2022). A articulação que proporcione o desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial afetivo, (Frigotto, 2012b) se faz nos diversos espaços que compõem a escola, seja por meio do ensino, da pesquisa da extensão curricular do desenvolvimento de saberes.

Com isso reforça-se a importância de um processo educativo que envolva pensar elementos que contribuam para essa formação por meio do entrelaçamento de práticas dos diversos profissionais que compõem o processo de aprendizagem, tais como, professores, pedagogos, bibliotecários dentre outros profissionais que podem contribuir com seu conhecimento para uma educação de qualidade.

6.3 Entrevistas com os bibliotecários gestores dos Institutos Federais do Brasil

A entrevista foi aplicada a cinco bibliotecários que ocupam o cargo de gestores/coordenadores³⁵ nas bibliotecas pesquisadas, ou seja, em todas as regiões do Brasil, uma de cada estado. O tempo de duração de cada entrevista foi de aproximadamente uma hora e meia. Os procedimentos envolveram uma apresentação inicial pela entrevistadora sobre os objetivos da entrevista e a dinâmica de funcionamento das perguntas. Assim, cada bibliotecário deveria responder as indagações, caso houvesse alguma dúvida poderia interromper a pesquisadora para os devidos esclarecimentos. Toda entrevista foi registrada em um aplicativo de gravação de voz, *Open Broadcaster Software*³⁶ (OBS Studio), e transcrita mantendo todas falas originais dos depoentes de modo que o material coletado pode ser analisado de forma integral posteriormente.

A entrevista foi dividida em quatro partes. A primeira parte se refere ao perfil dos bibliotecários respondentes (**Apêndice A**) que atuam nas bibliotecas dos Institutos Federais pesquisados, originários dos estados do Amazonas, Mato Grosso, Ceará, São Paulo e Santa Catarina. Os dados sobre o perfil dos respondentes indagava sobre gênero, faixa etária, nível de escolaridade, quanto tempo de atuação estar no serviço público, e quanto tempo de atuação na biblioteca do Instituto Federal.

As informações sobre o perfil dos entrevistados foram sintetizadas no Quadro 16, a seguir:

Quadro 16 - Caracterização do perfil dos sujeitos da pesquisa

Entrevistados	Gênero	Faixa etária	Nível de escolaridade	Tempo no serviço público	Tempo na Biblioteca do IF
E01	Masculino	29 a 39 anos	Mestrado	Mais de 10 anos	Mais de 10 anos
E02	Masculino	29 a 39 anos	Mestrado	5 a 10 anos	5 a 10 anos
E03	Feminino	29 a 39 anos	Mestrado	Mais de 10 anos	Mais de 10 anos
E04	Masculino	40 a 50 anos	Especialização	5 a 10 anos	5 a 10 anos
E05	Feminino	40 a 50 anos	Especialização	Mais de 10 anos	5 a 10 anos

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

³⁵ São competências dos coordenadores de bibliotecas, dentro outras a de: Administrar, planejar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades necessárias ao funcionamento adequado das seções da Biblioteca; Propor políticas e procedimentos que visem ao desenvolvimento de suas respectivas áreas de atuação (IFBA, 2020, local.1).

³⁶ *Open Broadcaster Software* é um programa de streaming e gravação gratuito e de código aberto mantido pelo OBS Project. O programa tem suporte para o Windows 10 e posterior, *macOS* 11.0 e posterior e *Ubuntu* 20.04 e posterior. O software foi utilizado apenas como gravador de voz.

Na pergunta que indagava sobre o gênero dos entrevistados, três deles se identificaram no gênero masculino (60%) e duas no gênero feminino (40%). A pesquisa revelou uma quantitativo maior relacionado ao gênero masculino em detrimento do gênero feminino.

Salientamos que, apesar da profissão de Biblioteconomia ser ocupada majoritariamente pelo gênero feminino (Escalante; Malman; Coutinho, 2021, p. 6), não obstante, o ingresso cada vez maior do gênero masculino nos cursos de graduação na área, Walter e Baptista (2007, p. 32) pontuam que o seu desenvolvimento esteve sempre unido “[...]a uma atividade essencialmente exercida por mulheres [...]”, o que acentua outros estereótipos vinculados ao gênero feminino como: a associação de mulheres a profissões não competitivas, que demandam comportamentos e atitudes relacionadas à ordem, ao cuidado e ao servir (Walter e Baptista, 2007).

Destaca-se que estereotipar a profissão como sendo exclusiva do gênero feminino, gera outros impactos negativos para a área, que refletem “[...]tanto na mulher bibliotecária quanto no reconhecimento social da profissão” (Escalante; Malman; Coutinho, 2021, p.4). Dessa forma, os autores supracitados reforçam que, com o decorrer dos anos e o crescimento da área de Biblioteconomia, sobretudo no que diz respeito ao aumento no número de concursos públicos, é notável também a procura de universitários de outros gêneros nos cursos de graduação e atuação na profissão de bibliotecário. E ainda, sobre a questão de atuação no mercado de trabalho, emprego e gênero, é pertinente observar as colocações de Sampaio e Lima (2018, p.35) ao esclarecerem que,

[...] ao tratar-se de mulheres cisgênero, é patente afirmar que o mercado de trabalho é, ainda, campo majoritariamente masculino. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a diferença de ocupação de postos de trabalho entre homens e mulheres é de 26,5%, além disso, os desafios da jornada dupla, ou tripla (mulheres que tem atribuições domésticas e maternais paralelas ao trabalho remunerado) tornam-se, muitas vezes, empecilho na hora da contratação, gerando, em certas ocasiões, na diferença salarial, pouca perspectiva de promoção ou de ingresso em cargos de destaque ou chefia, entre outras questões.

Observa-se por meio das colocações das autoras, as dificuldades ainda enfrentadas por mulheres em pleno século XXI. Quando a questão é mercado de trabalho, reforça-se que a consolidação da mulher no mercado e a perspectiva de crescimento profissional ainda são grandes obstáculos, apesar dos estudos sobre estatística de gênero e indicadores sociais das mulheres no Brasil do IBGE (2021) apontarem que houve ampliação nas políticas sociais para mulheres, principalmente relacionadas as área da saúde e da educação, porém entende-se que

ainda não é suficiente para situá-las no mesmo patamar de igualdade masculina, principalmente quando se fala de mercado de trabalho, conforme ressalta Lima (2022).

Nesse sentido, considerando todos esses aspectos, se faz necessário reforçar a necessidade de estudos mais aprofundados sobre gênero, especificamente por ser uma temática tão emergente e atual que carece de reflexão e ação constante no sentido de contribuir para transformação da sociedade e torná-la mais justa e igualitária, o que evidencia a necessidade de políticas públicas e sociais cada vez mais direcionadas ao rompimento das relações de poder e das desigualdades sociais.

Com relação à faixa etária dos depoentes da pesquisa, como apresentado no Quadro 16, observou-se que três deles (60%) estão entre 29 e 39 anos, enquanto dois (40%) estão entre 40 e 50 anos. Quando questionado sobre o nível de escolaridade dos bibliotecários, três (60%) dos profissionais indicaram possuir o grau de mestre, enquanto dois (40%) possuem especialização.

Ressalta-se que a eficiência no serviço público demanda profissionais qualificados a fim de oferecer melhores serviços, mais eficientes e mais eficazes ao público que atendem de tal forma que, ao que tudo indica, os bibliotecários pesquisados estão atentos a sua formação continuada. Sobre tais questões, Miranda; Solino (2006) acrescentam que o profissional da informação, como qualquer outro, precisa manter interesse em buscar caminhos que garantam sua qualificação e atualização para o enfrentamento às crescentes e contínuas demandas do mercado de trabalho.

A pesquisa revela ainda outro dado importante sobre os bibliotecários, referente ao tempo de exercício no serviço público e ao tempo de atuação na biblioteca do Instituto Federal. A maioria possui bastante tempo no serviço público e na biblioteca dos IFs na função de bibliotecários, isto é, 60%, estão há mais de 10 anos no serviço público e biblioteca, enquanto 40% estão entre 5 e 10 anos, no serviço público e biblioteca, o que é considerado um tempo de atuação razoável. Tais informações são relevantes porque demonstram a experiência dos profissionais no campo de atuação e no âmbito das instituições pesquisadas.

Assim, tem-se o perfil da maioria dos entrevistados, formado por profissionais do gênero masculino (60%), com idade entre 29 e 39 anos (60%), que possui nível de escolaridade mestrado (60%), e está há mais de 10 anos no serviço público (60%) e na biblioteca do Instituto Federal (60%).

A quantidade de entrevistados não é estatisticamente significativa para inferir que existe uma maior quantidade de homens bibliotecários nos Institutos Federais do Brasil, apenas demonstram que a maioria dos entrevistados se identifica no gênero masculino.

Porém, observa-se que houve um aumento da presença masculina ao longo dos anos nos cursos de Biblioteconomia (Pires, 2016). Apesar da alta feminilização dos cursos dessa área no País³⁷ (Pires, 2016), reforça-se que o surgimento de algumas tendências ligadas a área de Biblioteconomia após os anos de 1980, principalmente relacionadas às tecnologias e a administração/gestão de bibliotecas, pode ter impulsionado uma maior procura do gênero masculino pelos cursos de Biblioteconomia.

Compreende-se pelo perfil traçado que os bibliotecários dos Institutos Federais pesquisados estão procurando uma formação continuada por meio de qualificação a nível de mestrado, essa é uma tendência dentro do serviço público, uma vez que a qualificação *latu* ou *stricto sensu* além de contribuir com a formação profissional, ajudam a melhorar a remuneração do servidor público, por isso apresentam um certo atrativo. E o dado que está relacionado ao tempo de serviço razoável nas instituições e cargos podem ser creditadas a fatores de estabilidade e vitalidade que os postos de trabalhos por meio de concursos públicos garantem em instituições do Estado (Weber, 2009).

Após os dados sobre o perfil dos entrevistados, a seguir os resultados qualitativos apresentados se referem a segunda parte da entrevista semiestruturada são apresentados, analisados e discutidos à luz da análise de conteúdo, cada eixo da entrevista referente a segunda, terceira e quarta parte serão analisados separadamente do modo a oferecer uma melhor compreensão do conteúdo apresentado. Ao final são apresentadas as diretrizes para construção do instrumento de infoeducação baseado na percepção dos entrevistados.

6.3.1 As Políticas de informação e políticas de educação nos Institutos Federais de Educação

A segunda parte da entrevista para os bibliotecários engloba questões relacionadas às categorias: políticas de informação e políticas de educação nos Institutos Federais de Educação no Brasil. Ela contém 10 subitens que aludem sobre às reformas educacionais de 2016 e 2017, presentes na Lei 13.415/2017 e a na Emenda Constitucional 95/2016.

As reformas educacionais materializadas por meio dos dispositivos legais supramencionados trouxeram uma série de mudanças nos componentes curriculares que compõem o novo ensino médio, “[...]propondo novas forma de organização curricular e mudanças no financiamento público da educação” (Paixão, 2023, p.6).

³⁷Apontamos esse dado com base nos estudos de (Pires, 2016) porém reforçamos a necessidade de estudos específicos sobre a temática de gênero para compreender a natureza dessa femilidade se é de corpos cis e de corpos trans feminino.

É importante ressaltar que, dentre os questionamentos dos estudiosos da educação a exemplo de Motta; Frigotto (2017) sobre a necessidade de aprovação de uma nova reforma do ensino médio de forma aligeirada, estava o fato de não ter havido diálogo e escuta da comunidade escolar sobre o tema. Kuenzer, (2017) Ferretti e Silva (2017), Moura e Bennachi (2021) questionam os argumentos apresentados na proposta do novo ensino médio e a forma autoritária, ressaltando que tal proposta foi estruturada e apresentada por meio de uma Medida Provisória (MP, 746/2016), com pouco ou nenhum diálogo com a comunidade acadêmica e escolar, resultando em um certo desconhecimento sobre o que as mudanças poderiam ocasionar para a vida dos jovens que estão na última etapa da educação básica.

Desta forma foi questionado aos bibliotecários se eles tinham conhecimento sobre o assunto, reforma do ensino médio, e de que forma tomaram conhecimento e assim as respostas estão elencadas a seguir:

Não tenho conhecimento dos materiais **(E01)**.

Como é que posso dizer? Não me aprofundi no assunto, mas claro que eu ouvi falar né (*sic*) na televisão **(E02)**.

Eu confesso que eu to um pouco assim, alienada, só vi na TV e ai, por conta da entrevista eu fui atrás de buscar novas informações na *Internet* e vi que o governo começou a implementar agora em 2022 que era o prazo né (*sic*), pra começar **(E03)**.

Quando eu li isso eu vi que tem mais a ver com ensino em sala de aula, e não com a biblioteca **(E04)**.

Eu tenho pouco conhecimento, não é aprofundado e eu tomei conhecimento aqui mesmo no local de trabalho, sobras essas mudanças e pela *internet*. **(E05)**

Observa-se nos depoimentos dos bibliotecários entrevistados certo desconhecimento sobre a reforma do ensino médio. Tal fato merece atenção, pois afeta diretamente a condição de trabalho desses profissionais e revela um cenário caracterizado pela falta de diálogo e ausência de debates sobre as mudanças que vem sendo operadas no cenário educativo, notadamente sobre o tema da reforma do ensino médio. É perceptível por meio das falas dos bibliotecários que o tema, reforma do ensino médio, chegou para eles de forma superficial, pela TV, ou pela *Internet*, sem um maior aprofundamento ou diálogo mais específico sobre o assunto. Os Institutos Federais de Educação ofertam dentre as modalidades de ensino, a educação básica, técnica e tecnológica. Dessa forma, as mudanças provocadas pelo novo ensino médio e as implicações para educação básica refletem na oferta do ensino de qualidade também nessa modalidade de ensino.

A escuta dos profissionais investigados sobre como as mudanças ocorridas no novo ensino médio, por meio da Lei 13.415/2017 e a Emenda constitucional 95, implicam no seu fazer profissional, neste sentido é essencial para contribuir com o debate e com a luta dos profissionais da educação por melhores condições para o ensino, que vão além do plano curricular. A educação que se propõe intervir na realidade do sujeito e transformá-la, ou seja, a educação que se propõe a ser problematizadora se faz por meio do diálogo e da reflexão, como pontua Freire (2011).

Ao mesmo tempo em que predomina a ausência de diálogos com a comunidade (profissionais da educação, pais e alunos, etc.) do que venha ser de fato a nova reforma do ensino médio, se faz necessário avançar no debate sobre as condições materiais e de infraestrutura em que as escolas se encontram, pois, tais condições fazem parte das questões centrais que afetam a educação básica no país, como a falta de estruturas básicas que garantam o bom funcionamento das escolas públicas.

Nesse contexto Moura; Lima Filho (2017, p. 119), ao analisarem a nova reforma, apontam que “a ausência de instalações físicas adequadas, bibliotecas, laboratórios, espaços para a prática esportiva e de atividades artístico-culturais, são fatores negligenciados na nova reforma, onde o foco está apenas na organização curricular e na oferta de itinerários formativos”. E reforça que tais elementos não se encontram presentes no texto da nova reforma.

As reformas são um conjunto de políticas públicas que direcionam ou limitam por meio dos dispositivos legais investimentos para educação e tais efeitos reverberam nos Institutos Federais, que são escolas públicas que recebem investimentos da União para se manterem e desenvolverem seus projetos e políticas institucionais.

A partir de tal perspectiva, foi questionado aos bibliotecários se eles consideram que as políticas educacionais materializadas nas reformas têm refletido no desenvolvimento de políticas de informação. A fala dos bibliotecários a seguir registram suas percepções sobre o fato:

Não... (E01)

Sim, porque a partir do momento que existe esse tipo de leis, decretos, né (*sic*) esses, como é que posso dizer...Uma política quando é modificada, ela influencia diretamente nas bibliotecas, principalmente porque a gente que é do Instituto Federal, a gente tá direcionado né, pro ensino. Então mudanças que atingem o ensino, automaticamente vão influenciar nas atuações das bibliotecas (E02).

Eu acredito que não, não chegou ainda lá na biblioteca (E03).

Assim... que creio que não (E04).

Não têm, como tá na política mesmo, ou como tá na Lei não tem (E05).

Observa-se que a maioria dos entrevistados apresentaram um certo desconhecimento sobre as relações entre políticas públicas educacionais e seus reflexos para as bibliotecas no que se refere às políticas de informação e as mudanças curriculares, pedagógicas e estruturais no ensino. A biblioteca encontra-se ligada ao ensino nos Institutos Federais e qualquer mudança que o ensino venha sofrer, reflete nas atividades que a biblioteca oferece de alguma forma.

As bibliotecas dos Institutos Federais são consideradas como importantes equipamentos informacionais e podem atuar na educação básica por meio do desenvolvimento de metodologias para fornecer o acesso e o uso e apropriação da informação, como já visto em Perrotti e Pieruccini (2008). Considera-se as concepções sobre políticas públicas de Neves e Aguiar (2017, p. 73):

As políticas públicas de informação podem ser consideradas instrumentos de democratização do acesso à informação e ao conhecimento e ainda uma forma de legitimar a importância da biblioteca escolar para a construção dos rumos que essa sociedade marcada pela produção, acesso e disseminação da informação, trilhará.

Ainda se destaca Araújo e Vila (2019), que esclarecem que as bibliotecas são importantes aliadas da educação no Brasil, por contribuir fornecendo informações dentro e fora da sala de aula, onde favorecem e colaboram no incentivo à leitura, desenvolvimento de habilidades informacionais, além da formação de outras atividades como pesquisa e extensão.

O ideal seria que as políticas de informação fossem pensadas em conjunto com as políticas de educação, porque, como já foi visto, uma se reflete na outra, podendo trazer inclusive benefícios ou malefícios na aplicação e desenvolvimento para os indivíduos que são afetados por elas, no caso específico da educação básica e pública, dos Institutos Federais e das bibliotecas que estão presentes nesses locais.

Porém o desconhecimento dos bibliotecários gestores sobre o assunto é um fator que demonstra uma necessidade específica de formação continuada desses profissionais para compreender temas tão intrínsecos ao seu espaço de atuação e emergentes no cenário de mudança atual. Destaca-se também a necessidade de que a instituição busque compartilhar e debater com todos os membros que fazem parte de sua comunidade questões que impactam e afetam as políticas e a gestão da educação.

É certo que para a concretização de políticas públicas de educação e de informação se faz necessário investimentos por parte do governo. Portanto, não se pode deixar de reforçar

que, nos últimos anos, a educação pública vem sofrendo com a redução no financiamento cada vez mais frequente (vide capítulo introdutório deste trabalho), o que precariza a oferta e manutenção de algumas atividades básicas desenvolvidas nas instituições de ensino. Sobre isso, quando questionado aos bibliotecários sobre a opinião deles a respeito dos cortes nos recursos públicos para educação, foram expostas as seguintes respostas:

Em relação aos cortes de recursos, acaba afetando muito quem está na ponta, principalmente os técnicos administrativos que são os que mais sofrem tanto na questão orçamentária para os setores, como também a falta de pessoal. Prejudica a prestação de serviços, que são oferecidos porque a gente acaba tendo outra realidade do que o que a gente tinha antes que era um número x de funcionários, e hoje a gente tem um número x menos 10, então foi um corte de metades dos funcionários, que a gente tinha aqui na biblioteca **(E01)**.

Eu acredito que prejudica e muito todas as atividades que a biblioteca desenvolve **(E02)**.

Eu acho bem ruim né (*sic*), porque prejudica bastante as escolas e os Institutos Federais, principalmente e muitos ficaram sem dinheiro pra pagar as contas mais básicas e investimento zero, aí o que mais aconteceu e atingiu a biblioteca foram as compras de livros que é básico para biblioteca crescer, abrindo curso e sem livros pra complementar o que já tem e também os que precisavam das bibliografias novas né, (*sic*) que entraram, estamos aí já com dois anos ou mais sem comprar livro **(E03)**.

Acontece que esses cortes, eles refletem a tônica da manobra política partidária né (*sic*), quanto menos recursos em educação, maior a possibilidade das pessoas serem manipuladas **(E04)**.

Eu vejo como muito prejudicial...**(E05)**.

Para refletir sobre as respostas dos depoentes é preciso considerar que a reforma do ensino médio, Lei 3.415/2017 tem estreita relação com a Emenda Constitucional 95/2016 do teto de gastos, que preconiza redução progressiva dos recursos públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social e possibilita inúmeras consequências para o funcionamento das instituições de ensino.

A queda no orçamento inviabiliza o pleno funcionamento da educação pública. A prova disso é que serviços diversos ficam comprometidos, seja pela falta de pessoal para atender, ou pela falta do próprio material, ou insumo básico, como é o caso citado pela **E04**, sobre a compra de livros, que é “*básico para a biblioteca crescer*”, como foi afirmado em palavras *ipsis littis* pelos bibliotecários em trechos da entrevista.

Para Motta; Frigotto, (2017, p. 366),

A PEC nº 55, aprovada no Congresso Nacional, representa, sem dúvida, as forças sociais que golpearam a democracia brasileira e constitui-se na maior agressão às conquistas de direitos da classe trabalhadora desde o fim da escravidão. Liquida o Estado brasileiro como agente de garantia de direitos universais, dos quais se

destacam o trabalho, a educação, a saúde e a habitação. Uma medida que confirma os argumentos da “urgência” da reforma do Ensino Médio, pois não só o inviabiliza como educação básica de qualidade, como o privatiza por dentro. Assim como vai acabar de privatizar, por mecanismos diversos, as universidades públicas.

Nota-se que a expansão e a manutenção de políticas públicas se tornam inviabilizadas por meio de políticas impopulares como é o caso da Emenda Constitucional 95/2016.

Prova disso é que em maio de 2022, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e Conif, emitiram uma nota oficial afirmando que os cortes orçamentários promovidos desde 2016, sejam nos valores de custeio e investimento, inclusive nos recursos para assistência estudantil, inviabilizam a permanência dos estudantes socioeconomicamente vulneráveis e o próprio funcionamento das Instituições Federais de Ensino, além de afetar a qualidade do ensino e o aumento das desigualdades sociais entre aqueles que têm condições de pagar pelo ensino em detrimento dos que precisam do ensino público para estudar.

Assim de forma ainda mais específica, foi questionado aos bibliotecários se eles consideravam que os cortes nos recursos públicos afetaram ou não a biblioteca em que eles atuam, e os resultados obtidos revelam as seguintes percepções:

Afeta muito, a falta de recursos para aquisição de livros, materiais de expediente, equipamentos básicos como reposição de teclado, mouse, cadeira, mesas e até manutenção dos equipamentos aqui dentro da biblioteca que a gente tem, como, o ar condicionado, o computador, a própria antena antifurto, então isso acaba afetando bastante o nosso trabalho e além disso, o corte no quadro de pessoal, que muitos dos que estavam atuando com a gente eram auxiliares de bibliotecas ou servidores que tinham cargos extintos, pediram exoneração ou se aposentaram, e a gente não teve reposição nenhuma (E01).

A minha opinião é que prejudica o desenvolvimento né (*sic*) e também a questão do crescimento educacional, então quanto mais investimento a gente faz na educação vai influenciar em outras áreas, principalmente no Brasil onde é importante haver pesquisas né (*sic*) (E02).

Sim, principalmente a questão da compra de livros, mas também coisas bem básicas como as cadeiras que foram quebrando e reduziu pela metade o número de assentos na biblioteca e não teve o dinheiro ainda pra repor, porque o dinheiro que tinha na escola era para o básico, para os serviços terceirizados, limpeza, o básico do básico. Enfim, não dava nem pra lutar pela verba, porque ou a gente tinha água pra dar descarga ou tinha a luz pra trabalhar ou tinha a cadeira, e assim é melhor ficar com a luz e com a água e esperar dias melhores (E03).

Qualquer quebra orçamentária afeta principalmente a biblioteca, em termos de pessoal, em termos de material, em termos de instrumentos tecnológicos, infelizmente só afeta (E04).

Sim afetou principalmente na aquisição de recurso tecnológico e onde mais a gente tem sofrido e na contratação de pessoal porque muita gente tá saindo ou por

aposentadoria ou passando em novos concursos e a gente tá ficando deficiente principalmente no atendimento (E05).

Como visto, os cortes orçamentários também atingiram as bibliotecas de diferentes formas, seja relacionado aos recursos materiais de consumo³⁸ ou de bens permanentes³⁹ como é o caso da compra de novos livros para o acervo, ou até mesmo a contratação de servidores para compor o quadro de pessoal e de colaboradores que auxiliam nos serviços de manutenção das instituições de ensino.

Observa-se nos depoimentos outro fator importante apontado pelos bibliotecários que diz respeito à aquisição de materiais tecnológicos. Sabe-se que o avanço das TDIC impulsionou uma diversidade de possibilidades em que a biblioteca pode atuar, seja na disponibilização de informações em diversos formatos, como os acervos digitais e virtuais, ou no oferecimento de novos serviços, de forma que possa facilitar ao máximo o acesso ao conhecimento acadêmico e científico e em produtos de inovação.

Nesse caso, se faz necessário ressaltar que a falta de investimentos nessa área tecnológica nas bibliotecas prejudica a oferta desses produtos e serviços para sua comunidade e impossibilita a inovação em diversos aspectos além de criar barreiras para inserção desse importante grupo social no âmbito de sociedade em rede.

No que se refere ao investimento em cursos de capacitação e qualificação para o desenvolvimento de habilidades e competências para oferecer um melhor serviço à comunidade acadêmica, foi questionado se os bibliotecários perceberem algum impacto nos cortes de recursos e investimento nessas áreas. Assim, as falas neste sentido revelaram que:

Bom, até o período antes da pandemia, a gente tinha recursos para se qualificar e para se capacitar, tanto em recursos financeiros como em incentivo para a gente ir apresentar trabalhos em seminários e congressos, inclusive o quadro de pessoal que a gente tinha era suficiente para manter o setor aberto o que acaba oportunizando a todos que se aperfeiçoem na sua atuação profissional (E01).

Assim (*sic*) no meu ver impacta, porque a partir do momento que a gente tem essas capacitações, que a gente tem esse incentivo financeiro pra crescer profissionalmente, a gente vai trazer para o nosso serviço, para a nossa instituição tanto ganhos intelectuais, como ganhos na questão das atividades, e assim a gente vai poder atender melhor né, (*sic*) os nossos clientes, que são os nossos usuários, no caso das bibliotecas (E02).

³⁸ Material de consumo – aquele que em razão de seu uso corrente e da definição da Lei nº4.320/1964 perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a dois anos (Brasil, 1964).

³⁹ Material permanente – aquele que em razão de seu uso corrente não perde a sua identidade física, e/ou tem uma durabilidade superior a dois anos (Brasil, 1964).

De forma geral cai por terra o nosso benefício de progredir na carreira né,(sic) e aí você perde a possibilidade de estudar e reduzir sua carga horária pra se qualificar, mas nada disso é possível se não tem as pessoas ali pra continuar o trabalho né (sic) e fazer esse revezamento (E03).

Refletem nessa área sim. os impactos estão causando tanto impedimento por exemplo na participação de bibliotecários em eventos e também no incentivo a capacitação (E04).

Sim influencia muito negativamente, porque a gente acaba não se atualizando em relação aos novos produtos de bibliotecas né (sic), e principalmente os recursos tecnológicos, a gente fica muito pra trás em relação as instituições privadas a gente precisa fazer muita coisa, principalmente aqui no Norte, onde as universidades conseguem mais seguir assim (sic) esse padrão de tecnologia, já os institutos, a gente fica assim bem atrás, na questão tecnológica e de pessoal (E05).

A responsabilidade com a construção de uma educação de qualidade engloba pensar em investimentos para os profissionais que compõem o quadro de pessoal das instituições. Investir em pessoal é oportunizar que os servidores adquiram novos conhecimentos e qualificações para que possam melhorar constantemente suas atividades e valorizar os serviços que oferecem.

Destaca-se as possibilidades que os bibliotecários têm em adquirir novos conhecimentos por meio da participação em eventos da área de Biblioteconomia, como é o caso do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) e do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD), que são os maiores eventos profissionais da área no Brasil, e oferecem oportunidades para os bibliotecários se integrarem e debaterem sobre as temáticas mais emergentes da área, além de oportunizar o contato com produtos inovadores e dos mais variados tipos para bibliotecas que são expostos pelos patrocinadores do evento (Febab, 2021). A participação nesses eventos são possibilidades para os bibliotecários se qualificarem e se aperfeiçoarem em suas atividades.

Ressalta-se o incentivo a qualificação por meio de especializações *latu e strictu sensu*, especialização, mestrado e doutorado, que além de possibilitar o desenvolvimento de novas competências para o trabalho, ainda agrega valor no sentido de garantir a progressão funcional na carreira do servidor por meio da Lei 11.091⁴⁰ de 11 de janeiro de 2005.

Nesse caso, é importante salientar que, para o servidor gozar desse direito de se qualificar, se faz necessário que as instituições ofereçam condições objetivas para tal, como dispor de um quantitativo suficiente de pessoal no setor para os casos em que o servidor precise se afastar para se qualificar por dois ou quatro anos para mestrado e doutorado, além

⁴⁰ Para saber mais, consultar: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm

de tempo disponível para estudos, condições para deslocamento, e investimento necessário nos estudos.

Como foi observado, os impactos financeiros sofridos pelas instituições públicas de ensino trouxeram diferentes consequências para a dinâmica de desenvolvimento institucional, demonstrando que as mudanças da nova reforma atrelada a Emenda Constitucional 95, está para além da estrutura curricular que por si só já oferecem grandes prejuízos para a educação básica, dificultando o acesso ao conhecimento de diversas formas, seja pela oferta precarizada do ensino ou pela oferta de condições estruturais para manutenção de uma educação de qualidade (Paixão, 2023).

Verifica-se que a flexibilidade curricular presente na nova reforma oportuniza a formação de itinerários formativos. Os itinerários formativos correspondem a “cada conjunto de unidades curriculares ofertadas pelas instituições e redes de ensino que possibilitam ao estudante aprofundarem seus conhecimentos e se prepararem para o prosseguimento de estudos ou para o mundo do trabalho” (Brasil, 2018a).

Quando questionado aos bibliotecários se a biblioteca vem trabalhando com essas mudanças e se eles receberam algum tipo de qualificação nos últimos cinco anos para compreender como funcionam os novos itinerários formativos, foi relatado as seguintes informações:

Não, até agora nada **(E01)**.

Não...**(E02)**.

Não, nunca foi colocado pra a gente, eu comecei a ter esse conhecimento agora para poder responder a entrevista e nunca chegou nada como de cima para baixo e nem entre nós bibliotecários, a gente acabou nunca trabalhando nesse sentido **(E03)**.

Não... Ainda não...**(E04)**.

Não, não recebi **(E05)**.

Verifica-se que, sobre as qualificações para compreender como funcionam os novos itinerários formativos, os bibliotecários foram unânimes em responder que não receberam nenhum tipo de qualificação ou treinamento para tal.

Assim, é possível observar um desconhecimento sobre esse assunto. Isso é um dado a ser considerado muito pertinente, porque revela que existe uma falta de formação no campo político e de reflexão sobre como as mudanças nessa esfera que implicam no trabalho dos

profissionais da informação dentre das instituições de ensino em que atuam e no exercício de suas funções.

Importante ressaltar que a nova estrutura do ensino médio é flexível e se divide em duas partes: a primeira formada pela BNCC, com limitação de 1.800 horas para o cumprimento da formação geral e a segunda por itinerários formativos a saber: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional (Brasil, 2017).

Moura e Benachio (2021, p.176) enfatizam que “ao estabelecer um teto de 1.800 horas para o cumprimento da parte comum do currículo, a reforma privilegia a parte flexível do currículo (itinerários formativos) deslocando a maior parte da carga horária do ensino médio para essa parte da formação”, e ainda limita e diminui o universo científico e cultural que os jovens poderiam ter acesso na escola, como é o caso de poderem usufruir do que as bibliotecas podem oferecer em relação às práticas culturais e informacionais. Para Paixão (2023, p. 153) “Uma vez que há essa restrição, conseqüentemente ocorre a negação da formação integral, empurrando os estudantes para uma adaptação cada vez mais ajustada ao mercado de trabalho ou a um mínimo definido”.

Sobre a formação integral, proposta pelos Institutos Federais, fundamenta-se em uma concepção que busca integrar trabalho, ciência, tecnologia e cultura (Brasil, 2007). Ou seja, é privilegiado a formação não fragmentada, que garante ao estudante uma formação ampla que busca “articular, num mesmo espaço escolar, a formação geral com a formação profissional, sem sonegar o direito à cultura, sem sonegar a arte, sem sonegar a sociologia, sem sonegar a formação ampla” (Araújo, 2016; apud Ferretti e Silva, 2017, p. 395).

Considera-se ainda que as bibliotecas dos Institutos Federais podem ter a chance de inserir os estudantes em ações e práticas educativas, informativas e culturais, tornando-se um dispositivo dialógico onde a comunidade possa reconhecer “[...]seu papel como local de construção de significados para serem compartilhados”, assim como fundamenta Pieruccini, (2007, p. 11).

Como já mencionado em trechos anteriores deste trabalho, está previsto na Lei 13.415/17 que, além dos itinerários formativos, o currículo do ensino médio será composto pela BNCC.

Diante disso, foi questionado aos bibliotecários como a biblioteca vem trabalhando com a nova BNCC na oferta de produtos e serviços de informação. A seguir é apresentada a reprodução de falas dos bibliotecários a fim de ilustrar os sentimentos que eles descrevem:

Não tenho conhecimento a respeito do assunto **(E01)**.

Não, a gente ainda não tá trabalhando neste sentido **(E02)**.

Então como eu falei a gente acaba não tendo muito conhecimento da BNCC **(E03)**.

Acontece que a biblioteca não trabalha nesse foco **(E04)**.

Assim em relação a serviços informacionais, não muito. Só que a gente conseguiu foi a aquisição de novas bibliografias com base na BNCC, em relação a biblioteca virtual também, apenas **(E05)**.

É possível perceber que mesmo apesar da reforma já ter sido aprovada há um tempo considerável (2017), ainda existe bastante desconhecimento dos profissionais da informação/educação sobre as principais mudanças promovidas por ela e como elas refletem no trabalho oferecido pelas bibliotecas.

A grande maioria dos bibliotecários demonstraram desconhecer as mudanças promovidas pela nova BNCC e não ter adquirido nenhum produto ou serviço que pudessem contribuir com os novos arranjos especializados das áreas do conhecimento. Apenas uma bibliotecária citou o fato de terem adquirido novas bibliografias para compor o acervo dentro da proposta da nova BNCC, a entrevistada **E05**.

No âmbito do desenvolvimento de políticas de informação que também são políticas públicas para uso e disseminação da informação, foi questionado aos bibliotecários sobre como eles avaliam as políticas de informação e como elas se caracterizam no dia a dia de trabalho deles:

Não tenho conhecimento a respeito do assunto **(E01)**.

Ela influencia até no modo de tomada de decisões, já que essas políticas,(sic) para que elas realmente acontecem a gente precisa também procurar formas de atuação e formas realmente de usar elas, no planejamento **(E02)**.

O repositório institucional estamos começando agora a implementar, tivemos agora reunião e a partir de 2024, ficou certo que a gente receberia os trabalhos acadêmicos por lá e eu acredito que é uma coisa necessária né (sic) **(E03)**.

Eu acompanho muito esta dinâmica da instituição, contudo sinto falta de uma política mais pontual a respeito disse **(E04)**.

Sim, a gente dispõe do repositório digital para os trabalhos e como a gente tá com uma falha no sistema gerenciador de bibliotecas, porque a gente vai entrar no SIGA que a gente ainda não está usando, então praticamente a gente tá usando o repositório pra fazer a disponibilização dos trabalhos de graduação e pós-graduação. E agente

tem uma atuação nas redes sociais para fazer comunicados para os alunos, mandar avisos (E05).

Apesar das dificuldades apontadas pelos bibliotecários, alguns foram enfáticos em afirmar a importância dos elementos que fazem parte de políticas de informação, como é o caso dos repositórios institucionais, que demandam grande participação da comunidade acadêmica no sentido de promover e publicizar os resultados das pesquisas realizadas nas instituições, possibilitando a disseminação da informação e do conhecimento gerado pelas instituições de ensino e pesquisa.

Porém observa-se ainda um certo desconhecimento por parte dos bibliotecários sobre o que seja de fato as políticas de informação e como elas se concretizam no seu dia a dia de trabalho. Jaeger e Taylor (2019, p. 15) definem política de informação como “objetivos criados pelo governo e outras instituições para influenciar o comportamento informacional, e limitar ou ampliar o acesso às informações de indivíduos, comunidades, organizações cívicas e instituições do governo, educação e comércio”, ou seja, na prática é algo que os bibliotecários têm contato, que é o fornecimento do acesso à informação, porém acredita-se que como não está explícito que isso faz parte de políticas de informação, muitos têm dificuldade em fazer essa conexão.

6.3.2 Sobre a infoeducação

Vislumbrando estabelecer uma relação das teorias de Perrotti (2006, 2016, 2017, 2021) e as práticas dos profissionais bibliotecários sujeitos desta pesquisa, foi necessário conhecer no decorrer da pesquisa quais as percepções que estes profissionais tinham sobre as relações entre a informação e a educação, ou seja, a infoeducação na prática e dentro dos locais onde atuam.

Para este bloco de questões, elegemos as categorias: infoeducação, saberes informacionais, apropriação da informação, infoeducar, protagonismo social e cultural para analisar as questões apresentadas aos entrevistados.

Nesse sentido, foi importante questionar se os bibliotecários possuíam algum conhecimento sobre a temática da infoeducação e de que forma ela vem sendo desenvolvida na biblioteca em que atuam. Assim, foram levantadas as seguintes compreensões pelos entrevistados:"

Não tenho conhecimento a respeito do assunto (E01).

Sim, conhecimento prático, porque a informação já é algo que a gente lida no nosso dia a dia e a partir do momento que a gente trás pros nossos serviços como forma de educação de manuais, de nossos treinamentos os nossos atendimentos presenciais vira infoeducação. (E02).

Não tenho conhecimento. Mas algo que vem a mente quando eu vejo a temática e que já fazemos na prática é o clube do livro, que a gente discute (*sic*) e aí eu acho que mais eu aprendo do que os alunos, a gente discute tudo, até um livro que aparenta ser bobo tem uma lição pra vida. E aí acaba surgindo novas informações que vai além do livro. (E03).

É assim, eu não tenho esse conhecimento por enquanto, mas eu procuro fazer isso na prática, por exemplo, levar um professor que administra aula na sala de aula até a biblioteca, eu faço muito a conexão da biblioteca com professor e aluno, trago eles pra cá, principalmente professores da arte, da filosofia e da história. Nós temos uma prateleira lá só com os autores atuais, mato-grossenses e eu coloquei cores pra eles saberem (*sic*) e eu gosto muito de trabalhar com cores na biblioteca, principalmente na parte literária pra eles saberem (*sic*) (E04).

Sim. Esse conhecimento sobre essa temática foi de maneira natural, e a forma que ela é desenvolvida também a gente acaba que vai fazendo os trabalhos, e esse termo foi até novo pra mim porque as vezes a gente vai fazendo os trabalhos e não conhece (E05).

Embora a fala dos bibliotecários tenham demonstrado pouco conhecimento teórico sobre o assunto infoeducação, observa-se que na prática já vêm sendo desenvolvidas ações infoeducativas nas bibliotecas em que atuam. Tal proposição se encontra presente principalmente quando um dos entrevistados responde: “*eu procuro fazer isso na prática, por exemplo, levar um professor que administra aula na sala de aula até a biblioteca*” (E04), ou seja: é a consolidação de práticas infoeducativas que visam a cooperação e colaboração entre biblioteca e sala de aula, entre bibliotecários e professores, sem subordinação e sem hierarquia, já anunciada por Perrotti (2017).

Da mesma forma, quando utiliza as cores para marcar prateleiras específicas como uma das formas dialógicas de organizar a informação na biblioteca, para destacar uma parte do acervo, ou para melhorar o processo de recuperação das informações, como destacado por um dos entrevistados: “*eu coloquei cores pra eles saberem (sic) e eu gosto muito de trabalhar com cores na biblioteca.*” (E04). De acordo com Pieruccini (2004), a estética com o uso de cores nos dispositivos de informação são elementos determinantes na produção de interesses para aprendizagem e o desenvolvimento de atitudes face ao conhecimento.

Ficou claro nas respostas dos bibliotecários que a biblioteca proporciona aos estudantes momentos de compartilhar ideias, críticas, opiniões e experiências, através de espaços construídos de ações e incentivo à leitura como é o caso do clube do livro, mencionado na fala de uma das bibliotecárias (E03). Oferecer esses momentos dentro do ambiente da biblioteca a comunidade acadêmica é uma forma de proporcionar a construção do

protagonismo cultural e social, além de desenvolver saberes informacionais e atitudes diante da informação.

O ato de desenvolver habilidades frente à informação se inicia também na pesquisa e na busca por novos conhecimentos. Com isso, foi questionado como a comunidade acadêmica realiza a pesquisa hoje nas bibliotecas, quais os suportes, físicos, virtuais, digitais ou híbridos:

A biblioteca ela dispõe pesquisa tanto em acervo físico quanto virtual, o acervo físico ele pode ser consultado por qualquer um né (*sic*), porque ele aberto **(E01)**.

Virtual e físico e existe também o atendimento híbrido (*sic*) **(E02)**.

Eles usam muito os livros físicos mesmo pra estudos, livros técnicos... **(E03)**.

Essa pesquisa é mais no formato físico, o aluno tem que ir pra lá pra pesquisar...**(E04)**.

Eles pesquisam no formato físico principalmente, porque a gente atende o ensino médio, então é bem mais pesquisado fisicamente. **(E05)**.

Os depoimentos dos profissionais revelaram que a comunidade acadêmica dos Institutos Federais tem utilizado o ambiente das bibliotecas para realizar suas buscas por informação. Contudo, é possível observar a necessidade de estarem atentos à mediação da informação em diferentes formatos, além do tradicional, físico, estimulando o uso de outros recursos informacionais como o eletrônico e o virtual.

Para Freitas Gomes e Santos (2017, p.4), no cenário contemporâneo “[...] composto por dispositivos de informação variados, já não é possível a manutenção de práticas de mediação sem a devida adequação ao momento histórico e social, pois os usuários não são os mesmos de algumas décadas atrás, pelo contrário, são denominados nativos digitais[...]”, ou seja, é um público que já está acostumado a acessar a informação por meio das tecnologias digitais e que já dominam as ferramentas da Internet.

O auxílio do bibliotecário no processo de pesquisa do estudante é construtivo e importante, pois diante de um quadro possível de dificuldades que os estudantes possam apresentar na busca por informações que possam ser relevantes as suas lacunas e no processo de construção do conhecimento se faz necessário desenvolver algumas habilidades como

[..] saber articular as informações recebidas em sala de aula e nos textos; saber articular os saberes das diferentes disciplinas do curso; saber ler, escrever, pensar crítica e autonomamente; ingressar no mundo das ideias como sujeito (saber pensar); saber elaborar fichamentos, sínteses e resumos; saber fazer seminários; saber fazer anotações dos conteúdos apresentados em sala de aula; saber realizar pesquisas; saber usar a biblioteca; saber normalizar trabalhos acadêmicos, etc. (Viana, 2021, p.70).

As habilidades e experiências do profissional da informação são fundamentais para contribuir na preparação dos estudantes para pesquisar nos diversos formatos e suportes, seja dentro ou fora do ambiente da biblioteca. É o processo de formação para o uso da informação que deve estar presente na rotina das bibliotecas, ou seja, a infoeducação.

Nesta pesquisa, foi questionado aos entrevistados se as bibliotecas que eles atuam oferecem a comunidade algum tipo de formação/educação para o uso da informação e estes apresentaram as seguintes respostas:

Somente visita orientada **(E01)**.

Sim, a gente quando os professores ou os próprios alunos procuram a biblioteca, (sic) a gente oferece um treinamento das bases ou então da ABNT **(E02)**.

Os treinamentos a gente tentou oferecer em diversos momentos como na semana da rede TEC, mas não tiveram muitos participantes **(E03)**.

O que eu faço mais lá dentro é chamar professores / escritores para um tarde de autógrafos, chamar professores para uma palestra ou cursos **(E04)**.

Oferecemos os treinamentos para o uso da informação **(E05)**.

As bibliotecas, sejam elas públicas ou particulares, costumam oferecer treinamentos para uso de bases de dados com o intuito de aprimorar as pesquisas acadêmicas e científicas. É comum os bibliotecários apresentarem estratégias de pesquisas e orientação quanto ao gerenciamento bibliográfico, estratégias de busca, localização de documentos, elaboração de citações e referências conforme as normas técnicas, dentre outras atividades.

Segundo os relatos dos bibliotecários entrevistados, existe uma preocupação em oferecer esses cursos/capacitações para sua comunidade, porém não se pode afirmar que apenas esses treinamentos, por si só, são suficientes para formação de usuários para o uso da informação. Eles podem fazer parte do quadro de estratégias, ou mesmo de um programa educacional que as bibliotecas possam utilizar no sentido de melhorar a forma como os usuários recuperam a informação e a utilizam na elaboração de trabalhos acadêmicos e pesquisas científicas, de forma ética.

Considerando a importância de ações nesse sentido, foi questionado se as bibliotecas pesquisadas oferecem algum programa educacional destinado para a pesquisa:

Não...(E01).

Um programa formalizado educacional, não (E02).

Não, não temos nenhum (E03).

Não dispõe de nenhum programa, infelizmente. Mas eu sei que o ensino médio precisa, porque eles não tem tanto conhecimento (E04).

Não a gente não faz, até gostei da ideia, mas a gente ainda não faz (E05).

De acordo com as respostas dos bibliotecários, constatou-se que, além de não disporem de nenhum programa de infoeducação ou algo neste sentido, as falas revelaram que a indagação provocativa da entrevista despertou um sentimento de interesse em implementar algo nesse sentido na biblioteca em que atua, principalmente quando uma entrevistada responde “*até gostei da ideia*” (E05). Isso enfatiza a necessidade que as bibliotecas têm de pensarem em algo nesse sentido, como um programa ou projeto infoeducativos para o melhor uso da informação e apropriação da informação.

Sousa; Brandão; Freire (2022, p.18) definem projetos infoeducativos como

[...] um tipo de projeto educativo que delinea um conjunto de atividades teórico-pragmáticas, com objetivos, metodologia e cronograma definidos – em função de problemas e necessidades infoeducacionais – com a finalidade de realizar ações de intervenção e desenvolvimento no contexto social das bibliotecas (escolares, universitárias e educativas), envolvendo os diversos atores sociais que dele fazem parte.

Para Passos (2013), a construção de habilidades, aptidões, autonomia e atitudes face à informação são elementos imprescindíveis. Nessa dinâmica, considerando que o conhecimento é um instrumento que propicia o desenvolvimento da consciência crítica nos indivíduos, foi questionado se existe na rotina das bibliotecas ações no sentido de desenvolver autonomia e contribuir para o uso responsável, crítico, ético e consciente da informação. A seguir, os relatos dos bibliotecários:

Não (E01).

Não, não fazemos (E02).

Os livros que lemos no clube do livro como os de ética, (*sic*) acho que auxiliam muito os alunos nesse uso responsável da informação. Temos um *software* que a instituição comprou que nos auxilia na identificação de trabalhos plagiados e até do uso do *Chatgpt* (E03).

Eu faço isso de boca a boca, porque eles precisam disso, eu coloquei uma parte da literatura só pra isso, pra eles irem lá, conhecer, fazer trabalhos, a única forma que eu to tendo de ajudar é com isso (E04).

Não. Eu acho muito importante, mas ainda não fazemos (E05).

Essa observação da entrevistada E03 ressalta como as atividades desenvolvidas na biblioteca no âmbito da mediação cultural, a exemplo do clube do livro, podem auxiliar aos estudantes a lidar com a informação de forma ética, ou seja, são iniciativas simples que podem funcionar como estratégias para que a biblioteca trabalhe em sua comunidade o uso consciente, crítico e ético da informação. Reitera-se que a desinformação e as *fake news* são recursos que objetivam manipular informações e oferecem inúmeras consequências para a sociedade. Nesse sentido, é fundamental a construção de uma consciência crítica (Freire, 2011) e esse processo deve começar na escola contando com o rico trabalho que a biblioteca possa oferecer nesse sentido.

Nessa perspectiva, a biblioteca precisa de estratégias para se mostrar diante da comunidade em que atua. Com isso, foi questionado sobre a oferta de atividades, como cursos, minicursos, *workshops*, visitas às salas de aula, visitas guiadas, eventos, seminários, palestras e/ou outras atividades que proporcionem experiências com informações diversas, extrassala de aula, e assim os bibliotecários se colocaram dizendo:

A gente proporciona apenas as visitas orientadas e com agendamento prévio e o professor é quem traz a turma aqui pra biblioteca (E01).

Sim a gente faz as visita guiadas, oferece os treinamentos das bases e da ABNT, quando somos convidados pelos professores oferecemos uma palestra sobre os serviços da biblioteca, e mostramos pra eles nossas ferramentas de pesquisa (E02).

Na semana da biblioteca, a gente faz feira de trocas de livros, e a maioria é de literatura. A gente já fez oficinas de origami com um servidor nosso que tem essa habilidade. O evento música e companhia, fizemos para incentivar o pessoal a trazer o violão e a voz e nos reunimos lá. Os cursos e minicursos também realizamos eventualmente (E03).

A gente faz mais eventos dentro da biblioteca chama os professores e agora esse ano de 2024 eu vou fazer diferente: vou chamar os alunos que se formaram pelo IF pra ir lá dar uma palestra para os novatos, e mostrar como foi o seu trabalho final de curso (E04).

A gente só faz os treinamentos e visitas guiadas no início do semestre (E05).

Percebe-se pelas respostas algumas iniciativas no sentido de proporcionar outras atividades além do tradicional empréstimo, devolução, renovação de livros, pesquisa no

acervo, e as visitas guiadas que já são tradicionais no quadro de atividades oferecidas pelas bibliotecas. Algumas ações se destacam como “*oportunizar a vinda de alunos egressos para diálogos com os estudantes como uma forma de incentivá-los na vida acadêmica*”, apontado pelo entrevistado **E04**.

Para garantir uma melhoria nesses aspectos, se faz necessário incentivos tanto financeiros quanto de um quadro de pessoal razoável que possa desenvolver outras atividades que aproximem a comunidade da biblioteca e motivem a frequentar esse espaço.

Ainda dentro desta investigação, foi questionado aos bibliotecários sobre sua atuação no processo de auxílio à comunidade acadêmica no desenvolvimento de saberes informacionais, atitudes e apropriação da informação. Segundo eles:

A forma de atuação no auxílio à comunidade acadêmica é utilizada conforme as habilidades de cada bibliotecário do setor. Nem todos os bibliotecários tem a habilidade que às vezes é pedida né (*sic*), então vai de cada bibliotecário, do conhecimento dele, da facilidade dele com o assunto, que pode ajudar ali com o aluno, ou servidor que vem fazer alguma busca de informação (**E01**).

Enquanto profissional eu vejo que é importante porque nós somos mediadores né (*sic*)...entre a informação e o usuário (**E02**).

Eu auxilio quando eles vêm até mim e pedem ajuda pra achar algum livro, eu tento auxiliar na pesquisa, quais palavras que eles precisam colocar, e indico quando eles encontram o livro físico, para eles lerem o sumário para identificar se o que eles estão precisando tem ali no livro e nos bastidores (processamento técnico) na questão da representação da informação. Quando vou decidir os termos e palavras-chaves dos assuntos e descrever bem direitinho pra não se perder aquela informação no acervo (**E03**).

É o que eu procuro fazer né (*sic*) a mediação entre a informação e os alunos seja de forma virtual forma física (**E04**).

Assim na medida do possível, sempre que a gente tem oportunidade a gente tá orientado o aluno, não só o contato físico, as vezes por *whatsapp*, por e-mail e as vezes se disponibilizando para oferecer esse serviço para eles da melhor forma deles usarem a informação. Aqui todos os bibliotecários atuam da melhor forma possível para orientar os usuários, porque só na sala de aula não é possível (**E05**).

Os relatos dos bibliotecários demonstram que eles se concentraram mais no sentido de orientar a comunidade acadêmica para torná-los mais autônomos na biblioteca, principalmente no acervo informacional, seja ele físico, digital ou virtual. Os diálogos entre o profissional bibliotecário e usuários da informação fortalecem os vínculos entre biblioteca e a comunidade, tornando a comunicação mais fluida e intervindo no processo de construção dos saberes informacionais.

No entanto, compreende-se que os saberes informacionais são fundamentais para as práticas educativas. Diante da imensidão de informações disponíveis em diversos suportes,

dominar os processos de necessidades informacionais, a busca, a seleção, a escolha e a apropriação da informação são essenciais para tornar o sujeito protagonista de sua vida acadêmica e estudantil e de seu futuro e não apenas meros consumidores de informação.

Desse modo, para finalizar este bloco de questões sobre infoeducação, foi questionado se os bibliotecários se consideram infoeducadores. A seguir seguem os relatos:

Sim me considero de certa forma sim. (E01).

Sim, sou um infoeducador e já que o nosso objetivo maior é informar, então como a gente trabalha em biblioteca nesse âmbito educacional e como as bibliotecas dos IFs estão ligadas ao ensino, então a nossa atuação é como infoeducador (E02).

Eu acho que não ainda, porque como eu não tenho muito conhecimento das bases curriculares eu ainda to no apoio assim, nos bastidores (E03).

Sim me considero porque me preocupo em levar a informação para o usuário (E04).

Sim, na medida do possível sim, com os recursos que me é oferecido, sim. (E05).

Os depoimentos indicam que nem todos os bibliotecários sentem que estão desenvolvendo na prática ações infoeducativas nas bibliotecas, seja por não conhecerem ou não dominarem bem algumas políticas educativas, ou políticas de informação, ou por sentirem que estão apenas oferecendo um apoio ao ensino, ou porque suas bibliotecas não dispõem de muitos recursos, principalmente tecnológicos, tornando sua atuação limitada.

Perrotti; Pieruccini (2007, p.89) acrescentam que:

Nesse aspecto, nossa época vê surgir também novos profissionais, especializados em tarefas que até então não se apresentavam de modo explícito e orgânico na vida social. Dentre eles, no quadro das nossas colocações, entra em cena um profissional até então desconhecido: o infoeducador. A nova categoria, situada na interface dos profissionais da Informação e da Educação, entre, portanto, bibliotecários, documentalistas, professores e educadores em geral, não é o produto da soma simples destas categorias tradicionais, nem pedaços desconectados de cada uma delas. É, antes, um profissional de síntese, resultante de novos tempos histórico-culturais, dos novos modos de ser, de compreender, de se relacionar e atuar com o conhecimento e a cultura.

Desta forma, o quadro de respostas dos bibliotecários neste bloco sobre infoeducação revela importantes fragilidades nas relações entre a biblioteca e o ensino. Isso demonstra que os bibliotecários ainda necessitam estar mais envolvidos na dinâmica dos processos de ensino/aprendizagem e que as políticas públicas e as políticas de informação necessitam de uma maior aproximação entre si, assim como a educação em informação precisa ser refletida e praticada nas bibliotecas dos Institutos Federais como uma proposta com um viés formativo

para os estudantes. Nesse aspecto, necessita ser uma relação dialética, de construção e intervenção na realidade, uma educação para o uso da informação pautada na dialogia e empenhada na prática problematizadora de Freire (2011).

6.3.3 Sobre a mediação da infoeducação e mediação cultural

Considerando que a biblioteca possui um importante papel no processo de mediação da informação e mediação cultural para apropriação da informação e com o objetivo de saber, como as bibliotecas dos Institutos Federais do Brasil vêm trabalhando neste contexto, elegemos as categorias mediação da informação e mediação cultural para analisar este bloco de questões onde, a primeira indagação do bloco IV de perguntas questiona – “Você considera que sua biblioteca é um equipamento informacional?”

Sim...(E01).

Sim, é um equipamento informacional e com certeza deve atuar também nessa parte de cultura né (*sic*), ou seja, é um equipamento informacional e cultural (E02).

Acredito que sim, considero que é um equipamento informacional porque ela tem as informações contidas nos livros e dá acesso as bases de dados (E03).

Sim, considero por e aquilo que eu sempre repito né, sempre que converso com os professores eu oriento que ele vá pra biblioteca, mande o aluno pra biblioteca, pare de mandar o aluno pro *Google* e mandar para biblioteca. A biblioteca deve ser o primeiro lugar e eu sempre falo para os professores aqui nós temos muitas informações, trago os meninos pra cá, temos um leque de informação (E04).

Sim, considero...(E05).

Os relatos demonstraram que os bibliotecários acreditam que as bibliotecas que eles atuam são importantes dentro do contexto educacional em que estão inseridas. Como se vê nos discursos dos bibliotecários, os espaços ocupados pela biblioteca dentro do contexto educacional podem proporcionar a mediação da informação e mediação cultural de diversas formas.

A educação é feita da soma de todos os espaços que a escola disponibiliza, não está restrita apenas a sala de aula. São os ambientes ou as ambiências, as partes que compõem o todo e que afetam de alguma forma no processo de ensino e aprendizagem e na apropriação de novos conhecimentos.

A experiência educativa não se constitui de transferência de saber dentro da sala de aula (Freire, 2021). Oferecer boas condições e recursos materiais nos espaços que compõem uma escola, como as bibliotecas, faz parte da dinâmica pedagógica. Nesse sentido, foi questionado aos bibliotecários se eles consideravam que os recursos existentes nas bibliotecas em que atuam são capazes de propiciar a construção de saberes informacionais e apropriação da informação. Assim, foram obtidos os seguintes relatos:

Em parte sim né (*sic*)...O que nos falta é a melhoria da infraestrutura como um todo, tanto física, como tecnológica (**E01**).

Na nossa realidade a gente consegue, mas tem que haver melhorias, no caso quando a gente vai fazer isso, a gente desenvolve projetos locais de incentivo a leitura e desenvolve atividades culturais dentro da biblioteca, a gente utiliza o nosso espaço né (*sic*) para fazer, mas claro que deve haver mais melhorias e mais incentivos pra a gente poder fazer esse tipo de atividades e poder propagar a cultura (**E02**).

Eu acredito que sim, que tem muitas bases ali de conhecimento dos cursos que o instituto oferece, então quando há o acesso a essas informações eles vão produzir novos conhecimentos através das pesquisas e dos trabalhos (**E03**).

É assim, nós ainda estamos engatinhando, mas eu percebo que a quantidade que temos de informação tanto física como virtual ajuda os alunos a absorverem muitas coisas boas (**E04**).

Os recursos são escassos né (*sic*), mas com o que a gente tem, a gente consegue trabalhar. Fazer o nosso máximo com o mínimo de recursos que a gente tem, quando a gente não tem, a gente sempre orienta aonde buscar, aonde ele pode encontrar (**E05**).

Os bibliotecários demonstraram estar convictos de que é necessário haver melhorias nas bibliotecas em que atuam, sejam nos espaços físicos, nas coleções virtuais, ou nos equipamentos tecnológicos. Foi visto que, sem recursos, aumenta a dificuldade em oferecer melhores serviços, ficando cada vez mais presente na rotina das bibliotecas apenas as atividades básicas.

Importante ressaltar que recursos limitados comprometem o acesso e a permanência dos estudantes na escola (Paixão, 2023). Quando os investimentos com a educação estão limitados, todos os setores/espaços de aprendizagem que compõem a escola sofrem neste processo.

A biblioteca, como um equipamento informacional e cultural, não consegue sobreviver sem investimentos. Como promover o acesso e o uso dos recursos informacionais sem dispor de investimentos necessários a este fim? Indo além, como favorecer a infoeducação, desenvolver competências e atitudes nos sujeitos com um limitado recurso físico, tecnológico

e de pessoal? De acordo com Pieruccini (2004, p.10), “sem competências e atitudes o sujeito não consegue apropriar-se das informações necessárias a construção do conhecimento”.

Em virtude disso, as práticas de interação, leitura, troca de experiências e conhecimento se transformam em ações desenvolvidas apenas por meio de projetos isolados, como foi relatado pelos bibliotecários ao serem questionados sobre a promoção de ações que busquem integrar a comunidade acadêmica e as práticas de leitura e mediação da informação.

Há uma iniciativa por parte da coordenadoria do sistema de bibliotecas que fica na reitoria que a gente faz parceria com o sistema de bibliotecas universitárias da UDESC para a promoção de leitura né (*sic*). Esse projeto foi criado a partir da gente e teve a participação dos bibliotecários lá da UDESC e o nome do projeto é: “clube de leitura” (E01).

Sim! rodas de leitura, pra fazer com que eles possam conhecer e se apropriar daquele espaço que tá ali pra atende-los (E02).

O “clube do livro” é projeto de extensão que integra comunidade. Quando fizemos a feira de troca de livros acho que a gente tem integrou a comunidade, porque as pessoas trocavam os materiais entre si e com os disponibilizados pela biblioteca (E03).

Sim nos temos projetos belíssimos lá como a construção de um jardim. Em 2022 nós fizemos la uma tarde de manga com poesia, leia uma poesia que eu te dou uma manga. E temos o projeto “literamato” que os professores levam os alunos para declamar poesia mato-grossense dentro da biblioteca (E04).

Sim a gente o ano passado, acho que já é a segunda vez que em parceria uma biblioteca de outro campus do IFAM também entrou num projeto, “clube de cartas” para incentivar a leitura dos alunos (E05).

A partir das respostas dos bibliotecários, compreende-se que as ações de mediação da infoeducação e mediação cultural, apesar de serem boas iniciativas, estão ligadas a projetos de extensão⁴¹ realizados pelos bibliotecários ou em parcerias com outras instituições, o que não desmerecem as ações, mas ficam limitadas ao período de tempo e recursos disponíveis ao projeto, ou seja, ficam relacionadas aos cronogramas dos projetos e a verbas disponibilizadas para a execução das atividades, além da iniciativa do bibliotecário de submeter as propostas aos editais de extensão que são intermitentes.

Tais projetos oferecem importantes contribuições principalmente para comunidades externas às instituições, porém as atividades desenvolvidas poderiam fazer parte da rotina das bibliotecas, mas observa-se que a falta de incentivos específicos ou recursos materiais e em pessoal tornam tais iniciativas isoladas a uma ou outra biblioteca que disponha disso.

⁴¹ Projetos de extensão - conjunto de ações de extensão, com objetivos específicos e prazo determinado. (UFSCar, 2020).

Para as bibliotecas se tornarem de fato equipamentos culturais que propiciem o desenvolvimento humano (Almeida; Lima, 2016), são necessárias ações mediadoras e contínuas que favoreçam aos sujeitos a ampliação de seus repertórios culturais e o desenvolvimento de posturas protagonistas, como afirmam Nunes; Sousa (2023).

Assim, considerando a importância da mediação da informação e da mediação cultural nas bibliotecas e do bibliotecário como infoeducador, foi questionado aos profissionais quais as transformações eles acreditam que são possíveis de ocorrer no local da biblioteca. Os participantes neste ponto evidenciaram que:

Com a nossa infraestrutura limitada, né (*sic*) que a gente tem hoje essas transformações dificilmente ocorrerão, não to dizendo que não vão ocorrer, mas dificilmente ira acontecer (E01).

Através da disponibilização do espaço, a gente atrai mais as pessoas, a conhecer e se apropriar. A gente enquanto biblioteca é um equipamento informacional e cultural, porque os livros eles propiciam o saber, a cultura a educação e o conhecimento (E02).

Eu acho que o principal é a facilitação de acesso a informação tanto das bases acadêmicas, como da literatura porque muitas vezes tem as bibliotecas públicas aqui (*sic*), mas o acesso não é fácil, porque a aqui em são Paulo tem as longas distancias, então imagina pegar um livro e ter que devolver daqui a 15 dias, então lá eles já estão estudando, então tem essa facilitação. Acredito que há transformação sim, de forma gradual, mas existe. Eu vejo muitos alunos carentes que tem esse acesso diário lá na biblioteca ao acervo e aos computadores para pesquisa e ao espaço da biblioteca para estudos (E03).

A biblioteca melhora a vida das pessoas, mas depende muito do que você vai buscar, do que você quer (E04).

A gente tem um projeto aqui de xadrez na biblioteca em parceria com um professor, então todos os anos eles usam o espaço da biblioteca para fazer o campeonato de xadrez. [...] O xadrez é bom, é um instrumento bom pra concentração. É que os alunos do integrado passam o dia aqui e precisam de uma distração. A biblioteca é mediadora cultural nesse sentido, mas o que acontece é que a gente precisa de mais pessoal, porque a gente não consegue dar conta de tudo (*sic*), ou a gente vai pra parte cultural ou pra parte técnica, porque tem uma demanda grande e que não para. Se a gente tivesse mais recursos humanos de bibliotecários, porque muita coisa a gente só consegue resolver se tiver bibliotecário (E05).

Os participantes nesse ponto evidenciaram que existe a necessidade de mais infraestrutura para as bibliotecas, de pessoal para melhorar o quadro de profissionais para atender nesse local, porém o que chama atenção são as ações que as bibliotecas vêm realizando apesar da escassez desses recursos.

Alguns dos relatos chamam atenção, como as colocações desta bibliotecária onde cita: “*Eu vejo muitos alunos carentes que tem esse acesso diário lá na biblioteca*” (E04). Nessa fala, observa-se a importância do espaço da biblioteca dentro do Instituto Federal, que por si

só não transforma, mas as ações desenvolvidas ali é que fazem o diferencial na vida de muitos estudantes, filhos da classe trabalhadora.

O acolhimento às pessoas, as trocas de experiências, o desenvolvimento de atividades para concentração, a exemplo do xadrez mencionado na fala da bibliotecária **E05**, o espaço para estudos e pesquisas na *Internet*, tudo isso são elementos que agregam na aprendizagem e oferecem outros significados ao espaço da biblioteca como também diferentes formas de diálogo com a informação.

Com o objetivo de compreender especificamente se as bibliotecas dos Institutos Federais vêm desenvolvendo alguma atividade cultural para sua comunidade, foi perguntado aos bibliotecários - quais os tipos de atividades culturais? Assim, a reprodução das falas dos bibliotecários foi elencada a seguir:

Não... no momento não promove nenhuma atividade cultural (**E01**).

Rodas de leitura, palestras, apresentações culturais e a visita guiada e alguns projetos de leitura (**E02**).

A semana da biblioteca, a feira de troca de livros, o clube do livro e tem o “fã clube Mystery”, de literatura policial (**E03**).

Literamato: atividade cultural que trabalha só com escritores mato-grossenses (**E04**).

O xadrez e o clube de cartas (**E05**).

As respostas dos bibliotecários indicam que as bibliotecas vêm realizando algumas ações de mediação cultural, mesmo que de forma tímida, nas bibliotecas dos Institutos Federais. Apenas um bibliotecário afirmou que sua biblioteca não realiza nenhuma atividade cultural no momento. Se de um lado os depoimentos anteriores mostram que as bibliotecas vêm trabalhando no limite de sua capacidade, do outro lado, as ações de mediação cultural confirmam tais afirmações.

Importante ressaltar que as ações de mediação cultural são elementos necessários à construção de saberes porque aproximam a comunidade acadêmica dos artefatos, obras, objetos e manifestações culturais, a exemplo de “[...] obras de arte, livros, exposições, espetáculos e ações de incentivo à leitura. Dessa forma, mediação cultural é vista como uma atividade processual, que possibilita o encontro, o acesso e a apropriação” (Rasteli; Cavalcante, 2014, p. 47).

A ausência de atividades nesse sentido coloca as bibliotecas em um quadro preocupante de atividades, apenas de caráter difusionista, relacionados ao fornecimento da

informação e compartilhamento com a comunidade sem uma preocupação maior com desenvolvimento dos saberes e atitudes informacionais.

6.3.4 Sobre as diretrizes para construção do instrumento de infoeducação

A última parte do roteiro da entrevista versa sobre a apresentação das diretrizes para a construção do instrumento de infoeducação. Dessa forma, foi dialogado com bibliotecários sobre algumas características da proposta e discutidos ações e elementos que pudessem estar presentes nas diretrizes para as bibliotecas dos Institutos Federais.

Durante a apresentação das diretrizes foi questionado se os bibliotecários consideravam importante que algumas características compusessem o modelo, a saber:

- a) Notabilidade no espaço da biblioteca; promover e estimular visitas guiadas e periódicas à biblioteca para conhecer o patrimônio cultural da instituição e entender sua importância no processo formativo:

Ela é importante pra toda comunidade, até pra a gente apresentar esse espaço pros usuários entenderem a importância em que a biblioteca dentro do espaço aqui da escola, quais são as possibilidades que esse espaço pode apresentar, então eu acho importante **(E01)**.

Eu acho importante porque vai incentivar essa questão do fazer da gente não só no ambiente da biblioteca, mas trazer as pessoas para conhecer né (*sic*) pra desenvolver um trabalho com eles **(E02)**.

Eu acho que o principal é ter essas visitas guiadas, porque a gente percebeu que quando a gente falava das bibliotecas na recepção dos alunos na primeira semana de aula, é muita coisa que eles recebem de informação, então a gente adotou essa política assim, quando o pessoal vem chamar a gente para falar da biblioteca a gente fala assim vocês é quem vão vir pra biblioteca **(E03)**.

Sim o espaço é tudo, uma biblioteca precisa de espaço, não é uma caixa fechada. Aqui a nossa biblioteca eu queria colocar um aquário na entrada para a comunidade ver, para atrair a comunidade, se você não tiver esse espaço bonito organizado você não vai ter nada **(E04)**.

Eu acho super importante é primordial. O usuário ele tem q aprender a usar o espaço que ele vai passar a maior parte do tempo e os professores também, eles tem que incentivar e saber como chegar aqui na biblioteca, porque é um trabalho em conjunto, se a gente tentar sozinho não vai ter êxito nenhum **(E05)**.

Chama atenção as falas dos bibliotecários que reforçam a ideia de que o espaço da biblioteca precisa ser visto pela comunidade acadêmica, precisa ser explorado, ser utilizado, estar organizado e bonito. Além de que, fazem-se necessárias parcerias entre docentes e bibliotecários no sentido de incentivar os estudantes a buscarem informações na biblioteca, a

utilizarem esse espaço que guarda e disponibiliza todo acervo cultural e patrimônio infodocumental da instituição.

b) Oferta de serviços: oferecer serviços diversificados à comunidade, além do tradicional empréstimo e devolução de livros:

É fundamental, até pra comunidade perceber na verdade que a biblioteca não é só para empréstimos e devolução de livros, a gente tem aqui espaço pra estudos, tem a oferta de outros serviços **(E01)**.

Eu acho que a gente tem que realmente fazer outras atividades, não só na questão do atendimento, eu acho que a gente tem que ir além mesmo, desenvolver outras atividades, como as culturais, claro **(E02)**.

Considero muito importante, pelo o que eu já falei: empréstimos e devolução faz parte da vida acadêmica deles, mas aí o que a gente oferece a mais da mediação cultural e das demais coisas é um diferencial para eles até desestressarem um pouco **(E03)**.

Sim! Empréstimo e devolução é o básico, mas o que procuro fazer é chamar o aluno pra dentro da biblioteca através de evento **(E04)**.

A gente tem que ter né algo nesse sentido, nem que seja a através de projetos pra mostrar que a biblioteca tem algo além do que emprestar e devolver livros **(E05)**.

Os depoimentos dos bibliotecários mostram que existe um interesse em desenvolver outras atividades na biblioteca, principalmente atividades voltadas para a mediação cultural. A biblioteca é um espaço cultural e educativo (Perrotti; Pieruccini, 2007), que deve buscar o diálogo com a comunidade de diversas formas, não só nas atividades de rotina que são chamados serviços de circulação, como os empréstimos, as devoluções, as reservas de livros, a consulta ao acervo e serviços de referência, mas em outras atividades que explorem o universo cultural.

Mais uma vez, é possível enfatizar que os serviços de empréstimos, devoluções de livros e pesquisa no acervo são importantes, mas eles representam atividades básicas da biblioteca, porém a biblioteca precisa proporcionar o encontro do sujeito com a informação na realização de outras atividades que possam promover a apropriação da informação e dos aspectos socioculturais materializados nos dispositivos que ela dispõe, como livros e outros materiais bibliográficos (Nunes, Sousa, 2023).

c) Saberes informacionais: Incluir na rotina da biblioteca a oferta de atividades voltadas a pesquisa escolar, acadêmica e científica (fontes de informações, instrumentos de pesquisas acadêmicas, buscadores de acesso aberto, bases de dados especializadas), entre outras:

Sim é importante e inclusive a gente já faz essa oferta dessa rotina aqui dentro da biblioteca é principalmente a questão de capacitações (E01).

Eu acho que é essencial desenvolver esse tipo de serviço (E02).

Queria fazer como rotina, por enquanto é feito de forma eventual, mas se tivesse um instrumento para ajudar a gente a implementar acho que seria muito importante (E03).

Eu faço muito isso com eles porque muitos não conheciam o Google acadêmico que é um importante instrumento, a *Scielo* a Capes e até a própria ABNT *online* eu mostro pra eles (E04).

Muito importante, em todos os níveis de ensino poder fazer isso (E05).

É possível perceber o desejo dos bibliotecários em incluir na rotina da biblioteca atividades diversificadas que colaborem de forma mais efetiva com o ensino e aprendizagem, não apenas ofertar um leque de informações para que o sujeito possa acessá-la, mas que este sujeito possa dialogar com a informação, acessando seus repertórios culturais e dando significado ao que acessa.

Na perspectiva de Passos (2013) a pesquisa escolar e acadêmica é uma das categorias centrais dos saberes informacionais. Diante disso, pressupõe-se que as bibliotecas, como locais propícios ao desenvolvimento de pesquisas, deveriam contar com práticas estruturadas para conduzir os sujeitos no desenvolvimento de saberes informacionais.

Reiterando mais uma vez, destaca-se as palavras de Passos (2013, p. 38) ao explicar que tais saberes se inscrevem num “quadro complexo de formação e atitudes, competências e habilidades articuladas, implica um novo caminho histórico e epistemológico, nova compreensão de fenômenos informacionais e suas relações com a sociedade, a educação e a cultura”.

- d) Ética na pesquisa e uso da informação: Estimular o uso de fontes seguras de informação. Proporcionar o contato com normas acadêmicas – apresentar funções de referências e citações; promover juntamente com os docentes o combate ao plágio acadêmico:

A gente faz até essa orientação para os professores e principalmente os alunos, porque eles vêm assim: ah! eu quero saber exatamente sobre determinado tema se tem algum livro ou se tem alguma outra fonte de informação, ou seja, um TCC, ou uma monografia ou dissertação, então a gente acaba oferecendo esse serviço e a gente sempre oriente que sempre que for citar, referencie o trabalho citado (E01).

Eu acho que tem a ver com que a gente faz realmente principalmente quando a gente disponibiliza os nossos produtos aos usuários, como o nosso manual de normalização, é justamente pra eles seguirem essas normas (E02).

Acho necessário. O que a biblioteca poder ajudar nos cursos e treinamentos e contatos com os documentos, fazer essa conexão e dar um apoio, mas precisa ter um espaço na rotina dos alunos, porque as aulas já são tão apertadas então quando a gente oferece uma coisa que foge dessa rotina as vezes não apreço pra eles como importante. A gente tá começando a perceber os espaços que a biblioteca pode se infiltrar, mas ainda não é o ideal, o ideal é se fosse vinculado com os projetos pedagógicos (E03).

É isso que vou começar a fazer com eles, na verdade desde o final de outubro eu já comecei com eles dizendo: sempre que vocês escreverem, a ideia não é de vocês, deixe lá embaixo a referência bibliográfica, principalmente da internet que vocês usam muito, eu sempre falo essa ideia não é tua, cite, faça o uso ético da informação. *Feke news é crime!*(E04).

É essencial né, fazemos muito esse trabalho com a pós graduação, a gente acaba que esse vínculo da pesquisa é maior com a pós graduação, porque o entendimento é diferenciado e os professores ajudam muito (E05).

Analisando as falas dos bibliotecários, observa-se que existem iniciativas desses profissionais no sentido de tentar auxiliar sua comunidade acadêmica na elaboração de trabalhos acadêmicos, uso de normas e elaboração de referências.

É fato que existem muitas dificuldades, principalmente para os estudantes do ensino médio, em elaborar textos reconhecendo as fontes, citando e referenciando, por se tratar de algo novo na rotina deles, mas que, com suporte necessário e ações em conjunto de biblioteca e professores, tais dificuldades podem ser sanadas.

Outra constatação observada por meio da fala dos bibliotecários é que a biblioteca ainda precisa de espaços de trocas e interação com os docentes, isso fica evidente principalmente na fala de um dos entrevistados quando diz: “A gente tá começando a perceber os espaços que a biblioteca pode se infiltrar, mas ainda não é o ideal.” (E05). Ou seja, esses espaços precisam ser construídos, uma aproximação maior da biblioteca com a sala de aula, ou com os docentes poderiam render mais frutos infoeducacionais.

- e) Espaço para troca e apropriação da informação: Criação de espaço que facilite a troca de informação de toda comunidade de usuários (técnicos, docentes, discentes, comunidade externa) possibilitando a geração de novos conhecimentos/inteligência coletiva/aprendizagem/uma rede de aprendizagem sem hierarquia e que todos os participantes colaborem na construção de novos conhecimentos:

Sim, esse espaço é fundamental por que a gente acaba abraçando toda comunidade pra troca de informações seja, relacionadas aos cursos e as vezes relacionada até a instituição, então isso é muito bacana e eu considero esse espaço muito importante **(E01)**.

Eu acho que as bibliotecas devem disponibilizar esses espaços e procurar sempre melhorar né (*sic*), aumentar, fazer com que seus serviços sempre melhores **(E02)**.

Eu acho super valido, eu queria ter isso na minha biblioteca **(E03)**.

Sim, concordo plenamente inclusive nos temos um espaço na biblioteca pra isso, eu falo que é um espaço de conhecimento, lazer e fale mais, tem uma sala que tá em reforma que eu quero fazer um ambiente em circulo onde eles possam se encontrar e falar como foi o seu dia, e esquecer a hierarquia, professor, alunos, bibliotecários, pode ser um roda de conversa, onde todo mundo seja igual **(E04)**.

Sim, a gente deveria ter mais encontros né, técnico e professores para fazermos rodas de conversas e o trabalho não ficar tão mecânico, a gente deveria ter esse tempo pra mais diálogos e trocar ideias sobre projetos e outras coisas importantes, para fortalecer a união e falar a mesma linguagem **(E05)**.

Fica claro nas falas dos bibliotecários entrevistados a necessidade de interagir com os demais membros da instituição para trocas, diálogos, desenvolvimento e colaboração para novos conhecimentos. É importante reforçar que a biblioteca deve ser um espaço para desenvolvimento de saberes atitudinais de toda comunidade que faz parte da instituição.

O debate sobre a biblioteca dentro de um contexto educativo e de mediação cultural ultrapassa a dimensão de acessória ou local onde apenas se fornece suporte informacional e constitui-se como um elemento essencial para práticas, relação e recriação de novos conhecimentos como afirma Passos; Pieruccini (2021).

- f) Novas tecnologias: Oferecer diversificados tipos de informações em formatos virtuais, digitais e eletrônicos. Disponibilizar espaço para interação com a comunidade acadêmica por meio das mais variadas mídias digitais, plataformas e portais de comunicação. Criar canais e redes de conexões no ambiente digital:

É importante até a gente infelizmente desde a pandemia (*sic*), que a gente acabou tendo o desligamento de alguns funcionários, a gente tinha uma atividade bem intensa em nossas redes de interação com os alunos, principalmente com os alunos que a gente acaba oferecendo serviços que as vezes eles não sabem que existe **(E01)**.

Não pode fugir da realidade e a tecnologia é algo que só vem aumentando e a biblioteca tem que tá sempre se aperfeiçoando para os usuários, as tecnologias podem mudar a forma como eles lidam com a informação. Então a biblioteca também precisa mudar, se as tecnologias vêm para facilitar, então a biblioteca tem que tá que se desenvolvendo nessa questão de como utilizar as tecnologias no trabalho, para poder ter essa facilidade de transmitir as informações e atender as demandas informacionais **(E02)**.

Eu acho que também é importante pra biblioteca, são meios de comunicação e no momento a gente é muito engessada ao *e-mail* e a página que é estática, então eu acho que se a biblioteca utilizasse outros canais como o *WhatsApp* que é mais rápido e mais prático seria melhor (E03).

Eu acho mega importante infelizmente nossa biblioteca ainda esta caminhando porque o que mata tudo isso é a questão orçamentaria porque se você tem cortes, você não tem nada (E04).

Eu acho tudo muito bonito, mas falta TI pra ajudar a gente tanto é que os bibliotecários aqui que organizaram as paginas das bibliotecas, tiveram autorização porque tava tudo parado porque não tem pessoal pra fazer, até o nosso repositório a gente não conseguiu pessoal pra mudar a interface e deixar a nossa cara, parece que a demanda da biblioteca nunca chega lá no topo (E05).

Apesar dos bibliotecários reconhecerem a importância das bibliotecas estarem inseridas no universo tecnológico, suas declarações informam que ainda existe um longo percurso a ser percorrido entre a biblioteca e a diversidade de serviços que as tecnologias podem oferecer.

Para isso, se faz necessário investimentos em equipamentos tecnológicos e em serviços inovadores que possam proporcionar novas experiências entre a comunidade acadêmica e as informações ofertadas em outros formatos, como o digital e o virtual.

Para os bibliotecários entrevistados, as bibliotecas necessitam oferecer uma diversidade de informações em diversos formatos, eles acreditam que as bibliotecas podem inovar cada vez mais com as mais recentes aplicações tecnológicas e promover uma diversidade de serviços, porém muitas vezes ficam de mãos atadas diante da falta de investimentos tanto em equipamentos físicos, de pessoal disponível para desenvolver aplicações, como em qualificação para os bibliotecários poderem oferecer tais melhorias para a comunidade.

Apresentamos desta forma um quadro síntese com a propositura das diretrizes para a construção de um modelo infoeducacional que priorize a aprendizagem contínua para o uso da informação e a apropriação de novos saberes informacionais para as bibliotecas dos IFs.

Quadro 17- Propositura das diretrizes para modelo infoeducacional

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> a) Notabilidade do espaço da biblioteca b) Oferta de serviços c) Saberes informacionais d) Ética na pesquisa e uso da informação e) Espaço para troca e apropriação da informação f) Novas tecnologias |
|---|

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Para melhor ilustrar as diretrizes propostas na tese, incluímos a seguir de forma sintética o que foi apresentado aos bibliotecários e suas percepções sobre este novo direcionamento que as bibliotecas precisam adquirir para enfrentar os desafios impostos na sociedade contemporânea.

Figura 4- Percepção dos bibliotecários sobre as diretrizes para construção do instrumento de infoeducação



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Em face das respostas às questões colocadas na pesquisa para os bibliotecários que atuam nas mais diversas bibliotecas dos Institutos Federais presentes de Norte a Sul do país e que possuem realidades distintas a depender de fatores que ultrapassam a mera localização geográfica, como é o caso da distribuição de renda e das disparidades socioeconômicas significativas entre as regiões, o que se pode perceber de forma mais frequente é que a redução de investimentos na educação tem proporcionado prejuízos para o desenvolvimento de políticas de educação e de informação para as bibliotecas, estejam elas localizadas ao norte ou no extremo sul do país.

E quanto às bibliotecas que dependem de recursos públicos para sobreviver, sejam elas públicas, escolares, universitárias, educativas, especializadas, entre outras? Já é retórica a falta de investimento nesses locais, comprometendo o desenvolvimento de suas atividades e tornando sua atuação cada vez mais frágil. Na verdade, disponibilizar recursos para a educação e cultura não deve ser considerado um gasto, são investimentos que oferecem como consequência o benefício de uma sociedade cada vez mais desenvolvida e transformada, onde todos possam não apenas ter o direito à educação como assegura a Carta Magna de 1988, mas que a educação ofertada seja de qualidade e comprometida com a formação humana e a transformação social da realidade que afeta as pessoas que sofrem com as desigualdades sociais.

7 CONCLUSÕES

No presente trabalho foi investigado de que forma as reformas educacionais refletem nas políticas de informação e infoeducação nas bibliotecas dos Institutos Federais de Educação no Brasil.

A questão problema desta Tese indagava sobre quais mudanças promovidas pelas reformas educacionais e a Emenda Constitucional 95 influenciam no investimento e no desenvolvimento das políticas de informação e de inclusão social das bibliotecas dos Institutos Federais de Educação no Brasil.

Partindo da questão hipótese de que existe um desmonte na educação pública e na profissão dos bibliotecários que atuam nos Institutos Federais e que vem acontecendo de forma gradativa, por meio do avanço cada vez maior das tecnologias digitais e da implementação de reformas educativas neoliberais que limitam o desenvolvimento da educação e repercutem no trabalho dos profissionais que atuam nesses espaços, se faz necessário a título de conclusões deste trabalho, pontuar como este processo vem acontecendo com base nos achados da pesquisa.

Primeiro ponto, é preciso considerar a partir do que foi investigado nos documentos legais e nos depoimentos dos bibliotecários dos Institutos Federais do Brasil que existe uma condição de trabalho precarizada, comprometida pela falta de investimentos na educação de um modo geral e nas bibliotecas, fruto de contingenciamentos e cortes orçamentários que refletem severamente no desenvolvimento de políticas de informação e infoeducação nas bibliotecas e, conseqüentemente, na atuação dos bibliotecários, intensificando a desvalorização da profissão.

Nesse movimento, intensificado pelo avanço tecnológico cada vez maior, todos os espaços possíveis de atuação tornam-se potencialmente dependentes das tecnologias digitais de informação e comunicação que frequentemente se expandem e exigem qualificação constante para o trabalho.

Não se pode negar por outro lado que as tecnologias digitais vêm alterando cada vez mais a forma como as pessoas usam a informação e se apropriam dos signos, além de romper barreiras simbólicas e distâncias culturais, essas experiências ocasionam profundas transformações tanto para os profissionais bibliotecários que precisam se adequar aos novos formatos em que a informação é oferecida ao seu público de usuários, quanto para aqueles que recebem a informação mediada por meio dos equipamentos informacionais. Daí que implica o metaconhecimento que auxilia nesse processo de conhecer o conhecimento (Passos;

Pieruccini, 2021) além de desenvolver atitudes específicas para se apropriar da informação no ambiente digital, uma realidade que não se pode fugir.

Esse processo exige o desenvolvimento de novas habilidades, atitudes e competências para atuação neste novo universo, marcado sobretudo pela inovação e pela inteligência artificial. As mais diferentes exigências para atuação no mercado de trabalho, marcado sobretudo pelo constante incremento informacional, digital-tecnológico, amplia a necessidade de investimentos. No entanto, essa constatação vem na direção oposta do que foi relevado na investigação deste trabalho, que aponta para um avanço cada vez maior da falta de recursos e investimentos em estrutura física e tecnológica adequada e de inovação, falta incentivo à qualificação e capacitação, ou seja, é um conjunto completo que denuncia a falta de atenção aos profissionais da educação e a própria educação de modo mais amplo.

O segundo ponto diz respeito às profundas transformações ocasionadas pelas tecnologias digitais que impactam no acesso e no uso da informação muitas vezes de forma indiscriminada, sem responsabilidade ética, crítica e consciente, oferecendo dentre as várias consequências um retrocesso no campo da formação humana, indicando a necessidade da práxis libertadora freiriana, discutida em alguns momentos deste trabalho, relacionando-a sobretudo à infoeducação de Perrotti, que evidencia a urgência de uma formação humanística, emancipatória e libertadora pautada no desenvolvimento cognitivo, cultural, ético e político do sujeito que vem ao encontro da perspectiva de formação humana e integral ofertada pelos Institutos Federais de Educação em sua proposta principal.

O terceiro ponto se refere à formulação das mais recentes políticas educacionais, que tomam forma por meio da reforma do ensino médio e da Emenda Constitucional 95 do teto de gastos, que visam a diminuição e a regressão dos direitos sociais (Moura; Lima Filho, 2017), bem como uma educação puramente tecnicista que tem como pano de fundo formar jovens para uma rápida inserção no mercado de trabalho pautada na pedagogia das competências.

Considera-se que, a exposição sobre os achados nos documentos legais, por meio da análise da BNCC, e da amostra realizada em 14 PPC de cursos técnicos integrados ao ensino médio dos IFs de todas as regiões do Brasil, demonstra ainda os frágeis laços entre a informação e a educação, ou seja, o que se percebe é que, a ausência do reconhecimento da biblioteca e dos profissionais bibliotecários nesses documentos legais só aumenta a fissura entre biblioteca e educação, bem como fortalece a permanência da cultura do difusionismo informacional, levando a crer que a consolidação das políticas de informação e da infoeducação ainda caminham de forma incipientes em direção ao que se propõe, que é a

formação no campo da informação em uma perspectiva emancipatória do sujeito, pautada na pedagogia de Paulo Freire.

Diante disso, a hipótese da pesquisa ganhou um novo elemento, qual seja, a forma desarticulada com que os novos PPC reformulados pela reforma do ensino médio e os profissionais da educação recebem informações sobre esses novos elementos e implementam nas bibliotecas, demonstra e confirma que as reformas não foram apresentadas à comunidade educacional para discussão, e vem sendo implementadas de forma desarticulada e sem nenhum diálogo com a comunidade escolar. Isso evidencia um aspecto impositivo e autoritário que já se fazia presente nos textos base das reformas e assim são concretizados na prática.

Em decorrência e como consequência têm-se que as reformas descaracterizam o tipo de educação ofertada pelos Institutos Federais de Educação, que é pautada na perspectiva da formação humana integral não apenas para adaptação ao mercado de trabalho, mas na articulação da formação geral e da formação técnica e que passa a ser inviabilizada com a implementação da nova reforma ao reorganizar toda estrutura curricular do novo ensino médio em itinerários formativos e dividir a formação geral da formação técnica, podendo ser ofertada inclusive por instituições particulares em convênio com os Institutos Federais, ou seja, não leva em consideração a exitosa política pública de ensino médio ofertada pelos Institutos Federais ao longo dos anos de atuação.

Importante destacar que existe um Projeto de Lei (PL) em curso, PL 5230/2023, que visa substituir a Lei 13.415/2017 e que se encontra aguardando apreciação pelo Senado Federal, podendo ser aprovado ou não. Essa questão sobre “a simples revogação da Lei nº 13.415/2017, não seria suficiente para frear os avanços neoliberais na organização da educação pública” (Paixão, 2023, p.210).

Ainda que aprovada a revogação do novo ensino médio, os cortes orçamentários promovidos pela Emenda Constitucional 95, por si só, já são suficientes para limitar o desenvolvimento e o avanço da educação pública que serve aos filhos da classe trabalhadora, principalmente no que se refere ao avanço e implementação das políticas de informação e infoeducação que são temáticas chaves deste trabalho.

No âmbito da infoeducação, foi proposto por este trabalho diretrizes para construção de um instrumento de infoeducação para as bibliotecas dos Institutos Federais, discutidas juntamente com os bibliotecários entrevistados, quais sejam: notabilidade do espaço da biblioteca, oferta de serviços, saberes informacionais, ética na pesquisa e uso da informação, espaço para troca e apropriação da informação e novas tecnologias.

Porém o esforço da pesquisa em identificar as diversas nuances que limitam a aplicação prática de tal instrumento na realidade das bibliotecas pesquisadas, revela a necessidade de um diagnóstico mais profundo nas bibliotecas para criação do instrumento e adequação às bibliotecas, levando em consideração cada realidade, principalmente no que tange as diversas desigualdades existentes no Brasil de Norte a Sul.

Ainda se faz importante pontuar que o empenho em pensar diretrizes que possam colaborar com o desenvolvimento de infoeducação e a melhoria das políticas de informação não são suficientes quando existe uma distribuição limitada de recursos para a educação e para as bibliotecas que se encontram instaladas nesses ambientes, como comprovado por meio da pesquisa.

Por fim, é fundamental reconhecer que o desenvolvimento de políticas de informação e infoeducação no Brasil depende do fortalecimento da educação, das bibliotecas e dos bibliotecários, que necessitam de constante qualificação para melhorar sua atuação profissional, e esse processo tem início na construção de políticas públicas voltadas para articulação mais forte entre educação, trabalho, ciência, cultura e ainda, não menos importante, no diálogo com os profissionais que atuam nesses ambientes que conhecem a realidade empírica destes locais.

Quanto aos caminhos/perspectivas para novos estudos que a pesquisa apresenta, aponta-se como recomendação para trabalhos futuros a criação de um modelo ou programa infoeducacional para as bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, baseado nas diretrizes propostas por esta pesquisa, em diálogos constantes com os profissionais que atuam nessas instituições de ensino por meio de agendas de pesquisa, discussão da proposta, testagem e aplicação *in loco* para adequação a cada realidade.

Como a educação não se faz sem prática (*práxis*) (Freire, 2011), reforça-se ainda a importância da infoeducação nas pesquisas na área da Ciência da Informação. Assim, este trabalho é um convite à prática da educação para o uso da informação de forma constante, não só nas bibliotecas, mas em nossa rotina que está envolvida por informações em todos os lugares que passamos.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? **Outra travessia**, Ilha de Santa Catarina, n.5, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576>. Acesso em: 15 abr. 2022.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. São Paulo: Martins Fontes, 1970.
- ALTHUSSER, Louis. **Sobre a Reprodução**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.
- ALMEIDA, Carlos Cândido de; BASTOS, Flavia Maria; BITTENCOURT, Fernando. Uma leitura dos fundamentos histórico-sociais da Ciência da Informação. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, Marília, v. 6, n. 1, p. 68-89, 2007. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/reic/article/view/749>. Acesso em: 06 out. 2022.
- ALMEIDA, Jobson Louis Santos de; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Aplicação teórica do regime de informação em biblioteca multinível. XX Encontro Nacional de Estudante de Pós-Graduação em Ciência da Informação. 20., 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2019. Disponível: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/681/733>. Acesso em: 19 fev. 2022.
- ALMEIDA, Jobson Louis Santos de; PERUCCHI, Valmira; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Ciência-Ação em Ciência da Informação: um método qualitativo em análise. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da informação**, v. 25, p.01-24, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2020.e66993>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. A ação cultural do bibliotecário: grandeza de um papel e limitações da prática. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 20, n. ¼, p. 31-8, 1987.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v.2, n.1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/119750>. Acesso em: 04 maio 2022.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Espaços e equipamentos informacionais. *In*: BARBALHO, Célia Regina Simonetti; SILVA, Rovilson José da; GOMES, Samir Hernandes Tenório; BORTOLIN, Sueli (org.). **Espaços e ambientes para leitura e informação**. São Paulo: Abecin, 2020. p. 9-37. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/editora/article/view/222/196>. Acesso em: 12 set. 2023.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilso J. da; (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Report of the Presidential Committee on information literacy: Final Report.** [S. l.], 1989. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/nili/ilit1st.html>. Acesso em: 20 ago. 2022.

ANDRADE, Maria Margarida. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ANDES. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Ministério da Educação teve o segundo maior corte no Orçamento 2022.** 2022. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/ministerio-da-educacao-teve-o-segundo-maior-corte-no-orcamento>. Acesso em: 20 set. 2023.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da Ciência: filosofia e prática da pesquisa.** 2. ed. São Paulo: Cengage, 2012.

ARAÚJO, Carlos Alberto de Ávila. Fundamentos da Ciência da Informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 4, p. 57-79, 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc>. Acesso em: 15 jul. 2022.

ARAÚJO, Emily Lima Galdino de; VILA, Monise Danielly Pessoa. A biblioteca e suas tipologias. *In: CONGESP – Congresso de Gestão Pública do Rio Grande do Norte*, 13., 2019, Natal. **Anais eletrônico[...]**. Natal: CONGESP, 2019. Disponível em: <http://www.congesp.rn.gov.br/anais/publiatuais/27.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.

ARÉVALO, Júlio Alonso; QUINDE, Marlene. La biblioteca como tercer lugar. **Revista Desiderata**, n. 21, ano 6, p. 106- 112, 2023. Disponível em: <https://universoabierto.org/2023/01/10/la-biblioteca-como-tercer-lugar/>. Acesso em: 03 mar. 2023.

ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro.** 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana.** Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ANCIB. **Coordenação e ementas de GT.** Disponível em: <https://ancib.org/coordenacoes-e-ementas-de-gt/>. 2022. Acesso em: 04 de fev. 2022.

AUN, Marta Pinheiro. A construção de políticas nacional e supranacional de informação: desafio para os Estados nacionais e blocos regionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 1-9, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/8NzCHdQ9ct8Lhd7Zb5ZnQ9J/?lang=pt#> . Acesso em: 10 jan. 2011.

BARBIER, Frédéric. A utilidade como imperativo (1719-1789). *In: BARBIER, F. A. História das bibliotecas: de Alexandria às bibliotecas virtuais.* São Paulo: EDUSP, 2018. p. 255- 288.

BARBIER, Frédéric. **História das bibliotecas**: de Alexandria as bibliotecas virtuais. São Paulo: EdUSP, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Políticas Nacionais de Informações: discursos ou ação. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, v.4, n.2, p. 1-11, 2003. Disponível em: www.dgz.org.br. Acesso em: 22 abr. 2022.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Uma história da Ciência da Informação. In: TOUTAIN, L. M. B.B. **Para entender a Ciência da Informação**. Salvador: EDUFBA, 2012.

BARROS, Mateus dos Santos. Alfabetização e letramento: um erro de cisão. **Revista Desempenho**, n. 31, v. 2, p.1-13, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rd/article/view/26414>. Acesso em: 03 fev. 2022.

BECKER, Caroline da Rosa Ferreira; FAQUETI, Marouva Fallgatter. **Panorama das bibliotecas da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**: um olhar sobre a gestão. Blumenau: IFC, 2015.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. A *information literacy* como competência necessária à fluência científica e tecnológica na sociedade da informação: uma questão de educação. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DA PRODUÇÃO DA UNESP, 7., 2001, São Paulo. **Anais Eletrônico[...]**, São Paulo: Unesp, 2001. Disponível em: <http://www.simpep.feb.unesp.br/ana8.html>. Acesso em: 15 out. 2022.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. Competências na era digital: desafios tangíveis para bibliotecários e educadores. **ETD - Educação Temática Digital**, v. 6, n. 2, p. 27-42, 2005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/772>. Acesso em: 12 fev. 2022.

BELLUZZO, R. C. B. O uso de mapas conceituais e mentais como tecnologia de apoio à gestão da informação e da comunicação: uma área interdisciplinar da competência em informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 78-89, dez. 2006. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/19>. Acesso em: 05 jan. 2023.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir Jose. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.16, n.4, p.29-41, out./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/59tSQqr4G9TjSBNBGdXnrrv/>. Acesso: 19 set. 2023.

BEZERRA, Emy Pôrto *et al.* Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 60-86, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4656/465646674004/html/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

BEZERRA, Arthur Coelho *et al.* (org.). **iKritika**: estudos criticos em informação. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

BICALHO, Lucineia Maria. **As relações interdisciplinares refletidas na literatura brasileira da Ciência da Informação**. Belo Horizonte: UFMG, 2009. 267f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

BLACK, Alistair. Socially controlled space or public sphere ‘third place’? Adult reading rooms in early British public libraries. *In*: KOREN, Marian. **Working for Five Star Libraries: International Perspectives on a Century of Public Library Advocacy and Development**, Vereiniging openbare bibliotheken/Bibliion. 2008, p. 27-41. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/158312892.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2022.

BORKO, Harold. Information Science: What is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2532327/mod_resource/content/1/Oque%C3%A9CI.pdf. Acesso em: 02 fev. 2022.

BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo. Mediação oral da literatura em ambiente digital. *In*: SANTOS NETO, João Arlindo; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco; BORTOLIN, Sueli. **Perspectivas em mediação no âmbito da Ciência da Informação**. São Paulo: Abecin, 2020. p. 496-521.

BRAGA, Gilda Maria. Informação, ciência da informação: breves reflexões em três tempos. **Ciência da Informação**, v.24, n. 1, p. 1-8, 1995. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/241/1/BRAGACI2411995n.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.

BRAMAN, Sandra. The emergent global information policy regime, *In*: BRAMAN, S. (ed.) **The emergent global information policy regime**. Hampshire: Palgrave, 2004.

BRANDÃO, Jobson Louis Almeida. **Modelo teórico-pragmático para políticas de informação em bibliotecas**. 2022. 227f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/24924/1/JobsonLouisAlmeidaBrand%C3%A3o_Tese.pdf. Acesso em: 21 nov. 2022.

BRANDÃO, Jobson Louis Santos Almeida de; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; PERUCCHI, Valmira. Construção identitária das bibliotecas dos Institutos Federais no Brasil. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais [...]**, Rio de Janeiro: IBICT, 2022. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/paper/view/162>. Acesso em: 03 jun. 2022.

BRANDÃO, Jobson Louis Santos Almeida de; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; PERUCCHI, Valmira. Biblioteca educativa pública nos Institutos Federais: identidade, finalidade, função, natureza e perspectivas. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Porto Alegre, v. 28, p. 1–18, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/89493>. Acesso em: 21 set. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. **Censo escolar da educação básica 2022**: Resumo técnico. Brasília, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2022.pdf. Acesso em: 13 set. 2023.

BRASIL. Medida Provisória MPV 746/2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral Brasília. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 22 set. 2016. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm. Acesso em: 5 mar. 2020.

BRASIL. **Proposta de Emenda Constitucional nº 55, de 26 de outubro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. Brasília. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/en/web/atividade/materias//materia/127337?o=c> Acesso em: 21 jun. 2020.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1988. Disponível em: <https://www.apostilasopcao.com.br/arquivos-opcao/erratas/11197/69245/parametros-curriculares-nacionais-terceiro-e-quarto-ciclos-do-ensino-fundamental.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2023.

BRASIL. **Plataforma Nilo Peçanha**: Indicadores de gestão. 2023. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVILWJjNzYtZWQwYjI2OThhYWY1IiwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVhYi1iYjU4LTgyYjJhMTUzNDBmZiJ9>. Acesso em: 10 nov.2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 2 abr. 2010.

BRASIL. **LDBN : Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 2. ed. Brasília : Senado Federal: Coordenação de Edições Técnicas, 2018. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf. Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. **Lei n. 11. 892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 19 mar. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Lei n.12244 de 24 de maio de 2010**. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=240379&norma=261310>. Acesso em: 03 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho

CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei n. 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Portal da Legislação**, Brasília, 16 fev. 2017. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 01 nov. 2022.

BRASIL. **Programa nacional biblioteca da escola**. Brasília, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>. Acesso em: 24 set. 2023.

BRASIL. **Expansão da rede federal**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoos/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 24 set. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Técnica de Nível Médio. Brasília, DF: Ministério da Educação, [2012]. Disponível em: <https://cutt.ly/tnaZTCs>. Acesso em: 12 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Histórico da educação profissional e tecnológica no Brasil**. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/68731-historico-da-educacao-profissional-e-tecnologica-no-brasil>. Acesso em: 28 abr.2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão da Rede Federal**. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoos/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 11 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa nacional biblioteca na escola**. 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola/apresentacao>. Acesso em: 05 ago. 2023.

BRISOLA, Anna Cristina. Forjando em Freire as bases epistemológicas e de práxis da competência crítica em informação. *In*: BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco. (org.). **Competência crítica em informação: teoria, consciência e práxis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2022. p. 21-33.

BUFREN, Leilah Santiago; ALVES, Edvaldo Carvalho. **A dinâmica da pesquisa em Ciência da Informação**. João Pessoa: EdUFPB, 2020.

BUSH, Vannevar. **As We May Think**. [S.l.]: The Atlantic Monthly, 1945.

CABRAL, Isabela. **O que é chatbot?** entenda como funciona o robô que conversa com você. 2018. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/03/o-que-e-chatbot-entenda-como-funciona-o- robo-que-conversa-com-voce.ghtml>. Acesso em: 12 fev. 2023.

CAMPELLO, Bernadete. Fontes de informação utilitária em bibliotecas públicas. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 22, n.1, p.35-46, 1998. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/90315>. Acesso em: 01 maio 2023.

CAMPELLO, Bernadete *et al.* **Biblioteca Escolar**: temas para uma prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

CAMPELLO, Bernadete *et al.* **A biblioteca escolar**: temas para uma prática pedagógica. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CAMPELLO, Bernadete. **Letramento Informacional - Função Educativa do Bibliotecário na Escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 5., 2003. Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12, n.1, p. 147-207, jan./abr.2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/j7936SHkZJkpHGH5ZNYQXnC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 ago.2022.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso *versus* Análise de Conteúdo. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, out./dez. 2006.

CARVALHO, Dóris de Queiroz. **Biblioteca de escolas técnicas industriais**: manual de organização e funcionamento. Brasília: Fundação IBGE, 1970.

CASTRO, Claudio de Moura. **A prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

CAUNE, Jean. Pour une éthique de la médiation: Le Sens des pratiques culturelles, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble. **Études de communication**, v. 22, p. 155-156, 1999. Disponível em: <https://journals.openedition.org/edc/2336>. Acesso em: 9 abr. 2022.

CAUNE, Jean. La médiation culturelle: une construction du lien social. **Les Enjeux de l'Information et de la Communication**, n. 1, 2000. Disponível em: <https://lesenjeux.univ-grenoble-alpes.fr/2000/varia/04-la-mediation-culturelle-une-construction-du-lien-social>. Acesso em: 12 fev. 2023.

CHESNAIS, Francois. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamá, 1996.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CIAVATTA, Maria. **Os estudos comparados em educação profissional**. Niterói: Mimeo, 2004.

CISLAGHI, Juliana Fiuza *et al.* Não é uma crise, é um projeto: a política de educação do Governo Bolsonaro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília- DF, **Anais [...]** Brasília-DF: ABEPSS, 2019. Disponível em: <http://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/764/744>. Acesso em: 12 jan. 2023.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 2012.

COLLINS, Harry; KUSCH, Martin. **A forma das ações**: o que os humanos e as máquinas podem fazer. Belo Horizonte: Frabrefactum, 2010.

COMISSÃO BRASILEIRA DE BIBLIOTECAS DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. Apresentação. 2011. Disponível em: <https://cbbionline.org/institucional/apresentacao/>. Acesso em: 30 abr.2022.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. Conheça a história, 2022. Disponível em: <https://113anos.redefederal.org.br/#inicio>. Acesso em: 23 ago. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (CFB). **Resolução CFB Nº 220/2020, de 13 de maio de 2020**. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/1349>. Acesso em: 23 set. 2023.

CORTE, Adelaide Ramos *et al.* Automação de bibliotecas e centro de documentação: o processo de avaliação e seleção de softwares. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 241-256, set./dez. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/MQng5HLWDQ7YtzzVFRYDZj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 dez. 2023.

DANTAS, Marcos. **Trabalho com informação**: valor, acumulação, apropriação nas redes do capital. Rio de Janeiro: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ, 2012. Disponível em: http://marcosdantas.com.br/conteudos/wpcontent/uploads/2013/03/livro_trabalho_com_informacao_marcos_dantas.pdf. Acesso em: 16 set. 2021.

DANTAS, Marcos. Dialética da informação: uma leitura epistemológica no pensamento de Vieira Pinto e Anthony Wilden. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p. 491-505, nov. 2015. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3601/3079>. Acesso em: 23 ago. 2022.

DANTAS, Marcos. Dialética da informação: uma leitura epistemológica no pensamento de Vieira Pinto e Anthony Wilden (II). **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p. 149-165, maio 2016. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3713>. Acesso em: 25 ago. 2022.

DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação em processo? **Prisma – Revista de Ciência da Informação e da Comunicação**, Porto, n. 4, p. 03-36, jun., 2007. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2018/01/pdf_cd350de355_0000028818.pdf. Acesso em: 25 set. 2022.

DIAS, Eduardo Wense. O específico da Ciência da Informação. *In*: AQUINO, Miriam de Albuquerque (org.). **O campo da Ciência da Informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: UFPB, 2002. p. 87-99.

DIAS, Geneviane Duarte; SILVA, Terezinha Elizabeth da; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. Políticas de informação nas bibliotecas universitárias: um enfoque no desenvolvimento de coleções. **Revista digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. v.11, n.1, p. 39-54, 2013. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/114433>. Acesso em: 07 maio 2023.

DUARTE, Yaciara Mendes. A Base Nacional Comum Curricular e as possibilidades para a biblioteca escolar. **Revista eletrônica da ABDF**, Brasília-DF, v.5, n.1, p. 29-47, 2021. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/166244>. Acesso em: 08 ago. 2023.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e práticas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./ abr. 2003. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/34917>. Acesso em: 10 set. 2022.

DUFRENE, Bernadette, GELLEREAU, Michèle. Mediação cultural: questões profissionais e políticas. **Hermès, La Revue**, Paris, v. 1, n. 38, p. 199-206, 2004. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-hermes-la-revue-2004-1-page-199.htm>. Acesso em: 21 out. 2022.

EKBIA, Hamid; EVANS, Tom. Regimes of information: land use, management, and policy. **The information society**, London, v. 25, n. 5, p. 328–343, set., 2009. Disponível em: <http://mypage.iu.edu/~evans/manuscripts/Ekbia-Evans.InfoSociety.2011.pdf> . Acesso em: 18 mar. 2023.

ESCALANTE, Isadora; MALLMANN, Patrícia; COUTINHO, Luciano. O impacto do estereótipo de gênero sobre a mulher bibliotecária do século XXI no Brasil. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 8, n.especial, p.1-12, 2021. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/243/221> . Acesso em: 21 jan. 2024.

FARIAS, Michelle. CG é a 3ª cidade mais inovadora do país e a 1ª do Nordeste. **A União**, Campina Grande-PB, 2023. Disponível em: https://auniaio.pb.gov.br/noticias/caderno_paraiba/cg-e-a-3a-mais-inovadora-do-pais-e-a-1a-do-nordeste. Acesso em: 26 mar.2023.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO. Eventos. 2021. Disponível em: <https://febab.org/eventos/>. Acesso em: 21 abr. 2023.

FERNANDES, Wesley Rodrigo. **Desvendando as relações de outras disciplinas com a Ciência Da Informação**: um estudo comparativo entre a pesquisa nacional e internacional. 2019. 361 f. Tese (Doutorado em Gestão e Organização do Conhecimento)-Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

FERNANDES, Wesley Rodrigo; CENDON, Beatriz Valadares; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Information science and its correlated areas: a case study at the federal university of Minas Gerais. **BJIS**, Marília, v.5, n.1, p.3-35, 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/48641>. Acesso em: 21 out. 2022.

FERRETTI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro. Reforma do ensino médio no contexto da medida provisória n. 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p.385-404, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LkC9k3GXWjMW37FTtfSsKTq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2023.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. A contrarreforma do ensino médio no contexto da nova ordem e progresso. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p.293-308, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/cLyHwCQFR8r97gxFCJtcGHM/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 fev. 2022.

FLICK, Uwe. **Introdução a pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1970.

FOUCAULT, Michel. Sobre a História da sexualidade. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 243-27.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Ciência da Informação, temática, histórias e fundamentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v.11, n.1, p.6-19, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/rPpchWXW8kKL8tYQ36tJH4w/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 out. 2022.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. O trabalho de informação na sociedade do aprendizado contínuo. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.17, n.3, p.39-45, 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/105676>. Acesso em: 14 mar. 2023.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Construção participativa de instrumento de política pública para gestão e acesso á informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 195-207, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/sJm5XTfMMzQ4CvsSJGppRnD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 jun. 2022.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. O regime de informação da comunicação científica: uma abordagem. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 4, p. 175- 199, out./dez. 2021. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/informacao>. Acesso em: 21 nov. 2022.

FREIRE, Isa Maria. Informação e educação: parceria para inclusão social. **Inclusão Social**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 142-145, abr./set. 2007. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/05/pdf_262dfba85e_0010192.pdf. Acesso em: 02 mar. 2022.

FREIRE, Isa Maria. Sobre o regime de informação no Laboratório de Tecnologias Intelectuais – LTi. **InCID: Revista Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 70-86, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/viewFile/59102/62100>. Acesso em: 11 abr. 2022.

FREIRE, Isa Maria. Aplicação teórica do regime informacional no Laboratório de Tecnologias Intelectuais. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 19., 2018, Londrina. **Anais[...]**. Londrina: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2018. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xixenancib/paper/viewFile/1010/1399>. Acesso em: 19 jun. 2022.

FREIRE, Paulo. Considerações em torno do ato crítico de estudar. *In: FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos***. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 9-12.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Autores Associados, 1989.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. 67.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREITAS, Livia Santos de; GOMES, Henriette Ferreira; SANTOS, Raquel do Rosário. **Ações mediadoras desenvolvidas pelos bibliotecários para estimular o uso dos livros eletrônicos**, 2017. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/151740>. Acesso em: 14 mar. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, M. A. política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 abr. 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação politécnica. *In: CALDART, R. et al (org.). **Dicionário da Educação do Campo***. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação básica na Brasil: entre o direito social e subjetivo e o negócio. **Revista educação pública**. v. 14, n. 36, p. 1-5, 2014. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/14/36/educacao-bsica-no-brasil-entre-o-direito-social-e-subjetivo-e-o-negcio>. Acesso em: 21 out. 2022.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: Applying the actor network theory. *In: OLSON, H. A.; WARD, D. B. (eds.) **Proceedings of the 23rd Annual conference of the Canadian Association for Information Science***, 7–10 June 1995, Edmonton, Alberta, 1995. Disponível em: <https://sites.ualberta.ca/dept/slis/cais/frohmann.htm>. Acesso em 21 nov. 2022.

FURTADO, Cassia. **A biblioteca escolar brasileira no sistema educacional da sociedade da informação**, 2008. Disponível em: <http://gebe.eci.ufmg.br/downloads/317.pdf>. Acesso em 12 set. 2023.

GARCEZ, Eliane Fioravante. O bibliotecário nas escolas: uma necessidade. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p.27-41, 2007. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/492/633>. Acesso em: 07 ago. 2023.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Arcabouço conceitual do letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília-DF, v.39, n.3, p.83-92, set/dez, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/9L8b38v48WBQSQVRX63BMsw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2022.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Letramento informacional: pesquisa, reflexão e aprendizagem**. Brasília: Editora FCI/UNB, 2012. Disponível em: http://leunb.bce.unb.br/bitstream/handle/123456789/22/Letramento_Informacional.pdf?sequence=3. Acesso em: 5 nov. 2023.

GOMES, Henriette Ferreira. Interdisciplinaridade e Ciência da Informação: de característica a critério delineador de seu núcleo principal. **DataGramZero**, v. 2, n. 4, ago. 2001. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/5176>. Acesso em: 2 jul. 2011.

GOMES, Henriette Ferreira. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio./ago. 2014. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994>. Acesso em: 12 set. 2014.

GOMES, Henriette Ferreira. Comunicação e informação: relações dúbias, complexas e intrínsecas. In: MORIGI, Valdir; JACKS, Nilda; GOLIN, Cida. (org.). **Epistemologias, comunicação e informação**. Porto Alegre: Sulina, 2016. p. 91-107.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e protagonismo social: relações com vida ativa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. In: GOMES, Henriette Ferreira *et al.* **Informação e protagonismo social**. Salvador: EduUFBA, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/33742/1/informacao-e-protagonismo-social-RI.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2022.

GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo social e mediação da informação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 10-21, mar. 2019. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4644>. Acesso em: 24 fev.2022.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v.30, n.4, p.1-23, out./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57047/32516>. Acesso em: 19 mar. 2022.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. O caráter seletivo das ações de informação. **INFORMARE** – Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7-30, jul./dez, 1996.

GONZÁLEZ DE GOMÉZ, Maria Nélide. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 67-93, abr.1999. Disponível em: <http://localhost:8080/xmlui/handle/123456789/618>. Acesso em: 09 maio 2022.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/975/1013>. Acesso em: 09 maio 2022.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n.1, p.31-43, 2003. Disponível em: <https://periodicos.puccampinas.edu.br/transinfo/article/view/6385/4069>. Acesso em: 21 out. 2022.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/14376>. Acesso em: 7 abr. 2023.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Políticas e regimes de informação: perspectivas. *In*: GARCIA, Joana Coeli Ribeiro; TARGINO, Maria das Graças. **Desvendando facetas da gestão e políticas de informação**. João Pessoa: UFPB, 2015. p. 321-351.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 2: os intelectuais, o princípio educativo. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, v. 22, n.2, p. 15-46, 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361/40514>. Acesso em: 24 jan. 2023.

HATSCHBACH , Maria Helena de Lima; OLINTO, Gilda. Competência em informação: caminhos percorridos e novas trilhas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.4, n.1, p. 20-34, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/44661>. Acesso em: 19 set. 2023.

HEEREN, Marcelo Veloso; SILVA, Marta Leandro da. O princípio de autonomia dos institutos federais e sua política educacional em oposição à reforma do ensino médio. **Jornal de Políticas Educacionais**. v. 13, e61995, 2019. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/jpe/v13/1981-1969-jpe-13-e61995.pdf>. Acesso em: 21 set. 2023.

IGUMA, Andréia de Oliveira Alencar; FERNANDES, Célia Regina Delácio. Uma reflexão sobre as práticas de leitura no acervo do PNBE. *In: Colóquio internacional de estudos lingüísticos e literários*, 9., 2010, Maringá. **Anais [...]**. Maringá: UFPR, 2010.

INGWERSEN, Peter. Conceptions of Information Science. *In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (ed.). **Conceptions of Library and Information Science**: historical, empirical and theoretical perspectives*. London: Taylor Graham, 1992. p. 299-312.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/22827-censo-demografico-2022.html?=&t=resultados>. Acesso em: 01 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE. **Institutos Federais completam oito anos nesta quinta-feira**. 2022. Disponível em: <http://pelotas.ifsul.edu.br/noticias/institutos-federais-completam-oito-anos-nesta-quinta-feira-29>. Acesso em: 10 fev. 2022.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION (IFLA). UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Diretrizes da IFLA/UNESCO para Biblioteca Escolar**. 2016. Disponível em: <https://www.docsity.com/pt/diretrizes-da-biblioteca-escolar/5437129/pdf> Acesso em: 14 ago. 2022.

JAEGER, Paul; TAYLOR, Natalie Greene. **Foundations of information policy**. Chicago: ALA NealSchuman, 2019. Disponível em: <https://www.iastatedigitalpress.com/archivalissues/article/11890/galley/11054/view/>. Acesso em: 25 fev.2024.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JURACY, Caetana *et al.*(org.). **Institutos Federais: Lei 11.892, de 29/12/2008 comentários e reflexões**. Natal: IFRN, 2009.

KOBASHI, Nair Yumiko; SMIT, Johanna W. ; TÁLAMO, Maria de Fátima G. M. A função da terminologia na construção do objeto da Ciência da Informação. **Data Grama Zero-** Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.2, n.2, abr. 2001. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/44398>. Acesso em: 12 mar. 2022.

KUENZER, Acácia Zenaida. **As propostas de decreto para regulamentação do ensino médio e da educação profissional: uma análise crítica**. Curitiba, 2003. (mimeo). Disponível em: www.anped.org.br/representacoesanped2004.pdf. Acesso em: 09 abr. 2020.

KUENZER, Acácia Zenaida. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto de regime de acumulação flexível. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.38, n.139, p.331-354, abr.jun.2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mJvZs8WKpTDGCFYr7CmXgZt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jan. 2022.

KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 13.ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

LAIA, Marconi Martins de. **Políticas de governo eletrônico em estados da federação brasileira**: uma contribuição para análise segundo a perspectiva institucional. 2009. 371 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ECID-7V2JEZ/1/052510_revis_o_final_marconi_3.0.pdf. Acesso em: 3 jan. 2023.

LANDIM, Wikerson. **Chat GPT**: o que é, como funciona e como usar. 2023. Disponível em: <https://mundoconectado.com.br/artigos/v/31327/chat-gpt-o-que-e-como-funciona-como-usar>. Acesso em: 19 abr.2023.

LE COADIC, Yves François. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LE COADIC, Yves François. **A Ciência da Informação**. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LE COADIC, Yves F. Sciences de l'Information. *In*: CACALY, Serge *et al.* **Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation**. 3.ed. Paris: Armand Colin, 2008.

LE DEUFF, Olivier. **La culture de l'information en reformation**. Sciences de l'Homme et Société. 2009. 533 f. Thèse (Doctorat Sciences de l'information et de la communication), Université Rennes 2, Français, 2009. Disponível em: <https://theses.hal.science/tel-00421928/document>. Acesso em: 27 jan. 2022.

LEMOS, Antonio Agenor Briquet de. A transfêrencia de informação entre o norte e o sul: Utopia ou realidade? **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 61-74, mar. 1983.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LEVY-STRAUSS, Claude. Aula inaugural. *In*: ZALUAR, A. (org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975, p. 211-244.

LIMA, Erika Roberta Silva de; SILVA, Francisca Natália da; SILVA, Lenina Lopes Soares. Formação humana integral nos documentos orientadores do ensino médio e da educação profissional. *In*: Colóquio Nacional: a produção do conhecimento em Educação, 4., 2017, Natal-RN. **Anais** [...] Natal, RN: IFRN, 24 a 27 de julho de 2017. Disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/anais/2017/trabalhos/eixo1/E1A34.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2022.

LIMA, Everton. Mulheres no mercado de trabalho: avanços e desafios. **Portal Fiocruz**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/print/173669>. Acesso em: 09 fev. 2024.

LIQUÈTE, Vincent; DELAMOTTE, Éric; CHAPRON, Françoise. Introduction. **Études de communication**. v, 38, p.1-11, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/edc/3372>. Acesso em: 21 out. 2022.

LISTON, Rose; SANTOS, Plácida. Representando a *Information Literacy*: Competências Informacionais na Biblioteconomia. **Em Questão**, v. 14, n.2, 2008. Disponível em:

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/viewArticle/5043/4875>. Acesso em: 11 maio 2022.

LLARENA, Marco Antônio Almeida. **Comunidades de prática a luz do regime de informação**: ações de informação no Instituto Federal da Paraíba. 2022. 224 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/24158/1/MarcoAntonioAlmeidaLlarena_Tese.pdf. Acesso em: 25 fev. 2021.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. **O ensino e a biblioteca**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 12.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005.

MARCIANO, João Luiz Pereira. Bases teóricas para a formulação de políticas de informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 16, n. 2, p. 37-50, jul./dez. 2006. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_03e3d997ad_0012821.pdf. Acesso em: 27 abr. 2023.

MARTINES, Alexandre Robson; WOIDA, Luana Maia; ALMEIDA, Carlos Cândido. Cultura informacional: uma análise léxico-morfológica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.26, número 1, p. 109-132, mar/2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/YrFXRshqMxSTmYhfvYHFbrg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jan. 2022.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informacional pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, v. 24, n.1, p. 1-8, 1995. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/613>. Acesso em: 29 mar.2022.

MATTELART, Armando. **História da utopia planetária**: da cidade profética à sociedade global. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MARX, Karl. **Sociedade e mudanças sociais**. Lisboa: Edições 70, 1974.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico- filosóficos**. Lisboa: Edições 70,1993.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. 4.ed. São Paulo: Boitempo, 1984.

MAURY, Yolande. Définition(s) de la culture informationnelle. *In*: BÉGUIN, Annette. **Rapport final ERTé Culture informationnelle et curriculum documentaire**, Lille 3, décembre 2010, p. 127-133. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/277329465_Definition_s_de_la_culture_informatio_nnelle. Acesso em: 19 set. 2023.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MENESES, Amanda. **O que é inteligência artificial e principais exemplos dessa tecnologia**. 2023. Disponível em: <https://investnews.com.br/guias/inteligencia-artificial/>. Acesso em: 13 mar. 2023.

MESZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MILANESI, Luiz. **O que é biblioteca?** São Paulo: Brasiliense, 1983.

MILANESI, Luiz. **Biblioteca**. São Paulo: Atelié Editorial, 2002.

MINAYO, Maria Cecília. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4. ed. São Paulo: Hucitec; 1996.

MIRANDA, Silvânia Vieira. Identificando competências informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 112-122, maio/ago. 2004. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a12v33n2.pdf. Acesso em: 10 maio 2022.

MIRANDA, Ana Maria Mendes. Educação e competência crítica em informação: análise a partir da pedagogia histórico-crítica. In: BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco. (org.). **Competência crítica em informação: teoria consciência e práxis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2022.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de; SOLINO, Antônia da Silva. Educação continuada e mercado de trabalho: um estudo sobre os bibliotecários do Estado do Rio Grande do Norte. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n.2, p. 383-397, set./dez.2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/ppR7DKZgPV9PhBqYZSKgjny/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jun.2023.

MODESTO, Crislaine Matozinhos Silva; MAZZA, Débora; SPIGOLON, Nina Imaculada. A formação humana integral diante dos retrocessos sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 39, n. 108, p. 161-176, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/6X3GHVPZZjvc89fkNkj4Cyj>. Acesso em: 15 maio 2023.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MOTTA, Vânia Cardos da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n.139, p. 355-372, abr./jun. 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/8hBKtMRjC9mBJYjPwbNDtk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 07 abr. 2022.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite. A reforma do ensino médio: regressão de direitos sociais. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 109-129, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://www.esforce.org>. Acesso em: 14 out. 2023.

MOURA, Dante Henrique; BENACHIO, Elizeu Costacurta. Reforma do ensino médio: subordinação da formação da classe trabalhadora ao mercado de trabalho periférico. **Revista Trabalho Necessário**, v.19, n.39,p. 163-187, maio/ago.2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/47479/29251>. Acesso em: 10 nov. 2023.

MRACHINA, Heloisa. **Inteligência artificial (IA) Do que ela é capaz?** 2023. Disponível em: <https://www.dinamicaej.com.br/inteligencia-artificial-ia-do-que-ela-e-capaz>. Acesso em: 19 abr. 2023.

MUNGUAMBE, Rose Manuela Teixeira Pinto; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. **Política, regime e competência da informação**: o sistema de biblioteca da Universidade Eduardo Mondlane (SIBUEM) – Moçambique. João Pessoa: UFPB, 2020. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/20145/1/GHAFreire.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2023.

NEVES, Bárbara Coelho; AGUIAR, Niliane Cunha. Políticas públicas de informação e bibliotecas escolares: panorama brasileiro. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 27, n. 3, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/33296>. Acesso em: 26 nov. 2023.

NUNES, Rafael Matos; SOUSA, Ana Cláudia Medeiros. Mediação da informação e mediação cultural: concepções e entrelaçamentos sob a ótica das apropriações e dos protagonismos social e cultural. **RICI: Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 329-345, maio./ago. 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/47048>. Acesso em: 01 mar. 2023.

OLIVEIRA, Amanda Leal. **A negociação cultural**: um novo paradigma para a mediação e a apropriação da cultura escrita. 2014. 250 f. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-16102014-104805/publico/AmandaLealdeOliveira.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2022.

OLIVEIRA, Amanda Leal de. A construção de uma ordem cultural negociada: considerações sobre o conflito e a atenção na mediação da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais eletrônicos [...]** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1215/151. Acesso em: 23 mar. 2022.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Histórico da pandemia de Covid 19**. 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 21 fev. 2023.

OSÓRIO, Fernando. **Principais problemas que podem ser provocados pelo uso da tecnologia e alerta para a necessidade de criação de regras e leis regulatórias**. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/avanco-da-inteligencia-artificial-traz-vantagens-mas-abre-questoes-eticas-morais-e-sociais/>. Acesso em: 21 ago. 2023.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal: IFRN, 2010.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos Político-pedagógicos dos Institutos Federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Natal: IFRN, 2015.

PACHECO, Eliezer; REZENDE, Caetana. Institutos federais: um futuro por armar. *In: Institutos Federais: Lei nº 11.892, de 20/11/2008: comentários e reflexões*. Natal: IFRN, 2009.

PAIVA, Wilson Alves de. O legado dos jesuítas na educação brasileira. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.31, n.04, p.201 – 222, out./dez., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/4WccmHjrYWG4fKfDj8L87Gv/?format=pdf>. Acesso em: 28 fev. 2022.

PAIXÃO, Alessandro Eziquiel da. **A Lei nº 13.415/2017 e a educação profissional: uma análise dos caminhos da reforma nos Institutos Federais**. 2023. 242f. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/83220>. Acesso em: 23 ago. 2023.

PASSOS, Marcos Paulo de. **O ato lúdico de conhecer: a pesquisa como um processo dialógico de apropriação de dispositivos informacionais e culturais**. 2013. 125f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-07022014-154238/publico/MarcosPauloPassos.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2022.

PASSOS, Marcos Paulo de. **Informação e Educação: um estudo sobre as relações entre atitudes, saberes e dispositivos culturais**. 2018. 206 f. Tese. (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-11092018-094658/pt-br.php>. Acesso em: 12 mar. 2022.

PASSOS, Marcos Paulo; PIERUCCINI, Ivete. A pesquisa dialógica como ato lúdico de conhecer. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 21, n.3, p. 89-110, jul./set.2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/j5pCnzyQtz9xN4MfT4GYwjr/?format=pdf>. Acesso em: 19 ago. 2023.

PASSOS, Marcos Paulo; PIERUCCINI, Ivete. Mediação cultural e infoeducação: construção de saberes e conhecimento. *In: COUZINET, Viviane; MARTELETO, Regina (org.). Dossie Études de communication*, v. 57, p. 39-56, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/edc/13974>. Acesso em: 23 mar. 2022.

PAULA, Chico de. **Prazo da lei da bibliotecas escolares chega ao final com poucos avanços**. 2020. Disponível em: <https://biblioo.info/prazo-da-lei-das-bibliotecas-escolares-chega-ao-final-com-poucos-avancos/>. Acesso em: 22 mar. 2023.

PELLANDA, Andressa; CARA, Daniel. **Estudo, educação e desigualdades**. 2020. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/AF_relatorio_educacao_e_desigualdades_para_distribuicao-2.pdf. Acesso em: 13 ago. 2023.

PELLANDA, Andressa; PIPINIS, Vanessa. Introdução. *In: Não é uma crise, é um projeto: os efeitos das reformas do estado entre 2016 e 2021 na educação: caderno 1*. São Paulo: Instituto Campanha, 2021. Disponível em: https://actionaid.org.br/wp-content/files_mf/1633966731NAO_E_UMA_CRISE_CADERNO1.pdf. Acesso em: 13 ago. 2023.

PENTEADO, Ernesto Goulart. A instrução popular em São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, v.22, p. 309-348, dez. 1923.

PERROTTI, Edmir. Estação Memória. *In: História falada: memória, rede e mudança social*. São Paulo: SESC/SP, 2006. p. 127-136. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1074497/mod_resource/content/1/LEITURA%20COMPLEMENTAR%20-%20Livro%20-%20Hist%C3%B3ria%20Falada.pdf. Acesso em: 18 ago. 2023.

PERROTTI, E. Mediação cultural: além dos procedimentos. *In: SALCEDO, Diego Andres; (org.) Mediação cultural*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002789163.pdf>. Acesso em: 19 out.2023.

PERROTTI, Edmir. Infoeducação: um passo para além do científico-profissional. **Informação e Profissões**, Londrina, v. 5, n. 2, p. 04-31, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/infoprof/>. Acesso em: 29 mar. 2021.

PERROTTI, Edmir. Sobre informação e protagonismo cultural. *In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (org.). Informação e protagonismo social*. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 11-26. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33742>. Acesso em: 11 maio 2022.

PERROTTI, Edmir. Do direito à cultura letrada: cartas de Maria da Graça Teixeira. Livro - Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição (NELE). **NELE**, Cotia/SP, n. 9/10, p. 557-574, 2021.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação e Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 01-22, maio./ago. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/informacao/>. Acesso em: 11 maio 2022.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. *In: LARA, M.L.L.; FUJINO, A.; NORONHA, D.P. Informação e contemporaneidade: perspectivas*. Recife: Néctar, 2007. p.47-96.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. Novos saberes para o século XXI. *In*: MENDONÇA, R.H.; MARTINS, M.F. (org.) **Novos saberes para a Educação**. Rio de Janeiro: ACERP; Brasília-DF: TV Escola, 2013. p. 9-25. Disponível em: http://tvescola.mec.gov.br/images/stories/publicacoes/salto_para_o_futuro/salto_20_anos/vol_4_salto_para_o_futuro_20_anos.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/vwc8g/pdf/piana-9788579830389.pdf>. Acesso em: 21 set. 2023.

PIERUCCINI, Ivete. A ordem informacional dialógica: mediação como apropriação da informação. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador, **Anais [...]**. Salvador: ANCIB, 2007. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT3159.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2022.

PIERUCCINI, Ivete. **A ordem informacional dialógica: estudo sobre a busca de informação em educação**. 2004. 232f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_4fe2df860600eb9b73a61b9b05dcd88d. Acesso em: 27 abr. 2023.

PIERUCCINI, Ivete. Mediação e protagonismo cultural: a estação memória. *In*: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira. **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p.59-75. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33742>. Acesso em: 25 mar. 2022.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. **A Ciência da Informação entre sombra e luz : domínio epistemológico e campo interdisciplinar**. 1997. 266 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, UFRJ, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/handle/123456789/35>>. Acesso em: 01 nov. 2021.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Informação: esse obscuro objeto da Ciência da Informação. **Revista Morpheus - Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, v. 3, n. 4, 2014. Disponível em: <https://seer.unirio.br/morpheus/article/view/4108>. Acesso em: 18 set. 2023.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Ciência da Informação: desdobramentos disciplinares, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. *In*: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide; ORRICO, E. G. D. (org.). **Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento**. Natal: EdUFRN, 2006. p. 111-141. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/18>. Acesso em: 14 nov. 2018.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Pilares conceituais para mapeamento do território epistemológico da Ciência da Informação: disciplinaridade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e aplicações. *In*: BENTES PINTO, V.; CAVALCANTE, L.E.; SILVA NETO, C. (org.). **Abordagens transdisciplinares da ciência da informação: gênese e aplicações**. Fortaleza: Edições UFC, 2007. p.71-104.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Fronteiras e horizontes da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil. In: ALBAGLI, Sarita. **Fronteiras da Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: IBICT, 2013. p.7-33. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/446/1/Fronteiras%20da%20Ci%C3%Aancia%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 17 mar.2023.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Mutações na ciência da informação e reflexos nas mandalas interdisciplinares. **Informação e Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 28, n. 3, p. 115-134, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/43317>. Acesso em: 04 nov. 2021.

PIRES, Hugo Avelar Cardoso. **Relações de gênero e a profissão bibliotecária na contemporaneidade: panorama nacional e os motivos da entrada masculina em curso majoritariamente feminino**. 2016. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-AE6MYV/1/disserta_ao_hugo_avelar.pdf. Acesso em: 02 mar. 2024.

PIRES, Márcia Gardênia Lustosa. **Novos marcos de dualismo educacional na sociedade contemporânea: o caso do Projovem Urbano Fortaleza**. 2011. 159f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3534/1/2011_Tese_MGLPires.pdf. Acesso em: 12 de fev. 2023.

POLÍTICA. In: PRIBERAM Dicionário. 2023. Disponível em: https://dicionario.priberam.org/pol%C3%ADtica#google_vignette. Acesso em: 23 set. 2023.

POMBO, Olga. **Epistemologia da Interdisciplinaridade**. 2003. Disponível em: <file:///C:/Users/elizi/Downloads/ID-EpistemologiadaIDportugues.PDF>. Acesso em: 20 mar. 2021.

POMBO, Olga. Epistemologia da interdisciplinaridade. **Revista do centro de educação e letras**, Foz do Iguaçu, v.10, n.1, p.9-40, 2008. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4141/3187>. Acesso em: 20 mar.2023.

POMBO, Olga; GUIMARÃES, Henrique; LEVY, Teresa. **Interdisciplinaridade: reflexão e experiência**. Lisboa: Texto, 1993. Disponível em: <https://webpages.ciencias.ulisboa.pt/~ommartins/mathesis/index.htm#livrointer>. Acesso em: 14 nov. 2021.

RAMOS, Marise Nogueira. O currículo para o ensino médio em suas diferentes modalidades: concepções, propostas e problemas. **Educação & Sociedade**. Campinas, v.32, n. 116, p. 771-778, jul. set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NrgqwnZ4vG6DP8p5ZYGn4Sm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 mar. 2023.

RASTELI, Alessandro. Mediação cultural no contexto francês: trajetória histórica e evolução. **Páginas A&B**. s.3, n.16, p. 181-96, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/169407>. Acesso em: 27 mar. 2023.

RASTELI, Alessandro; Caldas, Rosângela Formentini. Mediação cultural e bibliotecas: perspectivas conceituais na Ciência da Informação no Brasil. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 24, n. 54, p.01-13, jan./abr., 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2019v24n54p1>. Acesso em: 19 mar. 2022.

RASTELI, Alessandro. **Mediação cultural em bibliotecas**: contribuições conceituais. 2019. 276f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/rasteli_a_do_mar.pdf. Acesso em: 22 out. 2023.

RASTELI, Alessandro; CAVALCANTE, Lúcia Eugênia. Mediação cultural e apropriação da informação em bibliotecas públicas. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Porto Alegre, v. 19, n. 39, p. 43-58, jan./abr., 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/43603>. Acesso em: 20 fev. 2022.

RASTELI, Alessandro. Em busca de um conceito para mediação cultural em bibliotecas: contribuições conceituais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 120-140, jul./set.2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/103240/61278>. Acesso em: 11 abr. 2022.

REGATTIERE, Marilza; CASTRO, Jane Margareth (org.). **Ensino médio e educação profissional**: desafios da integração. Brasília: Unesco, 2009.

REIS, Filipe. **Análise da produção de artigos científicos de pesquisadores das áreas de Ciência da Informação e Comunicação na base de dados Scopus**: subsídios para a compreensão da interdisciplinaridade. 2016. 233 f. Tese. (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/teseserver/api/core/bitstreams/9d2e177d-52f9-4d31-bb75-2f6adda50a82/content>. Acesso em: 12 mar. 2022.

RIBEIRO, Marcela Arantes; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Informação e mediação da informação**: uma relação para mudanças sociais. *In*: Encontro de pesquisa em informação e mediação, 3., 2021. Comunicação oral. Disponível em: <https://portalconferenciasppgci.marilia.unesp.br/index.php/IIIEPIM/IIIEPIM/paper/viewFile/102/237>. Acesso em: 30 out. 2020.

ROCHA, Johnny. Chat GPT: uso de ferramenta de inteligência artificial é analisado por TJMG. *In*: **JOTA**, 2023. Disponível em: <https://www.jota.info/justica/chat-gpt-tjmg-estuda-uso-de-ferramenta-de-inteligencia-artificial-08022023>. Acesso em: 12 abr.2023.

RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. **Para aprender políticas públicas**. Brasília: IGEPP, 2013. Disponível em: igepp.com.br/uploads/ebook/para_aprender_politicas_publicas_-_unidade_04.pdf. Acesso em: 19 jun. 2017.

RUSSELL, Stuart; NORVIG, Peter. **Inteligência artificial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SAMPAIO, Denise Braga; LIMA, Izabel França de. Lugar de fala, representações e representatividade de mulheres e LGBTQ+ na Biblioteconomia a partir das ações extensionistas e de pesquisa no Brasil. **Folha de rosto: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Juazeiro do Norte, v.4, n. esp., p. 34-49, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/361>. Acesso em: 16 fev. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos avançados**, v.6, n.1, p.46-71, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8489/10040>. Acesso em: 03 ago. 2022.

SANTOS, Edison Luís dos. **Estação memória Cambury**: mediação cultural com os parceiros do rio que muda. 2013.192 f. (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-19112013161748/publico/EDISONSANTOS.pdf>. Acesso em: 22 out. 2023.

SANTOS, João Almeida; PARRA FILHO, Domingos. **Metodologia científica**. 2.ed.São Paulo: Cengage, 2012.

SANTOS NETO, João Arlindo dos; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. O caráter implícito da mediação da informação. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 27, n.2, p. 253-263, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/29249>. Acesso em: 28 ago. 2022.

SANTOS, Verônica Aparecida dos. **Saberes informacionais na formação integral**: um estudo na rede de bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná sob o prisma da infoeducação. 2021. 127f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Curitiba-PR, 2021.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2017/07/pdf_7810a51cca_0000015436.pdf. Acesso em: 21 maio 2022.

SARACEVIC, Tefko. Information Science: origin, evolution and relations. *In*: VAKKARI, Pertti; CRONIN, Blaise (ed.). **Conceptions of Library and Information Science**; historical, empirical and theoretical perspectives. INTERNATIONAL CONFERENCE FOR THE CELEBRATION OF 20TH ANNIVERSARY OF THE DEPARTMENT OF INFORMATION STUDIES, UNIVERSITY OF TAMPERE, FINLAND. 1991. Proceedings... London, Los Angeles: Taylor Graham, 1992. p. 5-27.

SAVIANI, Demerval. **Sobre a concepção de politécnica**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1989.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 9.ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 12 n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **História da história da educação no Brasil**: um balanço prévio e necessário. Conferência de abertura. Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares, 5., 2008. Disponível em: <https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2013/11/saviani-histc3b3ria-da-histc3b3ria-da-educac3a7c3a3o-no-brasil-um-balanc3a7o-prc3a9vio-e-necessc3a1rio.pdf>. Acesso em: 14 jul.2022.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

SAVIANI, Dermeval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Movimento**: revista de educação, Rio de Janeiro, ano 3, n, 4, p. 54-84, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/download/32575/18710/109523>. Acesso em: 12 mar. 2023.

SAVIANI, Dermeval. Em defesa do projeto de formação humana integral para a classe trabalhadora. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal-RN, v.1, n.22. p. E13666, 2022. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13666/pdf>. Acesso em: 23 fev. 2024.

SCAPECHI, Wanderson. **Saberes informacionais na educação superior**: um estudo exploratório com estudantes universitários. 2009. 89 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-21102009-120342/publico/Dissertacao.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2023.

SCAPECHI, Wanderson. Os saberes informacionais e as bibliotecas públicas da cidade de São Paulo: um estudo exploratório. Seminário FESPSP, 7., 2018, São Paulo, **Anais [...]** São Paulo: FESP, 2018. Disponível em: https://www.fespsp.org.br/seminarios/anaisVII/GT_6/Wanderson_Scapechi.pdf. Acesso em: 09 abr. 2023.

SERVET, Mathilde. Les bibliothèques troisième lieu : une nouvelle génération d'établissements culturels. **Bulletin des bibliothèques de France (BBF)**, Paris, n. 4, p. 57-63, 2010. Disponível em: <https://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2010-04-0057-001>. Acesso em: 12 fev. 2023.

SHANNON, Claude Elwood. A Mathematical Theory of Communication. **Reprinted with corrections from The Bell System Technical Journal**, v.27, p. 379–423; 623–656, 1948. Disponível em: <https://people.math.harvard.edu/~ctm/home/text/others/shannon/entropy/entropy.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2022.

SICHMAN, Jaime Simão. Inteligência Artificial e sociedade: avanços e riscos. **Estudos avançados**, v. 35, n. 101, p.37-49, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/c4sqqrthGMS3ngdBhGWtKhh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 set. 2023.

Silva, Carlos Henrique Nascimento Domingues da; *et al.* O uso dos chatbots como suporte ao aprendizado para urgência e emergência: uma revisão integrativa. **Revista Saúde Digital Tecnologia Educação**, Fortaleza, CE, v. 7, n. 1, p.01-13, fluxo contínuo. 2022. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/64801/1/2022_art_chndsilva.pdf. Acesso em: 22 de mar. 2023.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; SILVA, Roosewelt Lins. Biblioteca, luta de classes e o posicionamento da Biblioteconomia brasileira: algumas considerações. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 203-217, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/16023/10442>. Acesso em: 13 jul. 2022.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Um olhar sobre a origem da ciência da informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 17, n. 33, p. 1-29, jan./abr., 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/50257>. Acesso em: 15 abr. 2023.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho, GOMES, Henriette Ferreira. A importância da mediação para a construção de uma autonomia no contexto dos usuários da informação. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v.23, n.2, p. 33-44, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/95486>. Acesso em: 19 mar. 2022.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil e análise da Lei 12.244/10. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.16, n.2, p. 489-517, jul/dez, 2011. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/797/pdf_63. Acesso em: 18 out. 2023.

SILVA, Judson Daniel Oliveira da; CUNHA, Jacqueline de Araújo. O papel educativo da biblioteca escolar no contexto do Plano Nacional de Educação. **Revista Encontros Bibli**: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da informação, Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 45-58, maio/ago., 2016.

SILVA, Márcio Felipe Albuquerque Prazim da. **Socialização da informação**: intersecções temáticas entre Ciência da Informação e Educação. 2014. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/3967>. Acesso em: 09 ago. 2023.

SILVA, Monica Ribeiro da. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.34, e214130, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/v3cqz8tbt3jvts7jdhxxzk/?Format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 fev. 2023.

SILVA, Terezinha Elisabeth da. Política de informação: um campo em movimento. *In*: COLÓQUIO EM ORGANIZAÇÃO, ACESSO E APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E

DO CONHECIMENTO., 5., 2019. Londrina. **Anais...**[...]. Londrina: UEL, 2019. Disponível em: <https://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/coaic2019/coaic2019/paper/viewFile/635/429>. Acesso em: 21 ago. 2023.

SILVA NETO, Casimiro (org.). **Ciência da Informação: abordagens transdisciplinares da Ciência da Informação, gêneses e aplicações**. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

SIQUEIRA, Robert. **Avanço da Inteligência Artificial traz vantagens, mas abre questões éticas, morais e sociais**. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/avanco-da-inteligencia-artificial-traz-vantagens-mas-abre-questoes-eticas-morais-e-sociais/>. Acesso em: 21 ago. 2023.

SMIT, Johanna Wilhelmina; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Ciência da Informação: uma ciência moderna ou pós-moderna? *In: LARA, M. L. G et al. Informação e Contemporaneidade: perspectivas*. Recife: Néctar, 2007, p. 27-46.

SMIT, Johanna Wilhelmina; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira; KOBASHI, Nair Yumiko. A determinação do campo científico da Ciência da Informação: uma abordagem terminológica. **DataGramZero**, v.5, n.1, fev. 2004. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/5524>. Acesso em: 4 dez. 2022.

SHOR, Ira; FREIRE, Paulo. **Medo e Ousadia: O Cotidiano do Professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SOUSA, Antônia de Abreu; MARQUES, Daniele Luciano. Educação profissional brasileira transpondo o imediatismo do mercado laboral e a proposta da escola Gramscina do trabalho intelectual e do trabalho manual. *In: SOUSA, Antônia de Abreu et al. (org.). A educação profissional: ensaios sobre a formação e a qualificação dos trabalhadores*. Recife: Imprima, 2016.

SOUSA, Maria Eliziana Pereira de; BRANDÃO, Jobson Louis Almeida; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Projeto infoeducativo em biblioteca educativa pública: método e técnica para aplicação no instituto federal da paraíba. *In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. 22., 2022. Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ENANCIB, 2022. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxiiencib/paper/view/1006>. Acesso em: 18 fev. 2024.

SOUSA, Maria Eliziana Pereira de; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Infoeducação nas teses e dissertações dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil. **Informação & Informação**, Londrina, v. 27, n. 1, p. 51–81, jan./mar. 2022. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/43651/pdf>. Acesso em: 08 maio 2023.

SOUSA, Maria Eliziana Pereira de; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. A infoeducação na literatura mundial: análise da produção científica indexada na *Web of Science*. **Ciência da Informação em revista**, Maceió, v.9, n.1/3, p. 1-18, jan., dez., 2022. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/13161/10497>. Acesso em: 23 set. 2023.

SOUZA, Edivanio Duarte de. **A epistemologia interdisciplinar na Ciência da Informação: dos indícios aos efeitos de sentido na consolidação do campo disciplinar**. 2011. Belo

Horizonte. 347f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ECID-8P2JNH>. Acesso em: 02 jun. 2023.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 set. 2023.

SPERRY, Suzana. Animação cultural em bibliotecas: quando? como? onde? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 20, n. 1/4, p. 13-30, 1987.

SUAIDEN, Emir José. Perspectivas das bibliotecas públicas no Brasil. **Revista de Biblioteconomia**, Brasília-DF, v.6, n.1, p. 77-82, jan/jun.1978. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/29062/24870>. Acesso em: 21 nov. 2023.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília-DF, v.29, n.2, p. 52-60, maio/ago.2000. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/887/922>. Acesso em: 11 nov. 2023.

TEDESCO, Gustavo Henrique Soares. **Os principais desafios da educação no Brasil para 2023 e para o futuro**. 2023. Disponível em: <https://bossanovaeducacao.com.br/os-principais-desafios-da-educacao-no-brasil-para-2023-e-para-o-futuro/>. Acesso em: 20 out. 2023.

TERRIEN-NÓBREGA, Sílvia Maria; TERRIEN, Jacques. Trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 15, n. 30, jul.-dez./2004. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2148/2105>. Acesso em: 8 set. 2023.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e pesquisa**, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300009>. Acesso em: 8 set. 2023.

VALINOR, Rodrigo. O que é Google Meet: descubra como funciona e como usar. 2022. Disponível em: <https://www.remissaonline.com.br/blog/google-meet/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

VIANA, Lilian. **Biblioteca universitária e formação científico-acadêmica: mediação cultural como modelo epistêmico**. 2021. São Paulo. 220f. Tese. (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-26082021-225536/publico/LilianVianaCorrigida.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

VIEIRA, Ronaldo. **Introdução a teoria geral da Biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p.130-141, set./dez., 2009. Disponível em: revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/.../1745. Acesso em: 29 mai. 2022.

WALTER, Maria Tereza Machado Teles; BAPTISTA, Sofia Galvão. A força dos estereótipos na construção da imagem profissional dos bibliotecários. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 17, n. 3, p. 27-38, set./dez. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/962>. Acesso em: 13 jan. 2024.

WEAVER, Warren. **Recent Contributions to The Mathematical Theory of Communication**. 1949. Disponível em: http://waste.informatik.hu-berlin.de/Lehre/ss11/SE_Kybernetik/reader/weaver.pdf. Acesso em: 28 jun. 2011.

APÊNDICE A

Instrumento de coleta de dados – entrevista com os bibliotecários

Convidamos você a responder a entrevista abaixo, cujo objetivo é coletar dados da pesquisa *Políticas infoeducacionais em bibliotecas dos Institutos Federais de Educação Brasileiros: impactos das reformas educacionais na apropriação/construção dos saberes informacionais* sob a responsabilidade da doutoranda Maria Eliziana Pereira de Sousa, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Antecipadamente agradecemos sua colaboração para esta pesquisa.

I PARTE – DADOS SOBRE O PERFIL DO RESPONDENTE

Gênero

1. M () F () Outro (Qual?) _____

Qual sua faixa etária?

a) 18 a 28 anos () b) 29 a 39 anos () c) 40 a 50 anos () 51 a 61 () 62 a 72 anos
() acima de 72 anos

Nível de escolaridade

Graduação () Especialização () Mestrado () Doutorado () Pós-doutorado ()

Quanto tempo está no serviço público

a) menos de 1 ano () b) de 1 a 5 anos () c) de 5 a 10 anos () d) mais de 10 anos
()

Quanto tempo está na biblioteca do Instituto Federal ocupando o cargo de Bibliotecário

a) menos de 1 ano () b) de 1 a 5 anos () c) de 5 a 10 anos () d) mais de 10 anos
()

II PARTE – Políticas de informação e políticas de educação-

Atender aos objetivos 01 e 02 da pesquisa

1 - Sobre as mais recentes reformas educacionais aprovadas nos anos de 2016 e 2017 e materializadas nas Leis 13.415/2017 e a Emenda Constitucional 95/2016, responda:

- 1- Você tem conhecimento sobre o assunto? Se sim, de que forma você tomou conhecimento?
- 2- Ainda sobre as reformas, você considera que as políticas educacionais, materializadas por meio de reformas supramencionadas têm refletido no desenvolvimento de políticas de informação na sua biblioteca, ou não?
- 3- Qual a sua opinião sobre os cortes nos recursos públicos para a educação?
- 4- Você considera que esses cortes afetaram ou não a biblioteca que você trabalha? Se sim, de que forma?
- 5- Como você percebe os impactos dos cortes de recursos públicos para sua atuação profissional (qualificação e capacitação profissional)?
- 6- A reforma do ensino médio propõe itinerários formativos. A sua biblioteca vem trabalhando com essas mudanças a partir dos novos itinerários formativos do novo ensino médio? Se sim, de que forma?
- 7- Nos últimos cinco anos você recebeu algum tipo de formação, qualificação para compreender como funcionam os novos itinerários formativos do novo ensino médio?
- 8- Considerando as reformas educacionais, como a sua biblioteca vem trabalhando com a nova BNCC, na oferta de produtos e serviços informacionais?
- 9- Sobre as políticas de informação como você as avalia? De forma satisfatória ou não?
- 10- Ainda dentro desta mesma temática, políticas de informação, apresente como elas se concretizam no seu dia a dia de trabalho?

III PARTE: Infoeducação

Atender ao objetivo 04 da pesquisa

2 - A infoeducação é uma abordagem teórica e prática que trabalha as relações entre a informação e a educação, sem hierarquia, mas em uma relação de cooperação mútua. (PERROTTI, 2016). Partindo desta reflexão, responda:

- 1- Você tem conhecimento sobre a temática infoeducação? Se sim descreva de que forma ela vem sendo desenvolvida na sua biblioteca?
- 2- Considerando a biblioteca como um importante equipamento informacional dentro das instituições de ensino, apresente como a sua comunidade acadêmica realiza a pesquisa hoje na sua biblioteca? Descreva em quais suportes? (físico, virtual ou híbrido).

- 3- Quais os atuais mecanismos de formação/educação para o uso da informação que sua biblioteca vem oferecendo a sua comunidade acadêmica?
- 4- A sua biblioteca dispõe de algum programa educacional destinado às aprendizagens para pesquisa?
- 5- Considerando que o conhecimento é um instrumento que propicia o desenvolvimento da consciência crítica nos indivíduos, existe na rotina da biblioteca ações no sentido de contribuir para o desenvolvimento da autonomia, da ética e do uso responsável, crítico e consciente da informação?
- 6- Durante o período letivo, a biblioteca propõe atividades (*cursos, minicursos, workshops, visitas as salas, visitas guiadas à biblioteca, eventos, seminários, palestras ou outras atividades*) que proporcionem à comunidade acadêmica experiências com informações diversas, extrassala de aula? Quais? Descreva.
- 7- Como você percebe sua biblioteca no contexto das informações tecnológicas? Sua biblioteca vem atuando no sentido de se apropriar das mais recentes ferramentas tecnológicas (*inteligência artificial, internet das coisas OIT, robótica, Impressão 3D, realidade aumentada, banco de dados digital distribuído, etc.*)?
- 8- O que a sua biblioteca vem fazendo para se apropriar dessas tecnologias? Como vem fazendo?
- 9- Como você percebe sua atuação enquanto bibliotecário no processo de auxílio a comunidade acadêmica no desenvolvimento de saberes informacionais, atitudes e apropriação da informação?
- 10- Você se considera um infoeducador?

IV PARTE: MEDIAÇÃO DA INFOEDUCAÇÃO E MEDIAÇÃO CULTURAL

Atender ao objetivo 03 do projeto

3 - Considerando que a biblioteca possui um importante papel no processo de mediação da informação e que ela pode atuar na promoção da mediação cultural para a apropriação da informação (ALMEIDA JÚNIOR, 2015), responda:

- 1- Você considera sua biblioteca como um equipamento informacional?
- 2- Partindo de uma visão afirmativa da questão anterior, você considera que os recursos lá existentes são capazes de atuar no sentido de propiciar a construção de saberes informacionais e apropriação da informação? De que forma?
- 3- Sua biblioteca promove ações que buscam integrar a comunidade acadêmica e a prática de leitura e mediação da informação? Quais?
- 4- Considerando a biblioteca como mediadora cultural e o bibliotecário como um infoeducador quais transformações são possíveis de ocorrer neste local?
- 5- A sua biblioteca promove algum tipo de atividade cultural, qual (ais)?

V- PARTE- DIRETRIZES PARA A CONSTRUÇÃO DO INSTRUMENTO DE INFOEDUCAÇÃO-

Atender ao objetivo 05 do projeto

4- Apresentar alguns elementos da proposta de diretrizes para construção de um modelo de infoeducação para bibliotecas e juntamente com os bibliotecários pensar em ações e elementos que possam estar presente no modelo para as bibliotecas dos Institutos Federais.

Você considera importante esses elementos para a construção do modelo?

a). Notabilidade do espaço da biblioteca

Promover e estimular visitas guiadas e periódicas à biblioteca para conhecer o patrimônio cultural da instituição e entender sua importância no processo formativo.

b) Oferta de serviços

Oferecer serviços diversificados a comunidade acadêmica, além do tradicional empréstimo e devolução de livros.

c) Saberes informacionais

Incluir na rotina da biblioteca a oferta de atividades voltadas para pesquisa escolar, acadêmica e científica (fontes de informação, instrumentos de pesquisa acadêmicas, buscadores de acesso aberto, bases de dados especializadas), entre outras.

d) Ética na pesquisa e uso da informação

Estimular o uso de fontes seguras de informação. Proporcionar o contato com normas acadêmicas- apresentar funções de referências e citações acadêmicas – elaborar citações de obras direta e indireta- promover juntamente com os docentes, atividades que auxiliem no combate ao plágio acadêmico.

e) Espaço para troca e apropriação da informação

Criação de espaço que facilite a troca de informações de toda comunidade de usuários (técnicos, docentes, discentes, comunidade externa) possibilitando a geração de novos conhecimentos/inteligência coletiva/aprendizagem (na abordagem de Freire, uma rede de aprendizagem no sentido de que não possui hierarquia e que todos os participantes colaboram na construção de novos conhecimentos).

f) Novas tecnologias

Oferecer diversificados tipos de informações em formatos virtuais, digitais e eletrônicos. Disponibilizar espaço para interação com a comunidade acadêmica por meio das mais variadas mídias digitais, plataformas e portais de comunicação. Criar canais e redes de conexões no ambiente digital.

ANEXO A

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Políticas infoeducacionais em bibliotecas dos institutos federais de educação brasileiros: impactos das reformas educacionais na apropriação/construção dos saberes informacionais

Pesquisador: MARIA ELIZIANA PEREIRA DE SOUSA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 73709123.8.0000.5188

Instituição Proponente: Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA UFPB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.528.353

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa de Doutorado cuja pretensão é analisar os indícios de políticas de informação nos documentos das reformas educacionais ocorridas no período compreendido entre os anos de 2016 a 2019 e seus efeitos sociais na construção de saberes informacionais nas bibliotecas educativas dos Institutos Federais de Educação na perspectiva da infoeducação.

Objetivo da Pesquisa:

Investigar as políticas de informação e as possíveis implicações das reformas educacionais ocorridas no período compreendido entre os anos de 2016 a 2019, analisando os impactos ocorridos ou não na construção de saberes informacionais, nas bibliotecas dos Institutos Federais de Educação.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos mínimos como cansaço, desconforto pelo tempo gasto para responder as perguntas. Se isto ocorrer o depoente poderá pedir para interromper a entrevista e retornaremos posteriormente, se assim o desejar.

Benefícios: Os benefícios com a participação nesta pesquisa serão para os integrantes serão indiretos, pois as informações coletadas fornecerão subsídios para a construção de conhecimento Ciência da Informação, bem como para novas pesquisas a serem desenvolvidas sobre essa

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

Continuação do Parecer: 6.528.353

temática.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

É uma proposta de estudo de doutorado importante, tendo em vista a sua finalidade precípua, qual seja, investigar os impactos das mais recentes reformas educacionais amparadas nas Leis 13.415/2017 e a Emenda Constitucional 95 que implicam no desenvolvimento de saberes informacionais nas bibliotecas educativas dos Institutos Federais de Educação do país sob a perspectiva da infoeducação.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

FOLHA DE ROSTO (assinada e carimbada) – pelo pesquisador responsável e pelo responsável da Instituição Proponente/Unidade Órgão;

- PROJETO COMPLETO (Word ou PDF) em português;
- CERTIDÃO DE APROVAÇÃO PELO DEPARTAMENTO OU PÓS-GRADUAÇÃO OU NÚCLEO DE PESQUISA;
- INSTRUMENTO DE COLETA (Presente nos Apêndices do Projeto Detalhado);
- Quadro com o Orçamento da pesquisa;
- Cronograma da pesquisa;
- Termos de Anuência dos Institutos Federais do País como consta no ProjetoTermos de Anuência dos Institutos Federais do País como consta no Projeto;
- Termos de Anuência dos Institutos Federais do País como consta no Projeto.

Recomendações:

Recomenda-se que a pesquisadora insira o relatório final do projeto na Plataforma Brasil, após o seu término.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Com base no exposto, afirmamos que o projeto não apresenta inadequações. As pendências apontadas na versão 1 foram devidamente solucionadas, incluindo os termos de anuência das instituições coparticipantes (CE, AM, SP e MT); Orçamento; cronograma detalhado; titulação do orientador na TCLE; apresentação da declaração de concordância com o projeto de pesquisa, devidamente assinada, além dos ajustes necessários no cronograma de execução da pesquisa.

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 6.528.353

Após, a conformidade com essas pendências, conclui-se que não há mais obstáculos éticos para o início da pesquisa, sendo o projeto, agora, considerado APROVADO.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2192176.pdf	27/10/2023 16:14:38		Aceito
Outros	TermosdeanuencialFdoBrasil.pdf	27/10/2023 16:14:06	MARIA ELIZIANA PEREIRA DE	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMADAPESQUISA.pdf	27/10/2023 16:13:29	MARIA ELIZIANA PEREIRA DE	Aceito
Orçamento	QUADROCOMORCAMENTODAPESQUISA.pdf	27/10/2023 16:13:01	MARIA ELIZIANA PEREIRA DE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termoconsentimentoTCLEpronto.pdf	27/10/2023 16:12:04	MARIA ELIZIANA PEREIRA DE SOUSA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetodeTeseElizianaSousa.pdf	30/08/2023 20:53:26	MARIA ELIZIANA PEREIRA DE SOUSA	Aceito
Outros	Certidaodequalificacao.pdf	30/08/2023 08:44:59	MARIA ELIZIANA PEREIRA DE	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	30/08/2023 08:42:45	MARIA ELIZIANA PEREIRA DE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



Continuação do Parecer: 6.528.353

JOAO PESSOA, 23 de Novembro de 2023

Assinado por:
Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br